

**Kellen Nogueira Vilhena**

**ENTRE “SÃNS EXPANSÕES DO ESPÍRITO” E “SARRILHOS DOS  
DIABOS”: lazer, divertimento e vadiagem nas representações da imprensa  
em Belo Horizonte (1895 – 1922)**

**Belo Horizonte**  
**Faculdade de Educação da UFMG**  
**2008**

Kellen Nogueira Vilhena

ENTRE “SÃNS EXPANSÕES DO ESPÍRITO” E “SARRILHOS DOS  
DIABOS”: lazer, divertimento e vadiagem nas representações da imprensa em  
Belo Horizonte (1895 – 1922)

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de Pesquisa: História da Educação

Orientador: Prof. Dr. Tarcísio Mauro Vago

Co-Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Andréa Moreno

Belo Horizonte  
Faculdade de Educação da UFMG  
2008

Dissertação defendida e aprovada, em 28 de outubro de 2008, pela banca examinadora constituída dos seguintes professores:

---

Prof. Dr. Tarcísio Mauro Vago – FAE/UFMG

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Andréa Moreno – FAE/UFMG

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Marilita Aparecida Arantes Rodrigues – Universidade Estácio de Sá

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Cynthia Greive Veiga – FAE/UFMG

À todo o pessoal de casa que, mais de perto ou mais de longe,  
acompanhou-me nessa caminhada.  
Em especial ao meu esposo Marcelo, companheiro, amigo, amor.

## AGRADECIMENTOS

À Deus, porque tudo o que sou e o que vier a ser vem de Ti, Senhor.

Ao Marcelo, meu amado, pelo carinho que sempre me confortava e pela compreensão nos momentos de ansiedade, nas bagunças dos papéis e nas minhas ausências.

Aos meus pais, César e Graça, pelo suporte na minha vida; especialmente à minha mãe pelas orações, pelas palavras de incentivo, pelo apoio constante.

Aos meus irmãos, Saulo e Júnior, os “Phellips”, pela convivência gostosa; especialmente ao Saulo pelas ajudas com as “fichas”.

Ao Pr. Wandercy e Elena, pelas palavras de estímulo e pelo carinho conosco.

Ao meu orientador Tatá, pela delicadeza e disponibilidade, orientando-me com entusiasmo e compartilhando comigo os seus conhecimentos.

À minha co-orientadora Andréa, pelas observações que provocavam abalo, mas que contribuíram sobremaneira para que este trabalho tomasse esse rumo.

Às componentes da banca, professoras Cynthia e Marilita, pelas considerações que possibilitaram o enriquecimento do texto. Em especial à professora Marilita, pelas informações sobre fontes da história de Belo Horizonte. Também à Meily que, mesmo suplente, contribuiu com suas observações em tempo.

Aos colegas do GEPHE, pela companhia, bate-papos e abraços “corridos” de corredor.

Aos colegas do CEMEF, “parceiros de orientação” e de ansiedades, pela partilha.

Às amigas Cida e Célia, pelos desabafos e pelas trocas, coisas muito caras pra mim nesses anos intensos de curso.

Aos professores da Pós-Graduação, pela contribuição na minha formação.

À professora e amiga Chris, pelo apoio “de longe” e pelas conversas “do lazer”. Também aos meus colegas do PEC, Maria Teresa (MT) e Anita, onde essa jornada começou.

Aos funcionários do Museu Histórico Abílio Barreto, Nilza e Paulo, pela simpatia e presteza nas consultas ao acervo bibliográfico, pelos momentos de descontração, pelos cafês. Também à Nila e Maria Célia, responsáveis pelo acervo consultado.

À Letícia Julião que, por intermédio de seu acervo cedido para o Museu Abílio Barreto, possibilitou-me o acesso a uma gama de fontes sobre a história da cidade.

À Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, que me concedeu licença nesse ano final de curso, dando-me suporte para conclusão desse trabalho.

À todos que, de alguma forma, contribuíram para que essa pesquisa se concretizasse. Um fraterno abraço; obrigada!

O caminho se faz ao andar. Para dar respostas a essas perguntas é necessário indagar e investigar. Refletir e contrastar. Escrever e esperar. Esperar que o pensamento amadureça e esperar as respostas de outros. Nunca o silêncio.

Antonio Viñao Frago

## RESUMO

Este trabalho tem como foco central as representações das práticas de lazer veiculadas pela imprensa em Belo Horizonte (1895-1922). Práticas estas, que se constituíam nessa cidade, ora prescritas e autorizadas, ora reprimidas e vivenciadas como forma de resistência e subversão à ordem existente, ora elogiadas e apoiadas pela imprensa, ora repreendidas e denunciadas por ela. A metodologia empregada foi a pesquisa documental, com foco na imprensa. Privilegiaram-se notas, artigos e crônicas de jornais e revistas da primeira fase da atividade periodística belo-horizontina: alguns com maior, outros com menor circulação. Ao se planejar a nova capital do Estado, uma cidade capaz de materializar valores de modernidade e civilidade, segundo o ideário republicano, é possível perceber que o lazer também foi pensado, uma vez que essa mudança não se restringia aos aspectos arquitetônicos apenas, mas sim, apontava também para uma alteração da ordem social. Nesse cenário, a imprensa se delineia como instituição educadora, produzindo diferentes discursos sobre o lazer, ao veicular representações positivas ou negativas de umas ou outras práticas. As formas de enunciação presentes nas reportagens denotam grande apreço às práticas em consonância com os novos códigos de sociabilidade pretendidos como o teatro, o cinema, as festas nos clubes, as retretas e o *footing*, ou o circo, sempre com incentivos e referências elogiosas. O mesmo já não acontece com relação a algumas práticas que desses códigos se afastam. As apropriações inadequadas dos equipamentos da cidade e a permanência de costumes antigos são reprovadas e taxadas de “caipiras”, “costumes de aldeia”. E, a frequência aos botequins e o jogo são tidos como comportamentos desviantes ou vagabundagem, figurando constantemente nas seções de reclamação e nas colunas policiais. A manifestação dessas práticas reflete um movimento permeado por tensões entre os diferentes atores que vivem na cidade, explicitando-se também na imprensa.

**Palavras-chave:** imprensa, lazer, divertimento, história, educação.

## ABSTRACT

This paper has as central focus the representation of leisure practices transmitted by printing press in Belo Horizonte (1895-1922). Such practices were used in city in different ways: prescribed and authorized; repressed and experimented as a form of resisting and subversion to the present order; praised and supported by the printing press, reprovved and denounced by the same press. The documental research was the used methodology focusing the press. Notes, articles, collumns and magazines written in newspapers received special treatment in the first phase of the periodical activities in Belo Horizonte, independently if they have greater or smaller cicrculation. The planning of the new capital of state was also considered having in view the city was able to assume modern and civilized values, according to the republican ideas. Through that analyses was possible to realize that the leisure was also planned, since that change is not restricted to the architectonic aspects, bus also points to the change of the social order. In this scene, the press present itself as a educating institution, with several productions about leisure while transmitting negative and positive representations of one or another practices. The enunciation ways presented in the reports show a high regard to the practices according the new desirable sociability codes, as theater, the cinema, the club parties, the regional band representations, the circus and the *footing*. Such practices received an incentive and praised references from the press. The same fact did not happen in relation to some practices that were apart from those codes. The inadequate appropriation of the city equipment and permanence of old habits were reprovved and considered as “caipiras” i.e. it is not proper from modern city. The attendance to “botequins” (cheap taverns) and to gambling sallons was considered as a deviation behavior and was always present in the newspaper in the complaining or police collumns. These practices manifestation show a movement which was marked by the tensions among people who live in the city. It was explicit in the press.



**LISTA DE FIGURAS**

FIGURA 1: Fotos do Curral Del Rey (plano superior) e da nova capital (plano inferior) --	33
FIGURA 2: Charge - habitantes impactados pela nova cidade -----	34
FIGURA 3: Planta Geral da Cidade de Minas -----	42
FIGURA 4: Charge: censura à embriaguez -----	76

## SUMÁRIO

<b>Apresentação</b> .....	12
<b>I- Introdução</b> .....	14
 <b>II- Capítulo 1 – A CAPITAL BELO HORIZONTE</b>	
1.1 Do “arraial bravio e sáfaro” ao “jardim encantado” da República .....	27
1.2 A “belleza topográfica e o rigoroso capricho na execução de uma planta ideal”: tramas da nova Capital .....	33
1.3 “Dotando a Capital com um divertimento moderno, agradável e útil” .....	40
 <b>III- Capítulo 2 – UMA PERSPECTIVA EDUCADORA DA IMPRENSA</b>	
2.1 Imprensa em Belo Horizonte: pequena escrita dessa história .....	53
2.2 “Os velhos costumes se vão derretendo ao influxo benéfico de elementos novos”: o discurso pedagógico da imprensa .....	58
2.3 O lazer em branco e preto: entre seções específicas e notas avulsas .....	71
 <b>IV- Capítulo 3 – AS “SÃNS EXPANSÕES DO ESPÍRITO” NA IMPRENSA BELO-HORIZONTINA</b>	
3.1 “Atestando o inquestionável adeantamento da cidade”: imprensa educadora orientando as práticas culturais .....	79
3.2 O Teatro, templo do requinte e da civilização .....	83
3.3 A sociabilidade “elegante” e “distinta” dos Clubes Recreativos .....	91
3.4 Cinemas “chics” e “cines-poeira” .....	97
3.5 As retretas e o <i>footing</i> nas praças e no Parque .....	104
3.6 Tradição e modernidade no circo .....	109
 <b>V- Capítulo 4 – NO “JARDIM ENCANTADO DA REPÚBLICA”, OS “SARRILHOS DOS DIABOS”</b>	
4.1 “Legitimando os interesses sociaes”: a visibilidade negativa atribuída às práticas desviantes .....	117
4.2 Inconvenientes “costumes de aldeia” e “costumes próprios dos bárbaros”: apropriações diversas da cidade .....	121
4.3 “Quebrando a linha da tranquilidade”: a embriaguez dos “páo d’água” .....	132
4.4 “Saneando moralmente a cidade”: o progresso “em jogo” por causa do jogo .....	139

<b>VI- Considerações finais</b> .....	147
<b>Referências bibliográficas</b> .....	160
<b>Anexos</b> .....	175

## APRESENTAÇÃO

O propósito deste estudo foi compreender as representações construídas e veiculadas pela imprensa de Belo Horizonte. Para compreendê-las era necessário entender o processo de constituição da cidade, pois ele foi permeado por especificidades que mereciam ser consideradas para subsidiar o entendimento do movimento da imprensa.

Deste modo, o primeiro, dos quatro capítulos que compõem esse trabalho, “A Capital Belo Horizonte”, procurou abordar a implantação da nova capital mineira. Belo Horizonte foi idealizada para materializar valores de modernidade e civilidade em voga na virada do século XIX para o XX. As transformações almejadas não se restringiam, ao plano político, abrangiam novos ordenamentos sociais que levariam a cidade aos patamares desejados. Para isso, diferentes dispositivos e discursos foram mobilizados, a começar pela própria cidade, com sua configuração espacial que destinava espaços específicos para cada atividade, entre elas o lazer. Este, também carecia de uma materialidade capaz de abrigar hábitos condizentes com esses referenciais, e o Parque e o Hipódromo foram espaços que propiciariam o seu desenvolvimento. Mas, além deles, outros, como as praças e as ruas, também foram apropriados de maneiras diversas.

Assim como a cidade, a imprensa se delineava como instituição educadora produzindo discursos do que era, ou não, moderno. Esta é a perspectiva formadora abordada no capítulo dois. A partir de processos de filtragem, ela assumia um lugar pedagógico, dando projeção a algumas práticas, obscurecendo outras, ou repudiando aquelas que estavam em contraposição ao modelo pretendido para a Capital. Esses discursos ganhavam formatação nos jornais por meio de campos próprios como colunas especializadas, explorando práticas e comportamentos da vida cidadina de acordo com sua posição em relação a esse modelo.

Apesar dessa perspectiva educadora, na cidade se manifestavam diferentes costumes, ressaltando ambigüidades, tensões e conflitos que marcaram sua constituição, e os jornais refletiam esse movimento. Entre elogios, questionamentos, críticas e denúncias, a imprensa belo-horizontina construía e veiculava representações, ora sob um discurso autorizador, ora sob seu contrário.

Longe de se apresentar como uma visão dicotômica e hegemônica do discurso da imprensa, as práticas em consonância com o modelo pretendido foram discutidas em um capítulo, sob a perspectiva da autorização; e as com ele se contrastavam, em outro, sob a perspectiva da desautorização. Dito isso, imbuída de uma atitude educadora, a imprensa

procurava regular condutas convenientes aos anseios de modernidade e civilidade, sobressaindo os elogios àquelas práticas dele tributárias, assim como as críticas às que dele se distanciavam. Os jornais da cidade não eram tímidos em assinalar o que se deveria ou não fazer, empregando um tom direcionador e prescritivo aos diversos atores envolvidos.

O capítulo três trata de algumas práticas que coadunavam com os códigos de sociabilidade então valorizados. Para estas, a imprensa empregava adjetivos positivos e referências elogiosas, por isso, denominadas “sãos expansões do espírito”. Entre as práticas que eram representadas sob a perspectiva autorizadora estavam o teatro, as festas nos clubes, o cinema, o circo, as retretas e o *footing* nas praças e no Parque.

Ao expressarem apoio declarado a essas práticas, porém, o que os jornais deixavam escapar era a sua ausência na cidade, evidenciando um descompasso entre o que se queria ser e o que ainda não se era.

Era desse descompasso que emergia outra perspectiva da imprensa: a do discurso desautorizador. Esta é a percepção que pondero no quarto, e último capítulo. Assim, mesmo sob um discurso formador, procedido pela imprensa, os hábitos considerados inconvenientes resistiam. Para moldá-los, controlá-los ou reprimi-los, os jornais mobilizavam outras abordagens, agora, com um tom mais veemente de denúncia, de censura e de reprovação. A partir da sua exposição, essas condutas inadequadas ou desviantes eram representadas de forma negativa, como exemplos a não serem seguidos, por isso, associadas aos “sarrilhos dos diabos”.

Dentre os comportamentos representados como antagônicos aos padrões desejados, estavam algumas formas de apropriação da cidade e dos espaços de lazer, a frequência ao botequim e a embriaguez dela advinda, e o jogo. Da mesma forma como se registrava em relação às práticas autorizadas, ao expor esse tipo de ocorrência sob a perspectiva da desautorização, o que essas notas expunham era a resistência da população aos ordenamentos excessivos e à prescrição de comportamentos orientados por novas regras de conduta consideradas apropriadas aos novos padrões que se queria instituir. Indícios de um tempo que se queria apagar, e que a imprensa ajudaria a suprimir.

Enfim, as representações forjadas pela imprensa refletiam a tensão que marcou a constituição da capital mineira, indiciando, por meio dos jornais, como esse processo foi ambíguo, conflituoso, movediço.

## I INTRODUÇÃO

Escrever sobre o passado de uma cidade é dizer sobre nossas origens, nossos caminhos, nossos conhecimentos construídos e reconstruídos. Digo “nosso” porque, assim como fazemos parte desse passado, ele faz parte de nós; e o faz ao circularmos pelas suas ruas, ao observarmos suas mudanças e como se deram essas transformações. São tantas as cidades!

O passado interessa porque constitui nossa identidade. E foi assim, ao dar os meus primeiros passos na historiografia, que a escrita dessa minha história começou. Mais do que possibilitar um olhar ampliado sobre nossa sociedade, a escrita da história revela caminhos trilhados. Refiro-me, aqui, aos meus próprios caminhos.

Estudar sobre esta cidade e a sua história foi uma trilha iniciada em 2003, com meu trabalho de conclusão do curso de especialização em Lazer. Este trabalho teve como enfoque as práticas de lazer vivenciadas no Parque Municipal de Belo Horizonte em seus anos iniciais<sup>1</sup>. Ao estudar sobre o Parque, fui percebendo as intencionalidades de sua construção, e também as múltiplas apropriações dos habitantes nesse espaço, assim como as intencionalidades que perpassaram a construção dessa cidade.

Como moradora de Belo Horizonte, intrigava-me a veemência do discurso de planejamento e modernidade da cidade, expressos em livros e propagandas, ressaltando-a como uma capital arrojada e inovadora para o seu tempo. Entretanto, ao estudá-la de forma mais sistemática e crítica, pude perceber as ambigüidades e conflitos que faziam parte desse espetáculo da República. Tensões, interesses, subjetividades: se é belo o horizonte, sua constituição revelou muitas faces.

Muitas podem ser as formas de pensar sobre essa cidade: pensar sobre o presente, sobre o passado e sua história em diferentes épocas; sua configuração espacial, política, econômica, educacional, dentre outras, e por diversas entradas.

Em estudos voltados para a cidade de Belo Horizonte, a educação representa um campo de notória produção. Ela tem mobilizado muitos pesquisadores a se embrenharem nesse campo sob variadas perspectivas, sendo a História da Educação uma delas. As pesquisas se concentram, em sua maioria, no contexto escolar. Segundo Diana Vidal & Luciano Faria

---

<sup>1</sup> Este trabalho foi também orientado pelo Prof. Dr. Tarcísio Mauro Vago, e, para além da monografia, se desdobrou no artigo intitulado “Parque Municipal de Belo Horizonte: história e memória”, publicado na Revista *Licere*, v. 8, n. 2, dez. 2005.

Filho (2005), essas pesquisas têm focalizado temas voltados para a profissão docente, as políticas educacionais e as idéias pedagógicas<sup>2</sup>. No entanto, pensar em educação pressupõe considerá-la para além dos muros da escola.

Destaca Cynthia Veiga (1996, p. 50) que “nos últimos anos, produzir fontes, dialogar com o vivido, problematizar as diferentes experiências humanas no tempo vem ocupando um lugar significativo nos cursos de pós-graduação em Educação.” Assim como muitas são as formas de pensar essa cidade, muitas são também as formas de pensar a educação. A educação se faz presente em diversas práticas, por meio de diversas instituições. O lazer, nesse sentido, também se configura como prática educativa, uma vez que os indivíduos se formam nessas experiências de sociabilidade, as quais reproduzem e produzem concepções de mundo e de sociedade.

Este estudo lança um olhar sobre o lazer na cidade. Mais especificamente, sobre as suas representações na imprensa belo-horizontina, buscando compreender: que concepções e valores estariam associados a ele no contexto da constituição da cidade? Que representações sobre o lazer eram construídas e veiculadas na imprensa? Que práticas apareciam e, especialmente, de que maneiras elas eram expressas nas colunas dos jornais? Que formas de enunciação eram utilizadas para descrever e escrever sobre essas práticas?

Em busca de uma reflexão sobre as representações acerca do lazer, veiculadas na imprensa, este estudo orienta-se na perspectiva da História Cultural, que, segundo Roger Chartier (1990), tem como objeto a identificação dos modos como uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler, por meio das representações que os grupos modelam de si próprios e dos outros.

A partir dessa noção proposta por Chartier (1990), para o qual o objeto de representação não é o real, mas refere-se às “maneiras como os homens o pensam e o transpõem” (p. 62), é possível inferir que os artigos jornalísticos são produtos de representações de seus escritores sobre uma dada realidade, que “traduzem suas posições e interesses [...], descrevem a sociedade tal como pensam que ela é, ou como gostariam que fosse” (p. 19). Esse autor ainda salienta que elas são determinadas pelos interesses dos grupos que as forjam. Assim construídas, as percepções do social não são discursos neutros: produzem estratégias e práticas que “tendem a impor uma autoridade, a legitimar um projeto reformador ou a justificar para os indivíduos as suas escolhas e condutas” (*Idem*, p. 17).

---

<sup>2</sup> Esses autores apontam ainda para uma renovação temática no interior do campo, incluindo abordagens como os saberes escolares e novas fontes como as revistas pedagógicas e os jornais, possibilitando a emergência de outros olhares sobre os sujeitos envolvidos no processo escolar.

Considerar as representações dessa forma, implica reconhecê-las como matrizes de discursos e práticas diferenciadas. O que significa pensar que os discursos sobre o lazer na imprensa desempenham a função de expressar referenciais de lazer a partir de um modelo de civilidade e modernidade em voga nesse período, trazendo à tona o contexto de sua produção.

Mas, não há como tratá-las de maneira indissociada das práticas representadas, adverte Antoine Prost (1998, p. 136): “é impossível compreender uma representação sem saber de que representação é ela”, pois elas se articulam. E uma maneira de conhecê-las é tentar compreender essas articulações, a partir das diferentes representações produzidas e veiculadas pela imprensa sobre as práticas de lazer.

Além disso, suas formas de apropriação pelos indivíduos se dão de forma diversa, mesmo que sob um discurso formador. Essa idéia é explicitada por Chartier (1990) ao advertir sobre a possibilidade de o consumo cultural escapar à passividade que tradicionalmente lhe é atribuída. Assim,

[...] ler, olhar ou escutar são, efectivamente, uma série de atitudes intelectuais que – longe de submeterem o consumidor à toda-poderosa mensagem ideológica e/ou estética que supostamente deve modelar – permitem na verdade a reapropriação, o desvio, a desconfiança e a resistência. (p. 59-60)

O ideário republicano pressupunha muito mais que uma alteração na organização política brasileira, objetivava um novo ordenamento do social, com transformações marcantes, em diversas esferas, com vistas à inserção definitiva do país na modernidade<sup>3</sup>. Nesse projeto, o binômio instruir e educar põe em destaque o papel da escola como instituição educadora.

Mas, se a escola ganha centralidade como *locus* privilegiado de formação do cidadão nesse período, ela não era a única. Ao seu lado havia outras iniciativas capazes de educar o povo para essas novas sensibilidades, maneiras e costumes que se colocavam, implicando também novas formas de lidar com o corpo, com o tempo e com o espaço da cidade. Nesse contexto, a imprensa, no caso os jornais, exerciam um papel de destaque, uma vez que sua disseminação favorecia o contato dos moradores com um discurso em prol da formação de uma nova sociabilidade, novas práticas e comportamentos do ser moderno, segundo padrões de civilidade em voga naquele momento.

<sup>3</sup> De acordo com Jean BAUDRILLARD (s/d), a modernidade é “um modo de civilização característico” (p. 1) caracterizando-se como uma categoria geral que abrange várias esferas (econômica, social e cultural) e como imperativo cultural compreendendo costumes, modos de vida e cotidiano orientados por um sistema de valores que assume uma função de regulação cultural, definindo-se como uma “cultura da cotidianidade” (p. 14).



Segundo Antônio Nóvoa (1997), a análise da imprensa permite apreender discursos, tanto no nível macro do sistema, quanto no plano micro da experiência concreta, onde se “exprimem desejos de futuros ao mesmo tempo em que denunciam situações do presente” (p. 11).

Analete Schelbauer e José Araújo (2007) destacam o papel da imprensa na construção da historiografia da educação ao dizer que os historiadores da educação têm cada vez mais se “debruçado sobre novas fontes de pesquisa procurando encontrar registros, no tempo passado, sobre os caminhos percorridos pela história da educação. A imprensa, sem dúvida, tem se configurado como uma dessas novas fontes” (p. 7).

O universo da imprensa é rico e diversificado, possibilitando diversas aproximações, por diferentes portas de entrada, aos estudiosos de diversas áreas. Não poderia ser diferente com a História da Educação. Muitos têm sido os trabalhos desenvolvidos ao longo das últimas décadas, com foco na imprensa como fonte e objeto<sup>4</sup>, projetando-a como um campo fértil para os historiadores dessa área.

Como um dos quatro maciços temáticos classificados em seu texto, Jean-Pierre Rioux (1998) aborda o tema da história das mediações e dos mediadores. Esta, por sua vez, vem tratar de uma difusão instituída de saberes e informações, e também “dos suportes veiculares e dos fluxos de circulação dos conceitos, de ideais e de objetos culturais” (p. 21). Entendida dessa forma, a imprensa pode ser tomada como suporte de veiculação de conceitos e referenciais de lazer, produzindo e fazendo circular determinadas representações sobre essa prática.

Assim como a instrução, os divertimentos eram encarados como referenciais de civilidade, um dos canais de promoção do desenvolvimento da nação e de aperfeiçoamento da população da cidade.

É nessa perspectiva que este estudo pretende se articular: buscando, por meio da utilização dos jornais da época, tomando-os como fonte, refletir sobre como as práticas de lazer também se inseririam no contexto educativo, na medida em que se configuraram como um dos meios de educar a população em um modelo de civilidade e modernidade, ensinando hábitos a se adotar ou a abandonar. O que, inspirando-me no dizer de Carlos Carvalho e Geraldo Inácio Filho (2007), significa lançar luz sobre:

---

<sup>4</sup> Na obra organizada por SCHELBAUER e ARAÚJO (2007) constam diversos estudos que têm a imprensa como fonte e objeto, destacando o seu papel para educação da população, por meio vários jornais e revistas pedagógicas, sob diferentes enfoques (República, civilização, representações sociais, concepções de educação).

[...] novos sujeitos e novos problemas que, por sua vez, vão compor outros caminhos para se entender a história da educação no Brasil. Trata-se de desnudar outras experiências e outras visões que não deverão servir simplesmente para compartimentar a história, mas sim acrescentar outros elementos à sua compreensão. (p. 65)

Chamando atenção para a “faceta educativa da imprensa”, Faria Filho (2002) destaca que os jornais foram uma importante “estratégia de produção de novas sensibilidades, maneiras e costumes. Sobretudo, os jornais foram vistos como importante estratégia educativa” (p. 134), pois,

Revestindo sua atuação duma intencionalidade claramente educativa, o jornal punha em circulação uma série de matérias e assuntos que, em sua generalidade, não deixavam de compor uma representação sobre suas idéias de reforma das condutas e dos costumes. (p. 135)

Essa idéia também é desenvolvida por Maria Helena Bastos (2002) e por Milton Meira do Nascimento (1989). Para a primeira, o estudo da produção discursiva da imprensa é de grande importância, pois nos possibilita compreender como, em diversos tempos, certas representações se constituíram como verdades, contribuindo para modelar hábitos e valores. Para o segundo, educar pressupõe formar opinião, e a imprensa desempenha um papel pedagógico na transformação da sociedade, formando um público-leitor esclarecido, e por conseguinte, influenciando seus costumes.

Assim, a análise dessa produção discursiva sobre o lazer nos jornais de Belo Horizonte, objeto dessa pesquisa, busca compreender as representações forjadas pela imprensa acerca desse fenômeno. Sob essa perspectiva, o que está impresso sobre o ser lazer moderno é, ademais, um indicativo do como deve ser o lazer moderno. A cada matéria havia lições a serem aprendidas. De acordo com Sevckenko (1998, p. 539), os jornais e revistas se configuravam como “fonte de assimilação dos mandamentos sempre fugazes do gosto”, disseminando modos de vestir, hábitos a adotar, lugares a freqüentar, enfim, um fluxo de mudanças desencadeadas nas sociedades que provocaram uma marcante “mutação cultural” (p. 568) característica da vida moderna da virada dos séculos XIX para o XX.

Apesar do acesso restrito a essas publicações pelas pessoas letradas, ou por um grupo de melhor condição econômica, esse fato não minimiza a importância da imprensa para a promoção desses novos hábitos nos diferentes meios sociais, seja por meio do seu incentivo, ou pela sua reprovação. Como expõe Antoine Prost (1998, p. 135), “ainda que dispunhamos de um *corpus* de texto proveniente de um determinado grupo social, não poderemos desde logo concluir de forma válida que as representações fornecidas pelos textos definem esse

grupo diferentemente dos outros”. Outro ponto é que o jornalista se reveste de autoridade, pois é um representante de uma intelectualidade, e a ilustração intelectual era um ideal a ser buscado, especialmente naquele momento.

Seria possível pensar conforme a indagação de Alberto Dines (1986, p. 19): “o jornalismo e a história são primos – quando se pratica um deles com proficiência, chega-se, inevitavelmente, ao outro”? Penso que seria possível reconhecer essa relação, não no sentido de que o jornalismo é o reflexo do passado, objeto da história; mas no sentido de reconhecer que a imprensa é produto do seu tempo, pois nela estão expressas as transformações sociais pelas quais as sociedades passaram em um determinado período.

O jornal configura-se, assim, como um instrumento para tentar compreender uma época. Todavia, há necessidade de questionar o lugar do jornal como fonte, já que, o noticiado por ele não traduz “a” realidade, mas representações sobre uma realidade que se quer construir, permeada por discursos, marcada por intencionalidades. E como todo documento, ele é também produto de uma sociedade<sup>5</sup>, tal qual expõe Jacques Le Goff (1992).

Ainda que o jornal pretenda falar de uma realidade, seus artigos não podem ser entendidos como uma fotografia do real. Visto dessa forma, ele se distancia de uma tendência realista que vê a representação como espelho do real. Elas se referem ao real, mas não como um reflexo de espelho. Como aponta Chartier (1990), elas são historicamente construídas e passam por variadas apropriações.

As relações estabelecidas por esse autor entre o texto e o real podem ser estendidas ao jornal, entendendo-o como um tipo de texto portador de sentido. Para Chartier (1990, p. 63) “o real assume assim um novo sentido: aquilo que é real, efectivamente, não é (ou não é apenas) a realidade visada pelo texto, mas a própria maneira como ele a cria, na historicidade de sua produção e na intencionalidade de sua escrita”. Desse modo, retratado pelos jornalistas, o jornal pode refletir os anseios de uma época, exaltando ou criticando uma sociedade que se deseja real.

Tomar os jornais como fonte pode representar uma possibilidade de desenvolver estudos contemplando o regional e o local, uma vez que, ao dirigir o foco para uma determinada localidade, estamos considerando seu contexto, suas especificidades.

---

<sup>5</sup> Para LE GOFF (1992), reconhecer o documento como monumento implica reconhecê-lo como produto da sociedade. Ele diz: “o documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias” (p. 548). Ele acrescenta ainda, a necessidade do historiador criticar o documento buscando analisar as relações de força e o contexto de sua produção.

O advento da República deflagrou a idéia de um novo tempo político-ideológico, a qual, alicerçada no discurso da modernidade, da “ordem e progresso”, propunha um novo projeto de nação.

Em Minas Gerais, um dos projetos republicanos se materializa com a construção da nova capital, Belo Horizonte. O local escolhido foi o Curral Del Rey, um povoado pequeno, pacato e “belo”, onde após uma intervenção urbana rápida e profunda, se transformaria na cidade-vitrine da República.

Entretanto, Belo Horizonte não é apenas materialidade concreta da República, é também, e especialmente, uma intervenção simbólica. Ao se planejar, tão minuciosamente, uma cidade com tal relevância, capaz de difundir valores de modernidade e civilidade em voga naquele momento, pode-se perceber que o aspecto do lazer também foi pensado, uma vez que a mudança não se restringia aos aspectos arquitetônicos, e sim, uma alteração da ordem social.

Como salienta Veiga (2002, p. 80), “os projetos de reordenação urbana revelaram mais do que um novo traçado para a cidade; expressaram também uma concepção de vida, de relações sociais, culturais e econômicas”.

No caso de Belo Horizonte, há significativo número de publicações sobre a história da cidade, especialmente em seus anos iniciais<sup>6</sup>. Por se tratar de textos para publicações comemorativas, estes textos, não necessariamente constituem-se em trabalhos acadêmicos. Vários deles foram produzidos por convidados com reconhecida ligação ao tema. Muito dessas produções foi publicada em livros e coletâneas, especialmente à época do centenário da cidade, em 1997. Dentre essas publicações há livros que fazem referência aos espaços e práticas de sociabilidades e ao cotidiano da cidade. Em sua grande maioria, elas apresentam um histórico desses espaços e práticas, identificando como surgiram e como se deram seus movimentos iniciais. Sob essa perspectiva podemos citar, dentre outros, a coletânea de textos publicados no livro “Folhas do tempo: imprensa e cotidiano em Belo Horizonte” e os artigos da edição comemorativa da Revista “Varia Historia”, ambas dessa data.

Dentre os trabalhos acadêmicos produzidos, também se verifica uma expressiva produção, trazendo olhares bastante ampliados sobre a cidade. Eles abordam variados

---

<sup>6</sup> Sobre a história da cidade, destacam-se as obras dos autores: Abílio BARRETO, “Belo Horizonte – Memória histórica e descritiva”; Paulo Krüger MOURÃO, “História de Belo Horizonte de 1897 a 1930”; e Francisco Martins DIAS, “Traços históricos e descritivos de Belo Horizonte”; todas utilizadas nessa pesquisa. Há ainda outras publicações que tratam de alguns aspectos da cidade de forma mais específica que foram publicados pela Prefeitura de Belo Horizonte e pela Fundação João Pinheiro/Centro de Estudos Históricos, entre eles: “Metrópole: a trajetória de um espaço cultural”; “Notas cronológicas de Belo Horizonte 1711 a 1930”; e “Itinerário da imprensa em Belo Horizonte: 1895-1954”.

aspectos: políticos, econômicos, projeção espacial e também humana, focalizando diferentes sujeitos sociais e suas relações com a nova capital<sup>7</sup>. Alguns deles fizeram parte de minha pesquisa<sup>8</sup>, por meio dos quais pude ter acesso a diferentes aspectos da cidade, mas poucos restritos à temática do lazer.

Recentemente, alguns estudos que se relacionam com esse tema foram desenvolvidos, dentre os quais cabe citar, cronologicamente, a tese de Marilita Rodrigues: “Constituição e enraizamento do esporte na cidade: uma prática moderna de lazer na cultura urbana de Belo Horizonte (1894-1920)”<sup>7</sup>; a dissertação de Hilário Pereira Filho: “Glórias, conquistas, perdas e disputas: as muitas máscaras dos carnavais de rua em Belo Horizonte (1899-1936)”<sup>8</sup>; e a dissertação de Raphael Ribeiro: “A Bola em meio a ruas alinhadas e a uma poeira infernal: os primeiros anos do futebol em Belo Horizonte (1904-1921)”<sup>8</sup>.

Conhecer esses trabalhos possibilitou-me o acesso a essas práticas de forma bastante aprofundada, que, aliadas às outras produções, formaram uma rede de conhecimento sobre essa cidade sobre a qual também busquei jogar luz.

A maior parte desses trabalhos utilizou a imprensa como fonte, tendo nos jornais um meio privilegiado para nos dar a conhecer e refletir sobre essas práticas. Contudo, nessa pesquisa, meu olhar se concentrou em buscar uma visão global das representações sobre o lazer veiculadas pela imprensa, ou seja, o que ela fala e, especialmente, como ela fala – que práticas de lazer figuram nas páginas dos jornais e que tipo de referência é feita a elas.

O recorte temporal compreende um período que vai da construção de Belo Horizonte, marcante pela transição entre a demolição do Arraial para erguimento da nova cidade, sob o signo da racionalidade, e os anos iniciais, período em que a Capital se constituía, ainda buscando sua afirmação, baseada em aspectos que referenciaram seu planejamento e construção.

Tal como a cidade, nesse período, a imprensa também procurava constituir-se. Chamado de “período heróico” por Maria Ceres Castro (1995), essa primeira fase de fundação periodística se caracteriza pela efemeridade das publicações e, paradoxalmente, pela sua atividade febril. No início da década de 20, a cidade contava com mais de 60 títulos, em sua grande maioria, com poucos meses de circulação.

---

<sup>7</sup> Muitos desses estudos foram apontados na coletânea “Belo Horizonte em tese”, de 1995, organizada por Berenice GUIMARÃES e Sergio AZEVEDO.

<sup>8</sup> Em especial destacam-se os trabalhos de Letícia JULIÃO – “Belo Horizonte: itinerários da cidade moderna (1891-1920)”<sup>7</sup>; Luciana ANDRADE – “Ordem pública e desviantes sociais em Belo Horizonte (1897-1930)”<sup>8</sup>; e Berenice GUIMARÃES – “Cafuas, barracos e barracões: Belo Horizonte, cidade planejada”<sup>8</sup>.

Diante dessa produção efêmera, mas muito variada, com muitos títulos e com perfis editoriais diversificados, a opção tomada nessa pesquisa, privilegiou inicialmente, alguns jornais que tiveram uma vida mais perene, com tiragem regular e periodicidade significativa, mantendo uma circulação constante ao longo de vários anos, mesmo com algumas interrupções. Desta feita, entre os títulos consultados destacamos o *Diário de Minas*, o *Estado de Minas*, o *Diário de Notícias*, *A Capital*, *A Epoca*, *O Operário*, e as revistas *Vita* e *Vida de Minas*. Estes jornais estão disponíveis na Hemeroteca do Estado e na Coleção Linhares da Biblioteca da Universidade Federal de Minas Gerais<sup>9</sup>.

Referi-me a “inicialmente”, porque outra fonte de consulta me possibilitou uma amplitude maior de títulos: o acervo organizado pela pesquisadora Letícia Julião<sup>10</sup>, disponível no Museu Histórico Abílio Barreto. Por meio desse acervo, expressivo e variado, foi possível tomar contato com diversas publicações, de maior ou menor circulação, com variados enfoques, o que contribuiu sobremaneira para ampliar as fontes sobre o lazer contempladas nessa pesquisa.

Em síntese, o recorte temporal estabelecido foi orientado pelo período de circulação dos jornais nessa primeira fase da imprensa belo-horizontina<sup>11</sup>, considerando como marco inicial o ano de 1895, ano da publicação do primeiro jornal do ainda Arraial Bello Horizonte, o *Bello Horizonte*; e como marco final o ano de 1922, ano em que finda a circulação do jornal *Estado de Minas*, um dos mais consultados nessa pesquisa, sendo o jornal que, segundo Joaquim Nabuco Linhares (1995, p. 192), “lançou as bases do jornal moderno”, considerado como “marco divisório de duas eras na nossa Imprensa – a antiga e a moderna”, significando, assim, uma transição entre essas duas fases. Desse modo, os jornais utilizados, nessa pesquisa, têm seu início e fim de circulação nesse intervalo<sup>12</sup>.

<sup>9</sup> Dessa coleção, alguns exemplares digitalizados são disponibilizados na internet, no endereço <http://linhares.eci.ufmg.br/index.php?status=3>.

<sup>10</sup> Exemplares dos jornais acima citados também são encontrados nesse acervo. Além de uma variada gama de jornais e revistas, ele contém relatórios oficiais de vários órgãos da Prefeitura distribuídos em várias caixas. Outra contribuição foi quanto à reprodução das fichas, pois muitas delas puderam ser fotocopiadas, evitando o dispêndio de tempo com as transcrições.

<sup>11</sup> Segundo CASTRO (1995, p. 28), apoiada nos estudos de LINHARES (1995), a atividade da imprensa em Belo Horizonte abrange duas etapas: “o período ‘heróico’ de fundação da atividade periodística”, que vai de 1895 até 1926, e a “fase de criação e consolidação do que hoje conhecemos como ‘grande imprensa’.”

<sup>12</sup> Os jornais pesquisados foram: *Diário de Minas* de 1898 a 1902, 1909, 1913 a 1920; *Estado de Minas* de 1911 a 1916, 1922; *Diário de Notícias* de 1907 e 1908; Revista *Vita* de 1913 e 1914; Revista *Vida de Minas* de 1915 e 1916; *A Capital* de 1913 e 1914; *A Epoca* de 1904 a 1906, 1909, 1915; *O Operário* de 1900 e 1904; *Diário da Tarde* de 1910 e 1911; *As Alterosas* de 1916 e 1917; *O Papagaio* de 1916 e 1921; *O Estado* de 1911 a 1914; *O Diário* de 1915 e 1916; *A Cidade* de 1907 a 1910; *Minas Gerais* de 1894 e 1906; *O Astro* de 1910 e 1918; *Bello Horizonte* de 1905; *O Bello Horizonte* de 1915; *O Bogari* de 1904; *Folha Pequena* de 1904 e 1905; *O Binóculo* de 1908; *A Gazeta* de 1908 e 1909; *A Noite* de 1912 e 1915; *O Arrepiado* de 1921; *Quasi!* de 1910; *O Commercio* de 1910 e 1922; *A Notícia* de 1913 e 1920; *Foot-Ball* de 1917; *Domingo* de 1915; Revista *Novo Horizonte* de 1910 e 1911; *Diário Mineiro* de 1906; *A Tarde* de 1912 e 1914; *A Justiça* de 1909; *Actualidade* de 1906; *A Farpa* de 1918; *A Semana* de 1919; *Matakins* de 1912 e 1919; *Correio da Noite* de

Com a definição dessas datas foi possível estabelecer uma periodização tomada como referência para essa pesquisa. Isso não quer dizer que ela representou uma mudança extrema e pontual na produção jornalística belo-horizontina, pois como afirma Marc Bloch (2001, p. 150): “o recorte mais exato não é forçosamente o que faz uso da menor unidade de tempo – se assim fosse, seria preciso preferir não apenas o ano à década, mas também o segundo ao dia”. O fato é que, como chama a atenção Castro (1995), ao expor sobre a polêmica do corte distintivo entre a primeira e a segunda fase da imprensa de Belo Horizonte: “nos finais da década de 20, era visível a modernização da imprensa” (p. 29).

Quanto ao uso do termo *lazer*, não é objetivo dessa pesquisa “historicizar” seu conceito, ou mesmo o conceito de divertimento, mas sim refletir sobre as representações forjadas pela imprensa que dizem respeito a um conjunto de práticas culturais, vivenciadas na cidade naquele momento. Nesse sentido, remeto-me a Marc Bloch (2001), quando ele pondera a respeito da nomenclatura a ser utilizada pelo historiador dizendo que:

Estimar que a nomenclatura dos documentos possa bastar completamente para fixar a nossa seria o mesmo, em suma, que admitir que nos fornecem a análise toda pronta. A história, nesse caso, não teria muito a fazer. [...] Eis porque somos obrigados a procurar em outro lugar nossas grandes estruturas de classificação. Para fornecê-las, todo um léxico já nos é oferecido, cuja generalidade se pretende superior às ressonâncias de qualquer época em particular. (p. 142-143)

Utilizarei, portanto, a nomenclatura *lazer* para referir-me a essa esfera da vida social que compreende essas diversas práticas carregadas de sentidos relacionadas ao descanso e ao *divertimento*, sendo esse último, o termo mais comum nas fontes consultadas, e por isso também empregado. Tal opção é inspirada também em Bloch, pois, segundo ele:

[...] os documentos tendem a impor sua nomenclatura: o historiador, se os escuta, escreve sob o ditado de uma época cada vez diferente. Mas pensa, por outro lado, naturalmente segundo categorias de sua própria época; por conseguinte, com as palavras desta. (p. 136)

O termo *Lazer* – e sua derivação no vocabulário da época: *lazer*es – é raramente citado, aparecendo em cinco ocasiões: uma em 1907, outra em 1910, e as outras em períodos próximos, nos anos de 1913, 1914 e 1915.

---

1913; *O Festim* de 1919; *Novo Horizonte* de 1919; *Academia* de 1898, *A Aurora* de 1897; *O Discípulo* de 1904; *O Reclamo* de 1905; *O Alfinete* de 1907; *A Província* de 1907; *O Confederal* de 1907; *Folha do Dia* de 1911; *Correio das Locaes* de 1911, *Animus* de 1912; *O Tempo* de 1912; *A Mutuária* de 1913; *A Tribuna* de 1913; *Folha Acadêmica* de 1914; *A Floresta* de 1915; *Commercio e Lavoura* de 1916; *O Chicote* de 1916; *O Commercio de Minas* de 1916; *Correio da Tarde* de 1917; *A Nota* de 1917; *Novidades* de 1919; *A Esquina* de 1920; *O Palladio* de 1920; e *O Contemporâneo* de 1894 e 1898 (de Sabará).

Na primeira, uma matéria do jornal *O Confederal*<sup>13</sup>, em 1907, faz referência a “preciosas horas de lazer” que estariam sacrificadas em decorrência do jogo que “rouba” o tempo de convivência entre o marido e sua família.

Na segunda, em 1910, no jornal *Diário da Tarde*<sup>14</sup>, o sentido indica algumas práticas, no caso as “idas e vindas” de um grupo de rapazes por um trecho da Rua da Bahia, acompanhados da “discussão de um assumpto qualquer”. Como “taes lazeres se prolongam indeterminadamente”, diz a nota, “vae calando no espírito público uma pontinha de censura” já que entre estes havia alguns funcionários públicos que deveriam se ocupar do seu trabalho.

Essa noção de tempo se repete nas três últimas ocorrências, nas quais os termos lazer/lazer es enunciam uma noção de tempo específico. A nota de 1913, do jornal *A Mutuária*<sup>15</sup>, faz referência à construção de um “cinema modelo”, local onde as famílias poderiam “passar algumas horas de lazer”. A nota de 1914, do *Diário de Minas*<sup>16</sup>, faz referência ao roubo do “gramofone” que uma moradora da Colônia Carlos Prates “possuía para se divertir nas horas de lazeres”. E a última, a nota de 1915, da revista *A Vida de Minas*<sup>17</sup>, refere-se a “um dia de lazer e bom humor” em que a prefeitura inaugurou o busto de dois literatos da cidade (Bernardo Guimarães e Visconde do Paraná).

Esses sentidos remetem ao que se entende como lazer atualmente tanto no que se refere ao tempo institucionalizado para essa prática, quanto às próprias práticas que nele são realizadas. Mais predominante nas fontes utilizadas, os termos divertimentos/diversões aparecem associados a vivências num tempo apropriado, segundo um modelo de civilidade pretendido naquele momento, ou ainda, em desacordo com ele.

Em relação à sua etimologia, a palavra lazer origina-se do vocábulo latino *licere, licet*, termos relacionados com práticas culturais consideradas lícitas, permitidas, habitualmente aceitas. Essa significação, ainda que implicitamente, reflete uma suposta oposição entre o lazer e o trabalho: enquanto este está associado ao esforço, aquele, à folga (GOMES, 2005). Esta interpretação balizou os conceitos de lazer formulados na atualidade. Embora haja diferentes conceitos formulados por autores de expressão nacional e internacional<sup>18</sup>, alguns pressupostos definidores se mantêm constantes. Entre eles, a questão do tempo (o lazer é vivenciado num tempo – livre das obrigações, disponível, conquistado pelos sujeitos); da

<sup>13</sup> “O jogo e suas consequências”. *O Confederal*, 07-08-1907, p. 3.

<sup>14</sup> *Diário da Tarde*, 31-03-1910, p. 1. (nota sem título).

<sup>15</sup> “Cinema Popular”. *A Mutuária*, 15-04-1913, p. 1.

<sup>16</sup> “Diário Policial”. *Diário de Minas*, 01-10-1914, p. 2.

<sup>17</sup> “Chronica da Quinzena”. *A Vida de Minas*, 15-10-1915, s.p.

<sup>18</sup> Alguns deles são: DUMAZEDIER (1973); REQUIXA (1980); CAMARGO (1986); MARCELLINO (1987); BRAMANTE (1998) e GOMES (2000). Esses conceitos são discutidos no verbete “Lazer – concepções” em GOMES, 2004.



prática (o lazer se materializa numa prática – ocupação, atividade, vivência) e da busca da satisfação (por meio da escolha pessoal, os sujeitos buscam – nos momentos de lazer – prazer, fruição, felicidade)<sup>19</sup>.

Esta concepção de um tempo disponível a ser ocupado com algumas práticas também é presente na obra de Alain Corbin (2001). Para ele, o estudo histórico indica o enraizamento de práticas e usos dos tempos livres nos séculos XIX e XX, e mesmo com variações entre as elites e o proletariado, os lazeres (associados às práticas) se tornam parte da cultura moderna.

Com essa visão, o autor cita duas publicações que coadunam com os sentidos de lazer relacionados ao tempo e às práticas nele vivenciadas: um livro de 1869, em que o “loisir” era definido como “um tempo que fica disponível após as ocupações”, e outro de 1930, que o define como “conjunto das distrações, ocupações a que as pessoas se entregam de livre vontade durante o tempo que não ocupam no trabalho normal” (p. 65).

Aos elementos tempo e atividade, o autor acrescenta a busca do prazer e da satisfação que se manifestam mais exacerbadamente na Paris do século XIX, cidade que, segundo ele, constitui itinerários, maneiras de viver e formas de sociabilidade que marcaram a modernidade. Esses entendimentos estão presentes, também, nos conceitos de lazer de alguns teóricos da atualidade citados anteriormente.

Muitas são as referências aos divertimentos com esse sentido nas fontes consultadas, como por exemplo: “distrahir alguns momentos, os espíritos cansados durante o dia, na luta pela vida”<sup>20</sup>; “sacudir a tristeza e tonificar a alma”<sup>21</sup>; “entretenimento e regalo das nossas vistas”<sup>22</sup>, “bellas horas de distracção”<sup>23</sup>, “que anime e distenda os nervos entorpecidos”<sup>24</sup>.

Sob essa perspectiva, no contexto belo-horizontino dos anos iniciais do século XX, a referência aos divertimentos presentes na imprensa coaduna com esse sentido de lazer, daí a utilização de ambos os termos.

Outra opção tomada nessa pesquisa refere-se à utilização da grafia original das palavras, que muito mais que uma questão ortográfica, significa reconhecer que “as palavras também tem a sua história”, como diz Marco Morel (2005, p. 63). Elas traduzem o estilo de

<sup>19</sup> Tomaremos aqui a formulação de Christianne GOMES (2004) que concebe o lazer a partir de quatro elementos: o tempo (usufruto do momento); o espaço-lugar (mais que o espaço físico, seria o “local” apropriado pelos sujeitos); as manifestações culturais (conteúdos vivenciados como fruição da cultura) e as ações ou atitude (formas de expressão humana).

<sup>20</sup> “Club dos Lords”. *O Estado*, 25-09-1911, p.1.

<sup>21</sup> “Chronica Social”. *Diário de Minas*, 16-02-1916, p. 3.

<sup>22</sup> “Queixas e reclamações”. *O Estado*, 29-12-1911, p. 1.

<sup>23</sup> “No telephone”. *O Operario*, 24-04-1904, p. 3.

<sup>24</sup> “A cidade morta”. *A Epocha*, 05-11-1905, p. 2.

escrita de uma época; expressões que fazem parte da história dessa cidade sobre a qual lancei meu olhar.

Para finalizar, lembro das palavras de Eliane Marta Teixeira Lopes (1996): “A disposição para fazer história, ou para se ler o mundo como um dispositivo historiador, parte, antes de mais, de uma disposição radical para **ler, ver, ouvir e contar... o outro.**” (p.35). Assim, busquei exercitar meu olhar para ler e ver, com atenção e espírito investigativo, os jornais da época, tentando ouvir, como diz Nóvoa (1997), as diferentes “vozes”, projetos, anseios e realidades de diversos atores neles presentes. E contar sobre um “outro”, um passado sobre o qual busquei jogar luz.

## CAPÍTULO 1: A CAPITAL BELO HORIZONTE

### 1.1 Do “arraial bravo e sáfaro” ao “jardim encantado” da República

A partir da proclamação da República, logo Belo Horizonte já se impactaria com suas pretensões. Pouco tempo depois da proclamação, em 1891, voltava a se aventar no meio legislativo mineiro a necessidade de mudança da capital do Estado, dando início à campanha mudancista que culminaria na escolha do Curral Del Rei para sua nova sede geográfica.

O primeiro passo que colocaria o Arraial na mira das transformações que se queriam operar no país foi a mudança de seu nome. Rodrigues (1981, p. 19) relata que, com a proclamação da República, “os moradores do Curral Del Rey sentiram-se incentivados a mudar o nome do arraial por outro que melhor conciliasse com os novos ideais, deixando para trás tudo que pudesse lembrar uma situação política retrógrada”. Como nesse período era fundamental demarcar um novo tempo, o “Clube Republicano”<sup>25</sup> propôs alguns nomes igualmente sugestivos como Terra Nova, Santa Cruz, Nova Floresta, Cruzeiro do Sul e Novo Horizonte, sendo este último o preferido, mas alterado finalmente para Belo Horizonte<sup>26</sup>. No entanto, o Arraial permanecia ainda a condição de distrito pertencente ao município de Sabará.

Começaria assim a viagem (sem volta) do Arraial rumo aos novos tempos do progresso da República. A mudança do nome era somente o começo, uma vez que “tudo está pensado em função de um espetáculo que apenas começa a ser organizado” como diz Beatriz Magalhães e Rodrigo Andrade (1989, p. 123).

O fim do antigo regime impunha um marco; e este marco estava decretado, buscando inaugurar juntamente com ele uma série de transformações em diversas esferas da vida nacional. E nada mais adequado para assinalar tais transformações da República em Minas Gerais do que a mudança da capital do Estado<sup>27</sup>.

---

<sup>25</sup> Uma parte considerável da população local era francamente republicana, e a prova da sintonia com os novos ideais começou com a mudança do nome do Arraial que mais tarde sediaria a nova Capital de Minas, materialidade concreta da República.

<sup>26</sup> Essa primeira mudança se deu em 1890, fato lavrado através do Decreto n.º. 36 de 12 de abril daquele ano. Diz o decreto: “O doutor governador do Estado de Minas Gerais resolve determinar que a freguesia do Curral D’el-Rey, município de Sabará, passe a denominar-se d’ora em diante Bello Horizonte, conforme foi requerido pelos habitantes da mesma freguesia.” (RODRIGUES, 1981, p. 19)

<sup>27</sup> Assim, em 1891, com o apoio de Augusto de Lima, então governador provisório do Estado de Minas Gerais, foi promulgada a lei da mudança da capital.

Depois de tentativas anteriores, a mudança da capital, então Ouro Preto, deveria demarcar esse novo tempo que se instaurava no país, expondo física e visivelmente o sentido do rompimento com o Império. Para isso, era imperativa a demarcação de um novo espaço geográfico para concretizar um novo tempo político, o tempo do Estado, da República Federativa do Brasil, visto que, como aponta Letícia Julião (1992, p. 19) “a necessidade de distinguir-se da antiga ordem impulsiona um deslocamento, uma mudança de lugar, capaz de demarcar a emergência de um tempo de alteração social”.

Os ideais da República transcendem o plano político, materializando-se tanto no concreto, na construção de uma cidade símbolo desse novo tempo, quanto no plano simbólico, já que as transformações não se restringiam à organização espacial, mas pressupunha uma representação de um novo poder, carregado de novos ideais. No dizer de Magalhães e Andrade (1989, p. 129) trata-se, portanto, de “um processo completo que engloba os planos material e simbólico, que envolve tanto a ação quanto a representação sobre o espaço.”

A supremacia do Estado se reflete não apenas na construção, mas também, no planejamento da cidade moderna. Essa supremacia pode ser observada tanto na ação efetiva, financiada pelo Estado, como também nos espaços geográficos mais altos a ele destinados, a exemplo: a Praça da Liberdade, que sediava a Administração Estadual, e o Palácio do Governador. Era uma cidade construída pelo Estado e para o Estado como forma de reafirmar sua soberania, agora, o centro do poder.

Belo Horizonte representava esse novo poder e todo um ideário de modernidade que ele queria propalar. Sobre essa missão, João Antônio de Paula (1997, p. 47) afirma que: “de Belo Horizonte sempre se quis o exemplo, a afirmação do novo, a promessa do futuro inscrito no plano geométrico, na vocação modernista”. O culto ao novo, fruto da projeção dessa modernidade, pode ser percebido no minucioso processo de transferência da capital, no planejamento urbanístico, no emprego das novas tecnologias e também nas novas relações sociais.

Em contrapartida, Ouro Preto simbolizava tudo aquilo que se queria negar: a dominação portuguesa, o regime escravocrata, a aristocracia colonial, a exploração das riquezas do país. A mudança da capital seria, então, segundo Julião (1992, p. 21), o “primeiro passo para ultrapassar a fronteira que separava o mundo antigo do moderno”.

Se a antiga capital apresentava topografia difícil, ruas tortas, sem planejamento, a nova, segundo Maria Ceres Castro (1997):

por representar a modernidade, a futura cidade antagonizava-se com as características que marcavam o imaginário acerca de Ouro Preto, marcando a necessidade urgente inexorável de superação, expressando uma nova era que se instaurava no país por esforço de uma elite dinâmica, moderna, progressista. (p. 27)

A nova capital de Minas Gerais foi construída no local do Arraial Curral Del Rey, que se caracterizava como um povoado de aproximadamente 2.600 habitantes<sup>28</sup>, sendo uma pequena parte dele instalada na região central do Arraial onde havia algumas ruas, muitas cafuas, pequenos casebres e um largo principal no qual situava-se a Igreja Matriz da Boa Viagem, além de ser também, onde concentravam-se as atividades comerciais<sup>29</sup>. Um cenário modesto como vários outros da Minas daqueles tempos, o que favoreceria ainda mais o alumbramento que provocaria a nova arquitetura projetada para a Belo Horizonte.

O projeto da cidade moderna rompia com o modo de surgimento de cidades até então formadas pelo desenvolvimento crescente de vilas e povoados ou pela concentração do comércio. Belo Horizonte, era uma cidade planejada à régua e compasso, e contava com os mais novos serviços urbanísticos como abastecimento de água, esgoto, luz elétrica, entre outros. Ela “expressou um esforço de racionalização do espaço e de ordenamento social, em oposição ao desenvolvimento aleatório”, expõe Julião (1992, p. 73).

Considerando o cenário caótico das grandes metrópoles industriais européias do século XIX, o higienismo teve solo fértil. Baseado em preocupações sanitárias para conter as doenças e a insalubridade dos locais, ele foi a referência que orientou diversas intervenções sobre as ruas, as casas e os hábitos de sua população, justificando assim grandes transformações urbanas.

No Brasil, de um modo geral, porém, esse mesmo cenário urbano não prevalecia, haja vista a tímida produção industrial em fins desse período, e seus desdobramentos que ainda não impactavam as cidades da mesma forma como no velho continente. Apesar disso, a concepção higienista condicionou projetos espaciais e sociais no país. E Belo Horizonte, particularmente, mesmo sem “razão histórica para isso”, como observa Reginaldo Silva (2001, p. 74), também passou por mudanças profundas.

Se essa orientação era pouco necessária no que tange à salubridade, em relação à demarcação de um novo tempo, baseado em referências de modernidade, tais intervenções eram plenamente justificáveis. Maria Stella Bressiani (1998) destaca que para imprimir uma visão de progresso era necessário:

---

<sup>28</sup> BARRETO, 1995, p. 347.

<sup>29</sup> A atividade econômica do Curral girava em torno da produção de alguns gêneros alimentícios, especialmente os hortifrutigranjeiros, e o curtume, que sustentavam a fabricação de calçados e selas.

urbanizar e conferir um aspecto moderno, regular o presente e prever as demandas futuras. Tal foi a intenção dos vários planos de intervenção nas cidades. Traçado de ruas, abertura de novos bairros, zoneamento, adoção de técnicas construtivas atualizadas, estilos adequados para expressar visualmente a “modernidade”. (p. 255)

Influenciado pelos valores positivistas, o projeto da nova capital<sup>30</sup> revestia-se do que havia de mais novo em equipamentos, tecnologias e tendências urbanísticas. Era o primado da ciência, do método, da ordem. A superação do natural, do sem cultura, deveria dar lugar ao racionalismo que inspirara outras experiências urbanas de repercussão internacional, como a reforma de Paris e a construção de Washington, e também a nacional.

Nessas experiências urbanas, o Estado reafirmou-se como o centro do poder e levou a cabo seus projetos de intervenção desconsiderando, de variadas formas, a estrutura espacial e social preexistente nessas cidades. Esse também é o caso de Belo Horizonte, que se afirmaria em cima da demolição do Arraial. Demolição essa que pode ser entendida não apenas no que se refere ao aspecto físico, como também às relações sociais e às práticas culturais.

Os projetos de intervenção, então propostos, estavam fortemente permeados de uma ideologia positivista centrada materialmente na racionalidade técnica e na imposição do método científico, posta em prática por meio do planejamento urbano. Algumas dessas influências se evidenciaram na capital mineira através da análise técnica das localidades que concorriam para sede, na categorização e na comparação dos dados, na organização espacial delineada pelo traçado geométrico, assim como no ordenamento excessivo destinando cada coisa ao seu devido lugar.

Antes da afirmação da escolha do Curral Del Rey como sede da futura capital houve um rigoroso processo de análise de cinco possíveis localidades, em regiões distintas do estado<sup>31</sup>: Barbacena, Juiz de Fora, Paraúna, Várzea do Marçal e Curral Del Rey. Cada uma das localidades foi minuciosamente estudada, sendo analisadas tanto do ponto de vista do clima e da salubridade, como também das facilidades de abastecimento de água, esgoto, energia elétrica, de materiais de construção, além da ligação com as diferentes regiões do Estado.

A penúltima localidade era de imediato a melhor opção, pois tinha algumas vantagens como estrada de ferro, boa localização, além dos recursos naturais, do clima e relevo

---

<sup>30</sup> De acordo com Berenice GUIMARÃES (1991), o projeto da futura capital foi concebido por Aarão Reis antes mesmo da definição do sítio, revelando sua crença no poder da intervenção no espaço por meio da ciência.

<sup>31</sup> Aarão Reis foi incumbido, em 1892, pelo Conselheiro Afonso Pena, a proceder aos estudos das localidades mais convenientes ao novo projeto.

favoráveis. O Curral Del Rey possuía os mesmos recursos, com a diferença primordial do acesso de trem, fato que poderia em muito dificultar o abastecimento de material necessário para uma obra de tal envergadura, o que poderia colocar por terra o novo projeto, uma vez que ele tinha prazo legal máximo de quatro anos para sua conclusão<sup>32</sup>.

Apresentado o relatório das localidades (especialmente das duas últimas) por Aarão Reis, cabia agora ao Congresso Estadual a decisão da escolha do local. Depois de muita discussão, votou-se então pela localidade de Belo Horizonte<sup>33</sup>. A partir dessa escolha, era necessária a organização de uma comissão que gerenciaria a construção da futura capital mineira.

No ano seguinte, em fevereiro de 1894, foi instituída a Comissão Construtora, com a incumbência de executar o projeto. A Comissão foi chefiada também pelo engenheiro Aarão Reis e contava com a participação de outros engenheiros e técnicos, assim como profissionais de outras áreas, entre eles os médicos, que se preocupariam em garantir os padrões higiênicos apregoados nesse período.

Com relação ao plano técnico, para Aarão Reis significava a construção de uma “cidade protótipo”, tal qual define Berenice Guimarães (1991, p. 44), buscando implantar um “modelo urbano do futuro, cuja concepção seria a base e o limite da sociedade que se desejava fazer existir – moderna, organizada, com funções definidas e espacialmente localizadas”. Com relação ao plano político, tratava-se do erguimento de uma “cidade-templo”, como propõe Julião (1992, p. 22), capaz de projetar a República definitivamente na modernidade, sobre bases burguesas e capitalistas.

Tão logo instituída a Comissão, semanas depois, em fins de fevereiro de 1894, seus membros já se instalavam no Arraial e começavam a dar início aos trabalhos de análise do terreno e planejamento da planta, pois havia muito por fazer e o tempo de quatro anos era um desafio.

A partir da primeira estaca, o Curral preparava-se para sofrer uma metamorfose urbana das mais marcantes da era republicana, pois, embora outras capitais tivessem sido construídas ou reformadas com semelhantes preocupações, como informa Guimarães (1991)<sup>34</sup>, as transformações pelas quais passou Belo Horizonte foram deveras profundas para o período,

<sup>32</sup> Tal dificuldade foi também superada, pois, logo que a Comissão Construtora chegou a Belo Horizonte para proceder aos estudos do terreno e planejar a planta da Capital, também iniciou a construção do ramal férreo entre Belo Horizonte e General Carneiro, obra inaugurada em 7 de Setembro de 1895.

<sup>33</sup> Por votação apertada de 28 a 30, Belo Horizonte foi aprovada como sede da nova capital mineira, promulgada pela lei n. 3 de 17.12.1893.

<sup>34</sup> Segundo GUIMARÃES (1991) são quatro as cidades planejadas no país: a primeira foi Teresina, capital do Piauí, em 1852; a segunda foi Belo Horizonte, em 1897; a terceira foi Goiânia em 1935 e a quarta, Brasília, em 1960.

uma vez que o intuito era que elas se operassem tanto no plano físico quanto em relação às transformações sociais, a fim de que representasse material e simbolicamente o novo tempo almejado.

Uma nota na revista *A Vida de Minas*, traz uma representação dessa mudança marcante, especialmente no que se refere à estrutura urbana da nova metrópole:

Em verdade, do ponto de vista material, é estupenda a móle cyclopica do trabalho executado nesta cidade, o que, em tão diminuto lapso de tempo, converteu o arraial bravio e sáfaro neste maravilhoso jardim encantado, que enche os ádvenas de admiração pasmada.<sup>35</sup>

Nela, se observarmos as formas de se referir ao Arraial e à nova cidade podemos ver que a instituição da modernidade e do progresso estavam atrelados a uma representação negativa do seu oposto, aquilo que se queria substituir: frente ao “bravio e sáfaro”, o moderno, o “maravilhoso”.

Essa construção de uma imagem moderna, a partir da desqualificação do passado da antiga cidade, é colocada por Anateresa Fabris (2000), ao refletir sobre o cenário do Rio de Janeiro. Contudo, tais reflexões se aplicam ao esforço de legitimação da nova capital, tanto em relação à Ouro Preto – a velha capital do Império –, quanto em relação ao Curral – o arraial antigo e provinciano. Diz ela:

Romper com o *status quo* significa projetar no passado da cidade os símbolos do atraso, da inércia, de uma desordem que se espraiava pela sociedade e pelo país, propondo em seu lugar, a utopia do novo tipificada por quatro idéias básicas: retinidade, uniformidade, proporcionalidade e visibilidade. (p. 44)

Dessas quatro idéias, resultaria então a ordenação da cidade, ao mesmo tempo, utópica e exemplar, expondo a relação entre concreto e simbólico no processo de construção da mesma.

---

<sup>35</sup> *A Vida de Minas*, n.º. 10, Dez/1915, s.p.



## 1.2 A “belleza topográfica e o rigoroso capricho na execução de uma planta ideal”: tramas da nova Capital

O Curral Del Rey era um arraial formado por um povoado pequeno constituído por uma população simples, instalada em moradias chamadas cafuas ou em casebres que se concentravam especialmente no largo principal do Arraial, o da Matriz. Tão pequeno era o número de casas que no processo de desapropriação constavam 430 casas. Era um local modesto, com muitos recursos naturais e uma bela paisagem.

Nessa paisagem bucólica, logo se rasgariam largas avenidas. As cafuas e os casebres seriam demolidos para dar lugar a modernos edifícios públicos, além das diversas obras necessárias aos serviços urbanos a serem instalados. Belo Horizonte era um imenso canteiro de obras. Em meio a aterros e a desaterros, a paisagem naturalmente exuberante do Arraial se transformaria em uma nuvem de poeira constante, dando à cidade uma alcunha frequentemente presente nos jornais: “Poeirópolis”.

Quando confrontamos algumas fotos do antigo arraial e a nova cidade, podemos perceber a dimensão da mudança, uma transformação radical pela qual passou o Arraial Belo Horizonte em praticamente dois anos e meio<sup>36</sup>, período entre a aprovação da planta oficial e a inauguração da nova capital.

Em lugar de vielas, algumas delas que mais pareciam trilhas, ruas e avenidas retas e largas, tão largas que naquele tempo poder-se-ia imaginar: como seria possível habitá-las totalmente? Como circular por elas? Como delas se apropriar? E os prédios públicos? Verdadeiros palacetes que pareciam locais impróprios à entrada daquela gente simples, acostumada às vendas do largo da Matriz e aos seus casebres ou cafuas. O tamanho da cidade, os edifícios, as novas casas, os deslocamentos, a iluminação que estendia o dia, enfim, novas sensibilidades a serem desenvolvidas pela acanhada população.

As fotos do plano superior mostram uma representação sobre a realidade arquitetônica do Arraial, ainda com o nome de Curral Del Rey, embora a alteração para Belo Horizonte tenha acontecido alguns anos antes<sup>37</sup>. Podemos perceber o estilo das casas coloniais, a largura

---

<sup>36</sup> Embora a Comissão tivesse chegado no início de 1894, foi em 15 de abril de 1895 que a Planta Geral da Cidade foi aprovada. Durante esse período, a Comissão Construtora realizou os estudos do local (topografia, nascentes, geodésia, planta cadastral do arraial) para então apresentar o plano definitivo da cidade. Daí em diante o planejamento seria executado rapidamente, pois o prazo para a transferência da Capital venceria em dezembro de 1897.

<sup>37</sup> A mudança foi regulamentada pela Lei nº 02, de 1º de julho de 1901, e consta no Relatório de Prefeito de 1902, então Bernardo Monteiro.

das vielas de chão e sem passeios com seus moradores a transitar, e ao centro, em destaque, a Igreja Matriz de Boa Viagem.

Já as fotos do plano inferior exibem uma representação das transformações radicais pela qual ele passou em tão pouco tempo. Elementos de modernidade como as ruas retas e largas com passeios, as casas, os edificios públicos, os postes de luz, o bonde expõem a imagem do novo estilo de vida agora proposto.



FIGURA 1: Fotos do Curral Del Rey (plano superior) e da nova capital (plano inferior).  
Fonte: Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte/Coleção José Góes

Tentemos imaginar o que era atravessar as ruas do Arraial e pouco tempo depois circular, ou melhor, se apropriar das ruas da nova cidade. Naquele momento, ela significou uma metamorfose urbana, rápida e profunda. E essa mudança não se restringia apenas à arquitetura, mas se estendia aos aspectos socioculturais, estabelecendo novas relações com o espaço, com o tempo e com novas práticas culturais colocadas como adequadas para os novos tempos que se buscava instituir. Mas, será que essa conformação espacial e as novas demandas sociais se confirmariam?

Dois personagens literários<sup>38</sup> incorporam bem esse misto de sentimento de reserva frente às modernidades da vida citadina e a perda das raízes que se verificou entre os habitantes da nova capital: Marcovaldo, de Ítalo Calvino, e Cunha, de Avelino Fóscolo.

Marcovaldo vive na cidade grande, mas seus sentidos se orientam por percepções da natureza à sua volta. Cunha vive no próprio Curral Del Rei, pacato, pouco se seduzindo com o progresso da nova cidade. Ambos guardam sentimentos idílicos, ao mesmo tempo em que são confrontados com a intensidade e a velocidade da vida moderna, e, mesmo se inserindo nesse contexto, apesar das dificuldades de adaptação, não se distanciam de suas origens.

Para além da literatura, essas representações se expressam também na imprensa da cidade. Um exemplo é uma charge da revista *Vida de Minas*<sup>39</sup>, de 1915, portanto, quase treze anos depois da inauguração, a qual ressalta a dificuldade das pessoas simples em lidar com a organização espacial imposta pelo traçado da nova cidade, evidenciando os corpos que se desestabilizam, corpos que não se adaptam, corpos que se impactam; ou ainda no dizer de Sevcenko (1998, p. 515): corpos que se “desorientam, intimidam, perturbam, confundem, distorcem, alucinam” frente aos impactos dos novos recursos técnicos empregados nas cidades, alterando sobremaneira as sensibilidades.



FIGURA 2: Charge – habitantes impactados pela nova cidade.  
 Fonte: Revista *Vida de Minas*, 1915, s.p.

<sup>38</sup> Sobre Marcovaldo ver *Marcovaldo ou as estações da cidade*. Cunha é um dos personagens do livro *A Capital*, que vê com muita desconfiança as possibilidades de transformação em que incorreria o Curral Del Rey.

<sup>39</sup> “Que largura?”. *Vida de Minas*, 15-04-1915, s.p.

Na charge, velho e novo se confrontam: um velho senhor e o jovem guarda, um velho modo de vida e o apelo ao novo. Os elementos da modernidade – o bonde e as roupas acasacadas dos transeuntes (ainda que a postura corporal pouco alinhada denuncie sua incorporação superficial) – convivem paralelamente com o estilo modesto de um senhor, com suas roupas xadrezes e remendadas desconcertado com esse cenário.

O tempo pacato e bucólico agora deveria dar lugar aos hábitos modernos e cosmopolitas. Era difícil imaginar aquela população circulando naquele espaço surreal; e é com a monumentalidade que a República e a modernidade se afirmam.

Desse modo, a nova capital do Estado deveria ser a concretude dessa monumentalidade: as ruas, os edifícios públicos, as novas casas e também os novos comportamentos de seus habitantes. Uma crônica, publicada três anos após a inauguração, exprime esses ideais que orientaram esse projeto de cidade:

Quando uma cidade se preza de tal nome e tem, além de tudo, a responsabilidade de ser uma capital, há umas tantas necessidades que se lhe impõem como documento de seu progresso e cuja realização deve merecer-lhe os maiores e mais decididos esforços.

Nesse caso não estão apenas as necessidades rigorosamente materiaes – a iluminação brilhante, as canalizações aperfeiçoadas, as construções caprichosas, as conduções commodas; mas necessidades de ordem moral, de feição intellectual e artística que se põem tanto quanto as outras, pela simples razão de que a vida civilizada não se resume nas manifestações mechanicas do individuo ou povo. Viver é antes de tudo pensar, sentir; ou – dizendo melhor – é vibrar.<sup>40</sup>

As dificuldades advindas dessas profundas transformações foram previstas por Camarate em sua crônica (sob pseudônimo de Alfredo Riancho), que, considerando os “muitos defeitos na educação” do povo mineiro, reconhece a necessidade de medidas duras por parte do engenheiro-chefe da Comissão no período de construção da cidade, carecendo para isso, que logo fosse estabelecido um código de posturas em que:

[...] marque lugares para cada coisa e se não o fizer teremos: Jacás de toucinho arreado na escadaria dos palácios; burros presos às colunas de mármore ou de granito, como se fossem mourões de madeira; conclaves e reuniões populares, aos domingos de tarde, nos peristilos e vestibulos dos edifícios públicos, como agora nas vendas e outras infrações por todos os cantos e, para esconderijo das quais o homem não tem a previdência do gato bem ensinado!<sup>41</sup>

<sup>40</sup> *Diário de Minas*, 29-09-1900, p. 1.

<sup>41</sup> Crônica publicada no jornal *Minas Gerais*, em 25-10-1894, p. 2 e organizada juntamente com as outras da série na Revista do Arquivo Público Mineiro em 1985, pp. 169-172.

O problema das desapropriações foi a primeira causa de tensão para a Comissão construtora, dando início a um processo que estava apenas por iniciar<sup>42</sup>. De acordo com Abílio Barreto (1995), alguns moradores receberam sua indenização em lotes na nova cidade, a maioria, entretanto, foi indenizada em espécie. Como os preços dos novos terrenos eram muito mais caros que as indenizações por eles recebida, “a maior parte da população local refugiou-se nos arrabaldes da freguesia”, como relata o Padre Francisco Dias (1897, p. 85).

O pároco expõe a insatisfação do povo do Arraial frente à injustiça e à violência com que o processo foi conduzido pelo chefe da Comissão. Ao contrapô-las, contudo, evidencia ainda mais essa postura, além de explicitar a localização para onde se refugiaram os antigos moradores, ou seja, a zona suburbana da cidade, ou mesmo para fora do distrito:

O dr. Aarão Reis não merece a acusação de alguns lhe fazem de injustiças nas desapropriações.

Mais de uma vez ouvimos-o dizer, é verdade, que não queria nenhum dos antigos habitantes de Bello horizonte dentro da área urbana ou suburbana traçada para a nova cidade, e que tratasse o povo de ir se retirando; mas si, com effeito, eram esses os planos e o desejo do dr. Aarão, não se realisaram, porque foram modificados e abandonados; e, como se viu e se vê ainda, grande parte dos habitantes permaneceu no arraial. Apenas 6 ou 7 famílias se retiraram para fora do districto e o fizeram espontaneamente; todas as demais se estabeleceram, umas nas immediações da área suburbana da nova cidade, e outras conservaram-se mesmo na povoação. (p. 84)

E não era mesmo para eles. Desapontados com as promessas de progresso, com as quais não se beneficiariam, os moradores, “desapropriados com indenizações irrisórias, foram praticamente expulsos para as cercanias da Capital”, denuncia Julião (1992, p. 35). Entre elas: Calafate, Lagoinha, Carlos Prates, Barro Preto e Venda Nova. E “o pacato arraial foi varrido do mapa com todas as suas tradições”, complementa Magalhães (1997, p. 331).

Se para a nova cidade se propunha “um centro de desenvolvimento econômico e intelectual, foco da civilização e progresso, moderno, higiênico e elegante”, como diz Julião (1992, p. 10), era de se esperar que uma população provinciana e de costumes caipiras não pudesse fazer parte desse novo cenário que se inspirava especialmente “moderno e elegante”. Esta população representava o velho, e o velho era tudo que se queria apagar naquele tempo do novo. Afinal, o que se apresentava era “o sonho urbano de uma capital moderna, planejada, sem marcas do passado”, acrescenta Yonne Grossi (1997, p. 417).

Tudo isso estava previamente planejado, inclusive no traçado do projeto da nova capital que era, como afirma Julião (1992, p. 107), uma “cidade cujo planejamento distribuía

<sup>42</sup> De acordo com o Padre Francisco Dias, esse processo foi “melindroso e difícil” para a Comissão, mas a “perspicácia, energia e prudência” com que foi conduzido por Aarão Reis e a “calma e resignação” dos moradores, fez abrandar essa situação.

e hierarquizava os indivíduos no espaço”, buscando destinar o lugar a ser ocupado por cada coisa ou grupo social. O ideário de povo não passava pela população que se encontrava no Arraial, e se não fosse possível mandá-los todos para fora, necessário seria então reformar seus hábitos e costumes para se adequassem ao novo modelo. Essa reforma não se aplicaria apenas aos seus antigos habitantes, mas a todos que fariam parte dessa sociedade que se pretendia construir.

Belo Horizonte foi planejada e dividida em três áreas bem específicas: a urbana, a suburbana e a rural. A zona urbana milimetricamente planejada, contava com os mais modernos serviços urbanos como água encanada, esgoto, luz elétrica, serviços de bonde, além do fácil acesso das ruas e dos espaços de lazer. Já a área suburbana, não agraciada com tanto conforto, possuía ruas com traçado irregular, sem serviço de saneamento, moradias precárias e nenhuma estrutura para o lazer.

Sobre a área urbana, Julião (1992) relata:

Na área central, ao contrário, estavam localizados os espaços coletivos mais atraentes, os edifícios públicos, e também concentrados os serviços urbanos modernos, como saneamento, iluminação, bonde etc. Obviamente, um território elegante e acessível a poucos [...]. Ali as elites construíam suas residências, faziam seus negócios, desfrutavam seu lazer. (p. 80)

O traçado da nova capital do Estado revelaria o paradoxo do ideal republicano. Para Alícia Penna (1997), Belo Horizonte era um “espaço infiel”, que manifestava o lado segregacionista de um sistema que se propunha democrático e universalista. O que ficou mesmo foi a “ordem” para todos e o “progresso” para poucos. E aqueles que não se revestissem desse pretenso perfil, que não se mostrassem preparados para viver este novo tempo, seriam colocados literalmente à margem.

O sentido de ordenação e hierarquização eram tão presentes que tudo possuía seu lugar previamente pensado e preparado, de acordo com sua importância no novo modelo político, econômico e social<sup>43</sup>. Pode-se perceber esta influência nos nomes dos bairros (dos Funcionários, dos Militares) das praças (do Mercado, do Estado) e das ruas (Rua do Comércio – hoje, Santos Dumont, Avenida Liberdade – hoje, João Pinheiro). Além da distribuição de outros espaços planejados, dentre eles, os de lazer.

<sup>43</sup> Essa organização segregacionista não se aplica de todo em relação à instalação dos funcionários vindos de Ouro Preto, pois como observa GUIMARÃES (1991, p. 50), “na área destinada às casas dos funcionários públicos não havia separação hierárquica do espaço e a única diferença que existia era apenas quanto ao tipo de casa”, já que a distribuição dos terrenos a esses funcionários foi feita por sorteio. Segundo ela, essa segregação na ocupação do espaço se concretizou posteriormente por meio de um conjunto de medidas tomadas pelos governos do Estado e Município corroborando com a especulação.

A presença forte da República também se refletia nos nomes destinados às ruas e praças. Às praças, ao ideário republicano, aos homens expoentes e às datas da República (Liberdade, Federação, Tiradentes, Marechal Deodoro, 15 de Novembro). Às avenidas e ruas, aos Estados da Federação, aos homens importantes para Belo Horizonte e às coisas do Brasil (Afonso Pena, Álvares Cabral e as tribos indígenas).

O desejo de progresso por meio da ordem se materializava no projeto dessa cidade. E, a partir desse espaço ordeiro era preciso conformar um cidadão ordeiro – população ordeira, trabalhador ordeiro, aluno ordeiro, lazer ordeiro – capaz de fazer cumprir um modelo de civilidade que inscreveria a modernidade do país rumo ao próximo século.

Para Cynthia Veiga (2002), a cidade e as relações que nela se estabelecem a definem como “sujeito-educador”, pois, mais do que uma reforma do espaço, ela pressupõe uma nova concepção de vida, um redimensionamento material e cultural da população. Segundo ela, “seu perfil pedagógico deixa escapar um projeto de cidadania e educação que vai se concretizando na própria materialização da cidade” (p. 100).

Ao mesmo tempo em que a urbanização transformava espacialmente a cidade, ela transformava também os modos de vida de seus habitantes ao regular a circulação, ao organizar locais específicos para cada atividade, assim como as próprias atividades que, de agora em diante, seriam cabíveis a essa sociedade civilizada, ordenada e asséptica que se ambicionava.

Para além da materialidade da cidade e de sua função educadora, a República precisava desenvolver outros meios de educar a população, demarcando definitivamente o tempo da “ordem e progresso”. Voltando seus olhos para essa educação desde a infância, a escola, como pondera Tarcísio Vago<sup>44</sup> (2002, p. 213), foi “produzida e representada como capaz de promover uma ‘revolução de costumes’ nas crianças”, esperando, assim, que a instituição dessa cultura escolar repercutisse nas práticas sociais. Expõe ele:

[...] a escola foi autorizada a inscrever nos corpos das crianças – particularmente das crianças empobrecidas economicamente – maneiras julgadas superiores, modos considerados civilizados, orientando-as para assumir condutas corporais inteiramente distintas daquelas que possuíam. (pp. 213-214)

---

<sup>44</sup> VAGO (2002) explora a tríade educativa: educação intelectual, moral e física, como matriz que orientaria a educação racional dos habitantes da cidade moderna, de um Estado e de uma Nação que aspiravam ao progresso. As três dimensões dessa tríade constituíam dispositivos organizados também em torno de uma disciplina escolar: a “educação física”, que por meio da prática da ginástica, cultivava os corpos das crianças, contribuindo para o progresso almejado.

O projeto formador não se restringia, assim, ao plano material da cidade, ou ao plano da educação formal. A nova ordem se manifestava no campo social como um todo, nas diferentes esferas, e entre elas, o lazer dos habitantes, conformando novos padrões de comportamento e novas formas de sociabilidade modernas e civilizadas. E para que elas se desenvolvessem, todo um discurso do que era e o que não era moderno foi mobilizado. Entre essas iniciativas estavam os novos espaços que incitariam novos hábitos a serem desenvolvidos por seus habitantes.

### **1.3 “Dotando a Capital com um divertimento moderno, agradável e útil”**

Após pouco mais de dois anos e meio de efetivos trabalhos de execução do projeto, a nova capital foi, enfim, inaugurada em 12 de Dezembro de 1987 com o nome de Cidade de Minas<sup>45</sup>. Estava instalada então a nova capital, sonho para os republicanos e pesadelo para os ouropretanos e para os funcionários do governo que tinham que ali se instalar, mesmo que a contragosto.

Os habitantes da Capital, pensada pelo Estado e para o Estado, eram essencialmente os funcionários públicos, os efetivos da polícia, e as elites emergentes. Isso era o que estava nos planos dos seus idealizadores, mas à época da inauguração, havia na cidade uma massa de operários que correspondia a mais da metade do total de habitantes<sup>46</sup>, pessoas de diferentes origens que iam se integrando ao espaço da cidade, formando um caleidoscópio de interesses, problemas, conflitos e aspirações.

Com todo um apelo para a instituição de novos referenciais, aliado a um mosaico populacional esvaziado de relações familiares entre si, provocado pela expulsão de seus antigos moradores para as regiões adjacentes e a chegada de novos – funcionários públicos, operários e “aventureiros” que vinham tentar a sorte na metrópole – a cidade nova surge sem identidade.

Além das novas relações entre a cidade e seus novos habitantes, o modo de vida cosmopolita proposto veio confundir ainda mais este cenário de revolução sócio-econômico-

---

<sup>45</sup> O nome da Capital voltaria a ser Belo Horizonte em 1901, através da Lei nº. 302, de 1º de julho daquele ano, conforme publicado no Relatório do Prefeito Bernardo Monteiro, de 1902.

<sup>46</sup> Segundo GUIMARÃES (1991), à época da inauguração havia na cidade cerca de 7.000 trabalhadores, a maioria estrangeiros, um número representativo para uma população total de 12.000 pessoas. Para os “indesejáveis habitantes” não se tinha pensado a cidade, o que levou ao surgimento de cafuas e barracos por todo lado.



cultural. Essas questões impactaram sobremaneira os modos de vida das pessoas, provocando mudanças bruscas no cotidiano das relações na virada do século.

Uma crônica publicada na revista *Vita* dá a dimensão dessas mudanças físicas e sociais que se passavam nessa “cidade pretenciosa”, permeada por contradições e descompassos entre o velho e o novo, o antigo e o moderno, o provinciano e o cosmopolita:

Andava elle trocando pernas pelas ruas de uma cidade muito nova e muito bella, toda forrada de pó no tempo da seca e toda calçada de lama no tempo da águas, – uma cidade cheia de arvores, toda illuminada, com sua Empresa de Eletricidade arrastando pelas ruas uns calhambeques de bondes, que andavam largando os pedaços e descarrilando a cada momento, – uma cidade pretenciosa, onde o *engrossamento*, a bolina, o elogio mutuo, a cavação, haviam assumido as proporções de instituição, – uma cidade onde a hypocrisia e a bandalheira eram dogmas, – uma cidade com dois bairros urbanos – um cheirando a lenços d’alcobaça e a mofo de secretarias e outro tresandando a água de colônia, a perfumes almiscarados, a lysol, a toucinho e a álcool – mas uma cidade muito moderna e muito linda.<sup>47</sup>

A cidade tão minuciosamente planejada e construída, em cima da demolição do Arraial, possuía um forte apelo artificial. Fato que se refletia até no comportamento dos moradores. A artificialidade e o culto ao novo, disseminados nesse período, provocavam na população uma busca e imitação de hábitos de cidades desenvolvidas como Rio e São Paulo, para não falar na Europa, especialmente a França. Isto pode ser percebido claramente nas atividades culturais que, com muitos tropeços, buscavam se implantar na cidade. Siqueira (1997, p. 91) comenta a respeito dessa imitação: “[...] se os mineiros pretendem fazer de Belo Horizonte uma pequena Paris, começam a fazer de si mesmos um arremedo de parisienses. Nas roupas que usam, nas práticas sociais que adotam, na literatura que cultivam.”

O lazer é um elemento da vida moderna<sup>48</sup>, um dos referencias de civilidade e, nessa cidade que pretendia ser um ícone da modernidade e progresso, podemos perceber sua presença, ou melhor, a presença de uma dada concepção de lazer, em consonância com esse modelo de sociedade e de cidadão agora proposto.

Desse modo, a preocupação de seus idealizadores se evidenciava ao serem projetados espaços específicos para esse fim, pois, assim como a organização espacial da cidade ansiava materializar essa nova concepção de vida nas diversas esferas, o lazer também carecia de uma materialidade física, daí a necessidade de se projetar espaços apropriados a essa prática cultural.

<sup>47</sup> A. B. “O Phoca”. *Vita*, 06-06-1914, s.p.

<sup>48</sup> Para maiores informações, ver estudos de COBIN (2001) e SEVCENKO (1998).

Alguns desses espaços foram efetivamente construídos, outros, porém, não passaram de sonhos no papel. Além dos espaços específicos, outros espaços propícios à sociabilidade foram apropriados, como as praças, que além da função estética no traçado se configurariam como locais de encontro, e as ruas centrais, em especial a Rua da Bahia com sua intensa atividade comercial e cultural, constantemente representada como a artéria *smart* da Capital.

Dentre os espaços planejados e construídos, o Parque Municipal merece destaque.

O Parque já estava previsto desde o planejamento da cidade<sup>49</sup>. Pensado para ser um espaço de lazer moderno da Capital, ele aparece já na primeira planta de Belo Horizonte. Afinal, se os hábitos de lazer modernos previam o passeio em parques, era imprescindível que a nova cidade se aparasse de tal espaço.

Richard Sennett (1998) pondera que, ao longo do século XVIII, com o desenvolvimento das cidades e de novas redes de sociabilidade, aumentaram-se os locais que abrigavam essa vida pública<sup>50</sup>. Segundo ele, essa “foi a época da construção de enormes parques urbanos, das primeiras tentativas de se abrir ruas adequadas à finalidade precípua de passeio de pedestres, como uma forma de lazer” (p. 32).

O Prefeito Bernardo Monteiro, em seu relatório de 1902, ao utilizar a comparação territorial com o parque argentino (mais de três vezes maior que o Parque Municipal) deixa transparecer a necessidade desse tipo de espaço como quesito de civilidade e cultura ao dizer que: “para avaliar o apreço em que são tidos os Parques entre os povos cultos, basta lembrar que Buenos Aires, além de outros, possui o – Parque 3 de Fevereiro – com uma área de 225 hectares” (p. 48), enquanto o de Belo Horizonte tinha 62 hectares. Com esse argumento ele justifica os beneficiamentos realizados e por realizar, a fim de torná-lo “um dos mais belos da República, logo que possível tratar de toda a sua área” (*Idem*, p. 47).

Além da sua expressiva área, correspondente a uma seção de quarteirões inteira, a localização do Parque também dá uma dimensão do valor desse tipo de lazer no novo estilo de vida agora proposto. Sua localização é privilegiada, no coração da cidade, às margens da Avenida Afonso Pena, principal artéria viária e centro obrigatório da cidade. Como podemos ver na Planta Geral da cidade entregue em 1895, ele se encontrava na área central, na Av.

<sup>49</sup> O Parque é um espaço de relevo na história de Belo Horizonte desde o seu planejamento. Tão logo aprovada a construção da cidade é no espaço onde seria o Parque – uma fazenda chamada Chácara do Sapo, de propriedade da família Vaz de Melo – que se instala Aarão Reis, chefe da Comissão Construtora, em março de 1894. Desde os primeiros meses de estudos e elaboração da Planta Geral da Cidade, o Parque se revela como referência geográfica a partir do qual se projetaria a cidade.

<sup>50</sup> SENNETT (1998) ainda cita os cafês, os bares e o teatro como novos espaços de sociabilidade “adequados ao intercâmbio entre estranhos e que não dependiam de privilégios feudais fixos” (p. 32).

Afonso Pena, a “Avenida-mãe”<sup>51</sup>, e não em qualquer lugar, às margens da cidade, em local longínquo ou afastado, mas sim no centro, grande e acessível aos novos e desejados habitantes.



FIGURA 3: Planta Geral da Cidade de Minas  
Fonte: *Panorama de Belo Horizonte: atlas histórico*, 1997.

Como um território remanescente do Arraial, o espaço possuía uma beleza natural, mas aos olhos dos modernos urbanistas, crua e rústica. Com base nessa premissa, seria necessário uma série de intervenções para domesticar o espaço, a partir das mais novas tendências paisagísticas em voga na Europa, de modo que ele se tornasse o parque central de uma cidade que se queria cosmopolita, em nada devendo aos grandes parques europeus<sup>52</sup>.

Inicialmente o projeto original do Parque previa uma área de 555.060 metros quadrados, onde, aproveitando a natureza do terreno, se projetou, de acordo com a Companhia Vale do Rio Doce – CVRD – (1992):

[...] um grande lago para passeios em canoa, ruas largas para os carros, ruas extensas e planas para os bicicletas, um coreto para música, um restaurante, um cassino com teatro, um observatório meteorológico, uma ponte artística e um imponente portão de entrada. (p. 22)

<sup>51</sup> *As Alterosas*, 04-11-1916, p. 4.

<sup>52</sup> O convidado para dirigir os trabalhos foi o arquiteto paisagista francês Paul Villon, que influenciado pela tendência inglesa de paisagismo romântico, projetou “uma ilha de romantismo na geométrica cidade” (CVRD, 1992, p. 20). Uma ilha natural em meio à *urbs*, o único resquício de natureza do Arraial preservado, ainda que, com muitas intervenções urbanísticas, ditas, beneficiamentos.

Um projeto de lazer deveras arrojado, digno das pretensões daquele tempo. Os equipamentos projetados<sup>53</sup> indicam o tipo de lazer pretendido para a cidade, decerto muito diferente dos hábitos locais do antigo Arraial. Seguramente, um espaço capaz de contribuir para a criação e a viabilidade de novas demandas a serem desenvolvidas; capaz de gestar um novo *modus vivendi*, moderno, cosmopolita, republicano.

Nos primeiros anos, o Parque demonstrava assumir uma posição de muita importância para a cidade. No livro de Fóscolo (1979), várias são as citações a seu respeito, realçando a frequência dos habitantes. Um trecho, entretanto, esclarece os extratos sociais que podiam nele adentrar:

O recinto do Parque, quase nu de vegetação, pintalgara-se de povo com suas vestes de cores variegadas zebando o verde relvado. Os ciclistas corriam, através das ruas roxas e circulares. [...] Em cima, no gradil, o povo ávido de distrações formava uma linha extensa. A gargalhada franca da multidão estridulava ali à queda de algum ciclista neófilo e frases incompletas, em várias línguas, sobressaindo o italiano, ecoavam no ar. (p. 157)

Sua localização central, na zona urbana, habitada pela elite local, dificultava a frequência das camadas populares que residiam na zona suburbana ou em suas imediações. Tanto pela questão geográfica, quanto também pela questão simbólica, deixava-se transparecer o tipo de freqüentador desejado nesse espaço público de lazer.

O Parque era, pois, um cenário concorrido para os eventos da “melhor sociedade” belorizontina, concretizando-se, cada vez mais, como um espaço de referência da vida sociocultural, refletindo também as contradições sociais dessa cidade. Sua menção constante em notas da imprensa, seja em jornais ou revistas, comprovava ainda mais sua importância. O que acontecia no Parque era digno de registro: festas beneficentes, desfiles escolares, batalha de “confetti”, eventos sociais, acontecimentos esportivos. Vejamos alguns exemplos:

O denotado Club carnavalesco « Progressistas » promove para os dias 5, 6 e 7 de setembro, deslumbrantes festejos em benefício de seus cofres sociais, consistindo os mesmos numa batalha de « confetti », sports diversos e diversões populares, havendo, além disso, uma grande tombola.

O « chou » desses festejos será, porém, o cabaret ao ar livre, agradável surpresa que aquelle club reserva as exmas famílias, e que será levado à effeito com o concurso valioso de diversas artistas em « tournée » por esta capital. [...]

O Parque Municipal foi o ponto escolhido para a realização desses festejos, apparecendo, durante elles, feericamente illuminado.<sup>54</sup>

<sup>53</sup> A Planta do Parque e os projetos do observatório, a ponte rústica, o quiosque e o portão constam no Anexo deste trabalho. Entre esses projetos, foram efetivamente construídos o lago, as alamedas, a ponte artística, o coreto e o portão. O restaurante, o observatório e o cassino com teatro não saíram do papel.

<sup>54</sup> “Festejos no Parque”. *Diário de Minas*, 29-08-1915, p. 1.

Proseguem activamente os preparativos para a festa infantil amanhã. No parque, onde se realizará, estão sendo construídas tolda e barraquinha, estando sendo aberto um caminho zig-zag para uma entrada a abrir na avenida Affonso Penna, pouco adiante do cruzamento com rua da Bahia. Os esforços desenvolvidos fazem esperar que tudo corra com máxima ordem e as creanças se portem bem. [...] ella se effectuará as 7 horas da manhã e há todo o empenho em que seja o maior possível o numero de creanças presentes.<sup>55</sup>

Realizar-se-á nos dias 4, 5 e 6 do corrente, no Parque Municipal uma Kermesse em beneficio das obras da freguezia da Boa Viagem. Os promotores da Kermesse contam com o concurso de exmas senhoras e senhoritas da nossa mais alta sociedade.<sup>56</sup>

Ao que dizem vão ressurgir as belas tardes de outr'ora no Parque... Não há de certo quem não se lembre dellas... As ruas flexuosas do Parque, onde a relva nova dava uma cariciosa impressão de frescura, enchiam-se de gente, de mocidade alegre, de senhoras graciosas, orgulhosamente sedutoras nos vestidos leves e claros de passeio, enquanto junto ao pavilhão do Velo-Club os apostadores e os "sportmen" discutiam a corrida que findara e as probabilidades da que viria dahi a pouco, disputando sobre a agilidade e a resistência dos ciclistas – a primavera da cidade florescendo em força e graça – que passavam por entre a multidão, petulantes nas suas camisetas de cores e nos seus trimphos...<sup>57</sup>

A importância desse “maior e mais famoso ornato da cidade”<sup>58</sup> fica evidenciada não apenas pelas citações na imprensa ou pela frequência dos habitantes, mas também pelas constantes obras de benfeitorias realizadas pelo poder público: ajardinamentos, calçamento, limpeza, iluminação, “equipamentos” de lazer, além da subvenção à banda que lá tocava aos domingos. A cada Relatório do Prefeito apresentado ao Conselho Deliberativo, mais de uma página se dedicavam a esclarecer as obras e benfeitorias nele executadas, enfatizando o investimento do poder público no Parque. Vejamos um trecho de um Relatório do Prefeito Benjamim Jacob, de 1907:

A parte deste logradouro público, fazendo face para a avenida Mantiqueira e até hoje não beneficiada, foi entregue ao Governo do Estado [...]. A outra, já beneficiada, tem merecido todo o cuidado da actual administração, cujo intuito é tornal-a um centro procurado de diversões. O pavilhão que pertencia à extinta sociedade « Velo-club », e cujo soalho mandei consertar, foi novamente pintado e tem servido para as retretas da banda de música « Carlos Gomes », subvencionada pela Prefeitura. Tenho propostas de dous capitalistas aqui residentes para introduzirem no Parque vários divertimentos, mediante certos favores da Prefeitura.

<sup>55</sup> *Diário de Noticias*, 06-09-10-1907, p. 1.

<sup>56</sup> “Kermesse”. *Estado de Minas*, 03-01-1914, p. 2.

<sup>57</sup> “Echos”. *Diário de Minas*, 09-06-1902, p. 1

<sup>58</sup> “Exposição Municipal”. *A Capital*, 23-07-1913, p. 1.

A história do esporte em Belo Horizonte e o Parque se entrecruzam várias vezes<sup>59</sup>. Algumas modalidades tiveram nele o seu local de iniciação. A começar pelo ciclismo, que teve uma vida curta, porém, bastante expressiva. Como vimos, ele contava com um clube representativo, o Velo Club, e um pavilhão construído para que seus expectadores pudessem acompanhar melhor as corridas de bicicleta, de velocípede e a pé.

Outra atividade esportiva desenvolvida no Parque foi o *football*. Em uma de suas alamedas, foi realizado o primeiro “ensaio”, em 3 de maio de 1904, fato que mereceu divulgação na imprensa local, como informa Octávio Penna (1997, p. 83). O futebol e o Parque aparecem juntos em várias situações, entre elas, a criação da primeira agremiação de futebol, o Sport Club Foot-ball, que ali realizava seus treinos e onde mais tarde foi construído seu pavilhão e área de jogos, além da fundação de outro clube por um grupo de adolescentes, o Atlético Mineiro Football Clube. No terreno do Parque, área correspondente ao quarteirão do que é, hoje, um hipermercado, também foi construído, anos depois, o estádio do América, que lá permaneceu por muito tempo.

Além de suas alamedas, no lago norte do Parque, em 1909, realizou-se a primeira competição pública de natação (CVRD, 1992). E anos mais tarde, já na década de 20, desenvolveu-se a prática do tênis, para o qual foi construída uma quadra e um *rink* de patinação.

Mas além das relações do Parque com o surgimento e a consolidação de algumas práticas esportivas em Belo Horizonte, relaciona-se a ele também, uma representação sobre higiene que permeou toda a construção da Capital. Por ser um gigante verde em meio à *urbs*, o Parque significava um espaço de natureza, de ar puro, um local que traduzia toda uma preocupação higiênica da época, materializada na sua construção e explicitada pela administração municipal, ao referir o Prefeito em seu Relatório, em 1911, ao “empenho de garantir a seus habitantes dentro da própria cidade um grande e precioso laboratório natural de oxygenio ao lado de agradáveis passeios matutinos e pela tarde.” (p. 17).

No Parque, também, se desenvolveu um hábito comum naquela época: o *footing*, que tinha nas suas largas alamedas espaço propício para essa prática. À sombra das árvores, mocinhas e rapazes circulavam para lá e para cá, num “intercâmbio silencioso dos olhares”, diz Letícia Julião (1992, p. 100).

Mesmo após muitos desmembramentos – que o reduziram a um quarto da área original – o Parque foi, especialmente nos anos iniciais, um espaço de lazer de referência na cidade,

---

<sup>59</sup> Para maiores informações, ver RODRIGUES (2006).

uma vez que outros espaços ainda não tinham sido edificadas. Além dele, dois outros foram projetados na planta<sup>60</sup>: o Hipódromo, o e o Zoológico.

O espaço reservado ao zoológico era em um quarteirão nas imediações do Palácio da Liberdade, o que também sugere o valor de determinados espaços de lazer nesse período. Mas ele não foi construído. Em seu lugar, décadas mais tarde, foi construído o Minas Tênis Clube<sup>61</sup>.

O Hipódromo, diferente do Parque, não estava localizado na área central, mas na zona suburbana da cidade. Suas dimensões também eram expressivas, mas sua localização nem tanto. Ele ficava no Calafate, região de núcleos agrícolas, e próximo ao Barro Preto, bairro ocupado essencialmente por operários.

Também chamado Prado Mineiro – nome da sociedade responsável por sua construção – esse espaço planejado foi construído em 1905, ficando pronto no ano seguinte. Semelhante iniciativa, no entanto, já tinha sido semeada em 1902, embora desde 1898 já existissem rumores reivindicando a construção de tal espaço.

No relatório apresentado pelo Prefeito Bernardo Monteiro, em 1902, consta a deliberação para “construção, uso e gozo de um prado de corridas no lugar designado na planta geral da cidade”. Para tanto, “a Prefeitura concedeu-lhe isenção de impostos pelo prazo de 5 anos, obrigou-se ainda a fornecer-lhe água potável necessária e a estender até o local do prado a linha de bondes actualmente em construção” (p. 55).

Entre seus argumentos, a preocupação higiênica pode ser observada, destacando-se os “exercícios físicos” como “objetivos das administrações municipaes”. Inspirado em algumas cidades que premiavam praticantes que se destacavam em provas de equitação, ginástica, tiro e esgrima, ele instituiu: “não sendo inovação, portanto, trata-se de um benefício real, imprescindível, que deve aqui também ser posto em prática” (*Idem*, p. 57).

Podemos observar, por meio desse exemplo, um movimento que marcou as iniciativas dessa natureza, nesse período: a subvenção direta ou as vantagens indiretas dadas pela administração municipal para os promotores de algumas práticas modernas de lazer. Concessões de terrenos, destinação de verbas, isenção de impostos, subvenções, são algumas

<sup>60</sup> Segundo BARRETO (1995, p. 253), entre os projetos previstos e não realizados pela Comissão Construtora consta também um Politeama. Mas, não foi encontrada nenhuma citação a respeito desse espaço em outras fontes, nem sua presença em plantas da Comissão Construtora consultadas.

<sup>61</sup> Apesar de o terreno ter sido repassado ao Minas Tênis Clube, o desejo de ter um espaço semelhante resultou na adaptação de um local no Parque para abrigar os animais. Mesmo sem verbas específicas para tal projeto; “com o passar dos anos, conseguiu-se reunir no Parque um número considerável de animais, [...] que faziam ‘o encanto da gente domingueira’.” (CVRD, 1992, p. 80). Este minizôo funcionou no Parque dos anos 20, aproximadamente, passando pelos anos 50, pois, a maior parte das pessoas entrevistadas na pesquisa de VILHENA (2004) fez comentários a seu respeito.

das ações do poder público para fomentar tais práticas, demonstrando uma preocupação com a melhoria das condições culturais dos habitantes.

No caso do Prado, a construção da linha de bonde vem referendar a preocupação do poder público em promover tais práticas. Com horários específicos, de hora em hora, aos domingos, saíam os bondes da esquina da Rua da Bahia com Afonso Pena até o local. Outra forma de incentivo, segundo Rodrigues (2006), foi a redução do valor das passagens nos dias de corrida, conseguida pela diretoria do Prado junto à Prefeitura.

Concomitante à prática do turfe, ou mesmo após o fim de suas atividades, o Prado abrigou também exposições agropecuárias. Em algumas delas, além da exposição de animais, eram programadas “inúmeras diversões, de diversas ordens” para atrair os visitantes. Uma nota do *Diário de Minas*, de 1909<sup>62</sup>, informa que entre dois pavilhões de exposição foi montado em “elegante galpão onde se exhibirá a famosa coleção de animais do capitão Rimi (cobras, jacarés, habilíssimos macacos, etc.)”. E continua: próximo ao restaurante montou-se também um “theatro dividido em três seções sendo uma para Cinematographo, outra para Theatro Concerto e outra para um Theatro Variedades, onde cançonetistas, prestidigitadores e illusionistas farão as delícias dos *habitués*”. São citadas ainda outras diversões como o “tiro ao alvo, carrussel, balanços higienicos importados dos Estados Unidos e cosmorama com vistas nacionaes e estrangeiras”. Em outra nota, do *Estado de Minas*, de 1913<sup>63</sup>, as diversões informadas incluíam, além do tiro ao alvo, “cavallinhos mechanicos, cinemas, corrida de bicycletas”, um “match” entre Athletico e América e uma “batalha de confeti”.

A freqüência dos habitantes era incentivada pela imprensa. Como salienta Rodrigues (2006), a presença de autoridades de vulto do meio político era noticiada como forma de dar mais prestígio a esse evento, assim como a programação, os palpites, a freqüência do público, enfim, “tudo o que pudesse servir para divulgar aquela modalidade esportiva” (p. 141).

Apesar de variada programação e do esforço da imprensa em divulgar tais eventos, a indiferença do público e a fraca e medíocre concorrência nas corridas no Prado foi um fato passível de ser comentado nos jornais. Contudo, esse meio de comunicação buscava dar impulso a esses eventos na Capital, representando-os como “divertimento moderno, agradável, útil”, amplamente praticado em “todo o mundo”:

É triste, é lastimável que a sociedade bellorizontina ainda não compreendesse a necessidade que há de sancionar com sua presença o esforço dessa meia dúzia de homens de boa vontade, que, num momento de rara abnegação, resolveram dotar a

<sup>62</sup> “Exposição Agro-Pecuaria – As Diversões”. *Diário de Minas*, 08-08-1909, p. 2.

<sup>63</sup> “Exposição Industrial”. *Estado de Minas*, 13-11-1913, p. 1.



Capital de Minas com um divertimento moderno, agradável, útil em muitos sentidos e que em todo o mundo adquiriu direitos de cidade. Esperamos que a apathia do nosso povo seja transitória e que ainda muito cedo possamos dizer: Minas caminha na vanguarda das outras capitães do Brazil.”<sup>64</sup>

Transitória não foi a apatia do povo, mas sim, essa prática. O Prado, entretanto, não deixava de ser um espaço concorrido para outros eventos. Uma apresentação do aviador Bergmann, em comemoração à semana da aviação, foi amplamente noticiada na imprensa, em 1914. Uma dessas notícias mostra, porém, outro tipo de freqüentador, agora interessado também nesse divertimento civilizado, e que não podendo pagar, acabava “trepando pelas cercas”. Conta a nota que, após a grande publicidade dos jornais ao evento, era de se esperar que:

[...] a concorrência não fosse diminuta.  
Puro engano! No recinto, pouca gente, raros automóveis, muito pó. Fora, sim: espriava-se de grande multidão, avançando nos bondes e trepando pelas cercas. É que a crise é um facto e Bello Horizonte civiliza-se...<sup>65</sup>

No Prado também funcionava um campo de futebol, que durante os anos iniciais, foi bastante utilizado por seus praticantes, pois, como relata Ribeiro (2008), ele era um “espaço destinado à prática atlética que, no período, constituía-se no centro para atividades ao ar livre com maior capacidade de receber público” (p. 150).

Como dito anteriormente, alguns espaços específicos para a prática do lazer foram planejados, outros, porém, a despeito de sua ausência de especificidade, foram apropriados com esse sentido. Além da função de circulação, os passeios largos das ruas, muitas delas arborizadas, se configuraram como local propício à prática do *footing*, com destaque para Rua da Bahia, que condensava todo o pretense *smartismo* da cidade. Essa prática era bastante comum na cidade daqueles tempos, acontecendo também no Parque Municipal e em algumas praças.

A Praça da Liberdade, local em que estavam situados o Palácio do Governo e as secretarias do Estado, também foi apropriada como espaço de lazer.

Representado pela imprensa como “um dos pontos recreativos de mais encanto e sedução”, um “logradouro público” que “offerece variantes e esplendidas ao espírito afflictio e ao corpo cançado”<sup>66</sup>, ela abrigou diversos tipos de eventos: comemorações da Independência, desfiles escolares, evoluções militares, quermesses, missas, festas religiosas, barraquinhas.

<sup>64</sup> CAMPEÃO-MÓR. “Sport”. *O Binoculo*, 31-05-1908, p. 10.

<sup>65</sup> “A aviação na Capital”. *Folha Acadêmica*, 07-06-1914, p. 1.

<sup>66</sup> “Chronica Social”. *Diário de Minas*, 15-02-1916, p. 3.

Uma das atividades permanentes e veiculadas com frequência pela imprensa eram as retretas. Por iniciativa do poder público, na Praça da Liberdade se realizavam as apresentações da Banda do 1º Batalhão aos domingos com grande frequência das famílias da elite que habitavam aquela área da cidade.

Além do paisagismo projetado com lagos e jardins, os equipamentos nela construídos também evidenciavam o projeto de lazer requerido para a cidade. O *rink* de patinação é um exemplo. Construído em 1913, pela Prefeitura, o *rink* despertou grande interesse da população quando de seu surgimento, assinala Rodrigues (2006), merecendo apoio e divulgação por parte da imprensa e muita curiosidade por parte da população que se encantava com a novidade.

Uma matéria da “Secção Sportiva” do *Estado de Minas*, de 1913 <sup>67</sup>, informa a alta frequência de “famílias, cavalheiros, rapazes e curiosos que acompanhavam com interesse o exercício dos patinadores”, um sinal de que “a Capital civilisa” ao adotar esse “distinto sport”. A necessidade de assimilação desses hábitos civilizados mais uma vez era salientada:

É preciso que Bello Horizonte prove mais uma vez seu grande poder de assimilação e demonstre que o gosto pelos sports, verdadeiro movimento patriótico da nossa sociedade, não nos é estranho, mas ao contrario, é provado á exuberancia na prospera e civilisada Capital mineira.

Um trecho dessa mesma nota chama a atenção por cogitar a construção de um “pateo” similar no Parque Municipal. Tal iniciativa se justificava em parte por ser “um meio menos indiscreto às expansões de nossas gentis patricias”, como também por ampliar o acesso a esse esporte por um público menos “aristocrático” do que aquele da Praça da Liberdade, uma vez que o Parque está

[...] situado mais ao centro da Capital, mais acessível aos que desejem se dedicar ao salutar exercicio. Demais os nossos operários também precisam acompanhar o desenvolvimento physico que empolga nos tempos hodiernos a atenção dos mais modernos pedagogos e o rink da Praça da Liberdade é de certa conta aristocrático para os humildes propugnadores do nosso progredimento.

A Praça da Liberdade, tanto pela sua localização, quanto pela simbologia de representação do poder do Estado, não se configurou como um espaço democrático, afinal, como ressalta Albano (1984, p. 12), “como cidade planejada, a distribuição das áreas privilegiadas foi feita de acordo com interesses políticos e econômicos”. Sua localização em

---

<sup>67</sup> “Secção Sportiva”. *Estado de Minas*, 26-05-1913, p. 2.

um ponto alto da cidade e sua aura nobre não favoreciam a freqüência de qualquer pessoa, perdendo público para outros “concorrentes” mais democráticos como a Rua da Bahia, ou o Parque Municipal. Sobre essa distribuição, inspirada na crônica de Ciro dos Anjos, Albano acrescenta que:

O modo de freqüentá-la indicava a pertinência de um grupo social. A cada classe era reservado um lugar, definido pelos rígidos valores da sociedade da época. Lei não escrita, não era por isso menos obedecida. Atravessar a alameda central era um desafio, uma transgressão. (p. 17)

Como expõe Holanda (1985, p. 125): “certos atributos do espaço funcionam como inibidores da apropriação dos espaços livres de uso coletivo”. Isso podia ser observado na Praça da Liberdade, tanto pela sua localização em área nobre, quanto pela lógica de distribuição das pessoas na prática do *footing*, reproduzindo nesse espaço a segregação espacial e social operada na cidade.

Uma crônica da época expõe tal diferenciação até nos termos empregados para descrever os diferentes públicos. De acordo com a crônica<sup>68</sup>, na Praça, em certo momento, enquanto a banda tocava, “a rapaziada de flor no peito, ficava fazendo olho às pequenas, que iam e vinham, aos pares”. À medida que estes se interessavam por outros divertimentos, um público distinto entrava em cena, e “apenas uma ou outra criada da vizinhança, acabado o serviço, mette uma flor na trunpha, puxa um andar a preceito e vai gozar aquellas sombras, enchendo o tempo a algum soldado que rendeu a guarda em Palácio”.

Vago (2002, p. 38) acrescenta que, “a praça, representada como símbolo da liberdade, protegia (corpos) nobres de (corpos) plebeus”. Ela é o local de encontro, mas não de qualquer pessoa. Passear na Praça é antes de tudo, “um bellissimo motivo para o rendez-vous elegante do nosso escol social”, como atesta uma nota da revista *Vida de Minas*<sup>69</sup>.

Enfim, a Praça da Liberdade e os outros espaços de lazer projetados como o Parque e o Hipódromo reproduziam a segregação imposta na cidade. Em cada um deles, eram utilizadas determinadas estratégias que estimulavam ou inibiam a apropriação dos sujeitos, fosse por meio de sua localização, do público privilegiado, da cobrança de ingresso em alguns eventos, do cercamento, ou mesmo da vigilância. No dizer de Holanda (1985, p. 125), fica em evidência que “determinadas configurações físicas e determinadas maneiras de categorização espacial também são fortemente responsáveis pela apropriação dos espaços”.

<sup>68</sup> “Chronica da Quinzena”. *A Vida de Minas*, 15-10-1915, s.p.

<sup>69</sup> “Monóculo”. *A Vida de Minas*, 10-11-1915, s.p.

Assim como a cidade, como um todo, assumiu uma perspectiva educadora por meio da sua organização espacial, os espaços de lazer, também nessa perspectiva, possibilitaram o surgimento de determinadas práticas culturais na cidade. A inserção na modernidade era delineada então por uma arquitetura arrojada e uma vida cultural pulsante, ambas consideradas indicadores de civilidade buscados naquele momento.

A intervenção do Estado não se dava apenas por meio da construção de tais espaços, mas também pelas diversas iniciativas para a promoção desses novos hábitos. Além da construção, as concessões de terrenos, a isenção de impostos ou mesmo subvenção direta foram ações do poder público que legitimaram esses novos padrões de comportamento social.

Como veremos a seguir, a imprensa também se revelou sob a perspectiva educadora, veiculando discursos e práticas condizentes com essa nova sociedade em gestação. Os investimentos mobilizados em prol do progresso e da modernidade não se restringiam a uma nova configuração espacial com lugares específicos para cada atividade ou grupo social, contavam também com outro meio que, ora de forma subliminar, ora de forma explícita, demonstrava contribuir nesse processo de formação dos habitantes da nova capital.

## **CAPÍTULO 2: UMA PERSPECTIVA EDUCADORA DA IMPRENSA**

### **2.1 Imprensa em Belo Horizonte: pequena escrita dessa história**

O desenvolvimento da imprensa se inicia com a modernidade, marcada por transformações econômicas, sociais e culturais, que influenciam a dinâmica da comunicação e sua forma de circulação. Produto dessas profundas transformações, o jornal, seu maior veículo de divulgação, naquele momento, configurou novas relações com o conhecimento e a informação.

O movimento de difusão da imprensa se intensifica no século XIX, em todo o mundo, momento em que se dá sua chegada ao Brasil, iniciado com a transferência da família real portuguesa, que, responsável por várias, entre muitas transformações em solo colonial, a introduz oficialmente no país<sup>70</sup>.

Já ao longo desse século, ela demonstra seu potencial propagador de idéias e catalisador de transformações sociais e políticas. Desde cedo, o jornal exerce um papel de destaque nessas transformações, o que pode ser evidenciado no processo da Independência, com pouco mais de uma década de existência. O mesmo ocorre na implantação da República, décadas depois, agora em maior escala, dada à disseminação desse meio de comunicação, possibilitada pelo desenvolvimento tecnológico necessário à sua produção e pela ampliação da alfabetização no país.

É nesse contexto que nasce a imprensa belo-horizontina, juntamente com a cidade. Cidade esta, produto de um ideário republicano, pensada para materializar concreta e simbolicamente um novo tempo que se queria instaurar no país, trazendo em seu bojo, transformações nas esferas política, econômica e social, buscando constituir um novo modelo de sociedade e de cidadão. Desse modo, esse novo meio de comunicação caminha lado a lado com o desenvolvimento urbano.

A imprensa, em meio a essas transformações, desempenhou um papel fundamental na formação dos habitantes da nova capital, uma vez que, conforme expõe Bastos (2002, p. 151), ela é “um dos dispositivos privilegiados para forjar o sujeito/cidadão”. É por seu intermédio

---

<sup>70</sup> Até esse momento, como expõe BAHIA (1990), a palavra impressa era considerada crime e as iniciativas nesse sentido eram, portanto, passíveis de perseguição e controle, sobretudo quando em oposição ao regime. Ainda que sob o signo inaugural do oficialismo da coroa, a imprensa inicia um processo contínuo de veiculação de novas idéias que vão culminar, num primeiro momento, na Independência e posteriormente na proclamação da República, entre outros movimentos que tiveram a imprensa como porta-voz.

que idéias e discursos ganharam circulação, informando e formando o público leitor, assumindo, assim, uma perspectiva educadora.

Após já iniciados os trabalhos de planejamento da cidade, é, em 1895, que surge a atividade jornalística belo-horizontina, por meio da produção de seu primeiro jornal, o *Bello Horizonte*. Mais especificamente, a sete de setembro, dia em que se inauguraria o ramal férreo de General Carneiro e outras obras a serem iniciadas na cidade, com a presença de personalidades políticas de relevo no cenário mineiro. Portanto, um dia especial para o lançamento da folha que, entre assuntos religiosos e políticos, noticiava à população local, o andamento dos trabalhos de construção da nova cidade.

A partir do *Bello Horizonte*, muitos jornais surgiram com variados perfis editoriais, alguns deles expressos em seus cabeçalhos: literário, noticioso, humorístico, político, associativo ou variado. Desta maneira, no dizer de Costa (2005, p. 13), “a imprensa criada, múltipla em suas formas e temáticas, construía distintas imagens da cidade, dos seus moradores, do seu cotidiano.”

Uma crônica da década de 10 explicitava essa massificação de jornais pela cidade. Seu autor, ao comentar as transformações pelas quais passava essa “cidade pretensiosa” (com novas práticas sociais, políticas e econômicas) expõe também sua crítica à atividade jornalística local. Diz ele nesse trecho:

Esses meios, porém não bastavam. [...] E o jornalismo formigou, enxameou por todos os cantos, avassalou a cidade, tirando o socego aos seus pacatos habitantes, que mal punham o nariz para fora da porta ou janella de suas casas e uma chusma de garotos avançava agressiva, berrando: *O Grillo, O Badalo, O Zig-Zag, A Lingüiça, A Figa, O Cavaco, A Mandioca* e tantos outros títulos esturdidos, que se poderiam sintetisar neste mais amplo e feliz – Cata Níqueis...  
Era um horror, era uma verdadeira calamidade, em conseqüência da qual uma infinidade de typos sem eira nem beira, cavadores, espoletas, vagabundos e bohemios assumiram posição de jornalistas.<sup>71</sup>

Os jornais da Capital das primeiras décadas, não obstante sua produção variada e intensa, tinham a efemeridade como um dos seus traços mais marcantes, o que levou Castro (1995) a assinalar que a imprensa desse período sofria de uma espécie de “mal do umbigo” que acometia os jornais recém-nascidos, decretando seu fim após poucas publicações. De acordo com Vaz (1997), de 1895 até 1900 surgiram 29 títulos, número que se agigantou para 320, até fins de 1926. No entanto, sua grande maioria não rompia a barreira dos primeiros números.

<sup>71</sup> A.B. “O Phoca”. *Vita*, 06-06-1914, s.p.

Embora despontando como meio de comunicação em ascensão, a atividade jornalística da cidade enfrentava problemas estruturais e humanos. Bahia (1990, p. 138) indica que nesse período “o jornalismo faz tentativas de se definir como categoria, mas ainda esbarra em óbices difíceis de transpor, como a improvisação e o amadorismo.” Mas, se os salários eram baixos, o prestígio da letra de forma sustentava sua inserção como atividade de *status* social.

Seguindo essa premissa, de cunho marcadamente amador, a produção editorial, na Belo Horizonte das primeiras décadas, era feita por jornalistas que dividiam seu tempo entre atividades profissionais (a maioria como funcionários públicos) e a imprensa. Segundo Antunes (1995), nem sempre remunerado, o trabalho no jornal, do ponto de vista financeiro, era uma atividade secundária, funcionando como projeção social para jovens intelectuais e espaços para produção literária que obtinham divulgação e algum contato junto a um público leitor mais amplo que o então raríssimo mercado literário.

Nesse cenário, a crônica se destaca na construção do discurso jornalístico. Denominada por Melo (1985) como “relato poético do real”, por mesclar o real e o imaginário – informação da atualidade e narração literária, num jogo de palavras – trata-se do embrião da reportagem. “Ou seja, uma narrativa circunstanciada sobre os fatos observados” (*Idem*, p. 111), uma vez que ela depende das contingências, tanto do contexto geral de sua produção, quanto do subjetivo – do escritor.

Para Castro (1997, p. 23), o discurso jornalístico da imprensa belo-horizontina “se constrói, sobretudo, pela ação do cronista que tematizando sobre a vida cotidiana, com especial preferência pelos costumes e pela política, produz a visibilidade de certos acontecimentos que, de outra forma, seriam inacessíveis ao habitante da cidade”. O peso desse gênero, no jornalismo local, pode ser evidenciado pelas seções a ele destinadas, assim como pelos seus conteúdos expressos em vários jornais desse período, seja em tom de incentivo ou crítica.

O mosaico de jornais que se observa na atividade da imprensa dos anos iniciais da cidade também pode ser percebido em sua constituição populacional. Devido à chegada de pessoas de vários cantos – brasileiros ou imigrantes, operários ou funcionários públicos, mineiros do interior ou aventureiros, atraídos pela promessa de progresso –, a população da futura capital constitui-se numa aglomeração de anônimos com pouca identidade.

Dessa falta de identidade surge, de acordo com Castro (1997), uma das funções da imprensa belo-horizontina: “a função de potencialização das vozes, estreitamento dos laços, criação de identidade e possibilidade de visibilidade pública aos interesses, aspirações e desejos de indivíduos e grupos que se radicam no espaço da nova cidade” (p. 33). Uma forma

de articulação de interesses entre potenciais iguais, possibilitando ao mesmo tempo, seu reconhecimento e visibilidade no cenário social da nova capital, como também sua distinção perante outros grupos.

Essa função identitária se esboça de duas formas: sob a perspectiva pedagógica e sob a perspectiva política.

No que tange à perspectiva política, esta se dá tanto no sentido de manifestar apoio, quanto oposição. Independentes ou partidários, os jornais desse período tratavam o tema da política com características opinativas, “dependentes de subscritores, correligionários e partidários de sua opinião”, como salienta Vaz (1997, p. 51).

Tal orientação pode ser observada nos jornais “oficiosos” do Partido Republicano e naqueles lançados em épocas de candidaturas específicas; ou mesmo em jornais sem cunho partidário, mas que se alinhavam aos ideais republicanos, veiculando um discurso de desenvolvimento da cidade e progresso da nação<sup>72</sup>.

Em sentido oposto, há também os jornais classistas ou satíricos<sup>73</sup> “que denunciam as práticas políticas excludentes ao mesmo tempo em que fazem *blague* da moral burguesa e provinciana que impera na vida da cidade” (CASTRO, 1997, p. 37). Essa característica opinativa, entretanto, não perdura por muito tempo, e logo cede lugar a um jornalismo mais informativo, preocupado com os acontecimentos da cidade e privilegiando seu viés noticioso, colocando a informação como elemento principal dos periódicos, como salienta Siqueira (1997). Para ela, “desse momento em diante, importará cada vez menos o posicionamento político da redação, e em seu lugar será valorizada a capacidade de fornecer o noticiário amplo e vasto” (p. 97).

Essa inclinação ao jornalismo mais informativo do que opinativo segue uma tendência nacional de cobertura dos fatos e popularização da informação, que, segundo Bahia (1990), desponta no início do século XX, expondo a necessidade de se obter informações sobre a realidade local, assim como os acontecimentos externos. Naquele momento, expõe ele, “há

<sup>72</sup> Entre eles podemos citar o *Diário de Minas* que, segundo Linhares (1995), tem sua orientação editorial diferenciada em duas fases: uma, de curta duração, de cunho oposicionista ao governo do Estado, e a outra, mais perene, abertamente partidário. Assim como ele, outros jornais oscilam em suas posições políticas, de acordo com seus proprietários e editores, muitos daqueles com vida curta. Prevalece, nesse grupo, o alinhamento aos ideais republicanos. Esse alinhamento, quando não figura em seu perfil, divulgado no seu programa ou cabeçalho, se expressa em seus artigos, que contribuem para o “engrandecimento da República”, sublinhando “o patriotismo”, a “ordem” e o “progresso” da cidade.

<sup>73</sup> Nesse grupo, em sua maioria, estão os jornais de vida curta, mas que marcam um estilo diferenciado de jornalismo. Há algumas exceções como o *Estado de Minas* e *A Epocha*, que circularam por um tempo maior. Oscilando entre a imparcialidade e a crítica humorada, entre “assuntos amenos e graves”, esses jornais punham “pingos nos is”, defendiam os “interesses do povo” ou de suas classes. Dentre eles podemos citar os classistas e associativos *O Operário*, *O Confederal* e *O Commercio de Minas*; e os independentes e irreverentes, *Domingo* e *Quasi!*, entre outros.



algo mais que os leitores esperam como o relato político menos engajado, a visão ampla do que acontece no exterior e, sobretudo, a incorporação à pauta das ocorrências locais.” (p. 131).

A partir desse foco diferenciado, a imprensa belo-horizontina teve na atividade cultural um traço definidor da perspectiva pedagógica, apontada anteriormente, ao longo de todo o período analisado. Trata-se, no dizer de Castro (1997), da intenção expressa nos órgãos da imprensa “da necessidade de educar esse numeroso contingente humano, nas regras de conduta necessárias à ordem social e política adequadas à cidade moderna que ali se constituía” (p. 35). Como dito anteriormente, as mudanças rumo a um novo tempo implicavam transformações físicas e sociais, e no caso dessa última, a imprensa exerceria um importante papel, divulgando hábitos, formando gostos e opiniões de seus leitores, em sua maioria, membros da elite que habitava a área urbana da Capital.

Sob essa perspectiva pedagógica, a postura dos jornais frente aos costumes modernos, agora valorizados, pareciam se mesclar. Suas opiniões divergentes no campo político se aproximavam, quando os assuntos culturais estavam em pauta, configurando dois lados da mesma moeda. Obedecendo ambas, aos mesmos referenciais, as posturas da grande imprensa, frente aos novos padrões de sociabilidade, variam entre o incentivo ao “como se deve ser” e à crítica ao que “ainda não se é”. Ora veiculando o apoio a esses novos costumes, ora questionando ou criticando a não-adesão ou as apropriações indevidas pelos habitantes, em relação ao novo modelo.

Isso pode ser observado no que diz respeito tanto aos jornais alinhados ao projeto republicano, quanto aos jornais ditos imparciais e mesmo quanto aos satíricos. Se os primeiros apregoavam abertamente a mudança de hábitos ainda que eles não tivessem se enraizado no seio da cidade, os outros, embora satirizassem a burguesia e o poder local, muitas vezes faziam veicular práticas condizentes com esse modelo, demonstrando essa ambivalência entre a crítica e o desejo de participar desse universo que se vislumbrava na nova capital.

A partir de sua inauguração, havia um esforço de concretizar o sonho de uma cidade, como centro de referência de progresso material e cultural no cenário estadual e nacional. E a imprensa, nesse sentido, cumpria à risca seu potencial pedagógico, educando os habitantes, fosse via incentivo, questionamento, ou crítica, orientando a população em relação aos comportamentos apropriados, ou não, a esse modelo civilizado, “saciando a sociedade nascente da cidade de sua fome de hábitos e costumes das metrópoles que ofereciam a referência da modernidade imaginada para a cidade”, como afirma Castro (1997, p. 23).

Muitas são as matérias que expressavam esse enaltecimento, uma vez que esse era o modelo pretendido para a cidade que, além do aspecto material, de infra-estrutura, deveria primar pelo aspecto cultural, desenvolvendo práticas em consonância com ele. Vale destacar que algumas dessas práticas e formas de organização social não se restringiam à elite que habitava na área central da cidade, mas ocorriam também entre as camadas populares, que as desenvolviam à sua maneira.

Aliadas a esse incentivo podemos perceber também um tom questionador em relação à não-adesão dos habitantes aos novos padrões de sociabilidade, assim como, a crítica aos hábitos de outrora e a denúncia quando se tratavam de hábitos inapropriados a esses novos padrões.

## **2.2 “Os velhos costumes se vão derretendo ao influxo benéfico de elementos novos”: o discurso pedagógico da imprensa**

Concretizando-se como uma necessidade da vida urbana, especialmente, a informação se configura como uma necessidade do cidadão que nela está inserido. E é na multiplicidade de ocorrências diariamente produzidas no espaço urbano, que o jornalismo cumpriria para o cidadão, como observa Antunes (1995), o papel de recolher os episódios fragmentados e lançá-los numa nova ordem, a ordem do jornal.

No entanto, ressalta França (1998), é a forma como essa sociedade faz circular essa informação que diferencia a imprensa moderna: para além da circulação, a venda da informação marca o surgimento do jornalismo moderno, na medida em que este se diferencia da prática informal do dizer cotidiano. Ela ainda destaca que, no jornalismo, o poder não está na guarda da informação, mas na sua divulgação. Ele ocupa um lugar determinado, desenvolvendo sua própria forma, e, na sua especificidade, alcançando sua legitimidade como discurso autorizado.

De acordo com Rama (1985), portadora de uma dignificação e sacralização que lhe confere autoridade (reflexo da importância adquirida nas sociedades que começavam a alfabetizar-se), “a letra apareceu como alavanca da ascensão social, da respeitabilidade pública e da incorporação aos centros do poder” (p. 79). Nesse contexto, os ilustrados, “somente por essa capacitação, estavam destinados, fatalmente, à orientação de uma sociedade que apenas havia começado a praticar as formas democráticas” (*Idem*, p. 111).

Imbuídos do que o autor chamou de uma “função ideologizante”, os escritores fundam uma escritura crescentemente autônoma, capaz de ordenar o mundo físico e normatizar a vida da comunidade.

A perspectiva ideológica da imprensa também é discutida por Milton Meira do Nascimento (1989). Segundo ele, está posta a crença no papel do intelectual no processo de transformação da sociedade, emergindo a figura de um “um intelectual do tipo pedagogo e militante cuja preocupação principal é a difusão das idéias através dos órgãos de imprensa” (p. 21). E, por meio da difusão dessas idéias, formar-se-ia um público esclarecido, melhorando sua opinião, e, por conseguinte, melhorando seus costumes<sup>74</sup>.

Essa visão se aplica ao contexto belo-horizontino. Aqui, a imprensa se revestiu do papel de autoridade porque os que se pronunciavam eram intelectuais que tinham legitimidade para falar, uma vez que o desenvolvimento intelectual era um referencial a ser buscado. E desse modo, ela se configura como um dos veículos para se por em prática o projeto de sociedade, justificando escolhas e condutas, hábitos e comportamentos a serem adotados, elogiando e reforçando alguns deles, omitindo e reprovando outros.

Em relação ao lazer, a forma como a imprensa o representava e as práticas que ela fazia veicular podem ser consideradas estratégias de difusão, em consonância com um discurso moderno – do que era ser moderno e como todos deveriam querer sê-lo. Essa questão é ressaltada por Bastos (2002) ao afirmar que: com um discurso carregado de intencionalidades, a imprensa “constitui *verdades*, ao incorporar e promover práticas que legitimam e privilegiam alguns acontecimentos em detrimento de outros, produz e divulga *saberes* que homogeneizam, modelam, disciplinam seu público-leitor” (p. 152).

Vista dessa forma, a imprensa pode ser entendida como uma estratégia de difusão desses novos hábitos de lazer moderno. As formas de enunciação expressas nos jornais, ou seja, as formas de escrever e descrever certas práticas corroboram, ou não, para a sua adoção ou abandono, pois como ressalta Prost (1998, p. 130): “as maneiras de falar não são inocentes, e a língua que se fala estrutura as representações do grupo a que pertence ao mesmo tempo em que, por um processo circular, dele resulta”. Nesse sentido, o jornalista não apenas fala ao seu interlocutor, ele produz dados da realidade. Afinal, o jornal não se constrói numa relação exterior ao seu contexto, mas dele participa como produto e como produtor.

---

<sup>74</sup> Nascimento cita um trecho do Contrato Social de Rousseau bastante representativo dessa perspectiva pedagógica da imprensa na formação da opinião e dos costumes. Diz ele: “Melhorai a opinião dos homens, e seus costumes purificar-se-ão por si mesmos. Ama-se sempre aquilo que é belo ou que se julga belo. Mas é nesse julgamento que surge o engano, sendo, pois, é nesse julgamento que surge o engano, sendo, pois, necessário regulá-lo.” (p. 53)

Tomando o jornal como uma forma análoga à “arte literária” analisada por Sevcenko (1995), podemos entender que assim como esta “tem o poder de construir e modelar simbolicamente o mundo” (p. 233), o jornal, assim também, o faz. A literatura, para esse autor, foi entendida como um “veículo de um projeto próprio do Estado, buscando influir sobre as elites políticas, ou forçar uma reformulação da ação executiva das instituições” (p. 231), sendo sua capacidade de atuação, imediata e decisiva. Nessa perspectiva, o mesmo entendimento pode ser estendido ao jornal, na medida em que ele exerce influências, expressa posicionamentos, ajuda a construir e consolidar opiniões.

No que tange ao conteúdo do discurso jornalístico, Melo (1995) estabelece duas categorias a priori: o jornalismo opinativo e o informativo. No primeiro, a expressão da opinião desempenha o papel de mecanismo de direcionamento ideológico. No segundo, a informação dos acontecimentos se pretende objetiva, desarticulada da carga ideológica presente no outro.

Embora o jornalismo informativo busque enfocar o acontecimento, suas opiniões e valores emergem na própria seleção dos acontecimentos a serem narrados. Isso traz à tona a questão de uma objetividade discutível que possui suas matrizes na tradição positivista de descrever o real. Os acontecimentos não são dados, mas sim, construídos, afirma França (1998). Segundo ela, “o acontecimento é, ao mesmo tempo, o resultado de uma corte (de uma acentuação) e o jogo entre a impossibilidade e as múltiplas possibilidades contidas na fonte” (p. 32). Esse processo está permeado por interesses, exclusões, inclusões<sup>75</sup>.

A mesma assertiva podemos encontrar em Eco (1998, p. 59) ao analisar a imprensa das décadas de 60 e 70: “não existe notícia verdadeiramente objetiva. Mesmo separando acuradamente comentário e notícia, a própria escolha da notícia e sua paginação constituem um elemento de impacto implícito.” Para ele, por intermédio da tematização, que por sua vez implica escolha, é possível exprimir opiniões mesmo dando notícias completamente objetivas.

O jornal não circula apenas informações, mas também veicula opiniões, produz discursos. Ao mesmo tempo em que informa, contribui para a formação de visões de mundo. Como diz Capelato (1988, p. 21), “a imprensa constitui um instrumento de manipulação de interesses e intervenção na vida social.” Isso pode ser percebido na produção jornalística da imprensa belo-horizontina, a qual, imersa num universo de valores em voga no período,

---

<sup>75</sup> Capelato (1988) chama atenção para o fato de que, durante muito tempo, essa foi, justamente, a crítica à utilização do jornal como fonte nos estudos históricos, pondo-o em cheque pela sua carga de subjetividade. Para ela “o jornal não é um transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos e tampouco uma fonte desprezível porque permeada de subjetividade” (p. 21), cabendo ao historiador captar o movimento das idéias e personagens que nele circulam.

produzia um imaginário acerca do que era civilidade e das práticas sociais que dela faziam parte, contribuindo para a disseminação de comportamentos desejados naquele modelo de sociedade e de cidadão que se pretendia formar.

Segundo Melo (1985), a expressão da opinião corporifica-se no jornalismo por meio dos processos de filtragem que se dão pela projeção, pela omissão ou pela redução. Dessa forma de seleção, decorre o que se decide publicar, assim, “privilegiando certos assuntos, destacando determinados personagens, obscurecendo alguns e ainda omitindo diversos” (p. 59).

Naquela época, o “assunto” lazer ocupava um espaço considerável nas páginas dos jornais, explicitando a importância dessa prática cultural. Além das colunas específicas que versavam sobre esse tema, ele aparecia também em reportagens avulsas pelo jornal, fosse sob uma perspectiva autorizadora, permeada por elogios e incentivos, ou sob duras críticas.

Pensando com essa proposição de Melo (1985), é possível observar que as práticas de lazer que figuravam nas páginas dos jornais também evidenciavam esses processos de filtragem. Nesse sentido, as reflexões sobre as representações da imprensa, acerca do lazer, podem ser balizadas em torno da “projeção, omissão ou redução” apresentadas por esse autor.

A “projeção” é uma das características mais veementes na imprensa belo-horizontina da época, na medida em que confere uma significativa visibilidade a um conjunto de práticas culturais naquele momento valorizadas, e às quais os habitantes deveriam aderir. A ênfase dada a essas práticas, ao mesmo tempo em que possibilitava sua emergência no cenário citadino, davam sustentação a novos temas para os quais os olhos da imprensa e dos habitantes deveriam convergir.

Sob essa tendência destacamos que algumas práticas receberam grande projeção nos jornais, sendo essas, vivenciadas especialmente pela camada abastada que vivia na área urbana da cidade. Elas estavam freqüentemente presentes nas colunas dos jornais, sempre recheadas de adjetivos positivos e comentários amistosos ou incentivos à sua freqüência.

O apelo à adesão dessas práticas é, inicialmente, um ponto a se salientar, sendo uma constante na maioria do material coletado. O reforço aos hábitos e comportamentos a serem adotados expõe, por outro lado, a sua ausência entre os moradores da cidade, justificando uma iniciativa da imprensa não apenas em divulgá-los, mas em incitar o público para sua adesão, contribuindo, assim, para que se firmassem no cenário social. Vejamos um trecho como exemplo:

O bello Theatro Municipal abrir-se-á no dia 1 de Agosto, para a estrea de uma companhia italiana de dramas e alta comédia, do qual é figura predominante a notável trágica Mimi Aguglia, rival da celebre Dase.

A fina artista tem feito carreira triumphal na Europa e América, arrancando entusiasticos applausos das platéas mais exigentes e merecendo os maiores encomios da alta critica da imprensa de Londres, Paris, Lisboa, Madrid, Roma, New York, México, Havana e outras capitaes.

A companhia dará apenas seis recitais, nos dia 1, 2, 3, 5, 6 e 7 de agosto, estreando no dia 10 no Theatro Municipal do Rio. [...]

**O publico de Bello Horizonte não pode ser indiferente á ocasião que se lhe depara** de apreciar e applaudir a brilhante artista, correspondendo, assim, á sua gentileza de apresentar primeiro á nossa platea antes de ir receber as ovações da culta população da capital da República.<sup>76</sup>

Note-se que os adjetivos utilizados denotam o apreço a esse tipo de evento: deveria ser “bello”, “notável”, “brilhante” esse divertimento moderno, não podendo o público, portanto, se furtar em “apreciar e applaudir” tal evento. Vale salientar que esse tipo de representação permeia todas as reportagens que difundiam um modelo cultural que se pretendia desenvolver na cidade.

E se tal apresentação era digna dos “maiores encômios” na imprensa estrangeira, o mesmo deveria acontecer aqui. O fato de citar o desempenho “entusiastico” da artista, nas capitais estrangeiras, reforçava o desejo de imitação de referenciais culturais europeus. O mesmo acontecia também, em escala nacional, em comparação com a capital federal.

Essa comparação está presente também em outras notas, o que evidencia o desejo de se colocar a capital mineira à altura das mais importantes cidades nesse período, fossem as do velho continente, ícones para o mundo, fossem as brasileiras. Era manifesto o desejo de projetar Belo Horizonte no cenário nacional, não apenas em relação às suas condições materiais, mas também em relação ao seu desenvolvimento cultural, intelectual e artístico.

Na reportagem abaixo, além da comparação, podemos observar que esse movimento de demarcação de um novo tempo político e ideológico se estendia à esfera social. O esforço da imprensa em destacar a “elevada sociabilidade” da cidade, denuncia um ceticismo quanto à sua concretização, e a comparação com o referencial estrangeiro de “Elegância e Bom Tom” (em maiúsculo) dá a dimensão dessa empreitada:

Não há duvida, **gritem embora os scepticos** e caturras de toda espécie, **a elegante e culta Capital Mineira avança, galharda, para uma elevada sociabilidade. Os velhos costumes se vão derretendo ao influxo benéfico de elementos novos.** [...] A **vida social** mineira, nessa Capital, **subiu de posto.** Ella, que **já era elevada,** se **tornou mais exigente, mais polida.** Já se não cogita de receber da **velha corte,** a linha da **Elegância e do Bom Tom.** Não, ella nos **vem da Europa,** dos centros

<sup>76</sup> “Theatro Municipal”. *O Estado*, 29-07-1911, p. 1. Grifo nosso.

**mais cultos** de Paris, Roma, etc. e **dahi a superioridade das manifestações intellectuaes de Minas sobre os outros estados.** [...] O que vae também agora caminhando, numa **marcha ascencional bem animadora**, é a nossa vida artística e litteraria.<sup>77</sup>

Os “velhos costumes” não cabiam mais, devendo dar lugar a “elementos novos”, apropriados a “mais exigente e mais polida” sociedade da “elegante e culta Capital Mineira”. Essa substituição dos costumes marcou violentamente a vida dos belo-horizontinos, que, às voltas com os novos referenciais de comportamentos, se viam impelidos a abandonar hábitos pacatos e provincianos de outrora e a adotar outros, ainda que de forma caricata.

Voltando à questão do “destaque a determinados personagens” citados por Melo (1985), é possível perceber que, aliadas aos incentivos a certas práticas, estavam as referências elogiosas aos seus praticantes e promotores, no caso: um “grupo de incorrigíveis adeptos da alegria e da vibração” que realizará uma “batalha de «confettis»” na maior artéria da Capital, contribuindo para o fim do “tédio que avassala e domina a cidade”. A analogia aos “sonhadores impenitentes que formam os 300 de Gedeão”, nos possibilita entender a dimensão da “peleja” para impulsionar a vida cultural da cidade, revelando um movimento de parceria entre esses “guerreiros” e a imprensa que promovia e dava publicidade a esses eventos:

Em Bello horizonte há um grupo de **incorrigíveis adeptos da alegria e da vibração** que passam as horas do dia a conspirar contra o tédio que avassala e domina a cidade. [...] De quando em quando a **imprensa dá curso a boatos de movimentos** que estão implicados **esses sonhadores impenitentes que formam os 300 de Gedeão.** [...] Ainda agora, ao que sei, **essa phalange de revoltados plathonicos** esta promovendo para sabbado de Alleluia uma **batalha de «confettis»**, na Avenida Affonso Penna.<sup>78</sup>

A opinião expressa na nota abaixo ilustra a contribuição da imprensa para a construção de um imaginário a respeito de que hábitos deveriam pautar a sociabilidade local:

Fala-se com muita insistência que um grupo de **rapazes alegres** pretende realizar no parque da capital a **encantadora “festa da primavera”**. **Acho a idéa magnífica e digna**, por isso mesmo, de ser **applaudida pela nossa população**, que assim terá oportunidade de assistir a uma festa para nossa capital desconhecida. A denominação “Festa da Primavera” por si só dá bem uma idéa de **como deve ser linda essa solenidade**, que abrange uma série de diversões, principalmente realizadas ao ar livre. É por enquanto, desconhecido o programma dessa festa em seus detalhes.

<sup>77</sup> PIERROT. “Entre dois chopps”. *Diário de Minas*, 08-07-1901, p. 1. Grifos nossos.

<sup>78</sup> “Chronica Social”. *Diário de Minas*, 05-03-1920, p. 2. Grifos nossos.

Sabe-se, somente, que **essas outras diversões modernas**, haverá uma batalha de flores e confetti e um **pomposo** corso de carruagens e automóveis. **Não é preciso mais nada para se antever que lindo vai ser a “Festa da Primavera.”**<sup>79</sup>

Mais uma vez ressaltamos os adjetivos utilizados e o tom incentivador, indicando a projeção atribuída a essa “linda” solenidade: uma idéia “magnífica e digna” de “alegres” rapazes, que merecia “ser aplaudida” pela população. Note-se também o reforço em incluir esse tipo de evento no calendário cultural da cidade.

Assim como a presença maciça dessas práticas na imprensa, sua falta também era noticiada. O tom questionador, mesmo reconhecendo a ausência de eventos nos moldes de civilidade pretendidos, vinha, muitas vezes, acompanhado de um incentivo, reafirmando a função disseminadora de iniciativas dessa natureza pela imprensa, contribuindo para sua adoção e desenvolvimento.

Vejamos, como exemplo, um trecho em que se pretende instituir uma prática considerada mais moderna: a “batalha de flores”, uma “prática elegante” adotada nos “centros mais civilizados do Brazil”. Na referida festa, houve sim, uma “batalha de confetti”, “mas não é a mesma cousa”, pois a outra, além de ser mais “chic”, sua ornamentação em flores naturais “é de muito mais destaque” e aparência “mais delicada”:

As **batalhas de flores** que se realizam com **immenso sucesso nos centros mais civilizados do Brazil**, ainda **não penetraram nos hábitos** de nossa **adiantada capital**.

A razão explicável dessa **falta**, ainda não sabemos, e **é pena que**, até o presente, **não tivéssemos adoptado essa prática elegante** ao menos uma vez por anno, no sabbado de Alleluia.

Na verdade, travou-se uma batalha de confetti por ocasião da festa das barraquinhas levadas a effeito pelas **gentis patricias**, no Parque Municipal, em beneficio da Capellinha de Lourdes.

**Mas não é a mesma cousa.**

A batalha de flor, **além de ser mais “chic”**, requer que a **ornamentação das carruagens** que tomam parte do corso seja **exclusivamente de flores naturaes**, o que é de **muito mais destaque** e de **aparencia muito mais delicada**.<sup>80</sup>

Esse exemplo ilustra alguns referenciais representados nos jornais que deveriam ser contemplados nas práticas de lazer. Se, em tempos do Arraial, as festas tinham outros sentidos, agora, elementos como o destaque, a delicadeza, a elegância e o acompanhamento das tendências nacionais (e internacionais) deveriam marcar os eventos locais. Cabe observar

<sup>79</sup> BARRETO, Abílio. “Entre um café e algumas fumaças”. *Estado de Minas*, 05-07-1912, p. 1. Grifos nossos.

<sup>80</sup> “Monóculo”. *A Capital*, 24-10-1913, p. 2. Grifos nossos.



o tom diretivo expresso na matéria, o que põe em destaque o papel da imprensa na gestação desse modelo.

A preocupação de que tais hábitos se desenvolvessem se sobrepunha ao contexto econômico que assolava a nação e a cidade em anos de guerra. A denúncia da “contingência amarga” em explicitar a “apathia” e o “desanimo” que pairava na “formosa metrópole” desconsiderava os motivos dessa (“injustificável”) crise social que se abatia sobre a cidade. Por meio da manifestação do seu amargo “pesar”, de forma direta e incisiva, esperava-se dissipar essa crise, motivando a realização, “em breve”, de determinadas (e “necessárias”) práticas de sociabilidade “para mais feliz tornar nossa existência”:

*Vita* sente-se na contingência **amarga de dizer** abertamente aos seus gentis leitores, ante a **apathia** que vai pela nossa civitas quanto é intenso o **desanimo** que paira na *haute gomme* social dessa **formosa metrópole**, cheia de **encantos e atractivos!** Bello Horizonte, oprimida também pela terrível crise financeira que presentemente afflige toda a Nação, debate-se do mesmo modo com outra crise: a crise social. [...] **Vita não quer saber dos motivos que se ocasionam essa apathia** geral nas espheras sociaes de Bello Horizonte. Sejam elles quaes forem, *Vita*, observando a vida insocial que temos levado, **manifesta por meio desta nota, o seu pesar e a sua tristeza ante o retrahimento** que existe entre as nossas famílias e **procura deste modo ver se, calando fundamente nos seus espíritos estas linhas, a crise se dissipe e d’ahi se effectuem** as reuniões, as visitas, as *soirées*, os *five ó clock tea*, as recepções, etc... **que tanto necessitamos, para mais feliz tornar a nossa existência!**  
*Vita* tem esperanças de ver isto em **breve** realizado...<sup>81</sup>

Tais modelos de divertimentos não se aplicavam apenas à população adulta, mas se estendiam também às crianças, para as quais se criavam novas demandas:

A dizer da verdade, **as crianças nesta terra não têm as diversões que deveriam e merecem ter.** É lá de domingo a domingo, uma matiné no Odeon, onde a pequenada se rí por uma hora de diabruras de Deed ou dos fantasmas do Tontolini. Fora disso as crianças **não encontram nada mais em que se entretenham alegremente**, não contam com uma festa em que podem saltar e gozar infantilmente. É **por esse motivo que merece registro a notícia**, que nos chega ao conhecimento de que o Club Bello Horizonte, por esse mez, pretende realizar nos seus salões uma festa puramente infantil, **dedicada aos filhos de seus associados.** Haverá **dansas, jogos de prenda, brinquedos curiosos**, em que se tomará parte a pequenada. Essa festa – **certamente encantadora será a nota clara e alta da vida da brilhante sociedade que é o Club Bello Horizonte e terá um cunho adorável de originalidade.**<sup>82</sup>

É possível perceber, por meio desse exemplo, a concepção de práticas de lazer que “deveriam e merecem ter” as crianças nesse modelo cultural representado na imprensa. De

<sup>81</sup> “Bello Horizonte tem vida social?”. *Vita*, 31-12-1913 e 15-01-1914, s.p. Grifos nossos.

<sup>82</sup> “Chronica Social”. *Diário de Minas*, 11-05-1916, p. 2. Grifos nossos.

acordo com esse modelo, além das seções de cinema, não havia “nada mais em que se entretendam alegremente”, justificando a divulgação pela imprensa de uma festa infantil, “nota clara e alta” da vida dessa “brilhante sociedade”, impingindo a ela um “cunho adorável de originalidade”.

Essa idéia de inanição cultural era contrariada pelas “diabruras” que se registravam na cidade, realizadas não por “Deed”, como na nota anterior, mas pelas próprias crianças que se apropriavam de diferentes maneiras dos espaços da cidade, boa parte delas, em contraposição a esse referencial que pretendia enquadrá-las num modelo asséptico de infância. Apenas, a título de exemplo (pois nos dedicaremos mais a esse tema posteriormente), destacamos um trecho de uma nota que, entre outras reclamações classificadas como vandalismo, denunciava o incômodo causado por um “estúpido brinquedo infantil”:

Já que estamos com a mão na massa, **devemos chamar atenção da polícia** para os garotos que continuam com o **estúpido brinquedo** de collocar balas de revolver nos trilhos dos bondes, para o bello prazer de ouvirem detonações. [...] <sup>83</sup>

Além do incentivo à adesão da população, a imprensa, porta-voz dessa modernidade pretendida, fazia veicular cobranças ao poder publico quanto à oferta de eventos nesses moldes. Podemos observar a forma imperativa como ela veiculava tais cobranças, evidenciando o desejo de viabilizar ações que corroborassem com o desenvolvimento dessas práticas, indicando, inclusive, o “caminho a seguir”, como ocorre no caso da matéria abaixo. Nela, para que isso se efetivasse, “sugere o articulista” da nota, seria necessário “arrendar o theatro” de modo que se tivesse apresentações de “no mínimo três companhias por anno”, o que promoveria uma reação frente ao “abandono” em que se achava o “bello e confortável edificio que a Prefeitura dispensou algumas centenas de contos de modo a adaptal-o ás exigencias do nosso meio”:

O «Estado», falando do Theatro Municipal, emite alguns conceitos que merecem commentários.

Acha que «o **bello e confortável edificio que a Prefeitura dispensou algumas centenas de contos de modo a adaptal-o ás exigencias do nosso meio**, não tem, infelizmente, correspondido até agora ao fim que determinou sua construcção. »

Refere-se em seguida ao fato de permanecer o nosso Theatro **desoladamente fechado** quase o ano inteiro, abrindo-se raramente para dar o ingresso aos que alli vão assistir a umas duas operetas, uns concertos musicaes e umas poucas arengas litterarias.

Assignala o alludido diário que a **causa desse abandono** está em que Bello Horizonte não pode «comportar ainda a permanência constante de companhias que explorem qualquer gênero de diversões e nem haverá empresário bastante

<sup>83</sup> “Vandalos”. *A Gazeta*, 07-05-1908, p. 2. Grifos nossos.

audacioso que se abalance a manter aqui já não uma companhia de primeira, **mas de quinquagésima ordem.** »

Dahi, conclue o articulista, que **só há um caminho a seguir: é a Prefeitura arrendar o Theatro, por prazo mais ou menos longo**, a empresa que alli vae explorar o cinematographo, comprometendo-se a trazer á Capital **no mínimo três companhias por anno.**<sup>84</sup>

O exemplo desse trecho (assim como em outros) evidencia o papel pedagógico da imprensa nesse modelo, ressaltando a necessidade do poder público em fomentar práticas culturais em consonância com o referencial de sociabilidade moderna que se queria desenvolver na Capital.

O mesmo tom imperativo de cobrança ao Estado pode ser verificado no trecho seguinte, menos de um ano depois. Agora, porém, podemos notar que as reivindicações propostas pela imprensa local que “vem há muito reclamando a vinda de uma companhia a Bello Horizonte”, quase lograram êxito, o que não impediu as críticas à morosidade da administração municipal em sanar essa falta, uma vez que isso “não pode ter explicação plausível” numa cidade que se intitula “de avançada cultura estética e litteraria” e que não deve se privar “dos encantos e das vantagens que a actividade do palco proporciona”. E continua a nota, tentando provocar a “reflexão” do prefeito sobre a questão:

**A imprensa local vem há muito reclamando a vinda de uma companhia** a Bello Horizonte, para trabalhar no Theatro Municipal.

Vai para seis mezes que aqui esteve a ultima companhia.

A Prefeitura tomou a resolução de arrendar o theatro e mandou abrir a respectiva concurrencia.

Tais e tantas, no entanto, eram as exigências do edital publicado que apenas um proponente appareceu, assim mesmo pedindo algumas modificações nas clausulas propostas. [...]

Isto tudo, no entanto, **não é motivo para que o Theatro permaneça fechado** indefinidamente, como está acontecendo. **Isto é que não pode ter explicação plausível.**

[...] **ousamos impetrar do sr. Prefeito alguns momentos de reflexão** sobre o mui **explicável intuito da nossa sociedade culta, que não deseja ver por mais tempo entregue ás moscas a nossa casa de espetáculos.** Estamos certos de que o dr. Olyntho Meirelles, por mais avesso que seja ás sensações da arte theatral, não desconhece que uma **cidade de avançada cultura estética e litteraria** como é Belo Horizonte, **não se deve privar dos encantos e das vantagens que a actividade do palco proporciona.**

**É de esperar,** por conseguinte, que o sr. Prefeito da Capital venha a fazer o que está ao seu alcance e da sua vontade depende, no sentido de, **sem mais injustificáveis delongas,** se athrair a Bello Horizonte uma companhia theatral.<sup>85</sup>

<sup>84</sup> VAN DICK, Carlos. “Echos”. *Estado de Minas*, 09-12-1911, p. 1. Grifos nossos.

<sup>85</sup> “Theatro Fechado”. *Estado de Minas*, 30-10-1912, p. 1. Grifos nossos.

Se a “projeção” é uma das características mais veementes observadas na imprensa belo-horizontina, a “omissão” e a “redução”, citadas por Melo (1985) também carecem de reflexão.

Sob essa perspectiva, poucas são as referências ao lazer que estão fora dos moldes modernos pretendidos e apoiados por uma camada pretensamente culta da população e representados massivamente pelos jornais e revistas, trazendo à tona a sua “omissão”. Quando elas apareciam, muitas vezes, a “redução” se manifestava por meio da ridicularização com que eram representadas nas matérias dos jornais e revistas.

Os adjetivos elogiosos utilizados nas matérias anteriores dão lugar a expressões de duplo sentido como na nota a seguir. Ao mesmo tempo em que ela se refere ao que está acontecendo, lhe escapa um tom irônico que, muitas vezes, parece desprezioso, evidenciando, pela via da ironia, o preconceito em relação aos divertimentos populares. A “redução” se dá pela via da ironia, e a ridicularização se mostra como uma forma de sublinhar diferenças sociais.

Nessa nota, por exemplo, a diferença começa pelo local, bem diferente dos “templos”<sup>86</sup> reservados ao lazer moderno, onde se realizavam eventos “importados” até nos nomes: *soirées*, *garden parties* e *five’s o clock*. O que temos aqui é um “sacudido batuque” num “animado rancho” iluminado à “candeia fincada entre as ripas da parede”. E seus convidados – “raparigas” em “bandos”, homens que “se acoravam pelos cantos” e rapazes que falam “alto” e soltam “gargalhadas estridentes” – têm interesses e costumes que não negam suas origens, muito distantes da polidez e elegância tão valorizados. Em lugar de concertos e bailes, há “gemidos roufenhos da sanfona e o choro nostálgico da viola” e um “saracoteio barulhento e febril” que envolvia “a roda numa nuvem de pó”:

Naquella tarde estava **animado** o **rancho** do Jacyntho. Haveria á noite um **sacudido batuque** e o pessoal da redondeza começava a chegar em trajés domingueiros, numa franca e ruidosa alegria.

**As rparigas vinham em bandos** esquivos, cochichando segredos, enquanto os rapazes, mais expansivos, falavam alto, soltando gargalhadas estridentes.

— Boas tardes, tio Jacyntho.

— Ora viva, minha gente. Vão chegando; o rancho é nosso.

As mulheres iam entrando para o commodos interiores e os homens se **acocoravam pelos cantos** da sala, **a cavaquear sobre as colheitas, tirando de traz das orelhas grandes cigarros, que accendiam no isqueiro do vizinho.**

Vinha já cahindo a noite, quando chegaram o Coelho, com a sanfona e o Zé Maria com a viola enfeitada de fitas verdes e vermelhas.

<sup>86</sup> Termo utilizado por Antunes (1995) fazendo uma analogia entre a peregrinação dos cidadãos na produção de sua vida cultural e a peregrinação religiosa na produção da fé.

No rancho foram saudados com festivas aclamações. As raparigas sahiram para a sala. Por entre **gemidos roufenhos da sanfona e o choro nostálgico da viola**, o batuque começou, acudido e animado.

As filhas do Jacyntho – duas **mulatas rechonchudas e cheirosas** – foram as primeiras a pular na roda. Anninhas, a mais velha, que estava **deliciosa no seu vestido de chita clara** com raminhos verdes, depois de um saracoteio rápido e elegante, foi castanholar os dedos deante do Brazilino, um mulato de fora, apumado e sempre rindo na preocupação de exhibir um dente de ouro.

Nhá Chica, a outra filha do Jacyntho, foi buscar o Quinquim da Vargem, que, de há algum tempo, lhe vinha arrastando as azas.

Os outros pares sahiam, e, depois de um repicado sapateio, fizeram a roda e o Brazilino, numa musica suave e amorosa, tirou a primeira quadra [...].

E o sapateado recomeçava numa febre louca, envolvendo a **roda numa nuvem de pó**, enquanto Jacyntho, contente e satisfeito, **atiçava a candeia fincada entre as ripas da parede**. [...]

E o batuque continuava pela noite adentro num **saracoteio barulhento e febril**.<sup>87</sup>

A revista da qual extraímos essa nota é um outro indicativo dessa ironia. Em um veículo especializado em propalar o ideário republicano e seu desenvolvimento no Estado, no que tange ao plano social, muitas de suas crônicas apresentavam esse tom crítico à modernidade, a qual não se sedimentava na nova capital. A ironia aqui é acompanhada da crítica: ao mesmo tempo em que ridiculariza tal prática (incoerente com o modelo de lazer moderno pretendido), noticia sua ocorrência, e, dessa maneira, expõe uma crítica à vulnerabilidade de um meio, no qual a civilidade e o cosmopolitismo não se enraizavam, persistindo ainda a presença de tais costumes.

A ambiguidade apontada exprime o traço comum dessa figura retórica – a ironia – “em que se diz o contrário do que se quer dizer” (DUARTE, 1994, p. 55). De acordo com essa autora, o ironista, percebendo as múltiplas possibilidades do enunciado, explora a duplicidade de sentido e a inversão ou a diferença existente entre a mensagem enviada e a pretendida. E, nessa perspectiva, por meio da ironia, ressaltam-se “verdades” e criticam-se desvios de normas sociais ou estéticas.

Assim, como na ironia valoriza-se o receptor do texto, acreditando que ele seja capaz de perceber que o dito deve ser entendido em sentido oposto ao enunciado, entendemos que a publicação desse tipo de festejo não quer dizer de sua valorização, mas sim, da crítica quanto à ocorrência de uma forma de divertimento fora de moda naqueles tempos.

Se a ironia revela extratextualmente uma mensagem com sentido antifrástico, o humor, também presente nas representações da imprensa, “preocupa-se em exhibir para o leitor os artificios usados na construção de seu texto”, como expõe Duarte (1995, p. 70). Para ela, nesse “artifício lúdico da comunicação”, a ambigüidade é definitiva uma vez que o texto “não

<sup>87</sup> CAMARA, Sete. “O batuque”. *Vida de Minas*, 15-06-1915, s.p. Grifos nossos.

permite que seja desfeita a dúvida sobre o objetivo do autor.” No humor, portanto, diz ela, os “jogos de engano” são mais explícitos.

Isso pode ser observado na nota abaixo, na qual, a representação de discordância é expressa por meio do conselho para que “que não fizesse tal, porque não se usa isso aqui”, no caso: “tirar os Santos Reis” vestido à caráter. Numa cidade que se pretendia vitrine do Estado e da República, hábitos que lembravam “o tempo no sertão” não seriam tolerados, especialmente na Rua da Bahia, a artéria *smart* da Capital. O humor do texto, todavia, não se reflete na ação do policial “que não estava pra isso”, acabando por recolher o desviante “todo enfeitado para o xadrez”, como diz a nota:

José Caetano dos Santos viu chegar o natal e **quis lembrar-se do seu tempo no sertão**; tentou phantasiar-se para **tirar os Santos Reis**, aqui dentro da Capital. Então alguém lhe aconselhou que não fizesse tal, porque **não se usa isso aqui**. Todavia José Caetano não tirou da cachola semelhante idéia e, vendo passar o “ano velho”, não resistiu: **vestiu-se de calções e blusa azues e fitas de varias cores, pendentes no chapéo**. **Com sua viola** faz sua entrada na **rua Itapecerica** e vinha subindo à **Bahia, cantando, tirando esmola...** para os Santos Reis. A **policia**, porém, não esteve para isso: **prendeu-o** e o levou todo enfeitado para o xadrez...

**Até os presos acharam graça no Caetano...** <sup>88</sup>

Por meio de diferentes formas de enunciação a imprensa se delineava como instituição educadora nesse modelo de civilidade moderna que se queria instituir. Operando com um discurso formador, ela desempenhava essa função pedagógica dando visibilidade e projeção a certas práticas culturais, obscurecendo outras, ou ainda repudiando aquelas que estavam em contraposição aos novos padrões de sociabilidade pretendidos para a nova capital.

As formas de sociabilidade divulgadas na imprensa podem ser entendidas como mecanismos acionados para promoção desses padrões, contribuindo com a diluição do provincianismo local e o estabelecimento de uma nova era também no campo cultural, mediante novas práticas de lazer.

Contudo, nessa cidade que materializava a aspiração de um espaço propício para o desenvolvimento cultural, as apropriações desses novos hábitos se davam de forma diversa, algumas vezes em sintonia com esse modelo, outras vezes, de forma enviesada, e outras ainda, ao avesso, provocando, nesses casos, uma postura de desqualificação, ridicularização ou denúncia.

---

<sup>88</sup> “José Caetano phantasiou-se”. *Diário de Minas*, 31-01-1914, p. 1. Grifos nossos.

### 2.3 O lazer em branco e preto: entre seções específicas e notas avulsas

Se as questões políticas e econômicas recebiam destaque especial no noticiário, o lazer também se fazia presente em campos próprios, como colunas especializadas em informar os divertimentos da moda, aos quais todos deveriam aderir. Ou ainda, quando em desacordo com esse modelo, figurando como um dos problemas constantemente presentes nas seções de reclamação dos jornais. Essa dupla exposição refletia um descompasso entre o ideal proposto e as práticas que insistiam em permanecer na nova capital.

Segundo Melo (1985, p. 62), ao privilegiar certas organizações ou núcleos da sociedade e ao omitir outras, a imprensa, ou no caso, os jornais, praticamente marginalizam do fluxo noticioso vastos setores da vida social. Esse pensamento aponta para uma primeira reflexão sobre o lazer na imprensa em Belo Horizonte: sua presença é um indicativo da importância dada a essa prática cultural naquele momento.

Em meio a tantos “setores da vida social” a serem tratados pela imprensa, o lazer constantemente aparece, se não em seções próprias, em artigos avulsos; se não de forma autorizadora, com incentivos e elogios, em seções de reclamações contra hábitos incoerentes com os padrões de comportamento desejados.

Em tempos de valorização de novos hábitos sociais, os jornais não ficavam à parte, e o lazer passava a ser, assim, um assunto em pauta, ou melhor, uma dada concepção de lazer em consonância com esses novos padrões.

À sua maneira, cada jornal dava visibilidade a certos eventos sociais, ora operando sob um discurso autorizador, privilegiando práticas culturais agora valorizadas, ora sob seu oposto, criticando, ou mesmo, marginalizando outras que estavam em desacordo com o modelo civilizado e moderno que se pretendia para a cidade.

Vários eram os jornais que possuíam esse tipo de seção que explorava os comportamentos e as atividades culturais da vida cidadã. Elas estavam presentes tanto em jornais mais alinhados aos ideais republicanos – sendo necessária, portanto, a promoção de práticas condizentes com esse modelo – quanto em jornais ditos mais independentes.

Os nomes das seções eram específicos e diretos: informavam aos habitantes os eventos culturais que aconteciam na cidade, entre elas: “Theatros e Cinemas”, no *O Bello Horizonte*; “Palcos e Salões” e “Artes e Artistas”, ambos no *Diário de Minas*; “Diversões”, no *A Farpa* e no *Diário da Tarde*, ou ainda seções que informavam os esportes, suas regras e locais de prática, como a “Secção Sportiva”, no *Estado de Minas*. Os locais onde eles aconteceriam,

entretanto, demonstravam uma restrição dos espaços e atividades que mereceriam ser anunciados: as festas nos “Clubs”, os concertos e peças no Theatro, as seções dos cinemas, como nos exemplos a seguir:

#### Diversões

O Commercio offerece hoje aos seus freqüentadores um programma em que figuram dois trabalhos de fabricas americanas, de assuntos diversos:

“Difamação, peça cinematographica, da Ivan Film, em 7 actos, desenvolvimento da obra do escritor D. José Echegary.

“O raid de Cupido”, comedia em 2 partes, da marca Keys-tone.<sup>89</sup>

#### Artes e Artistas

Nada deixou a desejar a encantadora festa que assistimos ante-hontem nos salões do «Club Bello Horizonte» na qual tomaram parte as exma. Sra. D. Maria Barcelos, senhorita Pequetita Gonzaga e os apreciados musicistas desembargador Eugenio Ferreira, José Nicodemos, Domingos Monteiro, Vicente do Espírito Santo, Antonio Sardinha, Vespasiado Santos, Eugenio Guadagnin e Evaristo Machado.

O concerto começou as 9 horas da noite, havendo grande concorrência da elite local.<sup>90</sup>

Além de seções específicas para informar os divertimentos da moda, os jornais também davam visibilidade aos seus freqüentadores. Havia reportagens exclusivas para divulgar os nomes de pessoas do “scol social” que estiveram em determinado programa<sup>91</sup>, a maioria, personalidades do meio político-administrativo e intelectual e suas “gentis” famílias. Os artistas locais, que se apresentavam, também gozavam de um lugar ao sol, ainda que em exhibições mais pontuais.

Havia também outras seções nas quais figurava o lazer que, além de informar, a opinião nelas emitida projetava um discurso autorizador. Podemos destacar entre elas as colunas “Echos” e “Chronica Social” circuladas no *Diário de Minas*; “Winchester – Reflexos” do *Diário de Notícias*; “Quinzena elegante” da revista *Vida de Minas*; assim como em outras seções semelhantes nos jornais de menor circulação, como “Monóculo” em *A Capital*, “Pela cidade” na *Folha Pequena* e “Chronica” na revista *Novo Horizonte*. Nelas havia sempre um incentivo às práticas modernas de lazer, elogiando os eventos e costumes apropriados à modernidade que se pretendia para a capital. Vejamos um exemplo: de matéria veiculada numa dessas seções:

<sup>89</sup> “Diversões”. *A Farpa*, 10-04-1918, p. 3.

<sup>90</sup> “Artes e Artistas”. *Diário de Notícias*, 10-02-1908, p. 2.

<sup>91</sup> Como exemplo citamos a seção “Pelo Monoculo” do jornal *A Capital*, de 14-02-1914, p. 1.



### Quinzena Elegante

A nossa sociedade reuniu-se no sabbado d'Aleluia, nos esplendidos salões do Club Bello Horizonte, em um grande baile à phantasia que foi a nota mais elegante e distinta até hoje dada, de civilização e bom gosto, nesta jovem capital.

O traje a rigor dos cavalheiros, as phantasias riquíssimas das senhoras tinham reverberos brilhantes de uma fina graça aristocratica, próprias das cidades que tem um pouco de cultura, particular aos centros mais populosos e de vida social mais intensa.

Damos hoje, uma de nossas páginas, uma photographia apanhada pelo nosso companheiro sr. Gines Gea Ribeira, por ocasião da magnífica festa, que esteve animadíssima e se prolongou até alta madrugada.<sup>92</sup>

Mas a “vida social” da cidade nem sempre era tão “intensa”, movimentada por festas “distinctas” e “elegantes”, nota de “civilização e bom gosto”, próprias das “cidades que tem um pouco de cultura”. Se a vida social não caminhava na velocidade e intensidade requeridas pelos tempos modernos, a imprensa desenvolvia meios para impulsioná-la. E embora reconhecesse em alguns artigos a pacatez que ainda se registrava na cidade, sempre de forma questionadora, o incentivo a esses costumes era patente, como nesta nota:

### Chronica Social

Falta a Bello Horizonte muito daquillo que é a mais fina e chic (...).

O «footing», por exemplo.

Não queremos já que esta capital acompanhe as grandes cidades como o Rio, tomando o habito dos côrsos de tarde, nem elegendo uma restaurant distincto para o chá das cinco. Esta historia de chá há de custar muitíssimo a pegar aqui em moda, onde os nossos modestos restaurants são freqüentados quase exclusivamente por homens, e aquilo de corso é por demais custoso para um centro de gente pouco favorecida de fortuna, como este.

Mas, quanto ao «footing», não prevalece nenhuma razão para justificar sua falta.

E seria um grito de elegância, na pacatez burguesa deste meio provinciano, (...) uma hora de vida e de graça, para o «footing», em uma das nossas ruas ou em nossos jardins, que temos encantadores.

Seria isto o (...) galante do nosso alto mundanismo.

Ao que sabemos, assim pensam também algumas senhoritas das mais formosas e distinctas da nossa scol social, as quais estão accordando com outras senhoritas, a fim de instituírem as tardes de sábado, para o «footing» na praça da Liberdade. A lembrança foi aceita com alvoroço no meio de **nossa gente de linha**.

E, ao que parece, vai ser triumphante.

No outro sábado, (porque no próximo há um grande festival de caridade), no outro sábado é bem possível que possamos tomar parte no «footing», de Bello Horizonte.

Assim o aconteça, para gloria desta terra pacata.<sup>93</sup>

Nem só sobre elogios e incentivos aos novos hábitos se posicionava a imprensa. Quando a forma caricaturada de adotar práticas modernas saltava aos olhos, evidenciando que Belo Horizonte “modernizou-se bizarramente”<sup>94</sup>, com apropriações que beiravam o ridículo, uma posição diferenciada também se registra: a crítica. Muitas seções criticavam os costumes

<sup>92</sup> “Quinzena Elegante”. *Vida de Minas*, 15-04-1915, s.p.

<sup>93</sup> “Chronica Social”. *Diário de Minas*, 28-11-1917, p. 2.

<sup>94</sup> *Vita*, 11-10-1913, s.p.

provincianos que ainda persistiam e explicitavam a imitação superficial adotada pelos moradores. Isso pode ser percebido também nas crônicas. Entre elas citamos: “Horas de Bello Horizonte” e “Apáras”, respectivamente na Revista *Vita e Vida de Minas*, e também em outras seções dos jornais pequenos como “Pelas Ruas” no *Quasi!*; “Trocós e Troças” no *Diário da Tarde*, ou mesmo em artigos avulsos.

No exemplo a seguir podemos observar o tom satírico empregado para criticar o artificialismo em que se mergulhava essa “*urbs postíça*”. Artificialismo este que se verificava desde os aspectos físicos da cidade, com seu “risco architectonico” e seus “jardinorios esmarridos”, até os eventos sociais, como o pretense “sarau burguez e ratão” ou o “*five ó clock*”, passando pela apresentação pessoal das meninas com sua “irritante *maquillage*”:

#### Apáras

A natureza tem horror a saltos, não é possível uma cidade sahir do traço dum engenheiro, cheia de ruas adréde preparadas...

Nessa *urbs* postíça, tudo é postíço; desde o risco architectonico das fachadas, á disposição dos jardinorios esmarridos; desde a tinta com que são pintados os edificios públicos á irritante *maquillage* das meninas; desde o sarau burguez e ratão, onde os moços recitam o “ora pois direi, ouvir estrelas” [...] dizem monologos em máo francez, á chasada intima, intra-muros, como nos bons tempos de Ouro Preto, elevados á cathogoria de *five ó clock*, numa ancia morbida de rastacoerismo, tudo é horrivelmente postíço.

É a falsa cor dos cabellos das senhoritas; a superioridade de uns certos rapazes me parece postíça!<sup>95</sup>

Quando a crítica em relação à adoção caricaturada de certas práticas não dá conta da questão, o tom passa a ser o da denúncia.

Assim como havia seções que versavam sobre os divertimentos considerados apropriados – fosse em tom de incentivo ou mesmo, questionador – havia seções que expressavam a repulsa a alguns hábitos em desacordo com o modelo de civilidade que se queria instituir. Esse é o caso das seções de “Reclamação” ou “Queixas à Redação” presentes em vários jornais, como no *Estado de Minas*, *Folha pequena*, *A Cidade*, *A Gazeta*, *O Estado*, *A Província*, entre outros; ou mesmo em outras notas divulgadas em diversos jornais. Nelas, havia reclamações de atos de vandalismo, comportamentos inconvenientes ou apropriações inadequadas que os moradores faziam de certos espaços e equipamentos da cidade, como nesse trecho que denuncia a ocorrência de “actos de vandalismo” que sucediam na cidade, no caso, contra os peixes colocados no lago da Praça da Liberdade. Vejamos uma delas:

<sup>95</sup> “Apáras”. *Vida de Minas*, 15-02-1915, s.p.

### Queixas e Reclamações

Não é a primeira e talvez não seja a ultima vez que nos chegam aos ouvidos reclamações relativas aos verdadeiros actos de vandalismo praticados por alguns meninos contra os pobres peixinhos collocados, para delicia dos olhos dos que alli vão passar alguns momentos, nos lagos do jardim da Praça da Liberdade. [...]

A não se pôr quanto antes cõbro a semelhantes travessuras, chegando algumas creanças, não contentes em perseguir os pobres peixes a pedradas, a se entregarem alli a exercicios sportivos de pesca á linha, brevemente estarão os lagos daquelle jardim completamente desprovidos desses inoffensivos seres decorativos que a Prefeitura mantem alli para entretenimento e regalo das nossas vistas.

Há alli um soldado incumbido de guardar esse jardim; este, porém, sente-se impotente para conter os endiabrados menores, aliás de boas famílias, o que até certo ponto não deixa de concorrer para tolher-lhe a liberdade de ação.<sup>96</sup>

Se em outros tempos a pescaria era um passatempo comum, agora esses “inoffensivos seres decorativos” tinham a função de ornamentação “para delicia dos olhos” daqueles que ali iam passear, servindo ao “entretenimento e regalo” de seus frequentadores. Ao observarmos a data da matéria, podemos perceber que se trata de um período de férias escolares. O tempo e as atividades, que poderiam ser desfrutados com mais liberdade pelas crianças, tinham que obedecer aos padrões de comportamento de então.

Nesse tipo de seção, é possível perceber também a constante cobrança da ação policial no sentido de reprimir tais atitudes, ordenando o comportamento dos cidadãos de acordo com os referenciais de civilidade em voga naquele momento. Vale salientar, ainda, o tom imperativo com que se veiculavam tais cobranças.

Esse tom imperativo de cobrança não se restringia aos hábitos sociais que deveriam ser contidos pelos habitantes, mas se estendia a outros serviços dos quais a administração municipal deveria zelar, ou seu aparelho de controle – a polícia – deveria reprimir “em beneficio do público e dos créditos de civilização” da cidade, como nesse trecho:

### Reclamações

Temos hoje a fazer algumas justas reclamações em beneficio do publico e dos créditos de civilização da nossa cidade.

Com a Prefeitura:

A nova ponte construída na rua Santa Rita Durão, junto à Cooperativa, fica em um trecho sem iluminação e onde o transito, á noite, é perigosíssimo. É necessário um gradil de madeira, mesmo tosco e provisório defendendo a muralha desta ponte do lado de cá, da rua Parayba, pois na escuridão reinante no local, póde algum transeunte se precipitar no abysmo.

Com a Polícia:

Os malandrins que peraltêam pelas nossas ruas destruindo arvores, pintando obsenidades nos muros, etc, já levam seu instinto vandálico ao interior dos templos e edificios públicos. Não há muitos mezes, eram os muros e balustres do quarteirão pertencente a Igreja Metodista que eram barbaramente destruídos; agora, é dentro da bella Matriz de S. José que elles operam, arrancando e torcendo

<sup>96</sup> “Queixas e reclamações”. *O Estado*, 29-12-1911, p. 1.

as grades de ferro divisórias do corpo da Igreja. Os gradis de ferro dos palacetes particulares vivem retorcidos e mutilados, como é notório na cidade.<sup>97</sup>

Havia ainda seções que veiculavam o controle sobre os atos da população pela polícia, que estando em desacordo com a ordem vigente, eram expressos em tom de denúncia, repudiando algumas práticas tidas como comportamentos desviantes, vadiagem ou crime. Esse é o caso das seções de “Pequenas Ocorrências” e “Diário Policial” no *Diário de Minas*; “Diário Policial” no *Estado de Minas*; “Occurrências Policiaes” n’*A Gazeta*; “Pela Polícia” n’*A Capital*; “Policinando”, n’*A Cidade*, entre outras similares, que expunham à população a repressão em que incorriam as condutas criminosas, especificando, inclusive, a zona e o dia em que tais desvios ocorreram.

#### Occurrências Policiaes

2.<sup>a</sup> circumscrição:

Dia 4:

Para averiguações policiaes foi detido o individuo [...]

- Foi detido para correctivo o individuo [...]

Dia 5:

A delegacia tendo conhecimento de que em casa de José Borges, estabelecido com botequim na Lagoinha, dava jogos de baralho e outros, com frequência de menores e vagabundos, para alli se dirigiu ás 8 e meia horas da noite, o sr. Delegado, acompanhado de seu escrivão e praças, onde encontraram de facto, o jogo funcionando, não com os taes individuos e sim com outros insuspeitos, os quaes foram advertidos, bem como o proprietário, a não continuarem na pratica de tal crime, sob pena de serem punidos na forma da lei.<sup>98</sup>

As charges com sua forma irônica e satírica de se referir a certos costumes também estavam presentes na imprensa belo-horizontina, ainda que de forma tímida, utilizadas especialmente em algumas revistas que dispunham de maiores recursos tecnológicos para sua produção.

Para Melo (1985), a charge é um dos meios que expressam, por meio de uma nova linguagem, de forma crítica e humorística, opiniões e valores. Ou seja, para além das palavras, a charge se configura como um recurso para revelar um discurso de forma imagética, obtendo a mesma repercussão. E seu emprego possibilita novas maneiras de se abordar velhos temas. Não é à toa que ela era utilizada especialmente para criticar os hábitos provincianos e comportamentos reprovados já veiculados em várias matérias dos jornais. Afinal, como diz Melo: a “finalidade satírica ou humorística pressupõe juízo de valor” (p. 121).

<sup>97</sup> “Reclamações”. *A Província*, 15-01-1907, p. 2.

<sup>98</sup> “Occurrências Policiaes”. *A Gazeta*, 09-06-1909, p. 4.

Tomaremos como exemplo uma charge publicada na revista *Vida de Minas*<sup>99</sup> que expõe o tom de censura com que era encarada a embriaguez na cidade. Numa cidade em que a pretensão à elegância, ao decoro e à polidez, perder a compostura pela embriaguez não teria outro tratamento que não a exprobração.

A censura fica evidenciada por meio da sátira na denominação dos personagens, assim como o diálogo entre eles: um guarda “civil” que acha uma “calamidade” o estado em que se encontra o “pão d’água”. Os elementos de modernidade como o trânsito rápido do carro se mesclam à simplicidade do ébrio que, com suas roupas remendadas, pouco se dá conta do seu comportamento desviante, impróprio para uma sociedade em que o autocontrole e a etiqueta social eram buscados e veiculados pela imprensa:



FIGURA 4: Charge – censura à embriaguez  
Fonte: Revista *Vida de Minas*, 1915.

Seja por meio da imagem ou por meio da palavra escrita, a imprensa parece ocupar uma função pedagógica, promovendo novos referenciais culturais a serem desenvolvidos na cidade. E como forma de viabilizar esse papel, nos jornais, havia várias seções nas quais as práticas de lazer eram tratadas de forma diferenciada, de acordo com sua posição frente ao modelo de civilidade e modernidade em voga no período, ora sob um discurso autorizador, ora sob seu contrário.

É possível perceber essas desigualdades nas representações construídas e veiculadas nessas seções. Desta feita, havia seções nas quais o estímulo a determinadas práticas era

<sup>99</sup> “Um chuva sabido”. *Vida de Minas*, 01-02-1915, s.p.

permeado por elogios e incentivos, uma vez que elas caminhavam na direção dos novos referenciais de sociabilidade que se desejava instituir na nova capital, contribuindo, assim, para seu fomento.

Mas os elogios não eram a única estratégia de promoção dessa nova sociabilidade, muitas formas de se referir aos hábitos em formação se orientavam pelo viés do questionamento. Este, fazia-se necessário visto que certos hábitos ainda não tinham recebido a adesão pretendida pela população.

Obedecendo aos mesmos referenciais que direcionavam o discurso autorizador em relação às práticas em conformidade com o modelo, mas sob outra perspectiva, a do discurso desautorizador, a função pedagógica da imprensa se apresenta também sob o tom da crítica, repreendendo certos costumes provincianos que ainda persistiam nessa *urbs*, assim como algumas apropriações inadequadas dos espaços da cidade. O tom de crítica passava ao de denúncia quando os hábitos iam à contramão desses referenciais, cabendo a sua repressão pela autoridade policial e sua exposição nos jornais como exemplos a não serem seguidos.

Enfim, variando entre o que se queria ser e o que ainda não se era, as representações sobre o lazer, veiculadas na imprensa, evidenciavam intencionalidades em promover, criticar ou reprimir práticas em consonância, ou não, com esse modelo de sociedade e de cidadão que se pretendia formar.

## **CAPÍTULO 3: AS “SÃNS EXPANSÕES DO ESPÍRITO” NA IMPRENSA BELO-HORIZONTINA**

### **3.1 “Atestando o inquestionável adeantamento da cidade”: imprensa educadora orientando as práticas culturais**

Entre incentivos e questionamentos, críticas ou denúncias a imprensa adotava uma atitude pedagógica contribuindo para uma tentativa de regulação das condutas convenientes aos anseios de modernidade e civilidade da cidade. Para fins de organização do trabalho, as práticas que apareciam sob uma perspectiva autorizadora, porque em consonância com o modelo pretendido, foram discutidas neste capítulo e as com ele se contrastavam, no outro. Isso não quer dizer que o discurso da imprensa era polarizado e hegemônico, livre de tensões, antes disso, tanto para as práticas que refletiam uma perspectiva autorizadora quanto seu contrário, nas páginas dos jornais figuravam essas diferentes formas de enunciação, algumas delas com um tom mais carregado, outras menos.

Desde a construção, mais especialmente após sua inauguração, a cidade mergulhou num processo de afirmação que pudesse justificar a mudança da Capital e que demarcasse definitivamente o tempo do progresso e a almejada inserção na modernidade. Um momento crucial, no qual os comportamentos sancionariam, no plano sociocultural, o processo de transformações iniciadas no plano físico com a sua edificação. A inauguração fora um passo. A metamorfose que se processava na arquitetura da cidade, com suas ruas, prédios e casas ainda em construção, se aplicava também às suas experiências de sociabilidade que igualmente passavam por um delineamento.

Nesse contexto de profundas transformações, marcado por contrastes, conflitos e permanências, se ainda pairava alguma dúvida sobre a legitimidade desse modelo de sociedade e de cidadão, a imprensa tentava dissipá-las dando visibilidade às práticas consideradas adequadas, as quais consolidariam a certeza do caminho iniciado rumo ao progresso. Para isso, essas práticas eram representadas por seus articulistas de forma positiva, autorizando a população a elas aderir. Seu movimento era duplo: não apenas informar, mas também formar.

Os jornalistas assumiam, assim, uma função de agentes culturais, contribuindo para transformar uma população, considerada roneira e provinciana, no sonho cosmopolita de

uma verdadeira metrópole, tal como se almejava naquele momento. Marco Morel (2005), ao refletir sobre as mudanças culturais advindas da modernidade política no século XIX<sup>100</sup>, ressalta que nesse momento surge este “homem de letras”, já visto como portador de uma missão, ao mesmo tempo política e pedagógica. Diz ele: “é o tipo de escritor patriota, difusor de idéias e pelejador de embates e que achava terreno fértil para atuar numa época repleta de transformações” (p. 167).

Conscientes de sua posição pública, eles faziam da palavra impressa o seu instrumento pedagógico. Nesse sentido, faziam operar a chamada “cidade letrada” de Angel Rama (1985), na medida em que suas palavras traduziam a vontade de edificar a cidade, com seus novos padrões de sociabilidade, antes mesmo de sua concretização na realidade, instituindo uma representação simbólica de tal modelo.

Segundo Rama, a cidade letrada por meio de sua linguagem, “é capaz de conceber, como pura especulação, a cidade ideal, projetá-la antes de sua existência, conservá-la além de sua execução material” (p. 53). Ela constitui uma função: por intermédio da escrita, constrói raízes, desenha a identificação nacional, enquadra a sociedade em um projeto. Como sua voz é pública, suas ações acabam por transmitir modelos a serem seguidos, promovendo as novas tendências socioculturais. E os modelos que as camadas abastadas da cidade buscavam constantemente como espelho para construção de sua identidade era o da civilização ocidental européia, ou no nível nacional, as grandes cidades como Rio de Janeiro e São Paulo.

Se o discurso moderno se viabiliza por meio da palavra, de forma análoga aos donos da escritura na “cidade letrada”, os homens da imprensa belo-horizontina fundam uma escritura capaz de ordenar o mundo físico e normatizar a vida da comunidade. Nesse contexto, o lazer se configurou como um elemento conformador dos comportamentos dos novos cidadãos, novas práticas que contribuiriam para a inserção da cidade na era do progresso que se instaurava. O jornal, bastante difundido naquele momento, se configurava, então, como mais uma das forças de trabalho nessa “oficina de civilização”<sup>101</sup>.

Para analisar esse processo de visibilidade na imprensa, nos apropriamos da noção de enquadramento proposta por Maurice Mouillaud (1997), na qual é explorada a idéia de que um quadro determina um campo a ser visto e a visão, e o que está em seu interior constitui uma cena. Visto dessa forma, ao enfocar apenas aquilo que se deseja, o que fica fora do

---

<sup>100</sup> Para MOREL (2005), o período de consolidação de independência política na primeira metade do século XIX, constituiu um dos momentos fundadores da identidade e das relações sociais da sociedade brasileira que se estendem numa longa duração.

<sup>101</sup> Termo utilizado por NAGLE (1974, p. 25) para descrever o papel das cidades nesse período. Segundo ele, era no contexto urbano que a modernidade se forjava.



quadro sai do campo da visão, processando uma representação do real. Trata-se, no dizer do autor, de uma moldura determinada e arbitrária aplicada sobre a realidade fazendo com que “certas ocorrências apareçam no campo da informação, enquanto que outras são afastadas do mesmo campo” (p. 55). Nesse ponto, suas proposições se aproximam da idéia de “projeção, redução e omissão” presentes no processo de filtragem, apontadas por Melo (1995) e abordadas no capítulo anterior.

Entendidos como produto de consensos sustentados pelo jogo das interações e das negociações entre parceiros sociais, por Mouillaud (1997), “os acontecimentos aos quais se refere a informação formam o mundo que se supõe real” (p. 56). Para ele, as notícias devem ser interpretadas como um resultado de acordos – implícitos ou explícitos – entre os agentes das redes, determinando, assim, quais acontecimentos são admitidos, ou não, no campo da informação.

Em relação ao lazer, a imprensa da cidade compõe seus enquadramentos, dando visibilidade às práticas que traduziam o estilo de vida cosmopolita almejado, pois essas é que completariam o círculo de progresso republicano que encapava as esferas política, econômica e social.

A visibilidade podia ser notada também quando havia exposição de um comportamento inapropriado pelos jornais, mas com um foco diferenciado explorado como exemplos a não serem seguidos, como veremos mais detidamente no capítulo seguinte.

Definido o enquadramento, cabe agora instituir a cena do acontecimento como uma cena legítima, já que, como diz Mouillaud (1997, p. 55), “o *status* de notícia só é dado às ocorrências que se situam no interior dos espaços e tempos supostos legítimos pelos profissionais”. E os jornalistas, como intelectuais que despontavam na cidade, assumiam esse papel com todas as letras.

As representações sobre o lazer sob a perspectiva autorizadora eram positivas e reconheciam os divertimentos como elementos potenciais para formação e incorporação dos hábitos modernos e cosmopolitas pretendidos para a nova capital, desde que atrelados às práticas em consonância com o modelo civilizado que se buscava instituir. E é desse sentido que deriva o título desta dissertação. É sob esse signo que os divertimentos são encarados e representados como “sãos expansões do espírito”<sup>102</sup>, e, portanto, cabíveis no enquadramento procedido pela imprensa. Contudo, cabe ressaltar que nem todas as diversões são “sãos”, como discutiremos mais detidamente a posteriori.

---

<sup>102</sup> “Pela cidade”. *Folha Pequena*, 30-08-1904, p. 1.

Para destacar aquelas que são tributárias dessa concepção, algumas estratégias de enunciação eram empregadas. E em se tratando de promoção de práticas modernas e civilizadas, o incentivo e o elogio eram maneiras de se dar legitimidade a elas, além, é claro, da divulgação e promoção nos jornais. Essas estratégias davam visibilidade às práticas em acordo com esse modelo e as suas representações produziam um discurso autorizador do que se deveria fazer, do que era aceitável, portanto, autorizado.

Com a nota a seguir, é possível exemplificar o tom prescritivo e direcionador empregado pela imprensa. Mais que orientar, ela aspirava impor novas demandas sociais, a fim de instituir uma nova sociabilidade, novas formas de ser e estar na Capital que se pretende moderna e cosmopolita, como as grandes cidades do país e do exterior.

O direcionamento, aqui representado, se refere a um tempo estipulado para vivência do lazer com “um dia da semana especialmente consagrado aos passeios e divertimentos”. Todo um cenário social havia que ser montado naquele cenário arquitetônico idealizado, cabendo, nesse sentido, prescrições aos diversos atores: à população, aos estabelecimentos comerciais, ao serviço de iluminação, enfim, expondo toda uma conformação de tempos e espaços em consonância com o novo modelo concebido. Diz a nota:

Bello Horizonte, a exemplo das outras cidades, **precisa ter também um dia da semana especialmente consagrado aos divertimentos**. A cidade deve mostrar aos seus visitantes, naturalmente curiosos, o que ella possui de elegante de chic, além de seus palácios e avenidas bem delineadas e symmetricamente arborizadas. **Sábado será de agora em diante, o dia elegante...**

Os cinematographos exhibirão neste dia as suas melhores fitas; os “circos” os seus melhores programas; a illuminação na rua da Bahia será augmentada e as casas de modas obrigaram os transeuntes a admirarem as suas vitrines, tal a arte e capricho de seu arrançamento. [...]

... **Ahi fica a idéia. A apostar como a rua da Bahia pompeará de graça e de espírito no próximo sábado**, iniciando a **prática do exemplo das grandes cidades**.<sup>103</sup>

O poder formador da imprensa veiculado nessa nota se concretiza de fato, demonstrando seu papel articulador das práticas adequadas a esse modelo. Numa reportagem da semana seguinte, publica-se a confirmação da adesão à “idéia” sugerida, graças à “gentileza captiva das famílias” que aderiram efetivamente ao “dia elegante”:

**Não nos enganamos com a nossa previsão**. Sabbado esteve, efectivamente, na altura do **dia elegante**. Mereceu com justiça a **denominação que lhe emprestamos**, graças a gentileza captiva das famílias bello-horizontinas que **reconheceram a necessidade de um dia exclusivamente dedicado ao passeio e aos divertimentos**. As **gentilissimas senhoras deram a nota smart** da Rua da

<sup>103</sup> “Winchester – Reflexos”. *Diário de Noticias*, 04-06-1908, p. 2. Grifos nossos.

bahia. Vimol-as **alegres, bem cuidadas, atestando por si só o inquestionável adeantamento da nossa cidade**. A própria natureza veio pressurosa em nosso auxílio. Tivemos um dia magnífico, claro, fundado de luz, dourado por um sol formoso e brilhante.<sup>104</sup>

O direcionamento da imprensa não se resumia às indicações ao tempo destinado ao lazer, mas também apontava as próprias experiências a serem vivenciadas. Como já anotado, não são quaisquer práticas que traduzem as “sãns expansões”, nesse modelo havia divertimentos específicos que exprimiam esse espírito moderno. A esses cabia o “enquadramento”, tal qual exposto por Mouillaud (1997). Tornava-se imperativa, então, a necessidade de sua divulgação, no sentido de serem trazidos ao campo de visão dos habitantes dessa cidade para que, como um espelho, fosse projetada a imagem de modernidade pretendida no âmbito das práticas culturais.

Diversas poderiam ser as práticas que constituiriam esse ideário moderno, abordadas sob essa perspectiva formadora e autorizada. Analisar essa gama de possibilidades implicaria, contudo, uma empreitada mais intensa e mais longa.

Diante disso, assumindo as limitações que se impõem a esta pesquisa, foram contempladas algumas práticas de grande projeção na imprensa. Dentre elas destacamos: a sociabilidade no âmbito do teatro, as festas nos *clubs*, os cinemas, as retretas e o *footing* nas praças e no Parque, e o circo que (entre outras) estavam presentes nas colunas dos jornais sob a perspectiva do discurso autorizador, sobressaindo-se os adjetivos positivos e comentários amistosos. Mas, quando os comportamentos de seus freqüentadores não condensavam o avanço cultural registrado naqueles moldes (ou em busca de desenvolver-se), o questionamento e a crítica também eram mobilizados para atingir seus propósitos.

### **3.2 O Teatro, templo do requinte e da civilização**

Os eventos no teatro eram os eventos culturais que mais figuravam nos “enquadramentos” (MOUILLAUD, 1997) da imprensa belo-horizontina, sob um discurso autorizador. Como dito anteriormente, esse divertimento ganhou destaque em colunas especializadas em fazer a divulgação da sua programação.

---

<sup>104</sup> “Winchester – Reflexos”. *Diário de Notícias*, 08-06-1908, p. 2. Grifos nossos.

Desde os tempos do Arraial, o teatro aparecia como uma demonstração de desenvolvimento cultural. No período de construção da cidade, Belo Horizonte, diz Abílio Barreto (1995, p. 433), “ainda era um lugar sem conforto cujos habitantes, trabalhando a mais não poder, eram forçados a uma existência muito modesta e sem distrações”. Nesse cenário de transição, não se tinham espaços públicos de diversão.

Foi em fins de 1895 que, atraído pelas notícias de desenvolvimento da futura cidade, o artista espanhol Félix Amurrio, que aqui visitava, conseguiu que “os Srs. Aurélio Lobo e o coronel Daniel da Rocha mandassem o Sr. Carlos Monte Verde construir um teatrinho provisório, térreo e coberto de zinco, na Rua Sabará, pouco além do Largo da Matriz” (BARRETO, 1995, p. 433). E para aí, trouxe sua Companhia de Zarzuelas. Além dessa Companhia, que lá se apresentou por longo período em duas temporadas, nele se apresentaram também uma companhia dramática e de comédias, um prestidigitador e sonambulista e, o Circo Peruano, como informa esse autor.

A despeito de sua simplicidade<sup>105</sup>, as apresentações do “Provisório” contavam sempre com uma grande assistência, ficando na maioria das vezes com sua lotação completa. Entre seus espectadores, Barreto (1995) cita: engenheiros, funcionários da Comissão, empreiteiros, comerciantes, muitos com suas famílias, e operários.

A presença dos operários sugeria certa democratização do espaço, talvez porque naquele período de construção se misturassem pelas ruas da cidade as casas dos antigos moradores, grande parte ocupada pelos funcionários da Comissão, dos comerciantes e as cafuas e barracões dos trabalhadores – com suas moradias construídas de forma improvisada em meio às edificações.

Apesar da freqüência diversificada, a sua distribuição no recinto indicava também seus lugares sociais: “a fina flor da sociedade ali estava nos *camarotes* ou nas *cadeiras*. O povo das *gerais* arranjava-se como podia, atrás, de pé, sobre o chão poento” (BARRETO, 1995, p. 434) (Grifos do autor).

Mas, tão logo se inauguraria a Capital e, essa organização social, ainda mesclada, daria lugar às disposições segregacionistas de seu projeto, no qual cada coisa ou grupo social teria seu lugar destinado.

O antigo “Provisório” foi demolido antes mesmo da inauguração da cidade, em junho de 1897. Os divertimentos modernos teriam um espaço condizente com sua posição: um

---

<sup>105</sup> A começar pelo seu título “Provisório”, BARRETO (1995) o descreve como um barracão sem frisas, com camarotes pequenos cercados de maneira grosseira, roliça e cadeiras e bancos toscos feitos de tábua forrados de ganga vermelha.

cassino com teatro, previsto no Parque Municipal. A monumentalidade demonstrada na planta da fachada desse espaço dava uma idéia do valor atribuído a esse tipo de divertimento no projeto da cidade<sup>106</sup>.

Apesar da sua imponência, ou mesmo por causa dela, este equipamento não foi construído, ficando a cidade sem teatro por algum tempo.

Nesse período inaugural, a cidade passou por certo marasmo cultural, pois além do Parque, outros espaços de lazer previstos ainda não tinham sido construídos. Essa realidade vai se alterar, ainda que de forma embrionária, com a inauguração do Teatro Soucasseeux, que, mesmo não sendo o espaço sonhado, pois se tratava da reforma de um galpão da prefeitura, passou a ser a principal atração da cidade<sup>107</sup>, como diz Viviane Loyola (1997, p. 110):

O teatro apresentava muitas opções de entretenimento, possuindo um repertório farto de atrações: bandas que se apresentavam no coreto de seu pequeno jardim, no botequim os homens bebiam, fumavam e trocavam idéias sobre os espetáculos, e no palco, encenavam-se peças de teatro. O *Soucasseeux* constituiu um grande estímulo para o cenário teatral da cidade, pois, a partir de sua inauguração, tornou-se freqüente a vinda de companhias estrangeiras, em especial italianas e portuguesas à Capital.

O teatro era uma atividade cultural de destaque na Europa e como não poderia deixar de ser, aqui também deveria seguir os mesmos moldes. Apesar, contudo, do pouco entendimento do público devido aos problemas com os idiomas, pois os poucos espetáculos teatrais eram de companhias estrangeiras, o teatro foi eleito como lazer moderno da elite da nova capital.

Regina Duarte (1995) assinala que, desde o século XIX, o teatro foi visto como “escola de civilização”, um elemento educador capaz de formar moral e civicamente a

<sup>106</sup> O projeto da edificação planejada com o fim de abrigar o teatro da cidade (um cassino com teatro) tem uma planta detalhada em sua riqueza arquitetônica, e é apresentada no Anexo do trabalho.

<sup>107</sup> Constatamos que há informações diversas sobre a inauguração desse Teatro. Na obra de Mourão (1970) consta a inauguração do teatro provisório, em agosto de 1898. Diz o autor: “segundo uma notícia da época, no dia 4 de agosto do no referido, inaugurou-se o teatro provisório da Capital” (p. 17). Muitas vezes denominado ao longo de sua obra como “teatro provisório chamado Soucasseeux”, suas atividades são elencadas desde esse período. Já em obra organizada pela Prefeitura de Belo Horizonte (1993) consta da concessão do barracão da Prefeitura ao empreiteiro Soucasseeux, como este já havia sugerido à Prefeitura desde oito de novembro do ano anterior, para que nele se mantivesse o “Teatro provisório” por meio de contrato assinado em 18 de julho de 1900 (p. 18). A mesma data é citada em outras publicações. Entretanto, no *Diário de Minas*, um dos jornais pesquisados, há uma matéria publicada em 16 de dezembro de 1899, intitulada “Ismênia dos Santos” na qual se anuncia: “estréia amanhã, no Theatro Soucasseeux, a companhia dirigira pela atriz, cujo nome encima estas linhas e que encarna em si uma das mais brilhantes tradições do palco brasileiro [...]”. Uma nota de retificação foi ainda publicada no dia seguinte corrigindo a direção da companhia pelo ator Soares de Medeiros. Não obstante essa divergência, o teatro se configura como um dos espaços culturais de destaque na cidade naqueles tempos.

sociedade. Não é a toa que “saudava-se a construção de edifícios específicos para o funcionamento de teatros como um importante indicador do grau de civilização das localidades” (p. 120), constituindo-se como um “campo de exercício das regras de comportamento em sociedade” (p. 139).

Especialmente nos anos iniciais, ao destacar essa nova modalidade de divertimento moderno, a frequência ao teatro dava início à formação de uma sociabilidade mais voltada para o espaço público. Esse é o caso de uma nota que, buscando quebrar a monotonia verificada na cidade, diz que não se desprezava nenhum programa, e a “retreta das quintas-feiras no pavilhão do Theatro é uma destas.”<sup>108</sup>

De acordo com Mourão (1970) a atividade do Soucasseeux era constante nesse período, mesmo que com alguns intervalos ao longo do ano. Ele registra a atuação de várias companhias e a presença de pessoas ilustres nos espetáculos. Para esse tipo de público, o teatro figurava como uma das principais atrações. A afeição a esse tipo de evento pode ser exemplificada por essa nota do *Diário de Minas*, de 1901, ao dizer que, com o fim da temporada da companhia, findava-se também a primavera, vindo logo depois o inverno, não o da estação climática, mas o do tédio a que ficariam condenados até a próxima temporada. A “Talentosa e estimada” apresentação de despedida ganhou destaque no jornal local, convocando a presença dos horizontinos, “acima do mais”. Diz a nota:

A nossa primavera findou; virá o inverno soturno e humido, esse inverno do tédio de que tanto se queixa o adorável e sensível bohemio que dá prodigamente aos leitores do *Diário* o que lhe deixou de bulício e de luz. [...]  
O que é preciso, acima do mais, é não esquecer a despedida de logo à noite. Apesar dessa maldade de abandonar a cidade quando a viu mais presa, a troupe Silva Pinto deu-nos ao menos um interregno de movimento e de claridade na quietude crepuscular dos nossos dias.<sup>109</sup>

Mesmo gozando de tamanho prestígio, ressalta Mourão (1970, p. 82) que, “não só no velho Teatro Soucasseeux, mas em outros locais, havia exhibições de arte nos primeiros anos deste século.” A migração para o espaço público ainda não se consolidara, e o costume da reunião em ambientes mais restritos e familiares ainda se preservava naqueles tempos.

A publicidade de tais programas, contudo, não era restrita, ganhando também a cobertura dos jornais. Esse é o caso de uma matéria em que se divulgava a apresentação de uma comédia traduzida do francês por “um grupo de inteligentes senhoritas” na casa de um coronel da cidade. A merecida divulgação em seção específica do jornal, mesmo após a sua

<sup>108</sup> “Echos – Retreta no Theatro”. *Diário de Minas*, 04-07-1902. p. 1.

<sup>109</sup> “Echos”. *Diário de Minas*, 26-06-1901, p. 1.

realização, expunha o interesse envolvido em promover essa prática. A própria matéria explicita esse interesse, ao que diz: “Esta ligeira notícia, que não poderia deixar de ser dada nesta secção, vem mostrar os elementos valiosos que aqui existem para a formação do Theatro familiar”<sup>110</sup>.

Fosse por causa do intervalo entre as apresentações do Soucasseaux, fosse pela dificuldade da população em habituar-se aos espaços públicos, o desenvolvimento cultural sucedido com essa prática se mostrava “valioso” e necessário; e a imprensa mais uma vez fazia seu papel propagador e incentivador desses novos padrões de sociabilidade.

A demolição do Soucasseaux, em 1906, não foi um empecilho e a atividade artística não foi perdida de vista pela imprensa local que concentrava todos os esforços para que não se esmorecesse esse exigido “divertimento preferido, aristocrático e fino”, mesmo que à custa de muitas adaptações. Uma nota do período exhibe claramente esse esforço:

Começa em Bello Horizonte a vida elegante...

Há um desusado movimento nas ruas; os divertimentos aparecem, recheiados de novidades, espantando o tédio dos longos meses insípidos e intoleráveis. [...] novas esperanças como que um frêmito de entusiasmo revigorando a capital, nesses belíssimos dias de uma luminosidade incomparável, claros e azues banhados de sol, cheios de alegria e de vida.

Não temos theatro! (?)

Não importa! **O entusiasmo pode sanar essa falta gravíssima.**

**A estação chic exige o divertimento preferido, aristocrático e fino.**

**Pouco custa: a adaptação de um palco** que há pouco tempo ouvia as musicas brejeiras de um café-concerto, tendo depois o panno de bocca abrindo numa alva tela de panno onde o foco de um cinema aperfeiçoado projecta interessantes scenas de lucta pela vida ou da bohemia galante. [...]

A «estação elegante» está iniciada.

**Aproveitemol-a.**<sup>111</sup>

Além dos apelos da imprensa, os empreendedores locais também contribuía para impulsionar esse tipo de divertimento na cidade. Esse é o caso do teatrinho adaptado do Hotel Paris, que promovia apresentações de “cançonetas, monologos, excêntricos musicaes, comicos bailarinos, lindos duettos, tercetos, e um sem fim de novidades”, onde se teria “onde passar umas horas de agradável distracção”, como informa a nota do jornal *A Epocha*, de 1909<sup>112</sup>. Em outra nota, sua programação era divulgada na seção “Artes e Artistas” do *Diário de Noticias* e contava com estímulo da população para nela comparecer:

<sup>110</sup> “Palcos e Salões”. *Diário de Minas*, 21-08-1900, p. 2.

<sup>111</sup> “Winchester – Reflexos”. *Diário de Noticias*, 18-01-1908. Grifos nossos.

<sup>112</sup> “Theatro Paris”. *A Epocha*, 31-03-1909, p. 3.

Devem chegar hoje as applaudidas cançonetistas Flora e Edgardina Silva que, com o popular Borges Medeiro, formarão um excelente grupo para proporcionar, no teatrinho do Aire, nestas noites de tédio, excellentes horas de diversão.

**É justo que a nossa população venha em auxílio dos proprietários** do Hotel Pariz que desta forma **patenteiam o seu interesse pela nossa vida local procurando dar movimento à cidade** que vai cahindo num marasmo injustificável. Talvez amanhã já possamos apreciar ao som de um copo de cerveja as cançonetistas e o impagável Costa Maia ao lado do agitado Borges.<sup>113</sup>

A iniciativa embrionária do Soucasseaux ganhava mesmo grande vulto com a construção do Teatro Municipal, agora, não mais uma iniciativa particular (mesmo que subvencionada pela Prefeitura), mas uma iniciativa do próprio poder público que o financiava<sup>114</sup>. Este sim, uma construção à altura da Capital, inaugurado enfim, em outubro de 1909. Uma nota publicada no *Diário Oficial do Estado* dá idéia do empreendimento:

Já estão sendo activamente atacadas as obras do teatro mandado construir pelo sr. dr. Antonio Carlos, secretario das finanças e prefeito da Capital.

A **magnífica planta** da fachada do **moderno teatro** vai ser exposta dentro de poucos dias.

A construção desse edificio, de acordo com as exigências daquele prefeito, é **um dos melhoramentos de alta monta**, não só por proporcionar ao publico uma **confortável casa de diversões**, capaz de **receber as melhores companhias** que freqüentam as platéias da Capital Federal e São Paulo, mas ainda por **satisfazer uma necessidade instante** que não se realizaria agora a iniciativa particular.<sup>115</sup>

Antes mesmo de sua inauguração os jornais explicitavam o valor desse espaço para a sociabilidade dos horizontinos, fosse informando a população sobre os andamentos dos trabalhos, dando os detalhes da construção<sup>116</sup>, fosse criando toda uma atmosfera de expectativa em relação ao futuro espaço. A nota abaixo, por exemplo, ilustra a representação de desenvolvimento atribuído aos eventos dessa natureza, propagandeando o “rendez-vous” previsto para todas as noites no “bello Teatro”:

Ouvimos dizer que é pensamento do illustre prefeito de Bello Horizonte **envidar esforços no sentido de fazer vir a esta capital uma boa Companhia lyrica**, por ocasião da inauguração do Teatro. **Já é tempo de provar que em Minas há bom gosto e amor à arte**, portanto, preparem-se as **senhoritas para os rendez-vous de todas as noites no bello Teatro**, onde a frescura das toilettes levará a **nota alegre e smart**.<sup>117</sup>

<sup>113</sup> “Artes e Artistas”. *Diário de Noticias*, 22-06-1907, p. 1. Grifos nossos.

<sup>114</sup> PENNA, Octávio (1997, p. 109) fala da pompa com que revestiu sua inauguração, o que levou a Prefeitura a colocar “bondes de luxo, atapetados e com bancos forrados de linho” à disposição de seus freqüentadores.

<sup>115</sup> *Minas Gerais* de 8-06-1906. Nº 131, p. 2. Grifos nossos.

<sup>116</sup> “O novo teatro”. *Diário Mineiro*, 25-09-1906, p.1.

<sup>117</sup> *O Alfinete*, 24-07-1907, p. 1. Grifos nossos.



Apesar dos referidos “esforços” envidados, menos de um ano após sua inauguração, o Teatro Municipal já passava por dificuldades para manter ali apresentações de companhias de destaque. Essa dificuldade parece ter marcado a vida desse espaço em diferentes épocas, haja vista as críticas veiculadas pelos jornais locais, cobrando uma atividade mais freqüente, o que pressionou a Prefeitura a tentar arrendá-lo.

Para que tal freqüência ocorresse, no entanto, necessário seria um público maior, o que de certo modo, implicaria certa popularização. Iniciativas nesse sentido, porém, depararam com grande resistência das camadas abastadas que não demonstravam disposição em dividir com outrem o seu espaço seletivo e aristocrático.

Após duas tentativas de arrendamento, pode-se observar essa resistência em duas notas publicadas, uma em 1911 e outra em 1914.

Na primeira, ao fazer analogia aos cinematógrafos, nos quais os preços dos ingressos eram mais acessíveis, expõe-se o descontentamento com a mistura social de forma veemente, sentenciando, com essa medida, “o começo do seu fim”. E continua a nota, destilando preconceito e idéias de exclusão:

Todo mundo sabe o que é um desses innumeráveis cinemas: uma casa de diversões a preço barato em que, por esse motivo, se ajunta diariamente uma multidão, onde há gente de toda ordem.

Não há duvida que nesse logares o dinheiro é o melhor seleccionador.

Ora, em um cinema, porque as entradas são quase uma ninharia, por assim dizer não há selecção. Qualquer cafagestre que desconhece as virtudes da água fria e do sabão de Reuter, instala-se ao lado de um cavalheiro de botas de verniz e collarinho alto [...]. É claro que de um público desse estalão ninguém pode razoavelmente esperar que respeite essas pequeninas delicadezas que só a civilidade ensina e a boa educação faz guardar, e que são a melhor garantia á conservação e ao asseio de um estabelecimento em que se entra a tanto por ingresso. [...]

O Theatro Municipal não póde ter mais frequentemente accesos os focos de sua fachada, annunciando-nos um *Conde de Luxemburgo* ou uma *Tosca* ou qualquer *João José*, porque o nosso meio infelizmente não comporta.<sup>118</sup>

Na outra, anos mais tarde, semelhante indisposição se observa quanto à possível popularização desse espaço pretensamente reservado às elites, que protestavam, chegando a matéria a interpretar essa iniciativa de popularização como um boato “a não ser tomado a sério”, um ato incompatível com essa sociedade:

Ouvimos dizer que o sr. Cornélio Vaz de Mello está resolvido a ceder o nosso Theatro Municipal a um grupo de amadores que pretende dar espetáculos naquela casa a preços reduzidos, iguaes aos adoptados pelos cinemas.

Não podemos crer que isso se dê.

<sup>118</sup> VAN DYCK, Carlos. “Echos”. *Estado de Minas*, 09-12-1911, p. 1.

No Rio de Janeiro, a prefeitura tem proibido, mais de uma vez, que se utilizem do Theatro Municipal, com companhias de 2. ordem, e mesmo o dr. Olyntho Mierelles nunca consentiu fosse tão democratizado a nossa principal casa de diversões.

[...] há ainda o (inconveniente) de estragar todo o mobiliário daquela casa que, a preços baixos, ver-se-ia repleta de espectadores que talvez não se portem com a necessaria conveniencia, maltratando as poltronas, ferindo o assoalho com chapéus de sol e bengalas, finalmente, fazendo no Municipal, o que se faz no Parque Cinema e no Cinema Commercio.

Mas... o boato foi espalhado, naturalmente, por algum desaffectedo do dr. Cornélio Vaz de Mello, não podendo, por isso, ser tomado a sério.<sup>119</sup>

A desaprovação não é velada, tentando mascarar essas diferenciações sociais, mas explícitas, trazendo à tona toda a discriminação que se impõe na cidade, tanto física, quanto social. Em ambas as notas, os argumentos passam pela preocupação com a conservação do local, o que não escondia a visão preconceituosa e elitista desse segmento, que não se adaptava à heterogeneidade, preferindo segregar suas mazelas longe de si, e a população pobre – com suas práticas de lazer – era uma delas.

O teatro permanecia fechado por longas temporadas, intercaladas apenas por palestras e apresentações “artístico-musicais” de figuras da elite local, em que se podia contar com a presença “de quanto há de mais distinto e elegante no nosso meio social”<sup>120</sup>. Mas, quando ele abria, mais inéditas e exclusivas se queriam suas exibições.

O cinema, diversão acessível a um público diversificado e disponível o ano todo, poderia ainda comportar certa heterogeneidade, mas o teatro se configurava como um templo de lazer desse “meio social”, pretensão aristocrático, elegante e *chic*. Um espaço diferenciado para pessoas diferenciadas.

Não obstante suas resistências, essa iniciativa de popularização era muito bem vista pela população excluída desse “meio”. Esta, em meio a esse contexto impregnado de um discurso de desenvolvimento e um apregoado modelo de sociabilidade moderna, de suas práticas também queria se apropriar, como uma forma de pertencimento e inclusão na vida cultural da cidade. Diz a nota:

**Andou bem** o dr. Cornélio Vaz de Mello, prefeito da cidade, em arrendar o Theatro Municipal. **Foi um acto acertado** de seu governo, pois não há necessidade de ficar fechado, desde o começo ao fim do anno, o novo theatro a espera de companhias lyricas... O Municipal não comporta [...] companhias de grande apparatus, nem a bolça dos habitantes de Bello Horizonte, a terra do pauperismo, está sufficientemente provida de numerários para semelhantes diversões.

O **Theatro Municipal foi feito pra ao povo e não para uma classe privilegiada**, e, assim, arrendado, com **entradas a preços populares**, será de **utilidade para o**

<sup>119</sup> *Estado de Minas*, 16-12-1914, p. 1.

<sup>120</sup> *Vida de Minas*, 15-01-1915, s.p.

**público em geral** e para a Prefeitura que o transformou, acertadamente, numa nova fonte de renda. [...] Parabéns, pois, ao sr. Prefeito, ao coronel Djalma Nogueira e á população de Bello Horizonte.<sup>121</sup>

Essa almejada exclusividade pode ser observada também em outros divertimentos. Se os espaços coletivos não possibilitavam o convívio entre iguais, uma forma de organização poderia garanti-lo: as sociedades dos clubes.

### 3.3 A sociabilidade “elegante” e “distinta” dos Clubes Recreativos

Os primeiros moradores da Capital, ainda influenciados pelo recato das recepções em casas de particulares, não se apropriaram dos espaços coletivos com a intensidade esperada. Embora o projeto de modernidade impelisse os cidadãos aos espaços públicos, em Belo Horizonte, as associações em clubes eram uma forma de sociabilidade e integração da elite local.

Segundo Leandro Simões (1997), nos anos iniciais da cidade podia-se notar uma “profusão de sociedades destinadas às reuniões recreativas, artísticas e literárias das famílias ricas em ascensão” (p. 185). Os clubes pioneiros foram o Club das Violetas e o Club Rose, ambos fundados em 1899<sup>122</sup>.

Os eventos dos clubes também figuravam no “enquadramento”<sup>123</sup> da imprensa belo-horizontina, sob um discurso autorizador. Desde os primeiros eventos realizados por essas sociedades, o interesse da imprensa foi registrado. Naqueles anos, a divulgação dos eventos culturais ainda era pequena, já os incentivos e os elogios que iriam marcar a atividade jornalística com vistas ao desenvolvimento cultural, não.

A nota abaixo já acompanha a tendência de cortejo da imprensa a essas práticas, verificada ao longo do período estudado, sempre permeada de adjetivos positivos e comentários elogiosos, como na nota a seguir:

<sup>121</sup> “O arrendamento do Theatro Municipal”. *Domingo*, 02-05-1915, p. 5. Grifos nossos.

<sup>122</sup> As atividades do Clube das violetas são elencadas por Mourão (1970) ao longo do ano de sua fundação, e como menciona ele, elas eram realizadas em espaços diversos como os salões do Ginásio Mineiro e o palacete do comendador Steckel. A mesma frequência não se registra em relação ao Club Rose. Sobre este, o que se destacava era a presença da alta sociedade belo-horizontina, a começar pela sua presidência, a primeira dama do Estado D. Ester Brandão, passando pelas ilustres personalidades locais.

<sup>123</sup> MOUILLAUD (1997).

Realiza-se hoje no bello edificio do Club das Violetas o segundo dos grandes concertos com que a elegante sociedade imprime todos os mezes um traço de fina arte na vida da capital mineira.

O programma de festa, organizado com o gosto artistico que caracteriza os directores do Club das Violetas, promette uma noite em verdade magnifica aos que têm a desventura de freqüentar os saráos musicais do Club. [...] <sup>124</sup>

Mourão (1970, p. 53) faz referência a “dois outros clubes recreativos em 1902”: o Clube Ideal e o Elite Club<sup>125</sup>. A esses Simões (1997) acrescenta o Club Edelweis, Club Crysântemo e Club Schumann, já em 1904. Em 1915, a revista *Vida de Minas* divulga a inauguração do Club Acadêmico. Ao que parece, todos eles foram marcados por uma existência efêmera e que não se enraizaram na cidade.

Diferentemente desses Clubes de vida efêmera, o *Club Bello Horizonte*, criado em 1904, manteve-se ao longo de todo o período estudado. Tanto pela sua permanência no cenário social belo-horizontino, quanto pela sua atividade, esse Clube gozou de grande prestígio na imprensa local. Suas festas, palestras e apresentações variadas eram freqüentemente divulgadas nos jornais.

E por se tratar de um estilo de sociabilidade, em acordo com os novos padrões buscados naquele momento, as referências aos seus eventos recebiam todo o apoio e incentivo, como por exemplo, nessa nota que relata com pormenores todos os detalhes da festa. A descrição sugere um cenário *glamouroso* onde se destaca a iluminação do ambiente, reluzindo as vestimentas dos dançantes, além de uma decoração de extremo bom gosto. As gentilezas eram recíprocas. A imprensa, sempre gentilmente tratada por essa sociedade, divulgava seus eventos, e este, se beneficiava dessa exposição:

Realizou-se trans-ante-hontem a partida com que esta sociedade dansante solemnisou o seu 2º aniversário.

Foi essa festa **um attestado de que o Club Bello Horizonte progride, e incrementa-se**, tal a **magnificência da decoração**.

Os salões estavam **fartamente iluminados**, milhares de lâmpadas electricas **scintilavam em todo o vasto recinto** do edificio do Club, e a decoração quer interna, quer externa deixava transparecer o **capricho da comissão** organizadora do baile.

Em todos os cantos **bellissimas jarras de flores naturaes** que pareciam **jardins suspensos**, e as guirlandas de flores e folhas entremeiadas de focos electricos de variegadas cores davam ao salão um **aspecto feerico e deslumbrante**.

A sala de baile estava **repleta de vestimentas caríssimas** onde as luzes refletiam, em um effeito surpreendente.

<sup>124</sup> “Club das Violetas”. *Diário de Minas*, 03-12-1899, p. 2.

<sup>125</sup> Não foram obtidos registros destes clubes nos jornais pesquisados, apenas uma referência aos «Jardineiros do Ideal» no *Diário de Minas* de 23-08-1900, mas não podemos afirmar que se trata do mesmo Clube Ideal citado.

Rompeu o baile ás 9 ½ horas. A **animação dos pares**, a **alegria que se desenhava em todos**, não arrefeceram, sempre em crescendo até 4 ½ horas quando soou a quadrilha final.

As comissões de recepção e organizadora foram muito solícitas para com todos, **não poupando gentilezas para com a imprensa**. Tocou durante o baile a banda do 2º batalhão policial que é digna dos maiores elogios.<sup>126</sup>

A formação de uma nova sociabilidade não se restringia ao público adulto, mas também se estendia ao público infantil. Para isso, eram organizadas festas nos mesmos moldes dos adultos, evidenciando a amplitude desse processo civilizatório. Público diferente, apoio igual. As referências elogiosas também se registravam com relação aos eventos infantis, uma forma de legitimidade conferida aos hábitos de civilidade, os quais as crianças deveriam incorporar.

Uma nota que se refere a esse tipo de evento ilustra o destaque dado a essa “fulgurante sociedade recreativa”. Ao divulgar a sua programação com bastante antecedência, não deixa de realçar suas contribuições “em prol da animação da nossa encantadora capital”, uma iniciativa digna dos “mais sagrados applausos”:

O Club Belo Horizonte, a **fulgurante sociedade recreativa, digna dos mais sagrados applausos** pelo muito que tem feito **em prol da animação da nossa encantadora capital**, prepara para o próximo mez, uma **interessante e variada festa infantil**.

Sabemos que **para maior realce** da mesma estão dedicadas aos preparativos todas as famílias frequentadoras dos salões do Club.

Não podemos ainda oferecer aos nossos leitores o programma, porém, como diz o adágio: «pela carroagem sabe-se quem vem dentro» afirmamos antecipadamente que **será um triumpho** para a **digna e esforçada administração dessa sociedade**.

<sup>127</sup>

A incorporação de novos hábitos passava pela configuração de novas redes de sociabilidade, e o *club* deveria favorecê-la, impulsioná-la. A disseminação desses novos hábitos, entretanto, era marcada pelo artificialismo. Nessa cidade plantada artificialmente, portadora da missão de representar um novo tempo, o desenvolvimento cultural era um dos vetores que compunham essa busca.

Numa crônica intitulada “Rápidas Observações – Um baile no Club Bello Horizonte”<sup>128</sup> – que de rápida não tem nada, pois além de extensa, expõe de forma crítica e bem humorada vários aspectos do cotidiano dos belo-horizontinos em constante transformação – o cronista descreve uma conversa entre um novo habitante da Capital e um

<sup>126</sup> “Club Bello Horizonte”. *A Epocha*, 17-06-1906, p. 2. Grifos nossos

<sup>127</sup> *Diário de Notícias*, 26-01-1907, p. 1. Grifos nossos

<sup>128</sup> ANTOINE, J. “Rápidas Observações – Um baile no Club Bello Horizonte”. *Diário de Notícias*, 14-04-1907, p. 1.

visitante. Entre as muitas transformações, o morador relata ao amigo “os novos usos agora em voga” na cidade, outros hábitos “mais de acordo com a época actual”. Antevendo um possível descompasso frente às novas exigências, ele questiona o visitante que pretendia ir ao baile no Clube ao indagar:

- Sabe dançar?

[...] O império da valsa, meu amigo, vae decahindo sensivelmente... e hoje, o que está em dia nas rodas «smarts», é o «five ó clock», a palestra literária, etc.

[...] Aqui, Palmeira, quem não dança e não recita não é um «gentleman», não é um elegante! Quanto mais pirnetas faz um rapaz em uma sala, quanto mais esbugalha os olhos em um recitativo, mais admirado é!

Ao chegarem ao baile no Club Bello Horizonte, continua a nota, ele prossegue sua análise contando ao amigo os “verdadeiros combates” verificados na prática do “*avança*” à mesa do “*buffet*”, ironizando a etiqueta superficial e mal contida dos frequentadores:

Vê aquelle rapaz que lá está, olhando para o ar, fingindo que examina quadros?

[...] Pois aquelle morto, sem ninguém perceber, vai se aproximando aos poucos do buffet, e quando chega á porta, avança resolutamente!...e então... adeus quadros... adeus etiqueta!

E sentenciamos:

Enfim, meu amigo, se fossemos observar tudo que aqui se passa iríamos longe! Por hoje basta. [...] Em outra excursão teremos ocasião de observar novas belezas, outros costumes curiosos ainda existentes em Bello Horizonte – a cidade elegante das flores e das avenidas.

Apesar dessas caricatas apropriações dos modos considerados elegantes, esse clube condensou a imagem de sociabilidade imaginada na cidade: “um centro de reunião elegante e distincta”<sup>129</sup>; sendo que seus eventos eram constantemente mencionados nos jornais. Suas reuniões serviram para amalgamar os laços de comunidade e pertencimento social entre as famílias da elite recém-chegadas à nova cidade. Essa missão se explicita nessa nota que anuncia a inauguração de uma sala de reunião, munida de diversas publicações em sua sede, mais um espaço de informação e convívio:

A digna directoria do Club Bello Horizonte, que não mede sacrifícios, nem poupa esforços para **promover maior aproximação entre as famílias desta capital e**

<sup>129</sup> “Monóculo”. *A Capital*, 01-10-1913, p. 2.

**estreitar mais os vínculos de sociabilidade entre nós**, acaba de adoptar uma medida altamente louvável e oportuna.<sup>130</sup>

Nessa mesma nota, é possível observar que além de a imprensa representar esse tipo de sociedade como uma forma de sociabilidade desejada, apoiada, autorizada, ela também depositava nela suas esperanças de promoção de práticas civilizadas, em consonância com o modelo pretendido. A visibilidade aos seus eventos era a maneira mais comum. Mas, se estes não aconteciam na frequência esperada, a imprensa acionava uma espécie de cobrança, um apelo declarado, sugerindo, inclusive, vários programas para que se fundasse uma verdadeira “sociedade de cultura artística”. Dentre a programação sugerida nessa nota está o pedido para que “se promovam mais freqüentemente conferências literárias, concertos, festas elegantes”, além de “uma partida mensal em seus salões, instituindo como novidade as matinées infantis, que serão o encanto do próximo verão”.

Esse tipo de sociedade recreativa, todavia, não ocorria somente entre a camada pretensamente ilustrada e elegante. Há três registros de clubes operários em diferentes épocas na cidade, o que possibilita pensar que, mesmo à margem do “scol social” belo-horizontino, as classes populares tinham essas formas de sociabilidade como referência também.

Assim como na citação da nota que manifesta apoio à tentativa de popularização do teatro, a ocorrência dessas práticas entre as classes populares pode indicar que as representações construídas sobre dos divertimentos modernos se estendiam para além da “alta sociedade”, acontecendo também em outros segmentos que aspiravam se inserir nesse contexto de modernidade e civilidade, tão propalado naquele momento.

O primeiro episódio refere-se à nota publicada em 1900, na qual eram divulgados os preparativos para a apresentação de uma comédia dirigida às crianças e que, para isso, estaria sendo adaptado “o grande e confortável barracão em que vae funcionar o dito club”: o Club Operário Nacional. Diz a nota:

Sabemos que o Club Operário Nacional, desta Capital, por intermédio de sua esperançosa directoria, pretende levar muito em breve uma excellente comedia, na qual tomarão parte, somente crianças de 7 a 15 annos de ambos os sexos.

Para esse fim, acha-se já transformado o grande e confortável barracão em que vae funcionar o dito club, e por esses dias, sob a direção do nosso estimado conterrâneo, coronel Julio Pinto, terão começos os ensaios da peça que projectam levar.

A parte destinada ao theatrinho está sendo elegantemente preparada sob a intelligente direção do sr. Capitão Castro, digno presidente do club, podendo acolher commodamente 200 pessoas, no mínimo.<sup>131</sup>

<sup>130</sup> *Diário de Minas*, 27-03-1919, p. 1. Grifos nossos.

<sup>131</sup> *Diário de Minas*, 22-03-1900, p. 1.

Embora houvesse representações semelhantes àquelas atribuídas aos clubes elitistas, como, por exemplo, em relação ao recinto “grande e confortável”, “elegantemente preparado” ou à apresentação teatral que se faria, o espaço não era igual, como um salão construído ou um palacete, mas sim, um espaço adaptado como “theatrinho”, mais especificamente, um “barracão” reformado para funcionar o referido Clube. Além disso, outro ponto a salientar são os diretores, tanto da peça, quanto do clube: da primeira, um coronel (um “estimado conterrâneo”); da segunda, um capitão (representando a “esperançosa directoria”), o que põe em questão a presença de associados “operários” e a inserção de membros da polícia no meio popular. A referida nota não se reporta aos seus freqüentadores (se eram somente operários, como o nome do clube sugere) o que pode indicar que se tratava de mais uma iniciativa de controle da polícia nos momentos de lazer dessa população.

O mesmo ocorre em relação ao segundo episódio: um baile promovido pelo “Club Operário”, assim noticiado em 1909:

O baile promovido pelo “Club Operário” realizou-se no dia 16 do corrente, à Rua Rio de Janeiro, nº 334, e não no prédio onde funciona a Escola Livre de Música, como noticiamos.

Pelos esforços empregados por seus dignos sócios, tivemos à dita de apreciar uma festa magnífica, como são todas organizadas pelos homens do trabalho.<sup>132</sup>

Mais uma vez outras possibilidades nos são apresentadas. A ocorrência desse evento, “uma festa magnífica, como é todas organizadas pelos homens do trabalho”, corrobora com a idéia de que as classes populares compartilhavam de divertimentos similares às classes privilegiadas da cidade, mesmo que à sua maneira.

Contudo, a correção do local, veiculada pela nota, pode indicar uma inadequação desse público ao prédio da Escola Livre de Música, o que nos faz pensar que, se as práticas se assemelhavam, os espaços destinados aos seus freqüentadores eram bem demarcados.

A última ocorrência não trata de um evento social do clube, mas sim da sua existência nesses moldes, como o próprio nome diz: “Club Recreativo Operário”, já em 1919. A nota, curta e objetiva, informa sobre a “sessão de função do club”, uma espécie de sessão inaugural na qual seria eleita a nova diretoria, que “depois de congratular-se com os sócios pela fundação do Club” encerraria a sessão<sup>133</sup>.

As referências menos detalhadas dos jornais sobre os eventos das classes populares na imprensa belo-horizontina trazem à tona o pouco interesse pelas suas práticas. Ainda que elas

<sup>132</sup> “Baile Operário”. *A Justiça*, 21-10-1909, p. 1.

<sup>133</sup> “Club Recreativo Operário”. *Novo Horizonte*, 25-10-1919, p. 2.



se aproximassem do estilo de sociabilidade desejado na cidade, sua exposição nos jornais não acompanhava esse movimento, explicitando a segregação operada tanto no plano físico, quanto na esfera social da nova capital.

### 3.4 Cinemas “chics” e “cines-poeira”

Mais uma das práticas constantemente presentes entre os “enquadramentos”<sup>134</sup> da imprensa em Belo Horizonte era o cinema.

O cinema nasceu sob a marca da precariedade dos equipamentos e improvisação dos locais. A primeira exibição de um cinematógrafo se deu na casa do Dr. Hermílio Alves, ainda em 1898, como informa Alice Sosnowski (1997). Segundo ela, outras apresentações aconteceram no Teatro de Variedades, sempre em meio a outras atrações, até, finalmente, ser projetado no espaço de lazer da elite, o Teatro Soucasseeaux, em 1905.

Se antes as exibições tinham caráter complementar a outras atrações, a partir daí, o cinema ganha *status* de espetáculo, despontando como uma alternativa de lazer mais barata e de melhor entendimento, já que, como diz Loyola (1997), contava com um forte apelo visual e fazia uso de legendas, atenuando a dificuldade de tradução que ocorria nos espetáculos teatrais.

Aos poucos o cinematógrafo vai sendo conhecido. A iniciativa de alguns empreendedores corroborava para sua expansão, ainda que de forma improvisada. Esse é o caso do Cinematógrafo Maciel, um teatrinho anexo a essa confeitaria, onde se faziam apresentações variadas, entre elas, as do cinematógrafo, em 1907.

Outros espaços adaptados são citados por Sosnowski (1997), como o Cine Ideal, no salão Bazoni e o Cine Colosso, no salão Éden Mineiro. De acordo com essa autora, as apresentações dos cinematógrafos consistiam em exibições de fitas e números musicais: “os filmes, compostos por pequenas comédias de perseguições com truques simplórios, ou de teor documentário eram acompanhados pelo som dos pianos e violinos. Os músicos, [...] completavam seus vencimentos com esse trabalho” (p. 136).

Nesse período, a visibilidade desses programas nos jornais era pequena, pois seus olhos se voltavam primordialmente para as apresentações do Soucasseeaux. Com seu

---

<sup>134</sup> MOUILLAUD (1997).

fechamento em 1906, outros divertimentos foram se desenvolvendo no cenário cultural da cidade, e o cinema começa a se despontar. Uma nota de 1908 informa que “na nossa cidade também já o povo vae se habituando a essa especie de diversão. Ante-hontem inaugurou-se mais uma na rua da Bahia [...]. As fitas exibidas agradaram bastante e a banda do 2º batalhão abrilhantou o acto”.<sup>135</sup>

Daí em diante, o cinema se configura, destacadamente, como novo espaço de sociabilidade. Uma nota de 1910 confirma a sua difusão. Ao reclamar da falta de público nas festas de arte, ela salienta: “o cinematógrapho, que é realmente a diversão moderna e predilecta do povo”<sup>136</sup>. Nesse período, as exibições contavam com apresentações de tela e palco, atraindo as atenções dos adeptos do teatro.

Na década de 1910 é significativa a multiplicidade de cinemas que vão surgindo na cidade, alguns mais modestos, outros mais luxuosos, condizentes com o novo público que se formava. As salas, anteriormente adaptadas, dão lugar a edifícios apropriados a esse fim, e sua capacidade para receber um grande número de espectadores dá uma idéia da freqüência dessa prática na cidade.

O pioneiro foi o Cinema Comércio, com capacidade para 800 pessoas; surgindo depois o Colosso; o Progresso; o Familiar; o Bijou; o Avenida; o Parque Cinema, dentre outros. O mais destacado deles é o Cine Odeon, uma luxuosa construção ao estilo *belle-épóque*, localizado na Rua da Bahia, artéria cultural da cidade, com capacidade para 500 pessoas – um espaço mais adequado às demandas de um público mais elitista que passava a por ele se interessar.

Uma nota do *Estado de Minas* exemplifica, com referências detalhadas e elogiosas, a valorização desse tipo de cinema, no caso, o Cine Odeon, “um estabelecimento luxuosamente installado, confortável, observando todos os preceitos de higiene e da estética”, uma iniciativa que merecia os parabéns pelo “grande progresso com que acabam de dotar a nossa capital”<sup>137</sup>. Com essas características, já em 1920, foi construído o Cine Pathé, que além da divulgação na imprensa tinha seu próprio jornal publicitário, o Pathé Jornal<sup>138</sup>.

Assim como em outras práticas, a imprensa exercia o papel de promotora desse tipo de divertimento moderno. Numa matéria intitulada “Vida elegante”<sup>139</sup>, em 1910, temos um exemplo da importância que o cinema vai assumindo nos jornais belo-horizontinos. Nela, é

<sup>135</sup> *Diário de Notícias*, 23-03-1908, p. 1.

<sup>136</sup> “Chronica”. *Novo Horizonte*, nº 3, novembro de 1910, s.p.

<sup>137</sup> “Odeon Cinema”. *Estado de Minas*, 28-02-1912, p. 2.

<sup>138</sup> Embora esse jornal tenha iniciado sua circulação em 1920, ele não fez parte dos jornais pesquisados, pois o foco desta pesquisa era a imprensa geral.

<sup>139</sup> PETRONIO. “Vida elegante”. *Diário da Tarde*, 13-08-1910, p. 2.

veiculado um concurso para eleger “Qual o melhor cinema da Capital?” (entre as opções citadas), trazendo ainda a divulgação de um bilhete das leitoras, “admiradoras desse gênero de diversão”, que se apressavam em enviar seus votos para um deles. A mesma seção contém também a exposição dos nomes de personalidades de relevo na cidade<sup>140</sup> e um pedido das “gentilíssimas senhoritas do nosso escol social” para se fosse exibido um determinado filme.

Esse exemplo demonstra o papel da imprensa como articuladora dessa prática; mais um hábito moderno representado positivamente nos jornais, digno, portanto, de todo apoio e incentivo.

Mas, o cinema não caiu no gosto somente das famílias abastadas que habitavam a área central. Já nos primeiros anos dessa década vários cinemas com instalações mais modestas e ingressos mais baratos surgiram na cidade, levando esse divertimento para outros locais.

Esse é o caso do Floresta Cinema, construído no bairro suburbano de mesmo nome. Além do público daquela localidade, era interesse de seus administradores que houvesse a frequência de pessoas de outras partes da cidade para lotar os seus 750 lugares<sup>141</sup>. Para isso, diz a nota, “seus freqüentadores terão direito a passagem gratuita nos bondes”, fato noticiado “com prazer” pelo jornal local<sup>142</sup>. Outro exemplo que demonstra que o cinema se expande para além da Avenida do Contorno é evidenciado numa nota de 1915 que, ao notificar sobre os festejos do carnaval informa: “durante os dias de carnaval o cinema Lagoinha levará magníficas fitas”<sup>143</sup>.

Mesmo na área central, havia cinemas com características semelhantes, como o Cine Eclair que, segundo Sosnowski (1997), cobrava metade dos preços praticados pelos cinemas “chics”. São os cinemas designados por ela como os “cine-poeira”, como é o caso do Cine Eclair, cuja única restrição era de que “somente seria permitida a entrada de pessoas calçadas e trajadas com decência” (p. 146). Essa advertência explicita o alcance verificado pelo cinema naquele momento na cidade. O divertimento moderno era almejado também pelas camadas mais pobres da população, que nesse contexto, também queriam se inserir. No entanto, se as práticas se assemelhavam, os espaços a ela destinados não gozavam da mesma aproximação, sendo suas diferenças bem demarcadas.

<sup>140</sup> A mesma exposição pode ser observada na seção “Monoculo” no jornal *A capital*, de 1913.

<sup>141</sup> “Cinema Floresta”. *Diário de Minas*, 15-07-1915, p. 1.

<sup>142</sup> “Passagem gratuita”. *A Floresta*, 21-06-1915, s.p.

<sup>143</sup> “Nos Domínios do Momo – Na Lagoinha”. *Diário de Minas*, 11-02-1915, p. 2.

Essa popularização é relatada numa nota em fins de 1913, em que se diz: “ninguém contesta que o cinematographo empolgou definitivamente o grande publico e é a diversão predilecta de todas as classes sociais”<sup>144</sup>.

Em outra nota, fica destacado o papel do cinema como nova sociabilidade desejada, explicitando que a freqüência ao cinema não estava condicionada à apreciação dos filmes apenas, segundo ela o cinema era um lugar para ver e ser visto, um espaço no qual imagens, olhares e conversas faziam parte do *script*. Era o lugar de marcar presença elegante, de exibir as “toilettes”, do “flirt” entre moças e rapazes. Por isso, essa nota dá voz à insatisfação dos freqüentadores, dirigida ao jornal, quanto à projeção de anúncios nos intervalos de cinco minutos entre as fitas, expondo seus argumentos:

Estamos a acreditar que a empreza proprietária dos cinemas da Capital julga que toda a gente, que frequenta os salões de suas casas de diversões, o faz única e exclusivamente pelo prazer de admirar os films. Se assim pensa, está redondissimamente illudida. [...]

E hoje, o cinema, antes de ser o ponto aonde se vae apreciar a arte, é o ponto em que muitos vão arrastados pelo desejo de ver e ser vistos. [...]

O intervallo de claridade destina-se ao descanso da vista, como também á inspeção elegante da sala, e não pode ser tomado para a projeção de anúncios de *films*.<sup>145</sup>

Mais uma vez o papel da imprensa na difusão dessa prática era destacado. Assim como as exhibições do teatro, o cinema ganha seu espaço nos jornais com colunas específicas para informar sua programação<sup>146</sup>, entre elas as seções “Palcos e Cinemas” do *Diário da Tarde* e do *Diário de Minas*; “Cinemas” d’*O Astro*; “Theatros e Cinemas” d’*O Bello Horizonte*.

Para além da divulgação da programação, as referências elogiosas e os incentivos aos novos empreendimentos dessa natureza eram dignos de registro, ou melhor, “digno de encômios o procedimento daquelles sympaticos emperezarios” que, portanto, “merecem a atenção do publico”<sup>147</sup>. Inaugurações, reformas, descrição dos espaços, das salas de espera, das bandas, a observação dos preceitos da higiene; vários eram os aspectos que mereciam publicidade nos jornais locais; enfim, “todas as exigências de uma optima casa de diversões”<sup>148</sup>.

<sup>144</sup> *Vita*, 30 de outubro de 1913, s.p.

<sup>145</sup> “Chronica Social”. *Diário de Minas*, 31-03-1917, p. 2.

<sup>146</sup> Acrescentado a isso, nesse período, surgiram vários jornais especializados na divulgação de eventos culturais, inclusive os cinemas, informando aos interessados o horário e o gênero dos filmes a exhibir.

<sup>147</sup> “Cinematographos”. *Diário de Noticias*, 29 e 30-05-1908, p. 2.

<sup>148</sup> “Cinema Modelo”. *Diário de Minas*, 18-06-1914, p. 1.

Cabe ressaltar que a promoção desse tipo de divertimento não era veiculada apenas dessa forma. A imprensa, sob um tom imperativo e direcionador, indicava também os modos e condutas adequados a esses espaços, assim como divulgava os estabelecimentos que condiziam, ou não, com o modelo de comportamento pretendido para a sociedade da Capital.

Vejamos um exemplo, de 1910, da indicação direta dos estabelecimentos em que, pela programação ou pelas instalações, eram dignos “de ser visitado pelas famílias horizontinas”:

Da Capital, os que têm melhores instalações são:

*Commercio* – de há muito consagrado por todos, reúne diariamente o **high life horizontino**, e *Avenida* – montado caprichosamente num amplo salão do andar superior de um dos melhores edifícios da Avenida Affonso Penna, este cinema **se recommenda pelo escrupulo na confecção dos programmas**, sendo enfim, **digno de ser visitado pelas famílias horizontinas que devem preferir** o «*Commercio*» e o «*Avenida*» como sendo os melhores da Capital. <sup>149</sup>

A necessidade de moralização dos comportamentos não abrangia apenas os cinemas do “high life horizontino”, mas se estendia às camadas populares. Um exemplo disso é uma nota de 1913 <sup>150</sup> que divulga uma iniciativa da União Popular em construir um “cinema modelo, onde as famílias possam, sem vexame, passar algumas horas de lazer”, uma iniciativa que merecia os “maiores elogios”, pois de tratava do “melhor meio de oppor um dique à demasiada ‘licença’, em que vão incidindo essas casas de diversão popular”.

Em nome da “moral social”, como forma de repreender os comportamentos inapropriados, a imprensa chega a “encampar” uma “campanha moralizadora” contra alguns cinemas que não primavam pelo respeito e elegância<sup>151</sup>, de acordo com os valores morais e sociais vigentes. As representações desses locais e comportamentos, na nota a seguir, salientam a perspectiva de controle e moral empreendidos naquele momento. Diz um trecho:

Que o Cassino e a *Maison Chic* sejam **alvos de critica desapaixonada da imprensa** é natural. Por que essas casas de diversões, verdadeiros focos de immoralidades, outra coisa não são sinão centros de corrupção terrível, em que o vicio corre parrelha com o abastardamento dos caracteres. Os cinemas Odeon e Commercio, são, ao nosso ver, duas casas de diversões que **merecem o apoio do nosso publico**.

Nellas ainda não imperam o descaramento e a immoralidade; os seus freqüentadores, que são poucos, têm, parece-nos, a necessária compostura, e se compenetraram dos **deveres que lhes são impostos pela moral social**.

<sup>149</sup> “Cinemas”. *O Astro*, 02-11-1910, p. 4. Grifos nossos.

<sup>150</sup> “Cinema Popular”. *A Mutuaria*, 15-04-1913, p. 1. (Idem nota 15)

<sup>151</sup> Segundo SOSNOWSKI (1997, p. 146), a maioria desses cinemas localizava-se na zona boêmia e exibiam filmes de “gêneros livres”, impróprios aos padrões morais da época. O Parque Cinema, por exemplo, diz ela, funcionava como cabaré onde havia apresentações de mulheres semi-despidas e das danças do maxixe e cançã. Uma nota de 1914 noticia o empenho do delegado da 2ª circunscrição em “moralizar” esse estabelecimento, “com o fim de collocar-a á altura de nossa Capital.” (*Diário de Minas*, 05-05-1914, p. 2).

Outro tanto não succede com os freqüentadores do Cassino e da *Maison Chic* em cujos recintos embriagados pelo perfume inebriante das aspides das nossas principaes cavernas, elles timbram em desprezar os mais comesinos princípios de moral, atirando chicotes boçaes, representando em publico scenas que deviam ficar cinscunscriptas entre as paredes de uma alcova dessas muitas que por ahi existem. E o que nos admira e nos põe embasbacados, é que essas casas de immoralidade são freqüentadas por homens aparentemente sérios, gravibundos, de cabellos grisalhos, e que melhor ficariam nas plateas do Odeon e do Commercial. Esses homens em geral chefes de família, esquecem-se dos seus deveres para com a mesma, e caem gostosamente da *farra*, chafurdando-se no lodaçal do vicio.<sup>152</sup>

Mesmo aqueles que prezavam pela moral – mas, nem tanto pelo smartismo –, com a popularização dos cinemas, tanto a alta sociedade, como as camadas populares, demonstravam certa dificuldade em se comportar adequadamente nesses espaços. Muitas eram as reclamações e críticas a esses comportamentos considerados inapropriados, dentre eles estão o fumo e o uso dos chapéus.

A imprensa dava curso às reclamações, mas quando suas repreensões não davam conta dos transtornos, a intervenção da polícia (uma ação reguladora) era solicitada como forma de controlar a reprimir tais incoerências, como nessa nota, em relação ao fumo:

Acaba a policia da Capital de tomar uma medida de grande alcance e que há muito se estava impondo.  
No Rio e em todos os grandes centros é prohibido o uso do fumo no cinema e mesmo nos theatros.  
Entre nós, fumamos nestas casas de diversões, pouco nos importamos que o visinho ou visinha da esquerda, esteja inocommodado.  
Agora, felizmente para as nossas gentis patrícias a policia vae prohibir este abuso, já que se torna um habito entre nós.  
O «Minas-Geraes» publicará amanhã um edital nesse sentido, para o qual chamamos a attenção dos freqüentadores dos nossos cinemas.<sup>153</sup>

O mesmo tom de reprovação é aplicado, quanto ao uso dos chapéus. Mesmo com uma pitada de ironia, a nota não é menos veemente em expor sua repreensão, cabendo nesse caso, a comparação com outras cidades e as representações preconceituosas da mulher. Apesar de longa, a reportagem expõe o papel da imprensa em modelar hábitos, de acordo com os novos padrões de comportamento moderno e civilizado. Diz ela:

Quem freqüenta os cinematographos e procura observar alguma cousa mais além das fitas, há de, forçosamente, ter ouvido mais uma vez a seguinte exclamação:  
- «Nessa terra paga-se para assistir cinema e o que se vê é uma grottesca exhibição de chapéus de formidáveis dimensões...»  
Realmente não há nada mais desagradável que a gente pagar um mil reis para assistir cinco fitas, e, afinal, só assistir um quadro: uma senhora com seu chapéu monstro, enfeitado de plumas, a olhar para a tela, e nós... a olhar para o chapéu.

<sup>152</sup> LEFROY. “Pela Moral Social – Uma campanha moralisadora”. *O Diario*, 05-08-1915, p. 1.

<sup>153</sup> “Os fumantes no cinema”. *Diário de Minas*, 08-10-1914, p. 1.

Esse hábito que têm as nossas patricias não é bonito, nem pode ser moda em parte alguma do mundo.

Não acreditamos obter jamais que o sexo frágil se abstenha do uso immoderado que faz do chapéu.

A gente que, em público, tem a desdita de commeter uma falta qualquer desagradável, é, em regra, teimosa.

É essa teimosia – porque negal-o? – (que) mais acentuadamente se observa na mulher, que é por natureza, teimosa, pirracenta e vingativa...

Não é razoável, tão pouco, que os nossos «smarts» conservem os seus panamás e toureiros enterrados na cabeça, com prejuízo para os demais espectadores, que pagaram como elles e como elles têm o direito de assistir as fitas.

Acreditamos que para esses casos o remédio único é a intervenção da policia, que podia o fazer muito legitimamente, como faz a policia das principais cidades da Europa e da América.

É mais difficil a uma senhora de que a um homem tirar o chapéu durante as exhibições dos cinemas, mas, de vez que se pode não conservarem as senhoras o chapéu, dos homens deve-se exigir rigorosa observância dessa pratica salutar.

É para bem de todos e felicidade geral dos espectadores...<sup>154</sup>

A comparação não se restringia aos grandes centros que funcionavam como referência desejada de modernidade, mas era registrada também em relação a algumas práticas que, em outros momentos fizeram parte dos modos dos belo-horizontinos, mas que, naquele contexto, não cabiam mais. Esse é o caso da reclamação, expressa em uma nota, em relação ao “bater de bengalas nos assoalhos”, já que esse divertimento moderno “não é um circo de cavallinhos”. A mesma nota veicula ainda uma determinação do médico de higiene que condenava o uso dos cigarros no interior desses recintos. Vejamos:

Um facto que temos observado, é de alguns meninos ou mocinhos, que ficam incommodando as pessoas presentes, com o bater de bengalas nos assoalhos, durante o pequeno intervalo que há de uma fita e outras.

Não esta direito isto. Alli não é um circo de cavallinhos, onde se batem nas bancadas a chamar palhaços.

São essas queixas que tivemos, trazidas por algumas famílias.

– O medico da hygiene sr. Dr. Benjamin Moss, mandou que puzessem cartazes nas paredes onde funcionam os cinematographos, pedindo aos cavalheiros não fumarem dentro do edificio, por ser muito prejudicial a saúde.

Entretanto alguns cavalheiros não têm observado esses avisos.

Fazemos estas reclamações por serem ellas muito justas, e bem estar para todos.<sup>155</sup>

A intervenção da imprensa como porta-voz do anseio dos comportamentos civilizados se evidencia por meio do registro do seu inverso como exemplo a não ser seguido, ou seja, a “incivilidade nos cinemas”. Essa falta de hábitos civilizados era tratada como caso de polícia, uma vez que “as censuras da imprensa de nada valem”; o que não a impedia de “verberar com

<sup>154</sup> “Os chapéus no cinema...”. *A Capital*, 31-06-1913, p. 1.

<sup>155</sup> “Bengalas no cinema”. *A Gazeta*, 01-04-1908, s.p.

energia os excessos desses elegantes de fancaria”, ou seja, aqueles que não se comportavam de acordo com os padrões “elegantes” pretendidos naquele momento.

Além de dar visibilidade às reivindicações da população que partilhava desses desejos e que dirigiam suas reclamações aos jornais, ela utilizava, inclusive, a ameaça como estratégia para atingir seus objetivos. Para isso, advertia aos freqüentadores inconvenientes sobre a exposição pública dos seus “nomes e dos excessos que cometem, contrários em absoluto com as boas praxes de civilidade, de critério e de senso”, como avisa a nota cujo título sintetiza essa perspectiva de controle: “A incivilidade nos Cinemas – Já é tempo da policia agir”, do jornal *A Capital*, de 1913<sup>156</sup>.

### 3.5 As retretas e o *footing* nas praças e no Parque

No projeto de cidade moderna, a sociabilidade deveria convergir também para o espaço público, mas, num primeiro momento, as ruas largas da nova cidade mais constrangiam do que estimulavam o encontro. Somente aos poucos os habitantes, impelidos pelos apelos aos hábitos modernos de passeios públicos, foram se apropriando desses espaços.

Para resgatar esse modernismo, ressalta Julião (1992), alguns pontos da cidade foram se configurando como lugares para onde tradicionalmente fluía o movimento urbano. E a imprensa tinha um papel destacado nesse processo, conclamando a população a ocupar as ruas e praças como forma de dar vida a esses espaços e, assim, à cidade.

Nesse sentido, ela processa o “enquadramento” de Mouillaud (1997) dando visibilidade aos hábitos que tinham como palco esses espaços potencializadores da sociabilidade moderna e dinâmica almejada na cidade.

Não eram raras as cobranças veiculadas nos jornais, ora incitando a população à adoção de um estilo de vida mais movimentado e frenético, ora criticando a reclusão ao ambiente doméstico e a pouca ocupação dos espaços públicos, como forma mais ou menos explícita de propagar uma mensagem: sejam modernos!

Após vinte anos de existência, uma crônica de 1917 ainda critica o “veso antigo” da população da cidade em relação a esse “problema”. Mas, acompanhada dessa crítica, ela também aponta a solução:

---

<sup>156</sup> “A incivilidade nos Cinemas – Já é tempo da policia agir”. *A Capital*, 29-10-1913, p. 1.



O que precisamos e antes de tudo, dar vida, elegante e alegre, aos nossos logradouros públicos, que temos de primeira ordem, de linhas irrepreensíveis, de beleza encantadora.

É triste, tristíssimo, por exemplo, o abandono em que vemos sempre mergulhada a Praça da Liberdade, essa magnífica praça, onde nada falta e tudo sobra para o conforto e o regalo dos que a procuram: esplendida sombra durante o dia, excelente luz à noite, fontes luminosas, bancos artísticos, tanques originaes, bosques interessantes...

Que mais queremos? Certamente que os passeios públicos nos entrem pela porta adentro afim de gosarmos, pacatamente, de chambre ou peignoir.<sup>157</sup>

Essa nota parece ser uma, entre uma série de questionamentos nesse sentido, que foram publicadas nesse jornal, naquele mês. Em outra nota de semanas antes, o apelo se dava em relação aos passeios noturnos. Ainda mais com as noites “deslumbrantes”, “indiscriptíveis”, “ungidas de uma poesia que banha as almas sonhadores”, diz a nota, inadmissível era que, “com umas noites assim, Bello Horizonte deita-se as 10 horas”. E continua:

Não há pelas ruas e avenidas um só grupo jovial de raparigas, um bando barulhento de estudantes...

Ainda se tivéssemos uma companhia trabalhando no Municipal, o povo seria forçado a permanecer até mais tarde fora da quentura dos cobertores e edredons. [...]

É doloroso que, com umas noites tão lindas assim, Bello Horizonte, indiferentemente, burguezmente continue deitando às 10 horas...<sup>158</sup>

Uma “reprimenda mais séria” é deflagrada, anos antes, com um tom mais pesado em relação aos “habitos caseiros e morrinheiros da população, que nem mesmo os cinemas conseguiram corrigir”. Segundo a matéria, se não fossem os cinemas, “que conseguem dar ainda, em algumas ruas, á noite por duas ou tres horas um pouco de animação e movimento á vida urbana”, se voltariam aos “luminosos tempos da bisca domestica”. E questiona: “não se comprehende esse apego aos penantes, esse fetchismo pelos chinellos de liga num ambiente como o nosso, tão cheio sempre de sol e de luz...”<sup>159</sup>.

Uma das maneiras de estimular a sociabilidade nos espaços exteriores ao ambiente doméstico eram as apresentações das bandas de música, que desde outros tempos, eram agraciadas pelos mineiros. Em meio a um apelo à modernidade, expresso nas novas configurações espaciais e sociais pretendidas, antigas práticas permaneciam, como essas

<sup>157</sup> “Chronica Social”. *Diário de Minas*, 21-07-1917, p. 2. Grifos nossos.

<sup>158</sup> “Chronica Social”. *Diário de Minas*, 06-07-1917, p. 2.

<sup>159</sup> PIERROT. “Trocós e Troças”. *Diário da Tarde*, 02-05-1910, p. 1.

apresentações, as chamadas “retretas”, que eram uma atração na cidade, especialmente nos primeiros anos.

Uma nota de 1901, na tentativa de valorização de uma banda que, por mais requisitada que fosse não era remunerada na mesma medida, a prestigia dizendo: “somos os primeiros a conhecer que a banda da Brigada é sempre aclamada e pedida para quase todas as festas que aqui se realizam”<sup>160</sup>. Outra nota, agora de 1909, expõe o apreço pelas retretas ao dizer que “o povo da Capital, acostumado como está com a retreta, que até hoje é considerada como uma das melhores diversões aos domingos, não pode sem motivo algum justificável perder esse único divertimento”<sup>161</sup>.

Apesar de um vigoroso desejo do novo, antigas formas de identidade não foram perdidas, e o desejo de impulsionar a vida cultural na cidade era tamanho que, se as retretas representavam esse movimento próprio de cidade moderna, cabia então apoio e divulgação da imprensa a essas prática.

Uma seção do jornal *O Operário* comenta “com grande prazer” que: “para melhor contentar a população dessa formosa e sympathica Capital, uma nova e grandiosa idéa acaba de surgir, procedente de uma pessoa [...] que muito deseja o progresso e felicidade da nossa terra”. Trata-se da criação de um coreto no bairro do Comércio para apresentação de uma banda, o que proporcionaria aos seus moradores “prazerosas tardes de diversões”. Seu financiamento, propõe o articulista da matéria, viria dos próprios moradores cativados pelas possibilidades de que:

Alli, aos domingos e dias santificados, poderemos ter bons passa-tempos, e será mais um forte impulso que dará, não só ao commercio, como também á nossa esperançosa Capital, [...] para que possamos gozar poentes maravilhosos da nossa terra, vendo as nuanças do céu, e ouvindo a harmonia das peças musicais.<sup>162</sup>

Diante dos poucos e restritos espaços de diversão, como as festas nos clubes ou o teatro, os habitantes tinham nas retretas a possibilidade de acesso à vida cultural da nova capital, já que elas eram executadas em espaços públicos e em diferentes pontos da cidade, como as praças da Liberdade, da Estação e no Parque.

Essa descentralização permitia a freqüência dos habitantes, de acordo com seu bairro de origem, mesmo dentro da área urbana: na primeira, essencialmente funcionários públicos que moravam nas imediações do Palácio do governo; na segunda, comerciantes e um público

<sup>160</sup> *Diário de Minas*, 26-02-1901, p. 1.

<sup>161</sup> “As retretas da Praça da Liberdade”. *A Cidade*, 16-12-1909, p. 3.

<sup>162</sup> ONALOS. “No telefone”. *O Operário*, 07-02-1904, p. 2.

mais variado, dada a própria atividade comercial; e na terceira, uma frequência mais democrática, mas, ainda assim, muito visitado pelas famílias que habitavam a área central da cidade.

Não obstante os apelos ao desenvolvimento de hábitos de sociabilidade moderna veiculados pela imprensa, muitas eram as citações nos jornais, acusando o marasmo que vigorava na cidade. Uma delas explicita esse descontentamento chegando a denominá-la: “Tediopolis...”. Nesse cenário “entediante”, descrito pela nota, as retretas figuravam como único consolo, daí a proposição do articulista para que “attenda o sr. Jacob o pedido justíssimo que lhe fizeram no Diário de Noticias”, autorizando as retretas também às quintas-feiras, pois segundo ele, sem elas:

Não sei que seria dos habitantes entediados dessa desta bellissima Bello Horizonte, si não fossem as retretas aos domingos, nas Praças da Estação e da Liberdade e no Parque. [...] a musica, aos domingos, é o consolo de quasi todos nós, que nella vamos buscar alento, haurir coragem, para varar, com heroísmo supremo e com suprema resignação, os seis intermináveis dias que vão de segunda-feira ao domingo.<sup>163</sup>

Várias são as referências às retretas nos jornais da época, mas nem todas gabando o prestígio das execuções musicais. Mais do que apreciar as exibições das bandas, os locais das retretas se configuravam como espaço do encontro, e outro movimento se verificava: o *footing*. Enquanto a banda tocava, o público se movimentava pelo espaço, possibilitando um intercâmbio entre as pessoas.

Entretanto, aqueles, que ainda não tinham se incorporado à lógica de movimento da modernidade, se escandalizavam, como expõe a nota a seguir, em que se publica o desagrado de um leitor, encaminhado à redação. Apesar de longa, ela ilustra bem esse contexto em que novas configurações de sociabilidade se apresentavam na cidade. Diz a nota:

«sr. Redactor do Diário de Noticias. Sempre ouvi dizer, com um axioma infallivel que todo mineiro aprecia muito a musica.  
Parece-me, porém que Bello Horizonte faz exceção a essa regra, quando dela não deverá afastar-de.  
E digo isto porque desde muito venho observando o proceder dos freqüentadores do parque e das praças onde tocam as bandas. Aquella multidão vae allí apenas para a reunião, os moços para o namoro, mas por causa da musica, com pesar, creio que posso affirmar que lá não vae ninguém.  
As musicas organizam bons programmas, peças de gosto e execução, sendo mais propriamente concertos o que fazem do que meras tocatas. No entanto, enquanto o hábil regente e os executantes procuram interpretar com expressão trechos formosos de opera e de outras peças lindissimas ninguém para de andar e de fallar, indifferente á musica.

<sup>163</sup> “Pela Cidade”. *A Cidade*, 16-12-1909, p. 1.

E ao terminar, sempre com muito capricho na execução, nem um signal de applauso compensa o esforço dos executantes.

A continuarem os habitues a julgar o concerto apenas como pretexto para reunião aconselharia a quem de direito, que aliviasse as bandas do trabalho de preparar programmas e elas que enchessem o tempo com cake walk, Japonez e walsas e polkas.

Daria o mesmo resultado e os pobres músicos, ficariam livres de estudos prolongados para preparar trechos soberbos que a multidão, indo e vindo, a conversar, não aprecia... nem ouve talvez.»<sup>164</sup>

A despeito da resistência à ocupação do espaço público pelos moradores, ainda impactados pela nova configuração espacial, na Capital “o *footing* foi adotado amplamente, chegando a se constituir uma de suas principais atividades sociais. Afinal, era um costume adequado à lógica do movimento que regia o urbanismo moderno”, salienta Julião (1992, p. 94). Assim, a lógica de circulação imposta pela cidade moderna acabou por se inserir paulatinamente no cotidiano dos habitantes de Belo Horizonte.

O contato social na cidade marcada pelo anonimato passava, agora, pela experiência do movimento, o que implicava uma comunicação rápida e fugaz pelo olhar. Essa nova experiência de vida pública em construção foi abordada numa crônica em que uma senhorita que se “afflige” pelo “grande bulício de um povo que não se diverte, mas fica a andar daqui para alli, sem destino, sem prazer”, diz ela. Contudo, o que a incomodava não era apenas o contato em movimento, mas “o olhar impiedoso dos homens... Os homens são irreverentes, fixam as nossas feições, os nossos cabellos, com olhares impertinentes”<sup>165</sup>.

O desconforto exposto na fala dessa moradora reflete a complexidade que envolvia esse processo. Era manifesto o apelo a novos hábitos, no entanto, eles não eram incorporados automaticamente. Entre o desejo de se inserir nesse contexto moderno e as exigências que ele impunha haviam pessoas, gente que, como as representações da imprensa, expressavam a ambigüidade, o conflito e a tensão que permearam esse processo.

Mas, nem só de interações indesejadas vivia a rua. Como espaço da vida pública, aos poucos ela vai se incorporando aos hábitos dos cidadãos. E, dessa forma, vai se configurando como espaço de sociabilidade na Capital. A imprensa, decerto, contribuiu para desenvolver esse hábito de passeio nas ruas, do “flert”, representando-os de forma positiva e incitando a população a aderir-lo, como ilustra essa nota:

No dia elegante há além disso a certeza do encontro com amigos e famílias relacionadas, nesse *rende-vous* chic e aristocratico, e ainda mais (porque não dize-

<sup>164</sup> “Em favor da musica”. *Diário de Noticias*, 25-07-1907, p. 2.

<sup>165</sup> X.X.X. “A Festa do Parque”. *Animus*, 07-09-1912, p. 2.

lo?) a felicidade do flert... que inquestionavelmente faz o encanto e a delicia de todos os rapazes de bom gosto...<sup>166</sup>

A inserção na modernidade pressupunha novas formas de ser e estar na cidade. Nesse contexto de transformações socioculturais, Belo Horizonte mais uma vez experimentava o paradoxo que marcou sua materialidade espacial, expresso também nas conflituosas apropriações de seus habitantes, que ora procuravam se adaptar aos modos de vida modernos, ora se sentiam ainda incomodados com eles.

### 3.6 Tradição e modernidade no circo

O circo, diferentemente das práticas anteriores que gozavam de reconhecimento e apoio, obteve “enquadramentos” diversos na imprensa belo-horizontina. Ainda pensando com Mouillaud (1997) – para o qual a visibilidade de determinadas práticas nos enquadramentos determinam o campo a ser visto – o circo logrou diferentes representações nos jornais, ora figurando como divertimento, que contribuía para a vivacidade cultural da cidade, ora como prática atrelada ao arcaico e provinciano estilo de vida dos tempos do Arraial.

Não encontramos muitas referências ao circo nos jornais das primeiras décadas. As notas que anunciam suas apresentações são, com poucas exceções, pequenas e com informações breves e diretas, como, por exemplo, esta em que se noticiam dois eventos num mesmo registro:

Brevemente chegará a esta Capital a companhia de cavallinhos dirigida pelos irmãos Pery.

Estreou domingo passado a companhia tauromachica aqui há pouco chegada.<sup>167</sup>

Se forem comparadas as matérias de divulgação dos espetáculos do teatro ou das festas do Club Belo Horizonte com as do circo, seria possível pensar que ele não era a tradução fidedigna dos divertimentos modernos, por isso, sua presença e promoção na imprensa não se davam na mesma intensidade. Para aquelas, não se poupavam elogios,

<sup>166</sup> “Winchester – Reflexos”. *Diário de Noticias*, 04-06-1908, p. 2.

<sup>167</sup> “Companhia de Cavalinhos”. *O Bogari*, 10-07-1904, p. 3.

descrevendo os seus eventos em detalhes, sempre com uma frequência distinta e elegante, enquanto que, para este, não observamos a mesma cobertura dos jornais.

Em outros tempos, como expõe Regina Duarte (1995, p 33), “a chegada dos artistas transfigurava o ambiente e o cotidiano das pacatas cidades mineiras” do século XIX, ocupando uma parcela significativa dos jornais locais e despertando a curiosidade dos habitantes desde a sua armação. Já nos jornais de Belo Horizonte, as referências pareceram esparsas, quando não portadoras de visões preconceituosas<sup>168</sup>. Essa autora faz citações, mencionando como o circo impactava a sociedade da Capital nos seus primeiros anos, por intermédio de obras de dois memorialistas que descreveram o fascínio do público, especialmente o masculino, nem tanto pelas exhibições dos animais amestrados, mas, principalmente pelas formas e performances das artistas<sup>169</sup>. Tais representações, todavia, não se confirmaram no material coletado<sup>170</sup>, o que faz pensar que essa prática não se integrava de forma significativa aos novos padrões de sociabilidade moderna, tão apregoados nesse período.

Essa é a idéia explicitada em uma crônica da revista *Novo Horizonte* na qual, apesar de reclamar da falta de público observada nas festas de arte, símbolo de “cultura” e de “gosto artístico”, expõe o apreço verificado entre outros divertimentos não tão modernos, ponderando que: “posto de lado o cinema que é a diversão predilecta do povo, só os circos de cavallinhos, as touradas e os cafés concertos logram alguma frequência do publico da Capital.”<sup>171</sup>

No entanto, como suas apresentações traziam uma “movimentação” na cidade, a imprensa, catalisadora desse progresso cultural, não se eximia de divulgá-las, afinal, quando “as boas notícias não abundam tanto na cidade em matéria de movimento e vida”, não se pode “desprezar nenhuma, por menores que pareçam”<sup>172</sup>.

Esse é o caso da nota que anuncia o início da “estação elegante”. Em meio às citações elogiosas aos divertimentos que despontavam “como que um frêmito de entusiasmo

<sup>168</sup> Cabe ressaltar o fato de que nenhuma referência ao circo foi pontuada na obra de MOURÃO (1970), um destacado historiador da cidade.

<sup>169</sup> DUARTE, 1995, p. 90-91 cita as obras dos memorialistas Salomão de Vasconcellos, “Memórias de uma República de estudantes”, 1951; e Henrique Barbosa da Silva Cabral, “Ouro Preto”, 1969.

<sup>170</sup> Como o intuito deste estudo foi buscar uma visão mais global das representações sobre o lazer veiculadas pela imprensa, não nos aprofundamos na coleta de fontes específicas sobre essa temática, o que expõe a necessidade de estudos mais sistemáticos sobre ela nesse período da cidade.

<sup>171</sup> “Chronica”. *Novo Horizonte*, novembro de 1910, s.p. (Idem nota 136)

<sup>172</sup> *Diário de Minas*, 04-07-1902. p. 1. (Idem nota 108)

revigorando a Capital” – o teatro, o cinema, as matinês, as visitas – está o circo, assim referido em uma frase objetiva: “E os circos? Cada função é um sucesso”<sup>173</sup>.

Uma referência semelhante é abordada numa nota, do *Diário de Minas*, em 1919. O intuito dessa matéria era refutar a crítica em relação ao marasmo da cidade, que dizia que “todos vivem a clamar que Bello Horizonte é uma cidade morta, que a sua população é apathica e casmurra, inimiga de diversões”. Para contestar essa “injusta” afirmativa ela adverte que, diferentemente das críticas: “um surto festivo culminou, porém, no mez hontem findo, durante o qual andamos numa verdadeira dobadura vertiginosa de diversões”, uma vez que o povo de Bello Horizonte é “topa tudo”. E, como prova, nela são elencados todos os eventos realizados, inclusive, e agora mais destacadamente, o circo, uma diversão que trazia “suas casas sempre cheias”:

Eram sessões diárias e repetidas no Congresso, conferencias, projecções cinematographicas e, (...), banquetes, excursões de recreio, pic-nics, festas desportivas, recepções e bailes. [...]

Ainda não se retirara a Companhia e já se abarrancavam nela (...) de tres **companhias de circo**. E cumpre notar que todos – operetas e cavallinhos – **tiveram as suas casas sempre cheias, á cunha**, não sendo exagerado calcular que já tinham, todas reunidas, ganho uns 100 contos de réis.

E, pois, como dissemos, nada mais incorrecto e, portanto, mais injusto que o conceito em que é tida geralmente a nossa população. Cinemas cheios; teatro, cheio, quer nos espetáculos do **illusionista** Stevenson, quer nas noites de operetas da «troupe» Clara Weiss; **circos, cheios; mais do que isso – apopléticos e transbordantes de gente de todas as categorias sociaes**.

Como se vê, o povo de Bello Horizonte é o mais jovial e expoleiro que se possa desejar: chega a estar maníaco por diversões. Delle se póde dizer, sem intuito de censura ou de debique, que «topa tudo», não fazendo questão de qualidade e nem quantidade...<sup>174</sup>

Mais do que registrar o movimento do circo naquela temporada, essa nota informa que seus espetáculos não só eram cheios “à cunha”, mas mais que isso, eram “apopléticos e transbordantes de gente de todas as categorias sociaes”. Esse registro pode ser entendido como um reforço de que a cidade gozava mesmo de uma efervescência cultural, e o circo fazia parte das variadas programações. Por outro lado, pode salientar também que, dentre os divertimentos citados, o circo era o único freqüentando por “todas as categorias sociaes”, demonstrando uma popularização dessa prática em relação às outras, de público mais restrito.

Uma nota que explicita um convite mais veemente a uma exibição possibilita sugerir que tal convocação se deve muito mais aos seus beneficiários do que à apresentação por si, no caso à “útil sociedade” “Sport-Club”. Diz a breve nota:

<sup>173</sup> “Winchester – Reflexos”. *Diário de Noticias*, 18-01-1908, p. 2.

<sup>174</sup> *Diário de Minas*, 02-10-1919, p. 1. Grifos nossos

## CIRCO UNIVERSO

Este circo dará amanhã, em despedida, em **excellente espetáculo em benefício do “Sport-Club”, útil sociedade, que merece muito uma casa cheia.**<sup>175</sup>

Incentivos semelhantes, beneficiários diferentes. A exibição da “companhia de circo taumachica” também foi digna da maior aclamação em uma seção do jornal “não só porque o espetáculo de hoje é bellissimo, como também pelo fim a que é dedicado”, no caso: a apresentação em “benefício do sympathico club dos Matakins”, “que é composto de moços da melhor sociedade”, e por esse motivo “ninguem deixará de ir ao circo”, conclama a nota.

Mais uma vez os elogios ao circo foram conjugados com o favorecimento de alguma associação que representava o padrão de sociabilidade requerida para a Capital naquele momento. A performance dos artistas, entretanto, não ficava em segundo plano, merecendo do público as “justas ovações”, e a “sympathia geral de todos”, como descreve esse trecho:

Com effeito, têm sido executados todos os **difficeis trabalhos, com a maior perfeição**, pelos toureiros, os quaes são **dotados de uma coragem incomparável**, arriscando a própria vida, afim de satisfazerem os espectadores. [...] Domingo último, os espectadores tiveram ensejo de apreciar a **entrepidez do artista** Rodrigo, que á *unha*, pegou uma horrível rez; porém **o público não regateou as justas ovações**, pois foram tantas as palmas, que duraram mais de 2 minutos.

Contudo, tal reconhecimento não parece ser o bastante para justificar os merecidos “applausos do humanitário povo de bello-horizontino”, uma vez que a nota termina por ratificar esse argumento, dizendo:

[...] **não precisando mais lembrar** aqui, caros leitores, os **serviços prestados por esse bello club ao povo desta Capital**, porque já conheceis, deixo para a **devida recompensa a esse club merecedor**, uma **enchente geral no circo taumachico.**<sup>176</sup>

A mesma idéia pode ser entendida no anúncio a seguir<sup>177</sup>. Neste, o tipo de fonte, o tamanho e o negrito das letras põem em destaque o beneficiário das apresentações de quinta-feira do Circo Temperani, aqui, a “Sopa dos pobres”. Além de conter informações sobre os números diversificados como “Companhia equestre, gymnastica, cinema e variedades”, com a presença de “artistas brasileiros e estrangeiros”, o anúncio do circo realça suas qualidades em relação ao “conforto e solidez”.

<sup>175</sup> “Circo Universo”. *Diário da Tarde*, 13-07-1910, p. 1. Grifos nossos.

<sup>176</sup> “No telephone”. *O Operário*, 24-04-1904, p. 3. Grifos nossos.

<sup>177</sup> “Circo Temperani”. *O Bello Horizonte*, 02-08-1915, p. 3.



A ênfase desses atributos, nesse anúncio, pode indicar que esse divertimento não gozava de total adesão dos habitantes, ressabiados pela questão da insegurança e desconforto de sua estrutura, necessitando, nesse caso, de uma explicitação desses predicados para se legitimar perante o público<sup>178</sup>.



FIGURA 5: Anúncio de jornal do Circo Temperani  
Fonte: *O Bello Horizonte*, 02-08-1915, p. 3.

Outra referência elogiosa faz alusão a um “circo escola”, montado no bairro da Lagoinha. Apesar do nome, não há na nota nenhuma evidência de que ele atuasse na formação circense de alunos, apenas de apresentações de espetáculos às quintas, aos sábados e aos domingos. Ficam, sim, evidenciados, os vários adjetivos positivos aos diversos números e aos artistas da *troupe* de renome nacional, ao longo do texto:

O circo escola Brazil **que tão promissoradamente se organizou** e está funcionando no **pitoresco bairro da Lagoinha**, tem estado a **regorgitar de habituées** as quintas, sabbados e domingos, em **espetáculos magníficos**. Incorporou-se ao ellenco do Circo Escola a **famosa troupe Salinas**, constituída de elementos de renome feito nos melhores centros do Brazil, cada qual no seu gênero. São seis artistas, os da troupe Salinas, verdadeiramente admiráveis, exercitados e hábeis nos mais difíceis trabalhos de equilíbrio, no arame, saltos, musica exótica em curiosíssimos instrumentos, força, cycicleta aérea, conto, etc. Além disso, um punhado de bons clows traz as archibancadas em continuas gargalhadas.  
O Circo Escola Brazil é freqüentado por distinctas famílias.<sup>179</sup>

<sup>178</sup> PENNA, Octávio (1997, p. 115) informa que em 1910 houve o “desabamento de um lance de 20 metros da arquibancada” do Circo François durante um espetáculo, registrando muitos feridos, sendo 3 de maior gravidade. Não há outras citações de acidentes semelhantes em seu livro e não nos deparamos com ocorrências desse tipo na imprensa, o que não invalida o receio dos espectadores nesse sentido.

<sup>179</sup> “Circo Escola Brazil”. *As Alterosas*, 25-12-1916, p. 8. Grifos nossos.

Não parece coincidência o fato de que uma matéria tão elogiosa faça referência a um circo instalado nesse “pitoresco bairro”, o bairro da Lagoinha, mencionando, inclusive, o fato de estar “a regorgitar de habitués”. Mesmo quando o circo anunciado seria montado em ruas mais centrais, sua menção é breve e sucinta em dizer: “Deve chegar brevemente á esta Capital uma Companhia de Cavallinhos que irá funcionar no quarteirão vago da Avenida Amazonas, esquina da rua Carijós.”<sup>180</sup>, como nessa nota.

O circo parece, nesse sentido, se caracterizar como um divertimento mais popular, mais propício, portanto, a esses locais e aos seus moradores<sup>181</sup>.

A frase que finaliza a primeira nota, entretanto, além de chamar a atenção para o seu público – “freqüentado por distintas famílias” –, chama a atenção pela necessidade de explicitar a distinção de seus freqüentadores. Esse esclarecimento final pode ser entendido como uma forma de validar esse tipo de diversão, dando a ela o mesmo requinte que marcava os programas da elite. Ou ainda, é possível pensar que, por se localizar num bairro popular, era necessário salientar que, mesmo naquele meio, não seriam desejados quaisquer freqüentadores. Em ambos os entendimentos, se confirma o referencial elitista e segregacionista que se impunha na nova capital, verificado também no lazer das camadas populares.

Se a nota anterior possibilita pensar em certa aproximação a esses referenciais, por outro lado, a crônica a seguir expõe o movimento contrário: o seu distanciamento em relação às manifestações de cunho mais popular, no caso, o circo.

É por essa peculiaridade que ele é representado nessa nota do *Diário de Minas*, de 1913<sup>182</sup>, como mais um exemplo de contraste entre os tantos que marcam Belo Horizonte (a beleza da cidade versus a tristeza dos habitantes e o entusiasmo com a novidade versus a apatia que logo se sucede). Ou seja, em meio a um esforço rumo à ilustração, a descontração do circo, certamente, seria um contraste “desabonador” dessa cultura. Diz um trecho:

Como si não bastassem tantos e tão berrantes contrastes nesta terra dos extremos, mais um se nos apresenta agora, e este, **desabonador de nossa cultura**, de nosso **apurado senso artístico**: sinão o que significa, mesmo ao lado do nosso theatrinho, tão bello e tão elegante, esse circo permanente, com tanta pompa appellidado de circo-escola?

<sup>180</sup> “Companhia de Cavalinhos”. *O Bogari*, 10-07-1904, p. 3.

<sup>181</sup> LEME (2002, p. 119) em artigo sobre o cotidiano dos bairros proletários paulistanos, também salienta essa questão ao dizer que o circo “embora se divulgasse também nos bairros ricos, era nos bairros pobres que exercia a maior atração”.

<sup>182</sup> “Chronica Social”. *Diário de Minas*, 09-03-1913, p. 2. Grifos nossos.

Enquanto o teatro definhava com sua pouca atividade, a constância desse divertimento, de características populares, simbolizava uma afronta à cultura erudita dos espetáculos do Municipal. Numa cidade em que a imagem de progresso se vinculava à ilustração, o prosaísmo do circo não era o mais adequado àquele modelo de civilidade buscado. Nesse sentido, declara a mesma crônica: o circo “pode ser tudo, menos expressão da arte pura”. Para esta sim, foi “creada e é mantida a maior e melhor casa de diversões que possuímos”. Como se isso não bastasse, ele também representava uma ameaça à ordem social, pois punha “em grave risco o equilibrio das cosinhas em Bello Horizonte pelo amor que o palhaço desperta nas cosinheiras”, complementa a nota.

O deslumbramento para com os artistas do teatro até poderia ser tolerado, mas o mesmo sentimento para com os artistas do circo pelas trabalhadoras domésticas era passível desse tipo de ironia; esse sim, um contraste. Ainda havia um agravante a mais: o circo fora instalado na Rua da Bahia, a artéria *smart* da cidade, aquela que consolidava todo o sonho de modernidade onde se concentravam os cinemas, as lojas elegantes, o próprio teatro. Vejamos o trecho final dessa nota:

Bello Horizonte **não comporta duas temporadas teatrais por anno** e, entretanto, sustenta, á gorda, ou á bessa, para falar á moderna, um **circo permanente junto á rua da Bahia** – artéria da cidade – e **dando terra no Theatro** que, **feito para nosso regalo espiritual**, é o symptoma de **nossa decadência precoce...**  
Não faltava mais nada!

Essa crítica é um exemplo mais expressivo, para a qual é dedicada uma crônica inteira com o objetivo de evidenciar esse descontentamento.

No entanto, a visão preconceituosa em relação ao circo pode ser percebida em outras notas (de duas delas já foram citados alguns trechos nos tópicos anteriores). Em uma, o espaço do circo é comparado com o espaço do cinema, onde certos comportamentos que remetem aos comportamentos presentes nos circos de cavalinhos são criticados e censurados, ao que diz: “não está direito isto. Alli não é um circo de cavallinhos, onde se batem nas bancadas a chamar palhaços”<sup>183</sup>. Na outra, a comparação é com o teatro, que, se popularizado, perderia sua aura aristocrática e culta, nivelando-se com divertimentos mais populares como o cinema, ou mesmo o circo de cavalinhos, como expõe um trecho da nota dizendo que: “deste modo, a terem de fazer do nosso theatro qualquer casa de cinematographo, não será demais esperar que em breve pouco lhe faltará ter a apparencia de um circo de cavalinhos”<sup>184</sup>.

<sup>183</sup> “Bengalas no cinema”. *A Gazeta*, 01-04-1908, s/p. (Idem nota 156)

<sup>184</sup> VAN DYCK, Carlos. “Echos”. *Estado de Minas*, 09-12-1911, p. 1. (Idem nota 118)

Em ambas as matérias, fica claro o plano inferior ao qual é atribuído o circo quando comparado a outros divertimentos, considerados mais modernos.

Nas notas aqui relacionadas, é possível entender que, ao circo parece ser reservado um lugar social, desarticulando-o de um modelo de civilidade em voga. O que pode ser percebido também pela sua pouca inserção na imprensa, já que, como foi dito, encontramos poucas referências a essa prática, em relação a outras que incorporavam esse modelo.

Isso não quer dizer, contudo, que ele tenha gozado de pouca apreciação dos habitantes, já que a cidade pretendida, impulsionada e elogiada pela imprensa, não era a cidade real, mas projetava-se como uma representação. Pois, como ressalta Morel (2005), as transformações de valores culturais advindos da modernidade, se davam num quadro híbrido, agregando permanências e tradições que, muitas vezes, tinham até um peso maior, como pode ser o caso do circo em Belo Horizonte.

Antes disso, as representações forjadas pelos jornalistas e veiculadas nos jornais podem ser entendidas como meios de se educar os habitantes da cidade, em busca de um progresso que incluía uma vida cultural pulsante, de práticas condizentes com os novos padrões de sociabilidade moderna almejados naquele momento.

Como se verá a seguir, mesmo permeado pelas orientações da imprensa, na cidade, se manifestavam outras práticas e apropriações, muitas delas em desacordo com esses padrões.

---

## **CAPÍTULO 4: NO “JARDIM ENCANTADO DA REPÚBLICA”, OS “SARRILHOS DOS DIABOS”**

### **4.1 “Legitimando os interesses sociais”: a visibilidade negativa atribuída às práticas desviantes**

Como já indicado, a imprensa ocupava um lugar pedagógico, não apenas informando os habitantes sobre as atividades culturais apropriadas a um modelo de sociabilidade pretendida na Capital, mas orientando-os para sua adesão, fosse por meio do incentivo, fosse por meio da crítica à sua falta. Enfim, produzindo enquadramentos diferenciados sobre o que deveria ser visto, dando visibilidade positiva ou negativa a práticas e comportamentos de acordo com sua posição frente o modelo almejado.

O lazer ganhou espaço nos jornais com seções específicas e notas avulsas para divulgação dos eventos. Além de divulgá-los, vinha nelas expresso também um parecer sobre as programações, permeado por elogios e incentivos, ou de questionamentos em caso de não adesão. Nesse sentido, os jornais compunham os enquadramentos dessas práticas, trazendo-as à cena como práticas legítimas (ou não), como um dos requisitos da modernidade e civilidade almejados naquele momento a serem alcançados.

Isso era ao que aspirava a imprensa. No entanto, apesar de toda visibilidade positiva empregada para algumas delas, é possível notar que esses comportamentos não se sedimentaram maciçamente entre os belo-horizontinos, mesmo entre aqueles segmentos abastados da sociedade que compactuavam com o desejo de inserção da cidade e do país na era do “progresso”, segundo o ideário republicano. Muitas vezes estes mantinham formas de sociabilidade e se apropriavam da nova cidade de maneiras divergentes dos comportamentos desejados, quando não em oposição a eles.

Também, as camadas populares, pouco favorecidas com as benesses do progresso, escolhiam e vivenciavam práticas em desacordo com esse modelo. A mesma metamorfose material que assolava a cidade se estendia às práticas sociais, não apenas àquelas desejadas, mas também àquelas que cismavam em permanecer, evidenciando um movimento tenso entre o que se pretendia e o que se realizava.

Se mesmo sob um discurso pretensamente formador, articulado pela imprensa, os hábitos considerados modernos não se desenvolviam com a intensidade esperada, ao

contrário, permaneciam aqueles considerados antigos e provincianos, ela mobilizava outras formas de educação, a partir da exposição de condutas consideradas inadequadas ou desviantes como exemplos a não serem seguidos, portanto, desautorizados.

A crítica aos hábitos provincianos foi uma constante na atividade jornalística belo-horizontina desse período, indicando o seu engajamento numa espécie de campanha contra os velhos hábitos, indícios de um tempo que se queria apagar, e em prol do desenvolvimento de novos, em sintonia com a modernidade almejada.

A segregação presente no projeto da cidade, que desconsiderava ou tentava empurrar para fora as suas mazelas<sup>185</sup>, parecia ser efetivada de uma forma diferenciada na imprensa. As práticas condenadas, por não se adequarem à civilidade que se queria construir, não eram desconsideradas, antes disso, eram trazidas à tona e trabalhadas pelo discurso jornalístico como forma de educar a população por meio de outra visão, não mais pelo incentivo, mas pela censura, pela sua reprovação.

O mesmo conceito de enquadramento proposto por Maurice Mouillaud (1997), no capítulo anterior, pode ser estendido em relação às práticas representadas como não-autorizadas, uma vez que eram enquadradas cenas da vida cotidiana para as quais se queria dar visibilidade também. Torná-las pública, serviria como estratégia de legitimá-las, agora sob outra perspectiva: a de sua condenação. Elas faziam parte dos enquadramentos procedidos pela imprensa, assim como aquelas em consonância com os novos modos de sociabilidade. A visibilidade a que eram submetidas, porém, ganhavam contornos diametralmente opostos.

As aspirações ao ordenamento, materializadas na arquitetura, se estendiam também às práticas culturais vivenciadas por sua população. Naquele momento em que um projeto de cidade buscava confirmar todo um esforço de racionalização no plano físico, iniciado com sua construção, novos comportamentos condensariam no plano social, o conjunto de transformações em voga naquele período.

Esse desejo de transformação é explicitado em um Relatório, apresentado ao Conselho Deliberativo, em 1910, pelo Prefeito Bernardo Monteiro, o qual expõe que:

[...] as profundas reformas de caráter social e político operadas em nossa pátria nos últimos quinze anos do século passado, criando uma situação inteiramente nova, **impuseram a eliminação de hábitos que ainda persistem e a implantação de novos processos que não foram ainda adaptados.**<sup>186</sup>

<sup>185</sup> Como no caso dos operários para ao quais, em princípio, não fora pensado um espaço na cidade, sendo eles, mais tarde, alocados no Barro Preto; ou os moradores pobres que tinham suas casas como alvos da vigilância da Polícia Sanitária, sendo, muitas vezes, demolidas por não se adequarem às exigências que se impunham, sem a eles ser dado nada no lugar.

<sup>186</sup> Relatório do Prefeito Bernardo Monteiro, 1900, p. 8. Grifos nossos.

Esse trecho do Relatório demonstra como esse processo com o qual se queria ir rumo ao progresso foi complexo, conflituoso, movediço. Juntamente a esse desejo de se “eliminar hábitos”, emergia a constatação de que os hábitos antigos “ainda persistem” e os novos “não foram adaptados”.

As projeções para a Capital não se confirmavam de todo, tanto no plano físico, com arruamentos e edificações ainda em construção, quanto no plano social, com hábitos também em formação, o que levou um cronista a escrever poucos anos após a inauguração, com tom pesaroso que “a transformação ousada das ruas e dos edifícios não modificou os costumes antigos, singellos e retrahidos” naqueles plácidos “dias de província”<sup>187</sup>.

Eliminar, controlar, moldar. As pretensões dos governantes contavam com a parceria da imprensa que simpatizava com esse ideário de cidade e de sociedade. Nesse sentido, de forma análoga à escritura na cidade letrada de Angel Rama (1985), que “consolida a ordem por sua capacidade de expressá-la rigorosamente ao nível cultural” (p. 30), a imprensa belo-horizontina dava visibilidade significativa aos comportamentos postos em marcha, sob a égide da ordem e do progresso, um dos meios utilizados para promover hábitos apropriados aos padrões socialmente aceitos e, ao mesmo tempo, controlar os seus contrários.

Para Marco Morel (2005), quando se fala em educação e imprensa como canais dirigidos aos “Povos”, não é difícil verificar quem são os educadores e redatores. De acordo com ele, “os construtores dessa opinião pública são, em outras palavras, os membros da chamada Republica das Letras, os letrados, os *esclarecidos*” (p. 208), e por isso, gozavam, já naquela época, de uma validade capaz de projetar, por meio do discurso jornalístico, um modelo de sociedade e de cidadão.

Os jornais da cidade não eram tímidos em assinalar o que se deveria ou não fazer, empregando um tom direcionador e prescritivo aos diversos atores envolvidos. A nota transcrita, a seguir, exemplifica esse tratamento, expondo a condenação de certas atitudes e também as várias recomendações articuladas pelo jornal aos respectivos responsáveis – Prefeitura, Guarda Municipal, pais e professores – em prol da “ordem” durante uma retreta no Parque, ao que diz:

Tudo estaria muito **em ordem** se alguns meninos não estivessem a **dependurar-se num bello ficus** que o vice a perto do pavilhão e si um **cyclista desastrado não tivesse atirado a machina sobre a sra. do sr. Domingos** José Gonçalves, lançando-a por terra do que resultou ferir-se levemente no rosto e no braço. Estes dous factos, que **não devem se reproduzir**, podem **ser evitados: destaque a Prefeitura** alguns **guardas municipais**, com fardamento ou distinctivo que faça

<sup>187</sup> “Echos”. *Diário de Minas*, 24-08-1901, p. 1.

conhecida essa qualidade. Nas entradas da Avenida Affonso Penna e rua dos Tamoyos fiquem dous guardas **para impedir a entrada dos cyclistas** e no parque fiquem outros **para vedar que as creanças subam as arvores e andem ás cabriolas por cima da grama.**

Ao pé do pavilhão **deve haver** uma quadra (de guardas) sempre, porque este ponto, talvez por ser mais perto da musica, é o preferido pela **petizada travessa para suas diabruras.**

Daqui **dirigimos aos srs. paes de família e aos professores** da capital este pedido: fazerem sentir a seus filhos e discípulos que **não devem estragar nem as árvores e nem a grama** do parque e bem assim que **devem respeitar os guardas** encarregados de zelar pela conservação daquelle aprazível local.

**Ao Sr. Prefeito pedimos**, uma vez que o Parque vae sendo tão apreciado que **mande colocar alguns bancos nas proximidades do pavilhão**, o que será muito agradável aos freqüentadores do bello logradouro, de que o novo chefe da Prefeitura louvavelmente está cuidando e que é uma das muitas bellezas desta formosa capital.<sup>188</sup>

As representações dessas práticas sob a perspectiva desautorizadora eram negativas e os jornalistas, reconhecendo os divertimentos como elementos que conduziriam a cidade aos patamares desejados, não se furtavam em difundir um discurso controlador e moralista, referendando algumas práticas consoantes com o modelo civilizado e rechaçando aquelas consideradas desviantes ou impróprias.

Se às práticas almejadas eram tributadas referências elogiosas e cheias de incentivo, porque consideradas civilizadas, passaporte para a inserção na modernidade, as formas de enunciação para com aquelas que não se encaixavam nesses padrões não eram tão delicadas. Estas eram tratadas com críticas ríspidas, quando não com expressões de duplo sentido, revelando uma fronteira tênue entre a denúncia, o preconceito e a ironia. E é dessa perspectiva também que deriva o título deste trabalho. Era com esse sentido que os costumes que se desviavam do modelo buscado, eram encarados e representados como “sarrilhos dos diabos”. Portanto, presentes nos enquadramentos da imprensa belo-horizontina como práticas inconvenientes, antagônicas aos padrões pretendidos.

Essas formas de enunciação, expressas nessas representações, não poderiam ser muito diferentes, já que elas projetavam-se como imagens invertidas de um mundo civilizado. E esses reflexos distorcidos ganhavam lugar nas páginas dos jornais como um dos meios de educação, ou controle dos comportamentos dos horizontinos, uma vez que, como pondera Beatriz Marocco (2004, p. 29), “o jornalismo compartilhava com diferentes discursos sociais que pretendiam a normalização e o controle social”, defendendo, sem disfarces, a urgência em corrigi-los. Dessa forma, qualquer comportamento desviante dos códigos de conduta, requeridos naquele momento, seria convertido em algo abominável.

<sup>188</sup> *Diário de Notícias*, 06-03-1907, p. 2. Grifos nossos.



Para exercer essa regulação, as formas de enunciação utilizadas empregavam termos díscolos, representando tais comportamentos de maneira desqualificadora, questionadora ou sob duras críticas. Além de representá-los dessa maneira, nos jornais também eram expressas opiniões de reprovação atreladas às cobranças de intervenção do poder Municipal e da polícia para conter tais desvios. Muitas dessas cobranças eram ratificadas pela participação da população por meio das cartas dos leitores, que davam legitimidade a um projeto como se fosse anseio de todos.

Diversas poderiam ser as práticas consideradas desviantes ou impróprias, abordadas sob essa perspectiva formadora e desautorizada. O que, na mesma medida daquelas contempladas no capítulo anterior, demandaria um tempo maior de análise. Diante disso, foram privilegiados, neste capítulo, alguns costumes e apropriações dos habitantes julgados inadequados, a embriaguez com o consumo de álcool e o jogo que (dentre outras) estão presentes nas matérias dos jornais de Belo Horizonte, recheadas de adjetivos negativos e comentários pejorativos, projetando, assim, um discurso desautorizador.

#### **4.2 Inconvenientes “costumes de aldeia” e “costumes próprios dos bárbaros”: apropriações diversas da cidade**

As práticas que não coadunavam com os códigos de sociabilidade exigidos naquele momento, também contavam com espaço significativo nos jornais da cidade. Não de forma tão sistemática quanto aquelas representadas sob a perspectiva autorizadora, essas práticas estavam presentes em crônicas, reportagens avulsas e seções específicas em divulgá-las, ainda que sob um olhar de reprovação. Nesse sentido, elas faziam operar o enquadramento proposto por Mouillaud (1997), à medida que davam visibilidade a essas práticas, colocando-as dentro de um campo a ser visto, agora sob uma perspectiva negativa.

Muitas eram as notas que ironizavam a superficialidade e a efemeridade comuns nesse período, assim como os hábitos arraigados e considerados provincianos. Havia ainda as que criticavam, de forma mais veemente, os comportamentos indevidos de alguns moradores; estes tratados com tom de questionamento ou mesmo de denúncia.

A civilidade buscada tinha um modelo: os grandes centros da Europa, com destaque para a França. A imitação dos referenciais europeus não se dava apenas em relação à moda, às artes, ou aos novos costumes a serem adotados, ela se manifestava também no vocabulário,

com a utilização freqüente de termos e frases em outros idiomas como o francês, o inglês ou o italiano, tanto pelos jornais quanto entre alguns habitantes da cidade, chegando a ser utilizado até no “menu” dos restaurantes, talvez mais um dos atributos indispensáveis para a pretensa Paris das Gerais. É o que mostra essa nota, que satiriza o embaraço de um cliente faminto, que não pôde fazer seu pedido porque não dominava o idioma inscrito no cardápio:

Numa destas ultimas noites, premido pelas exigências insistentes do meu estomago, que reclamava qualquer cousa que lhe entretivesse os músculos enquanto o cérebro se dedicava a trabalhos outros, mais delicados e mais úteis, fui esbarrar num desses muitos *restaurants* que há por ahi agora, com suas portas abertas noite toda, a projectar a claridade interior sobre os automóveis em cujas almofadas os *chauffeurs* resomnam á espera de que os freguezes e freguezas matem a fome e a sede... Trouxeram-me o *menu*, e, francamente, eu não pude escolher cousa alguma, pois não conhecia a língua em que estava escripto. Haverá algum dos senhores que me possa informar, por exemplo, o que vem a ser *abali de volai aux Ri...?*<sup>189</sup>

O apelo à modernização, processado também pela imprensa, parecia não lograr o êxito esperado. Na Belo Horizonte das décadas iniciais, não eram raras as notas que conclamavam uma reação frente ao marasmo verificado na cidade. No entanto, ao proceder a esse apelo, o que muitas dessas notas deixavam de explicitar era a desconexão dos habitantes às demandas de práticas modernas e civilizadas impostas naquele momento.

Nessa nota, por exemplo, o articulista chega a questionar: “Belo Horizonte civiliza-se?” Pois, com “logradouros públicos” tão atrativos, não haveria o porquê para estes ficarem abandonados. E ele mesmo responde, já atribuindo os “culpados” que preferiam a “clausura” ao “*rendez-vous* do *flirt*” nos “aprazíveis recantos próprios à sua exibição”:

Eis uma pergunta de difícil resposta para os felizes habitantes desta linda cidade. Bello Horizonte tem tudo: avenidas, praças, passeios bellissimos, prado de corridas, campo de foot-bal, teatro, enfim, todos os divertimentos de uma cidade civilizada . De que valem, porém, esses divertimentos, se elles estão abandonados? Não se vê uma viva alma do *smartismo* mineiro gozando as delícias dessa largas avenidas, os encantos das vastas praças, ostentando artísticos coretos, onde sómente o zumbido dos insectos, á falta de uma banda de musica, quebra a monotonia em que vivem esses logradouros públicos! Os elegantes preferem o inveterado habito de se postarem no ponto dos bondes ao prazer que offerecem os aprazíveis recantos próprios de sua exhibição, do *rendez-vous* do *flirt* etc. A culpa cabe também ás elegantes, que se deixam ficar enclausuradas, respirando um ambiente impregnado e nocivo, quando até para a própria saúde os passeios pela manhã e á tarde nos jardins seriam de grande vantagem. Poder-se-á, pois, dizer que Bello horizonte civilisa-se [...]? Respondam os *smarts*.

<sup>189</sup> *Vita*, 06-06-1913, s.p.

Embora esses espaços gozassem da presença e do apreço da população, a frequência a eles parecia não ser suficiente, ao menos não na intensidade desejada para aquele momento. Isso fazia a imprensa questionar se a cidade incorporara os prodígios da modernidade, não reconhecendo os interesses dos moradores por outras práticas e outros espaços como legítimas.

Mesmo utilizando a crítica pra chocá-los e invocar sua adesão a práticas consideradas adequadas aos novos códigos, essas notas expunham um movimento inverso: o da resistência, ou mesmo da indiferença.

É sobre essa atitude resistente que uma nota explicita o pesar em relação à dificuldade enfrentada por algumas iniciativas que potencializariam a vida cultural pulsante, que se sonhava para a cidade. Esse é o caso das “sessões literárias no salão da Exposição de Belas Artes”, uma “Idea feliz” que iria “completar o encanto” proporcionado pela referida exposição. Aqui, a sua pouca adesão é representada como decorrência de um “meio hostil”, daí a vida efêmera de tais iniciativas, justifica o articulista. Vejamos um trecho:

As boas ideias não são cousas muito communs em nossa terra. Pelo contrario, parece até que o meio lhes é hostil, tanto que as poucas que apparecem morrem em poucas horas, deixando apenas de si um perfume passageiro. Quando, por isso, surge uma idéa feliz, é mister acompanhá-la com carinho e procurar enveredá-la pelo caminho das realizações praticas, a ver si assim, não se extincta á mingua de cuidados.<sup>190</sup>

A nota a seguir, por exemplo, expõe a dificuldade dos moradores em adotar novas práticas que não faziam parte de sua sociabilidade, ou melhor, a resistência em abandonar seus antigos hábitos, agora criticados de forma veemente. O “mau vezo” “semcerimonia” nos bondes e o “pernicioso” costume de tomar “fresco às portas de suas casas” são taxados como “péssimos hábitos”, “costumes de aldeia”, e, portanto, “hábitos prejudiciais” e inadmissíveis para essa “ineffável capital das Alterosas”:

Não há em todo o Brazil cidade com tantos **hábitos e costumes de aldeia** como essa ineffável capital das Alterosas. Já não se fallando do **mau vezo** que tem a maioria de seus habitantes **de fazerem dos bondes prolongamentos de suas salas de visita** ou jantar, portando nesses vehiculos com a mesma **semcerimonia com que se conduziriam no interior de suas casas, de palito na bocca e pernas negligentemente estendidas**, um outro **defeito, ainda peor**, pois é **altamente prejudicial ao livre transito**, caracteriza as populações de certos bairros, inclusive a do bairro comercial. Referimo-nos ao **péssimo hábito de se sentarem ás portas das residências**, atravancando os passeios de cadeiras [...]. Agora, principalmente com o rigor do verão, é que mais se pratica e **mais pernicioso se torna esse habito prejudicial**.

<sup>190</sup> “Chronica Social”. *Diário de Minas*, 26-06-1919, p. 2.

Os passeios das ruas Rio de Janeiro, Caetés, São Paulo e de grande parte da rua Espírito Santo, tornam-se nesta época completamente intransitáveis, tal o número de respeitáveis cavalheiros, na sua maioria negociantes sérios, que com suas não menos respeitáveis caras metades e toda uma família de pimpolhos, tomam fresco às portas de suas casas, confortavelmente repimpados em cadeiras que para ali trazem, mudando quase toda a mobília para a rua, **sem nenhuma consideração pelos pobres transeuntes**, que têm assim **que renunciar a todas as comodidades** que pôde o “trottoir” lhes proporcionar.<sup>191</sup>

A sociabilidade dos habitantes deveria convergir para espaços e eventos específicos como as festas e recepções, prevalecendo para a rua e os passeios, sua função de circulação. Esses poderiam ser apropriados com o *footing*, um hábito moderno e incentivado pela imprensa, ou a apreciação das vitrines, mas não ocupados com hábitos considerados antigos e provincianos, que cismavam em permanecer.

Esse discurso de reprovação operado pela imprensa se evidencia, consideravelmente, nessa nota de reclamação, a qual, quase toda ela, é dedicada a expressar a intransigência com que eram encaradas essas práticas, incoerentes com os padrões sociais da época, fazendo-se como porta-voz das queixas da população, dirigindo-as aos órgãos administrativos. Aqui, o foco é a “canalhice” de alguns rapazes que “assoviam, cantarolam” e “não guardam a devida compostura” nos bondes, uma situação “intolerável, desmoralizadora” que “não pode prevalecer”, ainda mais por se tratar de “filhos de gente de representação e responsabilidade sociais”, sentencia o articulista:

**Registramos novamente, fazendo-as chegar até o sr. Prefeito**, varias **queixas** que têm sido **trazidas á redação** por pessoas dignas do melhor conceito. Referem-se, nada mais, nada menos, á **canalhice** dos «moços bonitos» nos bondes, onde se revelam **sem a menor noção de respeito e trivial educação**. **Assoviam, cantarolam, fazem chalaças de arlequim** e, ainda mais, **não guardam a necessária e digna compostura** de pessoas que se prezem mesmo deante das mais respeitáveis famílias. Esses moços, entretanto, não são nenhuns desclassificados. São, pelo contrario, **filhos de gente de representação e responsabilidade sociais**. Há cavalheiros, que, sem a mínima garantia, não querendo se expor, e tampouco expor suas famílias, á **sanha desrespeitadora desses incorrigíveis**, evitam tomar os bondes desde que os percebam dentro delles. Ora, isso é positivamente **vergonhoso e vexatório para a nossa capital**, onde se crê haver a **necessária e indispensável segurança individual** de cada um de nós. E, no entanto, para não se offender os paes desses moços mal educados e ousados, repellindo-se-os condignamente, é necessário **constranger as familias** que merecem o **mais cavalheiresco acatamento**. Faltando, pois, aos conductores dos bondes a **necessária força para manter a ordem**, nada mais prompto do que o **apelo á guarda civil**, desde que seus superiores dêem as ordens necessárias. **A situação é intolerável, desmoralizadora, não podendo, portanto, prevalecer e continuar.**<sup>192</sup>

<sup>191</sup> *A Capital*, 29-10-1913, p. 1. Grifos nossos.

<sup>192</sup> *O Estado*, 22-10-1911, p. 1. Grifos nossos.

Em outra nota, o tom questionador fica evidenciado pela crítica aos hábitos que, segundo o cronista, deveriam ser “radicalmente extirpados”, já que a nova capital não era “um grande arraial illuminado a luz electrica”. Os alvos são vários: as conversas em voz alta nos bondes; o “flirt” - já um hábito comum em qualquer centro “mais ou menos povoado”; os trajés “hediondos” e “archaicos”; o modo de andar “desolador” dos habitantes como se em cortejo fúnebre; e, os estudantes que, por “influencia deletéria”, mais pareciam velhos desembargadores “sizudos” e “graves” do que recém-bacharéis. Vejamos alguns trechos:

Bello Horizonte, e nem pode deixar de ser, pois é cidade nova, **resente-se ainda de habitos que convém ser de vez e radicalmente extirpados**. [...]

Já não nos referimos tão pouco a esses **impagáveis dialogos em voz alta nos bondes**; como se isso aqui fosse um grande **arraial illumindado a luz electrica**; nem ao «flirt» esse **namoro idiota**, não é um privilegio de cidade alguma: é **executado em larguíssima escala pelo cretinismo indígena** em todos os centros mais ou menos povoados.

**Deixemos de lado** os outros **costumes de que precisamos no corrigir e que nos tornarão fatalmente ridículos aos olhos dos hospedes mais ou menos illustres**, porém sempre mais **propensos á zombaria** que aqui nos darão ás vezes a honra de aportar. [...]

Hão de ter notado que a **nossa sociedade está exhibindo uma triste aparência** de abatimento e melancolia, **desde os trajés até o modo de andar**: mesmo agora as **roupas claras próprias da estação, cedem o campo á hedionda e archaica sobrecasaca**. Todos, homens e mulheres, **caminham sempre olhando para os pés**, apresentando, mesmo nesses «glorious day» em que se exhibe em toda pompa o nosso bello sol, o **aspecto desolador de quem acompanha sempre um enterro**. [...]

A própria **mocidade**, os nossos acadêmicos não escapam a essa **influencia deletéria**.

O **estudante** de hoje é aos vinte annos já um **ser sizudo e grave, toma rapé, usa alcobaça** e tem, a propósito de tudo, sentenças graves.

Ao sahir da academia tem mais o ar de um desembargador aposentado do que um jovem que acaba de ser diplomado.

E assim por diante...<sup>193</sup>

Nos primórdios da vida da Capital, as ruas pareciam ser um espaço pouco freqüentado pela população, que demonstrava dificuldade em vê-la como um espaço da vida social, ao menos de acordo com as novas exigências, uma vez que “transitar pela cidade significava expor-se publicamente, arriscar-se à toda sorte de encontros e situações novas e imprevisíveis”, como reforça Julião (1992, p. 89). A nova cidade, com seu traçado geométrico e ruas largas, impactou sobremaneira os habitantes, acostumados aos hábitos domésticos e ao aconchego das vielas e largos.

Uma crônica expõe, com um toque de humor, a dificuldade de um morador da cidade às voltas com suas dívidas, já que com seu pequeno ordenado não dava conta de cumprir com seus compromissos nas alfaiatarias, esta sim, uma despesa de grande necessidade, deixando,

<sup>193</sup> PIERROT. “Trocós e Troças”. *Diário da Tarde*, 02-05-1910, p. 1. Grifos nossos. (Idem nota 159)

com isso, outras descobertas. Dificultada a sua fuga dos credores, por causa da largura das ruas, ele reclama:

“Valha-me Deus! Lá vem um cadáver antigo e eu soube que ele está me procurando há cinco dias. É um demônio aquelle sujeito!”  
E já retirando-se a todo panno:  
“Até logo... Diacho! Nem um becco nesta terra! Ruas largas que não sei o que!... Qual, siô! Viva o nosso velho Ouro Preto!”<sup>194</sup>

Além da sua largura, outros percalços se manifestavam no ambiente das ruas, revelando uma ambivalência entre o desejo das coisas modernas e a dificuldade de adaptação a elas. A iluminação, as formas de transitar pelas vias públicas e de interagir com os outros, a circulação dos veículos, enfim, novas exposições, novas interações, novos ritmos.

Uma matéria da década de 1910 expõe essa ambivalência, ao reconhecer o trânsito dos automóveis e do bonde como elementos da civilização, ao mesmo tempo em que demonstra o incômodo causado pelo barulho dos motores dos carros a “azoinar” os ouvidos dos que conversavam ou dormiam, ou o “reboiço de mil diabos” ocasionado pelo estranhamento de cavalos e cavaleiros, ainda pouco adaptados com a circulação dos bondes nas ruas, lugar, onde, antes circulavam livremente. Mesmo expressando essa ambivalência, a matéria não deixa de explicitar seu julgamento e prescrição aos envolvidos, especialmente porque essas condutas davam a “impressão intolerável de caipirismo”:

**Há varias coisas muito erradas nesta formosa *urbs* de ruas rectilneas, em que o transeunte vive *sub tegmine fagi*. A seu tempo diremos quaes são ellas. **Por hoje basta que indiquemos duas que estão a pedir uma providencia urgente.****

A primeira diz respeito aos **fonfonantes automóveis**, que entrecruzam nas vias publicas, **rápidos, envolvidos numa densa nuvem de clara da gazolina, o combustível civilisado**, de emanações suggestivas.

Por que razão os srs. Chauffeurs abrem completamente as válvulas de escapamento, ao subirem qualquer declive de rua?

**É um habito que deve desaparecer.** Desnecessário como é, **tem o gravíssimo inconveniente de azoinar os nossos ouvidos, abafando as vozes dos que conversam ou perturbando o sonno dos que descansam.**

Dois ou três automóveis, subindo a rua da Bahia, **põem malucos todos os cidadãos e cidadãs**, que tenham a infelicidade de se achar **na artéria chic da Capital.**

Não é um zumbido, é uma catadupa, uma avalanche de rumores, **que irritam, desesperam e despedaçam as nossas trompas de Eustaquio.**

**E o peor** é que essa zoeira absurda **dá uma impressão inttolerável de caipirismo**, de exhibição *rasta*, **muito de suprimir-se.**

A segunda coisa é mais recente e **não menos detestável.**

Alguns cavallarianos da nossa milicia policial deram agora para **fazer cavalgadas na rua da Bahia**, que **não nos parece o logar mais apropriado para picadeiro ou arena** de mouros e christãos “tirarem argolinha”...

Ainda há poucos dias, em frente á Casa Modelo, **houve um reboiço de mil diabos.** Diversos soldados da cavallaria apearam-se alli de uns **animais chucros**,

<sup>194</sup> K. “Pelás Ruas”. *Quasi!*, 20-11-1910, p. 2.

que **ainda extranham** (muito razoavelmente, sertanejos que são) **os bondes, os automóveis e tutti quanti**.

Conseqüência: os corcéis espantaram-se, deram por paus e por pedras, escapando milagrosamente um illustre magistrado de ser brutalmente pizado por um d'elles.

**Seria muito conveniente** se os guapos cavalleiros fizessem caracolar os seus ginetes **em outra zona**. *Locus sacer est...*<sup>195</sup>

Não parece coincidência que, na Rua da Bahia, acontecessem cenas cotidianas desse tipo de contradição. Ela era a “artéria chic”, o local para onde convergiam lojas, cinemas, teatro, cafés, condensando, assim, a imagem de modernidade desejada, portanto, um espaço propício à manifestações dessa natureza.

Entretanto, e por isso mesmo, para lá afluíam aqueles que queriam dessa modernidade se apropriar, trazendo junto com seu desejo, seus antigos hábitos e as dificuldades advindas dessas apropriações superficiais.

Esse parecia ser o caso dos olhares e gozações dirigidos às moças ou aos transeuntes nas ruas, especialmente na Rua da Bahia. As mudanças nos costumes se confrontavam com o tradicionalismo das famílias mineiras. A modernidade, o anonimato, o progresso traziam consigo outras transformações nas condutas sociais que expunham, de variadas maneiras, as ambigüidades presentes na cidade naqueles anos, como duas faces da mesma moeda: se por um lado buscavam a modernidade, por outro, não se desatreavam de seus referenciais sociais tradicionais.

Em várias notas, algumas delas de cartas à redação, é possível observar essa mudança nos costumes. A mesma imprensa que incentivava o *footing* e o *flirt*, cujos contatos eram regidos pelo olhar, censurava ou dava voz às reclamações “em nome das famílias”<sup>196</sup> da Capital, indignadas com os “olhares penetrantes e investigadores” acompanhados de “risotas e piscadações”<sup>197</sup> de alguns rapazes para os transeuntes. Em uma delas, uma “carta de uma senhora”<sup>198</sup>, esse comportamento poderia até ser tomado como hábito comum ao progresso, mas que, no dizer da correspondente, “muito atesta a decadência de nossos costumes”. Especialmente, por causa dos “olhares lúbricos” dirigidos por moços “de boas famílias” que, sempre em grupos, “fitam com uma insistência insultosa, miram detidamente dos pés á cabeça, cochicham entre si, riem-se” ou falavam “palavras de sentido duvidoso” às senhoras e senhoritas que passavam à rua.

<sup>195</sup> *Vita*, 30-11-1913, s.p. Grifos nossos. A citação irônica das “cavalgadas na rua da Bahia”, que não era lugar “apropriado para picadeiro ou arena de mouros e christãos ‘tirarem argolinha’...” faz referência aos festejos realizados no Curral Del Rey em comemoração à padroeira em 15 de agosto. Essas festas são descritas por DIAS (1897, p. 54 - 58).

<sup>196</sup> *Estado de Minas*, 02-12-1911, p. 2.

<sup>197</sup> “Que insolencia!”. *Estado de Minas*, 05-11-1913, p. 1.

<sup>198</sup> “Cartas de uma Senhora”. *A Vida de Minas*, 15-02-1916, s.p.

Mas, se as queixas à redação não pareciam adiantar para conter essa “retrogradação dos costumes”, outras posturas eram tomadas pelos chefes de família, horrorizados, demandando para esses casos, inclusive, a ação policial, como nessa nota:

Bello Horizonte, é com sentimento que o dizem-nos, **quanto maior o progresso material, tanto maior, também é a retrogradação dos costumes do povo.**

**Antigamente as famílias**, as senhoras, as mocinhas **podiam andar pelas ruas**, certas de serem respeitadas.

**Hoje é preciso sahirem acompanhadas por um chefe disposto a trabalhar com a bengala**, mormente nas proximidades do já celebre Petit Billard, na rua da Bahia onde todas as noites se reúne um grupo de garotos, «moços bonitos» que se julgam com direito de **dirigir chalaças pesadas às pessoas que passam.**

**Isso é triste e muito depõe contra os nossos costumes.**

**É preciso que a policia tome uma medida enérgica** para por fim á **brincadeira de tão máo gosto.** Sem mais comentários.<sup>199</sup>

As formas de resistência à Capital ordenada, disciplinada e asséptica se manifestavam também na vida amorosa de seus habitantes. A cidade constantemente vigiada (ou como se queria que fosse) era cenário de namoros considerados indecorosos para a época.

Espaços reservados ao “gáudio” das camadas que moravam na área urbana, como os jardins das Praças da Liberdade e Estação, as imediações do teatro e do Parque, eram apropriados, não por divertimentos tidos como elegantes, vivenciados por pessoas elegantes, mas com práticas que em muito se contrastavam aos referenciais almeçados, representando, assim, uma afronta aos valores morais e aos seus defensores.

A imprensa, em seu movimento pedagógico, não se eximia de ocupar o lugar de delatora, explicitando juntamente com a denúncia, o preconceito e a solicitação de ações que intervissem para sanear tais comportamentos. Em uma nota, por exemplo, questiona-se a utilização de um jardim “bonito, bom e útil” (que, segundo os “higyenistas”, “purifica o ambiente, regula as chuvas, conserva as fontes”) para “namoros caninos”<sup>200</sup>.

Como assinala Morel (2005, p. 97), a utilização dessa comparação significa uma “tentativa de animalização, por meio de metáforas que visavam desqualificar o adversário, apresentando-o como irracional”, por isso mesmo, bastante cabível, de acordo com as pretensões da imprensa.

Mas, nem sempre essas comparações eram empregadas nos jornais. Utilizando-se uma linguagem mais direta, que esclarecia os extratos e práticas sociais apropriadas a esses espaços, havia notas que manifestam o incômodo em relação a um tipo de usuário inconveniente.

<sup>199</sup> *Correio da Noite*, 14-02-1913, s.p. Grifos nossos.

<sup>200</sup> “Malandros”. *O Tempo*, 27-10-1912, p. 2.



Em uma delas, a requisição da intensificação da iluminação da Praça da Liberdade parecia ser a única solução para “a gente séria que vae áquele logradouro público e que não pode ter a sua vista maculada com os namoricos apimentados das mulatinhas engomadeiras que lá vão ter com os seus soldadinhos desarranchados”<sup>201</sup>.

Os mesmos personagens e a mesma desqualificação são abordados em outra nota. Nesta, contudo, a desqualificação e o preconceito ganham comparações relativas ao cenário, as imediações do Teatro. Refere-se a nota aos “diálogos não tão poéticos” entre Adão e Eva (soldados e domésticas), destacando-se uma grande diferença: ele possuía roupas “mais à moderna”, e ela, “é mais escura” e “não tinha as mãos cheirando a alho e cebola”. Diz um trecho:

Muito convém igualmente que ali se conserve uma das grandes **lâmpadas sempre accesa**, de modo a tirar ao edificio aquele ar de abandono, e também **para evitar diálogos**, não tão poéticos e arrulhantes como os **de Adão e Eva**, no “Paráiso Perdido”, de Milton, mesmo **porque os modernos Adões usam toilettes mais à moderna, e as Evas, que se empregam da arte culinária, são mais escuras do que a nossa progenitora, que, segundo a tradição, era deliciosamente loura, e não tinha as mãos cheirando a alho e cebola.**<sup>202</sup>

Outra forma de resistência, diante da disciplina sufocante que buscava moldar os comportamentos considerados apropriados, parecia ser o que os jornais denominavam comumente de “vandalismo”, ou mesmo “costumes dos bárbaros que não conheciam o faiscar da luz electrica, nem o fonfonar dos automóveis”<sup>203</sup>. Tratava-se de das brincadeiras de pegar frutas; de jogar futebol nos gramados ou nas ruas, arrombar as grades do Parque, ou pichar casas e prédios públicos; atitudes que contrariavam sobremaneira os bons modos, o respeito à propriedade, a obediência aos ordenamentos estabelecidos. E a imprensa, coerente com sua orientação de “órgão legítimo dos interesses sociais”, como ela se autoproclamava, dava visibilidade negativa a eles, representando-os como exemplos de comportamentos reprovados para aquele meio social ordeiro, resignado e comedido, de acordo com as pretensões daquele momento.

Na mesma medida, as punições a esses comportamentos eram expostas nas páginas dos jornais. E se estas ainda não tinham se efetivado, não deixavam de registrar sua cobrança aos órgãos competentes. Isso pode ser exemplificado na nota a seguir, a qual, depois de iniciar

<sup>201</sup> “Amores á sombra das palmeiras – A Praça da Liberdade sem illumination”. *A Tribuna*, 22-04-1913, p. 1.

<sup>202</sup> *Estado de Minas*, 16-08-1916, p. 1. Grifos nossos.

<sup>203</sup> *Estado de Minas*, 16-05-1912, p. 1.

uma campanha contra o “vandalismo” em suas colunas, elogia a ação da polícia contra o vandalismo da “molecada”, ao que diz:

Quando **há dias tratávamos nestas columnas**, do **vandalismo inaudito** que vai caracterizando de mais a mais a molecada que infesta e povôa as ruas da capital, **appelavamos para a policia como a única capaz de por medidas enérgicas**, estugar a marcha desses **pequenos tratantes**.

Hontem, felizmente, tivemos a ocasião de verificar de visu que a **ação policial esta se desdobrando, activa e proveitosa**, no sentido de se **pôr cobro aos desatinos** dos garotos que tudo **quebram**, tudo **estragam sem a menor cerimônia** e não deixando a ninguém a esperança de se corrigirem em que as autoridades intervenham de modo positivo e completo.

Neste tempo em que algumas das espécies de arvores que ornamentam as nossas ruas se cobrem de fructos, a garotada assume, não há duvida, mais que em qualquer outra occasião, o aspecto de **ameaça á liberdade e ao socego das famílias**. As **pedras voam em todas as direcções, quebrando galhos e pondo em estilhaços os vidros das casas vizinhas**.

A turba devastadora não pára por ahi, **sobe ás arvores**, vareja o seio dos lares, enchem-nos de **alarido, assovios**, muitas vezes **pontilhados de palavrões e obsenidades**.

Hontem, porém, tivemos o satânico prazer de ver alguns desses **patifes agarrados pela policia** que assim, vae prestando um **excellente serviço** á população horizontina.

Que esse movimento policial, **justo e necessário**, não cesse e a **imprensa, como órgão legítimo dos interesses sociaes, saberá applaudir os que sabem se empenhar para a sua tranquilidade**.<sup>204</sup>

Uma das “algazarras infernais” que lideravam as queixas nos jornais se refere ao jogo do “foot-ball”. Sua prática disseminada na cidade<sup>205</sup>, porém, parecia trazer alguns transtornos, especialmente, quando era realizado em espaços alternativos e de maneira informal, desviando-se dos ordenamentos prévios desses espaços, entre eles, os jardins, os gramados e as ruas. Os treinos e jogos das agremiações esportivas não figuravam nesse rol, pois se tratava de uma forma moderna e organizada de praticar esse “sport”, como mostra RODRIGUES (2006)<sup>206</sup>.

As reclamações constantes à redação se adensavam quando ele ameaçava a ordem ou a propriedade. Nesses casos, a solicitação da intervenção policial por meio da imprensa se manifestava como uma constante. Esse é o caso da nota a seguir, que expõe a queixa de alguns moradores, “Com vistas ao sr. Chefe de Policia”, como o título diz:

<sup>204</sup> “Os moleques”. *Diário de Minas*, 22-10-1914, p. 2. Grifos nossos.

<sup>205</sup> Para maiores informações ver RIBEIRO (2008).

<sup>206</sup> O *foot-bal* não aparecia nas páginas dos jornais apenas como “reclamação”. No trabalho de RODRIGUES (2006) podemos perceber que a visibilidade positiva atribuída à sua prática em diversas notas estava relacionada à divulgação de treinos e jogos de agremiações esportivas organizadas. Essa perspectiva institucionalizada ganhava outros enquadramentos da imprensa, agora permeados por incentivos e elogios, uma vez que traduziam o desejo de modernidade pretendida, contando inclusive com seções específicas em divulgar as partidas, as regras e condutas apropriadas, e também com jornais especializados.

Queixam-se os moradores da rua Gonçalves Dias [...] contra os **abusos** que vêm sendo cometidos pela **meninada endiabrada** que **joga foot-baal o dia inteiro** n'uma **algazarra infernal no meio da rua**, dificultando mesmo o transito. Além disso, os pequenos, munidos de bодоques, constantemente quebram as vidraças das casas e põem em risco os seus moradores. Dizem que há por ahí **guardas** incumbidos pela chefia de policia **para refrearem a vadiagem**, entretanto, nunca appareceram naquella parte da nossa capital. **Pedimos, pois, uma providencia ao Sr. Chefe de Policia**, na certeza de que seremos attendidos.<sup>207</sup>

Mas, nem só das algazarra das crianças reclamavam os jornais. O jogo de futebol, popularizado na cidade, contava com outros praticantes. Agora, um “grupo de marmanjos” que figuravam na seção “Reclamação” do *Diário de Minas*. Personagens diferentes, solicitações semelhantes. Além do jogo realizado em local inadequado – o jardim da Igreja da Boa Viagem –, uma prática remanescente dos tempos do Arraial se repetia: os passarinhos na mira dos bодоques. Em sua direção, porém, as vidraças das casas, que enchiam a cidade em fins da década de 1910. Esta era mais uma situação em que se requeria “enérgica providência”. Diz a nota:

Um numeroso grupo de marmanjos **installou um club de foot-ball** justamente em cima de um dos **canteiros do jardim da Boa Viagem**, estando o **grammado já quase extinto**. Além disso, quasi todos os rapazolas andam munidos de bодоques, com os quaes não perdem um passarinho que, por acaso, apareça naquella jardim, quebrando ainda as vidraças das casas da visinhança. Faz-se **mister uma enérgica providencia** para terminar de vez com os abusos desses **marmanjos desocupados**.<sup>208</sup>

Além de esses comportamentos destoarem dos ordenamentos pretendidos, ou mesmo por isso, eles eram considerados como vadiagem. Ordenar os comportamentos naquele momento implicava estabelecer fronteiras entre ordem e desordem. Como pondera Luciana Andrade (1987, p. 7), “isto significa classificar, estigmatizar, rotular e criminalizar certos comportamentos e grupos sociais”. Essa operação não se restringia a um conjunto de dispositivos legais salientados pela autora<sup>209</sup>, mas se manifestavam também, por meio das representações construídas pela imprensa, como mais um dos meios veiculadores dessas concepções.

Sidney Chalhoub (1986) ainda salienta que a ociosidade era vista como um delito, pois se configurava como uma “depravação dos costumes” orientados pelo modelo capitalista de

<sup>207</sup> “Com vistas ao Sr. Chefe de Policia”. *O Commercio*, 05-12-1922, p. 2.

<sup>208</sup> “Reclamação”. *Diário de Minas*, 15-03-1918, p. 1.

<sup>209</sup> Segundo ANDRADE (1987, p. 7), “a lei é um exemplo claro da delimitação de fronteiras que incorpora definições e significados morais de uma determinada sociedade”. Ela acrescenta que a definição de vadiagem no Código Penal de 1890 tinha limites muito frágeis abarcando, assim, uma infinidade de comportamentos que ofendessem “a moral e os bons costumes”, como dispõe o Código.

produção. O mundo da ociosidade era “percebido como uma aberração, devendo ser reprimido e controlado para que não comprometa a ordem” (p. 49), indicando uma incompatibilidade entre a ordem e a ociosidade.

Por meio desses exemplos, podemos perceber que as representações veiculadas sobre esses comportamentos, tidos como inadequados, refletiam a tensão que permeava a cidade. Suas manifestações nos espaços públicos traziam, à cena, contradições e ambigüidades que eram confrontadas com as pretensões idealizadas no campo da utopia, no qual não se inseriam. Apesar das várias iniciativas de educação, controle e repressão, a heterogeneidade dos sujeitos e suas condutas emergiam, trazendo à tona, encontros desejados e indesejados, hábitos condizentes ou inapropriados, gente de diferentes procedências, com variados costumes.

#### 4.3 “Quebrando a linha da tranquilidade”: a embriaguez dos “páo d’água”

As contradições que a segregação espacial e social pretendia esconder se explicitavam, escapavam às tentativas de controle e se manifestavam no espaço público. Nele, circulavam moças e rapazes no *footing*, funcionários públicos e operários, alinhados e maltrapilhos. Em meio à gente elegante e *chic*, havia mendigos, bêbados, vadios.

Estes últimos, personagens “indesejáveis”, como diz Lená Menezes (1996, p. 53), “ameaçavam a ordem e antepunham obstáculos ao processo civilizatório, prejudicando a imagem da capital aos olhos do estrangeiro e do restante do país”. A autora se refere ao Rio de Janeiro, mas da mesma maneira em Belo Horizonte, esses “indesejáveis” e seus comportamentos, considerados nocivos, ganhavam a atenção das autoridades e da imprensa que noticiava as ocorrências dos delitos como exemplos a não serem seguidos.

Os comportamentos que não sintonizavam com os padrões sociais exigidos naquele momento também ganhavam representação na imprensa, sua presença, porém, estava atrelada a um tom de reprovação viabilizado por meio da denúncia. Eram constantes as reclamações, em relação aos desvios que ocorriam no espaço da rua, nos jornais de Belo Horizonte. Em todas elas, a solicitação da intervenção policial era salientada, requisitando e aprovando uma ação efetiva de controle em nome da ordem.

Para alcançar a ordem e garantir o sucesso da nação, adverte Chalhoub (1986), era necessário controlar todas as esferas da vida social, compreendendo aí, as situações

cotidianas, e seu foco: os trabalhadores. Segundo ele, esse controle abrangia desde a tentativa de disciplinamento rígida em situações de trabalho, “até o problema da normatização das relações pessoais ou familiares dos trabalhadores, passando também pela vigilância continua do botequim e da rua, espaços consagrados ao lazer popular” (p. 31).

Como uma forma diferente de segregar as mazelas sociais na cidade utópica, essas contradições apareciam nos jornais, construindo estereótipos de sujeitos, lugares e práticas, definindo também sua ordem no espaço e nas relações sociais. Por certo, não como uma imagem que se queria projetar da cidade, mas como uma iniciativa necessária ao cumprimento da missão pedagógica, assumida pela imprensa. Nesses casos estavam as referências negativas à frequência aos botequins e à embriaguez, especialmente quando esta terminava em perda da compostura e do rigor social.

Nesse sentido, ao proceder ao enquadramento proposto de Mouillaud (1997), esses comportamentos eram trazidos ao campo de visão sob uma perspectiva negativa, ressaltando sua incongruência com os padrões de conduta exigidos naquele momento.

Pesavento (2001, p. 13) pondera que, no final do século, a visibilidade dos indesejados se impõe como alvo de uma batalha sem tréguas tanto pela presença crescente desses “elementos” perigosos, quanto pela ameaça de “destruírem ou ameaçarem o padrão civilizacional desejado.” A sociabilidade nos botequins vai à contramão do projeto de civilidade almejado, daí as diversas incursões contra ela, operadas também pela imprensa.

Como anotado, os jornais organizavam seções específicas, de acordo com a temática abordada. Desta feita, as práticas em desacordo com os padrões vigentes também contavam com seções próprias, mas como estas se distanciavam desses padrões, elas ganhavam destaque nas colunas policiais, permeadas por um discurso moralista. Nelas, os nomes dos desviantes eram expostos, assim como seus desvios, o que as convertia em uma espécie de relatório policial da imprensa. Muitas notas se resumiam em informar o balanço das prisões realizadas no expediente.

Esse é o caso dessa nota. Porém, logo abaixo, como um tipo de adendo, aparece o esclarecimento de que uma das detidas não merecia a cadeia, mas sim, uma “recompensa” por “esbordoar furiosamente” o marido embriagado:

Foram presos:

Manoel Antonio e Achilles Zechine, por suspeitas.

João Macarrini por embriaguez, João Augusto Rosa por crime de ferimentos e Anna Maria dos Santos por desordem.

.....

Anna Maria dos Santos, residente a rua Guajajaras, no Barro Preto, aproveitou-se do estado de embriaguez, em que se achava seu marido, esbordoou-o furiosamente. Anna Maria pertence a Liga contra o álcool, e julgamos que ao contrario de cadeia, a digna senhora merecia uma recompensa.<sup>210</sup>

As matérias, carregadas com um tom negativo e crítico, veiculavam mensagens de cunho moral, desabonando o consumo do álcool e ressaltando suas influências maléficas para os homens de bem, “perturbando-lhe o juízo e compostura”. Mesmo em suas horas de folga, como no caso de Antônio Gallo, as formas de descanso e lazer dos trabalhadores eram consideradas vadiagem, e por se oporem ao ideal de ordem, suas ações passíveis ao controle. Após “ganhar o pão de cada dia” ele deveria ir para casa. Esta sim, vista como um contraponto ao botequim, “assumia a imagem de reduto da moralidade, capaz de proteger o trabalhador dos ‘vícios’ da rua”, como pondera Julião (1992, p. 154). Diz a nota:

Já dizia o conselheiro Accacio que o **álcool é um inimigo terrível do homem perturbando-lhe o juízo e a compostura.**

Assim ante-hontem aconteceu com Antonio Gallo que **foi sempre um homem correcto, até o dia em que começou a entornar seus golinhos.**

**Depois de ter ganho o pão de cada dia,** Gallo dirigiu-se para o Barro Preto e ahi percorreu quanta taverna havia, bebericando em todas ellas, **até que começou a «cercar galinha».**

Nesse **deplorável estado,** o homem começou a fazer discurso insultando gregos e troyanos, **o homem cantava de gallo.**

Um policial que não concordou com a (...) do **páo d’agua** levou-o para a 2ª delegacia, onde **pernoitou no xadrez sahindo hontem depois do cantar dos gallos.**<sup>211</sup>

A rua e o botequim não representavam ameaça apenas à recomposição de sua força de trabalho no descanso do lar. A elegância e a polidez, atributos da civilidade almejada, também estavam ameaçadas pela perda da compostura, inspirando o trato da censura, como demonstra essa nota, em que um amigo aproveita a “algazarra infernal” de um grupo de rapazes “pertencentes a famílias distintas”, num bar, para “dar uma lição de moral” sobre o quanto é “nocivo o copo em excesso”:

Como sabem o Lino tem sido um dos meus companheiros habituaes de passeio, certa noite, subíamos a rua da Bahia, quando lobrigamos em um “bar”, numerozo grupo de rapazes, em **algazarra infernal. Gesticulavam, berravam discursos, esbarravam nas cadeiras, derramavam cerveja...** Enfim o “aguaceiro” delles era pleníssimo... Pensei em aproveitar o ensejo para dar ao Lino uma **lição de moral.**  
- Veja, disse eu, que **triste papel** estão fazendo aquelles rapazes, rapazes, todos eles pertencentes a famílias distintas. **Que fiasco!** Você também gosta á vezes do

<sup>210</sup> “Diário Policial”. *Estado de Minas*, 23-11-1911, p. 2.

<sup>211</sup> “Um gallo no golo”. *Diário de Minas*, 10-02-1915, p. 2. Grifos nossos.

“líquido”, não é? Pois **mire-se naquele espelho e veja como é nocivo o copo em excesso...**<sup>212</sup>

Permeados por referências que projetavam a indignação, a reprovação e a desautorização com que eram encarados, a esses desvios eram atribuídos termos depreciativos. Não é à toa que eles eram freqüentemente representados como: “pobre diabo”; “endiabrada mulherzinha”; “algazarra infernal”; “demônios que a branquinha lhe põe no sangue”; representações que demarcam sua oposição ao bem, ao sagrado, ao considerado legítimo. Vejamos uma nota intitulada “Encrenca na zona”, que menciona o “sarrilho dos diabos” aprontado por um morador da “zona estragada”:

O Joaquim Rodrigues é um valentão que não perde vasa para se exhibir. Hontem, depois de tomar uma valente «carraspana», o Quincas **apromptou um sarrilho dos diabos na zona estragada, trazendo tudo em sobressalto.** O guarda, que garante a zona não é gallinha e abotoou o valentão levando-o para a respectiva delegacia.<sup>213</sup>

Representá-los sob essa perspectiva incluía também referências que possibilitavam demarcar seus lugares físicos e sociais. Como essa, muitas notas trazem informações sobre os bairros onde os delitos ocorriam, desenhando o que Marocco (2004) chamou de “mapas da periculosidade” sobre a cartografia da cidade.

Esse é caso do Barro Preto, a dita “zona estragada” onde constantemente se “quebrava a linha da tranquilidade”. Além dele, o bairro do Comércio, onde se localizava também a Praça da Estação e do Mercado, também era um endereço certo das “canoas”<sup>214</sup> – como eram chamadas as diligências policiais – figurando freqüentemente nos “Diários Policiais” dos jornais. Como mostra a nota seguir, a classes populares não tinham privacidade nem em seus locais de moradia. Mesmo afastados da área urbana, a vigilância sobre suas diversões não dava trégua:

A vida, como os senhores sabem, não é lá muito cheia de alegria, o que faz com que certas **personagens da zona estragada, resolvam á vezes, quebrar a linha da traquilidade, entrando no “porre”, no jogo e pondo a zona em polvorosa.** É o que aconteceu ante-hontem com a Emilia Maria da Gloria, Maria Augusta Guimarães, Maria Augusta de Oliveira e os valientes Lazaro Maglio Botta, Vitorio Lorenzato, Domingos Pinote João de Moraes e Nicola João Baptista que se divertiam serenamente lá no Barro Preto, quando foram surprehendidos pela policia que lhes deu logo depois, gentilmente um logarzinho no xilindró da 2ª.<sup>215</sup>

<sup>212</sup> *Vita*, 31-12-1913 e 15-01-1914, s.p. Grifos nossos.

<sup>213</sup> “Diário Policial”. *Diário de Minas*, 01-04-1915, p. 2. Grifo nosso.

<sup>214</sup> “Uma ‘canoa’ á meia noite”. *Diário de Minas*, 31-12-1919, p. 2. Grifo nosso.

<sup>215</sup> “O pessoal está em férias pondo a zona em polvorosa”. “Diário Policial”. *Diário de Minas*, 15-08-1915, p. 2.

A vigilância constante não afrouxava nem nos fins de semana ou feriados. A nota abaixo intitulada “Uma polvorosa” informa sobre a prisão de Maria Zeferina, “uma mulherzinha terrível”, que, depois de percorrer “diversas tascas”, aprontou um “salseiro infernal”. Suas comemorações do dia 31 de dezembro, entretanto, estavam longe do requinte dos bailes nos clubes, indo esta passar o *Reveillon* no xadrez da 2ª Delegacia:

Maria Zeferina é uma mulherzinha terrível, que costuma tomar suas «camuécas» e então dá-se cara de valente.

Hontem, depois de percorrer diversas tascas, ficou completamente «prompta» e virou bicho fazendo um «salseiro infernal» na rua Tamoyos.

O guarda nº 150, que faz o serviço na zona, prendeu a endiabrada mulherzinha e levou-a para a 2ª delegacia onde passou a noite.<sup>216</sup>

Além de aprontar um “salseiro” semelhante, Ana Rosa, a personagem dessa próxima nota incorria em outro agravante: provocou um “alvoroço” exatamente na rua da Liberdade, a rua que conduzia à Praça do Poder, com suas Secretarias e o imponente Palácio do Governo. Mais do que estar “muito alcoolizada”, seus palavrões, sua tentativa de nudez e sua resistência à autoridade policial afrontavam a ordem, o decoro, a moral pública:

Muito alcoolizada, uma pobre mulher de cor preta, aparentando ter seus 25 annos, estava ao anoitecer, na rua da Liberdade, provocando um alvoroço com palavrões do mais baixo calão dirigidos aos transeuntes. E não eram somente palavrões: a infeliz queria que lhe vissem as formas...

O guarda civil nº 184, que quis prender a mulher, o que sosinho não conseguiu, depois de ver completamente sujo o seu uniforme, deixou a lucta e fez uso do apito, vindo outros guardas que fecharam a bêbeda na «viuva alegre».<sup>217</sup>

Se “o silêncio é ordem”, como afirma Sennett (1998, p. 266), pressupondo uma ausência de interação, seria notório que o resultado da embriaguês do “Zé-povinho”<sup>218</sup> ameaçasse profundamente a ordem, o controle e polidez dos comportamentos na cidade. Seus “pifões”, “porres” e “pileques” incomodariam menos se eles se contivessem ao reduto da casa. Mas, a partir do momento que estes se explicitavam no espaço público, expunham cenas impróprias ao cenário utópico desejado para a Capital, tornando-se alvo da ação policial. Pior do que beber, era a “exaltação” provocada que mais incomodava “o sossego urbano”, como expõe um trecho dessa nota que diz:

O diabo é que, como os amigos sabem, a caninha traz exaltação, tornando-se ás vezes os seus bebedores inconvenientes ao socego urbano. [...]

<sup>216</sup> “Uma Polvorosa”. “Diário Policial”. *Diário de Minas*, 01-01-1915, p. 2.

<sup>217</sup> “Bebeu de mais”. “Pequenas Occorrencias”. *Diário de Minas*, 30-09-1919, p. 2.

<sup>218</sup> “Diário Policial”. *Diário de Minas*, 27-08-1915, p. 2.



O civil, garantindo a ordem publica também não pode, às vezes convidar os seus infratores a se recolherem para casa, recolhendo-os logo pra a delegacia mais próxima.<sup>219</sup>

Demarcar esse lugar de reprovação, de um “outro indesejado”, implicava diferenciarse dele. Não por acaso, as colunas policiais ficavam na mesma página das seções de divulgação dos programas elogiados, quando não, lado a lado, como no “Diário Policial”, expondo o contraste dos comportamentos aprovados e os seus contrários.

Nesse tipo de noticiário, se expressavam outras formas de referência à embriaguez muito comuns no jornalismo desse período: a ironia e a sátira. A narrativa jornalística permeada por elogios e incentivos às práticas em acordo com o modelo moderno e civilizado empregava, agora, expressões de duplo sentido, com tom satírico e debochado, evidenciando o preconceito em relação aos divertimentos populares. Para Julião (1992, p. 120), essa “desqualificação das classes populares e dos espaços que elas ocupavam, operadas pelo discurso dominante, lograva despachá-las para os subterrâneos urbanos, desautorizando-as a integrarem social e politicamente a cidade”.

Os trocadilhos com os nomes desses “adoradores inveterados do bacco”<sup>220</sup> e com a bebida que consumiam eram bastante comuns. Esse é o caso da nota sobre Antônio dos Santos, satirizado como quem “pouco se dá com os santos”, entendendo-se “melhor com os demônios que a ‘branquinha’ lhe põe no sangue”, diz. Este, assim como Maria Zeferina (no *Reveillon*), foi preso justamente na véspera do feriado da Independência:

Não obstante «chamar-se» de Antonio dos Santos, o Antonio muito pouco se dá com os Santos.

Entende-se melhor com os demônios que a “branquinha lhe põe no sangue”. E assim torna-se às vezes inconvenientes, sendo-lhe preciso umas poucas horas no xadrez para que o Antonio volte às boas. Vira um demônio o Antonio.

Faz barulho, briga, pinta o diabo. E assim é que foi encontrá-lo hontem um guarda civil: a promover desordens e chinfrins, pelo que o circunspecto garantidor da ordem publica resolveu leval-o para o xadrez, trancafiando-o lá.<sup>221</sup>

A reprovação à descompostura ocasionada pelo consumo excessivo de álcool se mostrava também em relação a setores privilegiados da sociedade, o tratamento da polícia e da imprensa, porém, não ocorria na mesma medida. Diferente dos “páo d’agua”<sup>222</sup> das camadas populares, seus nomes não eram divulgados.

<sup>219</sup> “Os tristes...”. “Diário Policial”. *Diário de Minas*, 25-08-1915, p. 2.

<sup>220</sup> “Diário Policial”. *Diário de Minas*, 07-09-1915, p. 2.

<sup>221</sup> “O Antonio Não dos Santos”. “Diário Policial”. *Diário de Minas*, 07-09-1915, p. 2.

<sup>222</sup> “Embriaguez”. *Diário de Minas*, 20-05-1914, p. 2.

Esse é o caso dessa nota, que com um tom de denúncia, critica o comportamento inadequado de “dois oficiais da Brigada e um moço da nossa mais alta sociedade”. O sarrilho aprontado por eles fora semelhante aos relatados anteriormente, mas sua descrição, menos irônica e contundente. Menos contundente, também, foi a punição: do estabelecimento onde provocavam “distúrbios”, foram apenas retirados; e da polícia, nenhuma intervenção de seus colegas de farda. Tratamentos bem diferentes daqueles procedidos aos causadores de “chinfrins”. Diz a nota:

Ante-hontem, ás 6 horas e meia da manhã, quando terminava o baile do Club dos Fenianos, dois oficiais da brigada acompanhado de um moço da nossa mais alta sociedade sahindo do mesmo club, especialista em jogatina, dirigiram-se para o Café Guarany, sito á esquina da Avenida do Commercio com a rua Rio de Janeiro. Lá permaneceram até as 10 horas da manhã, mais ou menos, em completo estado de embriaguez, promovendo toda sorte de distúrbios e proferindo palavras nada agradáveis a ouvidos delicados, a ponto de serem obrigados a retirar-se por imposição dos «Filhos Penna», proprietários do café. O guarda civil, n. 114, que se achava no local, não poude intervir porque seu superior, fiscal da Guarda, já alli estava sem que sua presença surtisse effeito! Edificante! <sup>223</sup>

Mesmo bem menos freqüente, a imprensa publicava crônicas que ironizavam a hipocrisia existente na cidade, que omitiam a freqüência de representantes das classes abastadas, ocupantes de cargos de relevo, a estabelecimentos não muito elegantes para os padrões da época. É o que mostra essa nota, na qual o cronista narra o ambiente de um “cabaret”, onde “homens de todas as castas e de todas as classes desfructam a vida”, sob as “barbas da policia”:

Fundo esconso de tasca. Um cheiro avinhado vicia o ambiente. Homens de todas as castas e de todas as classes desfructam a vida. Nas mesas paralelas bebem, comem, fumam. Chalaceando... Alli um grupo se destaca. Cidadãos bem vestidos enxugam copos, em torno de uma mulher. Há galanteios frívolos, phrases gelatinosas, dicterios irreverentes... Caras conhecidas: *verb gratia*, aquele tipo encadernado de preto. Tem prestigio, lá isso tem. Entretanto, na mesa contigua discute-se em voz baixa: - É um tipo sem linha... - Não se compenetra do cargo que ocupa... Enquanto isto, ele faz espírito para a dama e, rindo parvamente, ingere o espírito. Há um ruge-ruge. O homem levanta e quer mostrar o seu prestigio. - Não póde! Não póde!... - É illegal! Insultos, apodos, apupos... (Plaque... isto é uma fita indescente, representada ao vivo nas barbas da policia.) <sup>224</sup>

<sup>223</sup> “Edificante!”. *Estado de Minas*, 04-12-1911, p. 2.

<sup>224</sup> “O Interior dos Cabaret”. “Cinematroça”. *Quasi!...*, 09-10-1910, p. 2.

Apesar das nuances diferentes, as representações relacionadas à embriaguez como desvio eram muito presentes na imprensa da Capital. Suas referências, ora mais, ora menos carregadas de um teor de reprovação e denúncia, ou também de ironia e sátira, evidenciavam a intolerância aos comportamentos que destoavam dos padrões sociais buscados naquele momento.

Assim como a embriaguez e as condutas pouco alinhadas, dela advindas (e muitas vezes a ela associadas), outra prática destoante ganha atenção da imprensa: o jogo, um desvio tão ou mais combatido pela imprensa belo-horizontina.

#### **4.4 “Saneando moralmente a cidade”: o progresso “em jogo” por causa do jogo**

Uma das práticas que não coadunavam com os códigos de sociabilidade da época era o jogo. Além de figurar entre os regulamentos legais, ele tinha presença constante nos jornais de Belo Horizonte, também sob a perspectiva da reprovação e da denúncia. Assim como a ociosidade se contrapunha à ordem, sendo vista como um delito classificado como vadiagem, o ganho (ou a perda) com ocupações consideradas desviantes eram de tal modo classificadas.

De acordo com Chalhoub (1986, p. 30), desejava-se “que os homens livres internalizassem que o trabalho era um bem, o valor supremo regulador do pacto social”, um dos pré-requisitos necessários à inserção do país na era do progresso propalado.

Se a definição de homem de bem, como afirma o autor, passava pelo seu ajustamento aos padrões de conduta familiar e social associados à imagem do homem trabalhador, o jogo se opunha de maneira proeminente a esses desígnios, caracterizando-se como uma conduta desviante desse modelo, no qual estavam colocados a acumulação e o ganho de capital por intermédio do trabalho.

Mais do que criminalizados pelos dispositivos legais, essa concepção de desvio era amplamente veiculada pelos jornais, produzindo representações que explicitavam a incompatibilidade entre tais comportamentos e os ordenamentos exigidos naquele momento.

Para Marocco (2004, p. 50), a imprensa se configurava como um dos vetores de um “projeto de repressão à ociosidade”. Nesse sentido, o jornalismo, afirma ela, “acompanhava o comportamento do estado brasileiro que, insistindo na necessidade de reprimir a ociosidade, pretendia impor uma nova ordem produtiva e moralista através do trabalho e da celebração retórica do seu poder regenerador”.

Junto com outras práticas consideradas ilegais pelo Código Penal da República, de 1890, o jogo ganhava espaço na imprensa como um dos “pontos de mira”<sup>225</sup> para a intervenção das autoridades, contando com o suporte dos jornais para reprimi-lo e controlá-lo, em nome da ordem e “dos créditos de civilização”<sup>226</sup> da cidade.

Como ressalta Marocco, os jornais “enfocavam grandes e pequenos acontecimentos da transgressão e os indivíduos que poderiam transformar-se no objeto de uma retórica da defesa da norma” (p. 54). Ela se refere aos jornais porto-alegrenses, mas da mesma maneira, os jornais belo-horizontinos davam grande visibilidade às condutas consideradas desviantes, permeadas por um discurso desautorizador, e o jogo era um deles.

Muitas são as citações da imprensa que expõem a reprovação ao jogo. Ao expô-las sob essa perspectiva, no entanto, os jornais mostravam também sua prática comum na cidade, refletindo a tensão existente entre as pretensões e as manifestações de resistência às prescrições, segundo novos códigos de conduta. Mesmo sob o controle legal e o discurso de reprovação, veiculado pela imprensa, o jogo parecia ser amplamente praticado por diferentes classes sociais.

Diferentemente daquelas que repreendiam a embriaguez, as matérias, sobre ele, pouco se ocupavam em relatar as prisões de fulano e cicrano por causa de seus “salseiros infernais”, e, menos ainda, empregavam o tom irônico e satírico comuns nas ocorrências de embriaguez e consumo excessivo do álcool. A repressão ganhava contornos acentuados de denúncia e pareciam concentrar-se em disseminar um discurso moralista, salientando os diversos males causados por esse vício, especialmente às classes pobres, constituindo uma aberta campanha da imprensa contra o jogo.

Um exemplo é uma edição do jornal *O Confederal* quase que totalmente dedicada a esse tema. Em uma das notas desse número, a “boa imprensa” é conclamada a engajar uma campanha contra o jogo, apoiando essa causa “nobre, santa e elevada” iniciada pelo jornal:

Iniciamos hoje em nossas columnas **campanha renhida e permanente contra o vício** que, sob seus múltiplos aspectos, vai degradando o povo mineiro, rebaixando-lhe os sentimentos e amortecendo-lhe as energias.

Nenhum vicio, porém, se pompêa mais senhoril, desassomburada e impavidamente que o jogo – **terrível micróbio moral** que se insinuando lenta e pertinentemente nos sentimentos do nosso povo, vai-lhe alapardando o caracter e estiolando todos os bons ideaes; por isso **entendemos dever começar a nossa campanha por elle** e não lhe dar mais tréguas, emquanto os poderes competentes não se compenetrem de que é necessário por-se cobro a esse miserando estado a que chegamos.

<sup>225</sup> “Pontos de Mira”. *Diário de Minas*, 11-09-1915, p. 1.

<sup>226</sup> “Reclamações”. *A Provincia*, 15-01-1907, p. 2. (Idem nota 96)

**Temos usado todos os meios, inclusive representação á Chefia de Polícia, pedindo séria e effectiva execução de disposições claras e taxativas da nossa lei penal, e nada temos conseguido,** parecendo até que o governo, com a sua inércia, o seu descaso, procura proteger o jogo e fazer com que mais se alastrem os vícios.

**É preciso, pois, que a boa imprensa chame o governo ao cumprimento de seus deveres e clame contra a nossa decadência moral,** e fazendo côro conosco, **reclame enérgicas providencias do governo [...].**

Esperamos, pois, da imprensa mineira o apoio dedicado e a solidariedade franca, afim de vencer a nossa **causa que é nobre, santa e elevada,** e ficamos certos que **nenhum bom orgam da imprensa permanecerá impassível a este sincero e vibrante apelo,** que lhe dirigimos em nome do operariado mineiro – a maior victima do jogo entre nós.<sup>227</sup>

Esse tipo de discurso moral era comum em várias notas de outros jornais. Assim como aquelas que não poupavam referências elogiosas aos eventos alinhados às pretensões modernas, as notas que explicitavam a mensagem de reprovação ao jogo eram longas e detalhadas. Em muitas delas, a preocupação com o vício e as perdas no jogo pelos trabalhadores era latente, o que reforçava a necessidade dessa forma de intervenção da imprensa, a fim de coibir sua expansão, almejando constituir um “cordão sanitário em torno do jogo”<sup>228</sup>. Para isso as matérias não economizavam nas referências negativas a essa prática delituosa, representando-a como um dos maiores “males” que poderia sobrevir à sociedade mineira, em busca do progresso e da modernização, especialmente na Capital, uma pretensa cidade vitrine desse novo modelo.

A crença no trabalho, como único meio de melhorar de vida, se confrontava com as possibilidades de ganho fácil do jogo, fato que se agravaria com o risco de perda do pouco que se tinha. A nota a seguir é ilustrativa das “censuras” da imprensa, denunciando o alastramento do jogo e explicitando as conseqüências avassaladoras aos jogadores que, esperançosos por “sonhos de estômago cheio” ou movidos pela “paixão do vício”, sacrificavam “o fructo do trabalho de hoje” “à espera da sorte de amanhã”:

O **maior mal** que podia vir sobre o povo mineiro é sem duvida o jogo do bicho.

Criado pela ganância do governo com o commercio de loteria, bem depressa arraigou-se em nosso meio, cresceu e ramificou-se, para dar-nos hoje os **seus fructos podres e envenenados.**

Com a introdução desse **maldito jogo,** á os chefes de família não conservam sua autoridade para os famulos nem podem bem cuidar de suas finanças, porque são explorados em seus proprios lares.

Si não jogam e conservam a mesma linha de conduta de outros tempos, jogam ás escondidas, as suas esposas, seus filhos, seus criados e **jogam da economia e da reserva,** que desejariam manter os mesmos chefes.

Não há vigilância possível aos que, dominados pela **paixão do vicio,** a elle se entreguem de corpo e alma.

<sup>227</sup> “Á Imprensa Mineira”. *O Confederal*, 07-08-1907, p. 1.

<sup>228</sup> “O Jogo”. *Diário de Minas*, 05-06-1900, p. 1.

Não faltam **agentes de propaganda**, que lhes introduzam em casa os perversos «buk-mekes» e nem **sonhos de estomago cheio, geradores de falsos e enganosos palpites**, para dar cabo de quanto nikel houver sobejado da despesa do dia.

**A pobreza é que mais sofre** porque, **sacrificando o fructo do trabalho de hoje**, vae até horrores da fome, á espera da sorte de amanhã.

Temos visto donas de casa **venderem o último gallo do terreiro** e mesmo a provisão do almoço e do jantar, para satisfação do malvado vicio. [...]

**A maioria dos jogadores é ignorante** e, não havendo declaração do premio em jogo, fácil se torna a exclusão de um premio, com desculpa da primeira ou segunda sorte.

Estamos perdendo o nosso tempo, bem o sabemos, porque **não temos a quem appellar**.

O jogo é prohibido, è uma escrescencia das **concessões licenciosas** e a **policia não quer saber as sua existência**, embora funcione sempre em bancas francas, com os premios inscriptos em lousas, á vista e face de todos.

**Não somos os primeiros e nem seremos os últimos a censurar tão grande mal** e o fazemos simplesmente a bem das classes proletárias que se deixam explorar por todos os meios; o fazemos por um dever de consciência e lealdade, como amigos do povo e das classes pouco favorecidas de sorte.<sup>229</sup>

O discurso de criminalização e repressão ganhava corpo. Nesse momento, fundavam-se várias ligas contra o jogo. No caso da Liga de Belo Horizonte, a idéia de controle e reprovação não se restringia ao jogo, mas se applicava a um elemento constantemente a ele associado: o consumo de álcool, tão condenado quanto o primeiro, como discutido anteriormente. E a imprensa não tardou em tecer elogios a essas formas de controle, como nessa nota que “congratula” e “faz votos ardentes” aos seus precusores:

Sabemos que se está fundando nesta Capital uma liga contra o jogo e o álcool. Congratulamos-nos com seus fundadores e fazemos votos ardentes para que se transforme em realidade esse dignificante anhelos de seus freqüentadores.<sup>230</sup>

Para uma sociedade que associava o trabalho a atributos dignificantes, todas as práticas que se distanciassem dos meios de sobrevivência honesta com o fruto do labor eram passíveis de uma pesada reprovação. Como ressalta Julião (1992, p. 162), o jogo era “uma diversão que figurava na contramão da disciplina e da ética do trabalho, rivalizando com valores caros a uma sociedade em vias de modernizar-se e que passava a desprezar tudo que não fosse produtivo e útil”. Não era pouco comum a confrontação entre jogo e trabalho na imprensa belo-horizontina. Muitas notas questionavam a formação deturpada a que seus praticantes se submetiam ao se exporem ao “pernicioso” e “devastador” vício. Esse trecho de nota, por exemplo, expõe o efeito “devastador” do jogo na sociedade:

<sup>229</sup> “O jogo do Bicho”. *Correio da Noite*, 01-01-1913, p. 1. Grifos nossos.

<sup>230</sup> “Liga contra o jogo e o alcool”. *O Confederal*, 07-08-1907, p. 3.

Elle não prejudica apenas pelo mal que causa ao indivíduo, nem pelo que affecta as convenções moraes da sociedade: ele ataca toda a coletividade social porque se alastra em seu seio como uma absorção syphilitica, prejudica a communhão nacional pela **maneira viciosa pela qual educa seus cidadãos** que, ainda crianças, se acostumam a pedir os azares do jogo o que **deveriam buscar no trabalho**, a tirar, muitas vezes de modo criminoso, o dinheiro exigido pela tentação. Contra elle deve-se exercer a ação policial, descidida e efficaz.<sup>231</sup>

Nessa mesma nota é possível observar outra complicação relacionada ao jogo: a “difficuldade que há muitas vezes de separar, de acindir o que constitue o passatempo discreto de cavalheiros de bôa sociedade da contravenção policial que atrevidos exploram á sombra desse escrúpulo”. Para os primeiros, diz a nota, os males seriam limitados “pela restricção do numero dos que podem commeter taes desvarios”, uma vez que aqueles que “podem jogar grandes sommas de dinheiro” “representam uma pequena parcela da sociedade”.

Já o Jogo do Bicho, considerada “a mais damnosa das manifestações do jogo”, representaria uma ameaça maior, tanto porque, diz a nota, “a massa de povo quase não o considera jogo” (e por isso “poucos cidadãos se horrorizam com a sua presença”), quanto “pela pequenez das suas paradas”, colocando-o “ao alcance de todas as bolsas”, especialmente do proletariado que “atira no jogo tudo quanto pôde tirar do rigorosamente necessário”, ou a dona de casa que “separa cotidianamente uma parcella do orçamento do lar para o palpito do dia”, ou ainda a criança que “educa-se arriscando no jogo o nickel que lhe deram” ou que ela “algumas vezes furta” para atender às “tentações”.

Esse trecho ilustra uma das ambigüidades no tratamento do jogo na cidade: se para a alta sociedade ele era um “passatempo”, para a classe pobre ele era um “pernicioso” hábito passível de uma “descidida e efficaz” ação policial.

Assim como nas notas que reprendiam a embriaguez, a intervenção da policia era freqüentemente requisitada contra ele. Não é à toa que vários são os registros de diligências justamente nos bairros do Comércio e Barro Preto noticiados nos jornais<sup>232</sup>, pois esses eram locais de freqüência comum da classe trabalhadora, como informa essa nota, na qual sobressai o título: “O jogo é franco no Barro Preto”:

Campea infrene e desenfreada a jogatina no Barro Preto. Joga-se alli e, varias casas a escopa, a bisca e outros jogos, promovendo não raras vezes os jogadores, grandes “freges”.

<sup>231</sup> “O Jogo”. *Diário de Minas*, 05-06-1900, p. 1. Grifos nossos. (Idem nota 228)

<sup>232</sup> Apesar desses relatos publicados nos jornais, ANDRADE (1987, p. 59) informa que não constam prisões relacionadas ao jogo nos Relatórios Policiais dos anos de 1905; 1906; 1908; 1910 e 1911, havendo 10 prisões em 1913, 89 em 1914, e 10 em 1920. Embora nesses Relatórios não constem muitas detenções por jogo, outras pesquisas em andamento indicam a ocorrência de prisões por esse tipo de delito, o que sugere a necessidade de maiores estudos sobre essa temática.

Recomendamos ao digno delegado do Barro Preto, tenente João Baptista, algumas casas contra as quais temos recebido várias denúncias, figurando entre ellas o bilhar de Teophilo Ferreira Leite e um botequim na rua Tupys esquina da rua Ouro Preto.  
<sup>233</sup>

Em algumas dessas diligências, porém, os jogadores encontrados eram exatamente aqueles a quem cabiam o cumprimento das leis e da ordem, ou seja, representantes das forças policiais, como mostra essa nota que relata a “batida” que culminou na prisão de vinte jogadores em um estabelecimento na Rua do Comércio, mas poupou um oficial que ali jogava com outros cinco militares. A ação de vigilância foi elogiada na matéria que dá detalhes da operação, mas também não deixa de expressar sua crítica a essa impunidade:

Felicitemos as autoridades por essa diligência, mas censuramol-a por terem deixado de efectuar a prisão do referido tenente que foi encontrado jogando a «pavuna». Continuem os srs. delegados na perseguição do jogo, porque isso só poderá trazer nos o bem e o saneamento moral da nossa cidade; porém, sejam justiceiros e effectuem a prisão seja lá de quem for que se achar jogando. E exemplo deve começar de casa!  
<sup>234</sup>

As ambigüidades relacionadas ao jogo possuíam outras faces. Enquanto os estabelecimentos do bairro comercial e do subúrbio atraíam as atenções da polícia, os estabelecimentos do mesmo tipo, localizados na Rua da Bahia, a rua *chic* da Capital, não sofriam do mesmo inconveniente. Neles, a “gente graúda” que dispunha de maiores recursos financeiros contava com a condescendência da polícia e a participação de pessoas da alta sociedade.

Apesar disso, a imprensa, resoluta em levar a cabo a sua “campanha contra o jogo”, algumas vezes, voltava seus alvos para esses jogadores, escancarando a prática do jogo na cidade tanto em “baiúcas e antros, freqüentados pela escoria”, quanto em “salões e palacetes freqüentados por fracxs e sobrecasacas”<sup>235</sup>.

Uma dessas notas chega a chamar de “palhaçada policial” as buscas às “roletas e pavunas” da Rua da Bahia, freqüentadas pela “fina flor do Congresso Estadual”, terminando com a sentença: “pedir providencias ao dramaturgo da Policia e queixar-se ao bispo – quer dizer a mesma cousa”<sup>236</sup>.

A mesma idéia é explorada nessa matéria do jornal *O Operário* que expõe o descontentamento verificado por causa de uma intervenção da polícia, na qual foram presos

<sup>233</sup> “O jogo é franco no Barro Preto”. *Novidades*, 13-03-1919, p. 1.

<sup>234</sup> “A policia vareja uma casa de jogo e prende os jogadores”. *O Commercio de Minas*, 05-06-1916, p. 2.

<sup>235</sup> “A jogatina”. *Estado de Minas*, 22-11-1913, p. 1.

<sup>236</sup> “A jogatina”. *A Epocha*, 03-10-1905, p. 2.



“alguns italianos que jogavam pacificamente umas garrafas de cerveja *marca barbante* ao inocente *jogo de bola*”, justamente num dia de feriado municipal – 15 de agosto. Como forma de protesto o jornal publica, com requintes de ironia e sarcasmo, o seguinte decreto assinado por “*Eu, rei da policia*”:

O dr. Edgardo Carlos da Cunha Pereira por graça de Deus e vontade do Presidente do estado, Rei da Policia mineira, ouvidos os nossos delegados e outras pessoas graúdas, decreta:

Art. 1º O *bacarat*, a *roleta* e outros jogos de azar ficam reservados pra o honesto recreio dos exms. senadores e deputados e de quantos gozem de um rendimento ou ordenado avultado.

Art. 2º As loterias, o jogo do *bicho*, a *tombola*, etc, são jogos tolerados para todo mundo, salvo a intermitente intervenção das autoridades policiaes.

Art. 3º Todo e qualquer jogo que não seja de azar e que sirva só para divertir o povo muido sem enriquecer nenhum empreiteiro de jogo, é absolutamente prohibido, e os jogadores serão recolhidos á cadeia para contribuir com o imposto de carceragem ao aumento das rendas do Estado.

Os nossos delegados assim o façam executar.

Hipotecapolis, 14 de Agosto 1900.<sup>237</sup>

Em outra nota, uma reportagem extensa também assinada com pseudônimo, o tom de denúncia é ainda mais veemente, expondo os diversos atores envolvidos na disseminação do jogo, a corrupção, as trocas de favores e os interesses relacionados. Entre eles estavam os “representantes da fina flor social: médicos, advogados, altos magistrados, políticos, e até (porque não?) commerciantes, industriaes, etc. etc.”, “*habitués*” dos “pseudos *clubs*”, e os “grandes empresários do jogo” que, por contribuírem com as “cousas políticas” achavam “que têm direito a alguma retribuição” que “se traduz em impunidade”. Vejamos alguns trechos:

Volta a imprensa local a afinar pelo tom da repressão ao jogo.

[...] ninguém ignora que, entre nós, os mais assíduos freqüentadores das principaes tavolagens são figurões de gravata lavada e collarinho em pé, capazes não somente de vedar, pela sua simples presença, a entrada nesses antros do vicio a um pobre delegado que quizesse cumprir o seu dever, mas até de nomear chefes de policia e demitir os que se julgassem bastante autorizados a impedir-lhes esse gênero de *diversão*. [...]

Esta é uma verdade que, dicta assim sem reбуços nem disfarces, há muitos não há de agradar, por certo, mas que ninguém poderá sinceramente negar. Está na consciêcia de quantos conhecem o nosso meio actual. [...]

Eis ahi porque temos por inútil qualquer nova tentativa da imprensa, no sentido de se pôr cobro ou pelo menos diminuir o desembaraço com que ora nos infelicitam desassombradamente a sota e a roleta.

Todo esforço seria em vão: o mal tem raízes mais fundas do que a principio nos poderia parecer.<sup>238</sup>

<sup>237</sup> *O Operário*, 19-08-1900, p. 3.

<sup>238</sup> VAN DICK, Carlos. “Echos”. *Estado de Minas*, 23-11-1911, p. 1.

Se por um lado é possível notar o tratamento diferenciado a esse público, inclusive pelos jornais, por outro, é possível notar que a imprensa também não se afastava do seu lugar pedagógico, expressando sua reprovação ao jogo tanto pela exposição das prisões e batidas policiais nos bairros populares, quanto pela sua falta, quando se tratavam de estabelecimentos elitizados na área central.

Mesmo representando os locais de jogo onde predominava a frequência da “gente miúda” como “baiúcas” e “antros”, ela não deixava de expor sua censura à prática do jogo por aqueles que deveriam ser os mais engajados nas práticas de lazer consideradas apropriadas àquela sociedade moderna, incentivados por ela; e dentre elas, decerto, não estaria o jogo, uma prática que viria a se confrontar com valores caros ao progresso pretendido para a cidade.

Atuando como um dos dispositivos de controle, a imprensa não era econômica em representar negativamente essas práticas associadas ao rol da vadiagem, figurando o par jogo e embriaguez como temas privilegiados no discurso desautorizador representado nos jornais. Muitas vezes, localizados lado a lado nas suas páginas, como pólos opostos do que fazer e do que não fazer, do que era apropriado, ou não, do que era aceito, ou não; essas representações marcadas pela ambigüidade refletiam, sobretudo, as tensões e contradições que permearam o cotidiano dos habitantes da Capital naquele período.

## V CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os jornais constituem uma fonte de grande importância, pois possibilitam a compreensão de diferentes representações que foram forjadas em diversos tempos. Os artigos jornalísticos se configuram como representações de seus escritores sobre uma dada realidade, traduzindo posições e interesses que permeiam a sociedade, descrevendo-a como ela é ou como gostariam que fosse<sup>239</sup>. E essas representações contribuem para modelar hábitos e valores.

Foi, a partir desse entendimento, que busquei compreender as representações construídas e veiculadas pela imprensa em Belo Horizonte sobre o lazer. Que práticas apareciam e, especialmente, como elas eram expressas nas colunas dos jornais? Que valores estariam associados a elas no contexto da constituição da cidade? Como elas eram noticiadas?

Compreender essas representações implicava entender, também, essa cidade marcada por muitas especificidades.

Belo Horizonte foi projetada por seus idealizadores com pretensões de materializar o ideário republicano que, voltados para a “ordem e progresso”, pressupunha muito mais que uma alteração na organização política brasileira, objetivava, sim, um novo ordenamento do social, com transformações marcantes, em diversas esferas, com vistas à inserção do país na modernidade.

A metamorfose que se processava na arquitetura da cidade, com suas ruas, prédios e casas ainda em construção, aplicava-se também às suas experiências de sociabilidade que, igualmente, passavam por um delineamento. Um momento crucial, no qual os comportamentos sancionariam, no plano sociocultural, o processo de transformações, iniciadas no plano físico com a sua edificação.

O projeto formador não se restringia, assim, ao plano material da cidade. Esses ordenamentos tencionaram o campo social, influenciando nos hábitos e nos comportamentos dos seus habitantes. Novas relações com o espaço e com o tempo; novas práticas culturais e novas formas de sociabilidade se constituíram como demandas modernas e civilizadas, adequadas aos novos tempos que se buscava instituir.

---

<sup>239</sup> CHARTIER (1990).

E, para que elas se desenvolvessem, um conjunto de dispositivos e de discursos do que era e o que não era moderno foi mobilizado, representando uma busca por um *modus vivendi*, moderno, cosmopolita, republicano.

Dentre esses dispositivos, estão os espaços para promovê-lo. Nessa cidade plantada artificialmente, como um “jardim encantado da República”, portadora da missão de representar um novo tempo, o desenvolvimento cultural era um dos vetores que compunham essa busca. A preocupação de seus idealizadores se evidencia, ao serem projetados espaços específicos de lazer, pois as novas demandas careciam de uma materialidade que seria capaz de instituir práticas e comportamentos do ser moderno, cabíveis ao modelo de civilidade em voga naquele momento, decerto muito diferente dos hábitos e locais do antigo Arraial.

Alguns desses espaços foram efetivamente construídos, outros, porém, não passaram de sonhos no papel. Além de sua construção, o poder público municipal apoiava direta ou indiretamente algumas atividades neles desenvolvidas. Subvenções, concessões de terrenos e isenção de impostos eram algumas das iniciativas da Prefeitura para fomentá-las.

Um dos espaços planejados e construídos, o Parque Municipal, merece destaque. Sua expressiva área e sua localização privilegiada, na avenida central, são indicativos da importância a ele atribuída. Para acompanhar as tendências culturais daquele tempo, era imprescindível que a Capital se aparasse com tal espaço. E o Parque foi se configurando como um cenário concorrido para os eventos da “melhor sociedade” belo-horizontina, concretizando-se, cada vez mais, como um espaço de referência da vida sociocultural.

Como espaço propício ao desenvolvimento da sociabilidade pretendida, os eventos que nele aconteciam eram dignos de registro, ganhando um espaço considerável nas páginas dos jornais. Suas festas, o *footing*, ou as atividades esportivas eram constantemente representados na imprensa de forma positiva.

Seu público, entretanto, não se restringia às camadas abastadas que habitavam seu entorno. Algumas notas jornalísticas indicam a frequência de pessoas de outros extratos sociais que dele também queriam se apropriar. Algumas de suas práticas, aquelas que não sintonizavam com os padrões exigidos, porém, figuravam entre as matérias que expressavam um tom de reprovação, refletindo as contradições sociais dessa cidade.

Mesmo sendo projetado como um espaço público de lazer, sua localização ou seu cercamento não impediram a frequência indesejada, mais do que isso, não refrearam os comportamentos considerados impróprios. Nesse rol não estavam apenas a classe pobre e suas condutas pouco polidas, mas todos aqueles que não primavam pelo smartismo e a elegância, apesar dos esforços da imprensa em divulgar os padrões de comportamento aceitáveis.

Outro espaço construído para esse fim foi o Hipódromo. Também chamado Prado Mineiro, esse espaço, diferentemente do Parque, não estava localizado na área central, mas na zona suburbana da cidade, no bairro Calafate. Suas dimensões também eram expressivas, mas sua localização nem tanto. Apesar disso, ele parecia se configurar como um divertimento moderno, ganhando também o apoio da imprensa, que divulgava sua programação e incentivava a frequência dos habitantes, o que foi facilitado pela extensão da linha de bonde até o local. Sua acessibilidade fora facilitada por esse meio de transporte, mas outros meios seletivos ainda mantinham “trepando nas cercas” aqueles que não podiam pagar para frequentá-lo.

Além dos espaços específicos, outros, propícios à sociabilidade, foram apropriados, como as praças, que além da função estética no traçado, configurariam como locais de encontro; e as ruas centrais, em especial a Rua da Bahia, com sua intensa atividade comercial e cultural, constantemente representada pelos jornais como a artéria *smart* da Capital. Contudo, as apropriações desses espaços, assim como daqueles planejados, refletem a tensão que marca os primeiros tempos da Capital.

Em cada um deles eram empregadas determinadas estratégias que estimulavam ou inibiam a apropriação dos sujeitos, fosse por meio de sua localização, do público privilegiado, da cobrança de ingresso, do cercamento, ou mesmo da vigilância. A Praça da liberdade é um exemplo. Sua localização e sua aura nobre não favoreciam a frequência de qualquer pessoa, reproduzindo, assim, a segregação espacial e social operada na cidade.

Em suma, assim como a cidade, como um todo, assumia uma perspectiva educadora por intermédio da sua organização espacial, os espaços de lazer possibilitaram o surgimento de determinadas práticas culturais. A inserção na modernidade seria delineada, então, por uma arquitetura arrojada e uma vida cultural pulsante, ambas consideradas indicadores de civilidade buscados naquele momento. Apesar dessa destinação, esses espaços não se configuraram apenas como espaços propícios a essas novas tendências culturais, mas se revelaram como palco de práticas, que, mesmo incongruentes com o modelo, persistiram, resistiram, afrontaram.

Os investimentos mobilizados em prol do progresso e da modernidade não se restringiam a uma nova configuração espacial, com lugares específicos para cada atividade e seu grupo social. Eles contavam também com outro meio que, ora de forma subliminar, ora de forma explícita, contribuiu sobremaneira nesse processo de formação dos habitantes da nova capital: a imprensa. Nesse contexto, ela também se revela como um dispositivo pedagógico, veiculando discursos e práticas condizentes com essa nova sociedade em gestação.

A imprensa belo-horizontina nasce junto com a cidade. Durante sua construção, e mais marcadamente a partir de sua inauguração, havia um esforço de concretizar o sonho de uma cidade, centro de referência de progresso material e cultural no cenário estadual e nacional. Tornava-se imperativa, então, a necessidade de divulgação de códigos de conduta, trazendo-os ao campo de visão dos habitantes para que, como um espelho, fosse projetada a imagem de modernidade pretendida no âmbito das práticas culturais.

Os jornais, reconhecendo os divertimentos como elementos que conduziriam a cidade aos patamares desejados, não se furtavam em difundir um discurso que referendava algumas práticas consoantes com o modelo civilizado e rechaçava aquelas consideradas desviantes ou impróprias.

Nesse sentido, a imprensa cumpria seu potencial pedagógico com todas as letras, educando os habitantes, fosse via incentivo, questionamento, ou crítica, em relação aos comportamentos apropriados, ou não, a esse modelo civilizado que se ambicionava. E os jornalistas, conscientes de sua posição pública, faziam da palavra impressa o seu instrumento pedagógico, contribuindo para transformar uma população considerada ronceira e provinciana no sonho cosmopolita de uma verdadeira metrópole, tal como se almejava naquele momento.

Nas primeiras décadas, é impressionante o número de jornais que surgem na cidade. Imerso num universo de valores em voga no período, eles produziam um imaginário acerca do que era civilizado e moderno, contribuindo para a disseminação de comportamentos desejados para aquele modelo de sociedade e de cidadão que se pretendia formar.

Obedecendo aos mesmos referenciais, as posturas da grande imprensa, frente a esses códigos, variavam entre o incentivo ao “como se deveria ser” e a crítica ao que “ainda não se era”, como dois lados da mesma moeda. Tanto ao expressar apoio a esses costumes, elogiando-os e incentivando a população a eles aderir, quanto ao questionar a falta de adesão; tanto ao criticar as apropriações consideradas indevidas, quanto ao repudiar as condutas consideradas desviantes e criminosas, a imprensa procurava regular comportamentos adequando-os ao modelo proposto. Era como se os jornais, sob essas diferentes abordagens, explicitassem uma mensagem: sejam modernos!

A partir de processos de filtragem, caracterizados pela projeção, omissão ou redução, a imprensa, como discurso formador, ocupa um lugar pedagógico, dando projeção a algumas práticas, obscurecendo outras, ou repudiando aquelas que estavam em contraposição ao modelo pretendido para a nova capital. Utilizando-se de diferentes formas de enunciação, os jornais davam visibilidade a certos eventos sociais, fosse operando com um discurso autorizador, privilegiando práticas culturais e padrões de comportamento agora valorizados,

cujas representações eram recheadas de elogios e incentivos; fosse com seu oposto, criticando, ou mesmo, marginalizando outras que estavam em desacordo com códigos de conduta desejados. Em ambos os casos, o tom diretivo e prescritivo se salienta evidenciando o desejo de viabilizá-lo, indicando, inclusive, as ações a serem desempenhadas pelos diversos atores: seus promotores, o público freqüentador, ou o poder público municipal.

Analisar o discurso da imprensa sob a perspectiva da autorização e de seu contrário não significa entendê-lo de forma polarizada, hegemônica, livre de tensões, antes disso. Não obstante algumas práticas fossem apresentadas como práticas em consonância com o modelo pretendido, se os comportamentos ou a sua adesão não eram como o esperado, eles também eram passíveis das críticas e questionamentos da imprensa, o que reflete o movimento ambíguo e conflituoso dessas práticas e comportamentos na Capital.

Esses diferentes discursos ganhavam formatação nos jornais por meio de campos próprios como colunas especializadas, explorando os comportamentos e as atividades culturais da vida cidadina. Havia várias seções, nas quais o lazer era tratado de forma diferenciada, de acordo com sua posição, frente a esse modelo. Além das colunas específicas, eles apareciam também em reportagens avulsas pelo jornal, fosse sob uma perspectiva autorizadora, como divertimentos apropriados, e por isso, permeados por adjetivos positivos e referências elogiosas, fosse sob uma perspectiva desautorizadora, como práticas inconvenientes ou vadiagem, com referências desqualificantes e sob duras críticas.

Os nomes das seções eram específicos e diretos, informando aos habitantes sobre os divertimentos da moda, aos quais todos deveriam aderir. Ou, quando se tratava de hábitos em desacordo com o modelo, expunham o desconforto frente a sua presença. Dessa forma, os jornais refletiam o descompasso que marcava a constituição da cidade: com olhos voltados ao ideal proposto, mas sem se desprender de práticas que insistiam em permanecer, mesmo sob variados apelos à civilidade e à modernidade.

No primeiro caso estão colunas com nomes sugestivos dos programas a serem promovidos. “Theatros e Cinemas”, “Palcos e Salões”, “Artes e Artistas” e “Diversões” eram algumas das seções que davam visibilidade aos programas que sintonizavam com os hábitos apreciados, compondo assim, os enquadramentos daquelas práticas que completariam o círculo de progresso pretendido. Mais do que informar, essas diferentes seções expressavam um movimento da imprensa em mostrar aos cidadãos que práticas deveriam ser adotadas, ou abandonadas, sob a perspectiva autorizadora.

Havia também seções de crônicas nas quais seus articulistas emitiam opiniões sobre os hábitos da população e suas formas de diversão, algumas delas positivas (relacionadas aos

hábitos em consonância com o padrões almejados), outras negativas (quando em oposição a eles). Com um tom crítico mais pesado, algumas crônicas expunham os hábitos considerados provincianos que insistiam em permanecer, manifestando um apelo veemente para extirpá-los do cenário urbano belo-horizontino.

Quando a crítica não dava conta da questão, o tom passava a ser o da denúncia. Por outro lado, havia seções que expressavam a reprovação a alguns hábitos em desacordo com o modelo de civilidade que se queria instituir, figurando como problemas constantemente presentes nas seções de “Reclamação”, ou nas seções policiais, como condutas desviantes ou contravenção.

Esses comportamentos eram representados pelos jornais como inapropriados e explorados como exemplos a não serem seguidos, portanto, sob a perspectiva desautorizadora. Nesse tipo de seção, era latente também a cobrança da ação policial, no sentido de reprimir tais atitudes, ordenando e controlando os comportamentos que se distanciavam dos referenciais em voga naquele momento, sempre carregada de um o tom imperativo.

Entre as práticas que eram representadas sob a perspectiva autorizadora, e abordadas neste estudo, estavam o teatro, as festas nos clubes, o cinema, o circo, as retretas e o *footing* nas praças e no Parque.

Os programas teatrais estavam entre os eventos culturais que mais apareciam nos “enquadramentos”<sup>240</sup> da imprensa belo-horizontina sob um discurso autorizador. O teatro era considerado um divertimento “aristocrático e fino”, um dos locais privilegiados para o exercício dos novos gostos e suas regras de comportamento. Os jornais explicitavam seu valor, divulgando sua programação em colunas especializadas e incentivando a presença nos espetáculos. Em quase todos os jornais, eram publicadas as peças que aconteceram ou que iriam acontecer, sempre empregando referências elogiosas à performance dos artistas. Mesmo quando o Teatro Soucasseaux estava fechado, os jornais não deixavam de informar sobre eventos alternativos dessa natureza, que ocorriam em espaços adaptados.

O acesso ao teatro também foi alvo de diferentes posicionamentos expressos nos jornais. Se por um lado o arrendamento, uma das formas de expandir sua atividade, significava a possibilidade de ampliação do acesso, sendo reivindicado por setores excluídos que dele também queriam se apropriar, por outro, essa popularização significava a perda do seu caráter aristocrático e seletivo.

---

<sup>240</sup> MOUILLAUD (1997).



A exposição desses posicionamentos indica que a imprensa, em muitos momentos, era porta-voz de setores privilegiados da sociedade, mas em outros, não deixava de ser um veículo de reivindicação de diferentes camadas sociais que desejavam se inserir naquele contexto de pretensões modernas e civilizadas.

A incorporação de novos hábitos passava pela configuração de redes de sociabilidade que pudessem impulsioná-los. A necessidade de integração em espaços restritos também se manifestava nos eventos dos clubes, uma forma de sociabilidade que ganhava um espaço considerável nas páginas dos jornais. E por estarem de acordo com os padrões buscados naquele momento, as referências aos seus eventos recebiam todo apoio e incentivo da imprensa local. Dentre essas agremiações, destacava-se o *Club Bello Horizonte*. Suas festas, ocorridas ou por acontecer, contavam com expressiva divulgação nos jornais que não eram econômicos em descrever com detalhes, desde a ornamentação requintada ao farto *buffet* ou as “toilettes” dos seus frequentadores.

As referências às festas das camadas pobres, ao contrário, não gozavam do mesmo prestígio da imprensa e pouco apareciam nos jornais. Quando apareciam, as formas de se referir a elas ganhavam toques de ironia, ressaltando sua falta de requinte e elegância, sublinhando diferenças sociais entre o que fazia parte, ou não, dos padrões desejados.

Essas sociedades viabilizavam novas demandas sociais, inclusive para as crianças para as quais eram programadas festas infantis, nos moldes da sociabilidade dos adultos. É interessante observar, também, que essas formas de sociabilidade não pareciam se restringir a um público elitizado. Algumas notas de jornais dão conta da existência de agremiações similares com nomes que as associavam às camadas populares, como no caso do *Club Operário* e do *Club Operário Nacional*.

A ocorrência dessa forma de sociabilidade para além do “scol social” pode indicar que as representações desses divertimentos, nos moldes civilizados, inspiravam sua adesão, inclusive nesses setores da sociedade, como uma forma de se inserirem nesse contexto. Sua cobertura na imprensa, contudo, não acompanhavam esse movimento, expondo, também nas páginas dos jornais, a segregação que se impunha no plano social.

A partir da década de 1910, outra prática vai se despontando no cenário da cidade: o cinema. Como uma das novidades surgida entre a demolição do Soucasseeux e a construção do Theatro Municipal, o cinema imprimia uma transformação radical. Mais do que presenciar as exhibições dos cinematógrafos, ele era um espaço para ver e ser visto, uma forma de sociabilidade moderna na qual imagens, olhares e conversas faziam parte do *script*. E por associar-se à modernidade, ele era valorizado como um dos indicadores de avanço cultural, e

por isso, ganhava grande promoção da imprensa local. Seu espaço nos jornais acompanhava sua atividade. Sucessivas inaugurações contavam com a cobertura da imprensa, desde os cinemas “chics” aos “cine-poeira”.

Assim como o teatro, o cinema contava com a divulgação de sua programação em seções específicas. Além de informá-las, a imprensa, como promotora desse divertimento moderno, introduzia novas formas de articulação com o público, por meio de concursos para eleger o melhor cinema ou a visibilidade nos jornais dos freqüentadores ilustres. Mas, adequar-se às exigências da modernidade não significava a perda dos valores morais, por isso os jornais não apenas informavam os programas, como também emitiam opiniões sobre os cinemas que condiziam com esses preceitos. Cinemas onde funcionavam também cabarés eram, freqüentemente, contra-indicados.

Além de indicar aonde ir, os jornais orientavam também os comportamentos dos cidadãos nesse espaço. Os hábitos que não primavam pela elegância e não se adequavam às novas exigências sociais eram veementemente combatidos: mais uma das maneiras de cumprir seu papel formador de modos e comportamentos, a partir dos referenciais de civilidade almejados. Para desqualificá-los, as reportagens comparavam esses comportamentos inapropriados com velhos comportamentos, antes comuns, em lugares também comuns, em outros tempos. Nesse caso, estava o circo, um divertimento que fazia parte da sociabilidade dos belo-horizontinos desde os tempos do Arraial e que parecia não se mostrar tão moderno, digno das pretensões modernas.

Não foram encontradas muitas referências ao circo nos jornais da cidade, no período estudado, e quando comparado com o teatro ou os cinemas, ele contava com presença tímida. Se para aqueles não se poupavam elogios, para este, não se observa a mesma intensidade.

O circo logrou diferentes representações na imprensa local, ora figurando como um divertimento que contribuía para a vivacidade cultural da cidade, ora como prática associada ao provincianismo, do qual se queria desatrelar. Aparentemente antagônicas, essas características contribuíram para sua manutenção na cidade, marcada pela busca do novo, do moderno. Mesmo não sendo um divertimento novo, associado à modernidade, o circo, por fazer parte da identidade dos mineiros desde outrora, se mantinha como prática de lazer em Belo Horizonte. Não eram exceção as notas que demonstravam desconforto quanto à concorrência dos circos montados na área central e lotados, enquanto o Teatro Municipal ficava fechado por um tempo muito maior que o desejado.

Por outro lado, a imprensa publicava sua programação, mesmo que de forma moderada. Além de menos freqüente, mais curtas e diretas, a promoção desse tipo de

espetáculo nos jornais estava, muitas vezes, combinada com o benefício de uma agremiação condizente com os moldes sociais aspirados, ou mesmo a ações beneficentes, justificando, assim sua inserção na imprensa.

As notas que fazem referências mais detalhadas exaltando a performance dos artistas tratam de circos montados em bairros populares, portanto, mais adequados a esses locais e, por isso incentivados e elogiados, o que acabava por lhe conferir um lugar social.

Outra prática comum, em outros tempos e, que permaneciam na Capital, eram as retretas. Essas apresentações de bandas de música também faziam parte da identidade dos mineiros desde outrora, e, mesmo com todo o apelo à modernidade, na cidade esquadrinhada com ruas retas e praças imponentes, os coretos se mantinham.

Assim como em relação ao circo, a imprensa não se eximia em lhe conferir visibilidade, uma vez que ela também contribuía para a movimentação da cidade, especialmente porque ela era uma forma de ocupar os espaços públicos e estava associada a uma prática que incorporava uma dinâmica moderna, regida por uma lógica de movimento e pelo contato fugaz nas trocas de olhares, típica da modernidade: o *footing*.

Nos anos iniciais os habitantes da cidade pareciam se constringer com a nova organização espacial da cidade e a ebulição de novas demandas sociais. Eram constantes as convocações dos jornais para que os belo-horizontinos abandonassem o apego ao ambiente doméstico e se integrassem aos logradouros públicos, cuidadosamente planejados, segundo os novos referenciais, dando vida a eles e assim, à cidade. E as retretas eram um meio para estimular essa nova sociabilidade.

Não obstante sua permanência e a incorporação dessa lógica de movimento do *footing*, essa nova experiência de sociabilidade trazia consigo alguns embaraços. A inserção na modernidade pressupunha novas formas de ser e estar na cidade e, o contato social entre anônimos possibilitava formas de interação que chocavam alguns horizontinos, especialmente quando olhares e palavras excediam seus limites, trazendo à tona uma ambigüidade entre o desejo de adequar-se às novas demandas e as dificuldades enfrentadas em relação a essas novas exigências. Entre o desejo de se inserir nesse contexto moderno e as exigências que ele impunha havia pessoas, gente que, como as representações da imprensa, expressavam a ambigüidade, o conflito e a tensão que permearam esse processo.

É também desse contexto permeado por ambigüidades, conflitos e tensões que se manifestavam na cidade, que emergia uma outra perspectiva da imprensa: a do discurso desautorizador. Apesar da legitimidade conferida aos hábitos e comportamentos que traduziam a modernidade e civilidade pretendidas, eles não se sedimentavam na intensidade

esperada, nem mesmo entre aqueles segmentos elitizados da população que compactuavam com o anseio do progresso, segundo o ideário republicano. Muitas vezes, eles mantinham formas de sociabilidade e se apropriavam da nova cidade de maneiras divergentes dos padrões desejados, quando não em oposição a eles. Assim como estes, as camadas populares, pouco favorecidas com as benesses do progresso propalado, também vivenciavam práticas em desacordo com esse modelo, evidenciando um movimento tenso entre o que se pretendia e o que se realizava.

Assim, mesmo sob um discurso formador, procedido pela imprensa, os hábitos considerados inconvenientes resistiam. Para moldá-los, controlá-los ou reprimi-los, a imprensa mobilizava outras formas de educação, agora, por meio da denúncia, da censura e da reprovação. A partir da sua exposição, essas condutas inadequadas ou desviantes eram representadas como exemplos a não serem seguidos, portanto, desautorizados; o que indicava um movimento de erradicação dessas práticas e comportamentos em prol do desenvolvimento de novos, em sintonia com o modelo ambicionado.

Para isso, as formas de enunciação empregavam termos díscolos, representando tais comportamentos de forma desqualificadora. Além de representá-los dessa maneira, os jornais também veiculavam cobranças de intervenção do poder Municipal e da polícia para conter tais desvios. Muitas delas eram referendadas pela participação da população por meio das cartas dos leitores, que davam legitimidade a esse projeto como se fosse anseio de todos.

Dentre os comportamentos representados como antagônicos aos padrões desejados, estavam algumas formas de apropriação da cidade e dos equipamentos de lazer, a frequência ao botequim, a embriaguez dela advinda, e o jogo.

As apropriações indesejadas ganhavam destaque nas páginas dos jornais, pois esta era uma das maneiras de explicitar de forma contundente a desaprovação com que eram encaradas. Mesmo usando a crítica para moldar gostos e comportamentos, o que esse tipo de nota expunha era o inverso: a resistência dos belo-horizontinos em abandonar seus antigos hábitos e adotar os novos, agora exigidos.

Na cidade planejada e ordenada, onde cada coisa ou grupo social tinha seu lugar determinado, não haveria razão para o abandono com que se viam os logradouros públicos “de primeira linha” que possuía a Capital. Nem os gramados do Parque serviriam para ser pisados durante as retretas, se ali tinham alamedas e bancos. Da mesma forma, as árvores que primavam pelo embelezamento não deveriam servir às “diabruras” das crianças que nelas subiam, ou sendo alvos de pedradas para colherem seus frutos. Ou os peixes dos lagos da

Praça da Liberdade que não eram para serem pescados pela criançada, mas destinados à ornamentação desse espaço, símbolo da República.

Nesse rol ainda estão as conversas nas portas das casas que atravancavam os passeios, locais designados à circulação e não a esse tipo de sociabilidade prosaica; os modos “sem cerimônia” de se comportar nos bondes, um produto da modernidade<sup>241</sup> que carecia de comportamentos condizentes; ou a prática do *football*, um jogo moderno que deveria ser treinado nas agremiações e não nos gramados dos jardins, ou nas ruas, por rapazes “desocupados” ou pela “petisada”, dentre outras. Todas essas ocorrências figuravam nas crônicas com um tom crítico ou questionador, ou ainda, nas seções de “Reclamação” acrescidas das cartas à redação que, além de reprová-las, solicitavam, inclusive, a intervenção da polícia para conter esses atos rotulados de “vandalismo”.

Ao expor esse tipo de ocorrência sob a perspectiva da desautorização, o que essas notas deixavam escapar era a resistência da população aos ordenamentos excessivos e à prescrição de comportamentos orientados por novas regras de conduta consideradas apropriadas aos novos padrões que se queria instituir. Indícios de um tempo que se queria apagar, e que a imprensa ajudaria a suprimir.

Com um tom diferente, as ocorrências de embriaguez traziam versões distintas nas páginas dos jornais. Ora chegavam a se confundir com uma espécie de relatório policial, publicando o balanço das prisões do expediente; ora utilizavam a via da ironia, valendo-se de termos de duplo sentido e em tom debochado.

A primeira expunha à população o fim que tinham aqueles que não primassem pelo bom comportamento exigido de um homem de bem – diga-se, um trabalhador que deveria cuidar do seu descanso no lar e não se envolvendo em bebedeiras. A segunda se configurava como mais uma das formas de desqualificar essa prática, especialmente entre as camadas pobres que eram constantemente recolhidas à delegacia sob a alegação de vadiagem. Em ambas, o discurso moral se salientava, fosse condenando veementemente essa prática considerada “nociva”, fosse ridicularizando seus protagonistas por meio de analogias satíricas com seus nomes ou com as bebidas que consumiam.

Representar esses “indesejáveis”<sup>242</sup> sob essa perspectiva, incluía também referências que possibilitavam demarcar seus lugares físicos e sociais. Por isso, muitas dessas matérias

---

<sup>241</sup> SEVCENKO (1998).

<sup>242</sup> MENEZES (1996).

informavam suas ocupações ou seus bairros de origem, desenhando uma espécie de mapa da periculosidade<sup>243</sup> na cartografia da cidade.

A rua e o botequim não representavam ameaça apenas à recomposição da força de trabalho, mas também à elegância e à polidez, com as quais deveriam se atentar. Nesse ponto, o discurso de reprovação abrangia também os setores elitizados da sociedade. Suas conseqüências, contudo, muito se diferiam das prisões por desordem e vadiagem, como era comum com as classes populares.

Não por acaso, as colunas policiais (especializadas em divulgar ocorrências dessa natureza) ficavam, senão lado a lado, muitas vezes na mesma página daquelas seções de divulgação dos programas elogiados, expondo o contraste dos comportamentos aprovados e dos desviantes. Em sua maioria, junto à condenação, a solicitação da intervenção policial era demandada, requisitando e aprovando, assim, uma ação efetiva de controle e repressão em nome da ordem.

Assim como a ociosidade se contrapunha à ordem, sendo classificada como delito de vadiagem, o ganho (ou a perda) com ocupações, consideradas desviantes, se antagonizava com a ética do trabalho que conduziriam o país ao progresso apregoado. E o jogo se incompatibilizava com os ordenamentos exigidos naquele momento. Ao reprimir essa prática, a imprensa compactuava com uma concepção moralista que creditava ao trabalho honesto a dignidade do homem.

Diferente daquelas que repreendiam a embriaguez, as matérias sobre o jogo não se ocupavam em relatar as prisões ou fazer ironias. A repressão ganhava contornos acentuados de denúncia e pareciam se concentrar em disseminar um discurso moral, salientando os diversos males causados por esse “pernicioso vício”, especialmente à classe pobre, que não podia dispor do pouco que tinha ao redor do “pano verde” ou no popular jogo do bicho.

A crença no trabalho como único meio de melhorar de vida se confrontava com as possibilidades de ganho fácil do jogo. Não é a toa que os estabelecimentos localizados no bairro do Comércio (comumente freqüentado pelos trabalhadores) eram alvos constantes das diligências policiais e das críticas dos jornais. Essa não parecia ser a preocupação da imprensa em relação à alta sociedade que jogava nos salões e palacetes. Se para esses o jogo poderia ser “passatempo”, para os outros era “crime” passível de vigilância policial, demandada também pelos órgãos de imprensa. Tratamento diferenciado também recebia esses diferentes estabelecimentos pela polícia.

---

<sup>243</sup> MAROCCO (2004).

Esse era um dos motivos de indignação dos jornais que, encampados na luta contra o jogo, cobravam das autoridades uma ação mais convincente, além de denunciar a jogatina entre os representantes do Estado, expondo a corrupção envolvida nesse meio.

Atuando como um dos dispositivos de controle, a imprensa não era econômica em representar negativamente essas práticas associadas à vadiagem, figurando o par jogo e embriaguez como pautas comuns no discurso desautorizador representado nos jornais.

Enfim, as representações forjadas pela imprensa refletiam a tensão que marcou a constituição da capital mineira, indiciando, por meio dos jornais, como esse processo foi ambíguo, conflituoso, movediço. Tanto as práticas consideradas modernas, quanto às que com ela se contrastavam, evidenciavam variadas formas de disputa pela cidade que se queria, pelos costumes que resistiam, pelas condutas que confrontavam.

Os diversos belo-horizontinos povoavam as páginas dos jornais, enchendo-os de vida. Vida que se traduzia como “sãos expansões do espírito” ou “sarrilhos dos diabos”; lazeres, divertimentos e vadiagens dos diferentes sujeitos que habitaram essa cidade, na qual conviviam inovação e tradição, novo e velho, moderno e antigo.

Para finalizar, há tanto mais a pensar, a conhecer, a lançar luz. Ficam aqui convites para outros pesquisadores, que como eu, queiram olhar para Belo Horizonte, seus lazeres, seus divertimentos e suas vadiagens, entre os muitos olhares possíveis.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBANO, Celina *et al.* *A cidade na Praça: poder, memória e liberdade.* In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, n. 8, São Paulo: Águas de São Pedro, 1984.

ANDRADE, Luciana Teixeira. *Ordem pública e desviantes sociais em Belo Horizonte (1897-1930).* Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1987.

ANTUNES, Elton. *Um jornal no meio do caminho: os arquitetos da imprensa em Belo Horizonte dos anos 20 e 30.* Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1995.

BAHIA, Juarez. *Jornal, história e técnica.* 4ª ed., vol.1. São Paulo: Ática, 1990.

BARRETO, Abílio. *Belo Horizonte: memória histórica e descritiva – história média.* Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995. 2v.

BASTOS, Maria Helena C. Bastos. *Espelho de papel: a imprensa e a história da educação.* In: ARAÚJO, José C. S.; GATTI JÚNIOR, Décio. (orgs.). *Novos temas em história da educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa.* Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU, 2002.

BAUDRILLARD, Jean. *Modernidade.* Trad. Édil Guedes. Enciclopaedia Universalis, vol 11. s/d (Cópia xerográfica) .

BELO HORIZONTE. Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais. *Panorama de Belo Horizonte: atlas histórico.* Belo Horizonte, 1997.

BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal, Secretaria Municipal de Cultura. *Metrópole: a trajetória de um espaço cultural.* 1993.

BLOCH, Marc. *Apologia da história ou ofício de historiador.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BRESSIANI, Maria Stella M. *História e Historiografia das cidades, um percurso.* In: FERITAS, Marcos César de (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva.* São Paulo: Contexto, 1998, pp. 237 a 258.

CALVINO, Ítalo. *Marcovaldo ou As estações na cidade.* Trad. Nilson Moulin. São Paulo: Cia. das Letras, 1994.



CAPELATO, Maria Helena R. *A imprensa na história do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CARVALHO, Carlos H. de & INÁCIO FILHO, Geraldo. Debates educacionais na imprensa: republicanos e católicos no Triângulo Mineiro - MG (1892-1931). In: SCHELBAUER, Anaete R. & ARAÚJO, José C. S. (Orgs.). *História da educação pela imprensa*. Campinas, SP: Ed. Alínea, 2007.

CASTRO, Maria Céres Pimenta Spínola *et al.* *Folhas do Tempo: imprensa e cotidiano em Belo Horizonte 1895-1926*. Belo Horizonte: UFMG; Associação Mineira de Imprensa; Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, 1997.

CASTRO, Maria Céres Pimenta Spínola. Efêmeros e permanentes: os ardis da memória da imprensa de (1995) Itinerário da imprensa Belo Horizonte. In: LINHARES, Joaquim Nabuco. *Itinerário da imprensa em Belo Horizonte: 1895-1954; estudo crítico e nota biográfica de Maria Céres Pimenta S. de castro*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

CORBIN, Alain. *História dos tempos livres*. Lisboa: Teorema, 2001.

COSTA, GERALDA N. *Imprensa italiana em terra estrangeira: vozes sociais em ação (Belo Horizonte 1900-1920)*. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

CVRD, Companhia Vale do Rio Doce. *Parque Municipal – Crônica de um século*. Belo Horizonte: CVRD, 1992.

DIAS, Padre Francisco Martins. *Traços históricos e descritivos de Bello Horizonte*. Belo Horizonte: Typografia de Bello Horizonte, 1897.

DINES, Alberto. *O papel do jornal: uma releitura*. 4ª ed. São Paulo: Summus, 1986.

DUARTE, Regina Horta. *Noites circenses: espetáculos de circo e teatro em Minas Gerais no século XIX*. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 1995.

ECO, Humberto. *Cinco escritos morais*. Trad. de Eliana Aguiar. 2ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1998.

FABRIS, Anateresa. *Fragmentos urbanos: representações culturais*. São Paulo: Studio Nobel, 2000.

FARIA FILHO, Luciano M. O jornal e outras fontes para a história da educação mineira do século XIX: uma introdução. IN: ARAÚJO, José C. S.; GATTI JÚNIOR, Décio. (Orgs). *Novos temas em história da educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa*. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU, 2002.

FÓSCOLO, Avelino. *A Capital*. Belo Horizonte. Imprensa Oficial, 1979.

FRANÇA, Vera Veiga. *Jornalismo e vida social: a história amena de um jornal mineiro*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

GOMES, Christianne Luce Lazer – concepções. IN: GOMES, Christianne L. (org.). *Dicionário crítico do lazer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

GOMES, Christianne Luce. *Lazer e trabalho*. Brasília: SESI/DN, 2005.

GROSSI, Yonne de S. *A sedução do novo ou ousadias temerárias*. Varia História, n.18, Belo Horizonte, Nov/1997, pp. 415 a 430.

GUIMARÃES, Berenice M. & AZEVEDO, Sérgio de. (Orgs). *Belo Horizonte em tese*. Belo Horizonte: Centro de Estudos Urbanos/ UFMG, 1995.

GUIMARÃES, Berenice Martins. *Cafuas, barracos e barracões: Belo Horizonte, cidade planejada*. Tese (Doutorado em Ciências Humanas: Sociologia) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1991.

HOLANDA, Frederico de. Arquitetura como estruturação social. In: GONZALES, Suely F. N.; HOLANDA, Frederico de; KOHLSDORF, Maria E. *O espaço da cidade – contribuição à análise urbana*. São Paulo: Projeto, 1985.

JULIÃO, Leticia. *Belo Horizonte: itinerários da cidade moderna (1891-1920)*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1992.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 2ª ed. Campinas: Ed. UNICAMP, 1992.

LEME, Marisa Saenz. *Bairros proletários paulistanos no início do século XIX: moradia, lazer e educação*. Estudos de História, n. 1, v. 9, Franca, 2002, pp. 101 a 129.

LINHARES, Joaquim Nabuco. Catálogo de Periódicos: 1895- 1954. In: LINHARES, Joaquim Nabuco. *Itinerário da imprensa em Belo Horizonte: 1895-1954*; estudo crítico e nota biográfica de Maria Céres Pimenta S. de castro. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995.

LOPES, Eliane Marta T. *Método e fontes na história da Educação e Educação Física*. IV Encontro Nacional de História do Esporte, Lazer e Educação Física. Belo Horizonte, out/1996, pp.35 a 49.

LOYOLA, Viviane. A cultura em preto-e-branco. In: CASTRO, Maria Céres Pimenta Spínola Castro *et al. Folhas do Tempo: imprensa e cotidiano em Belo Horizonte 1895-1926*. Belo Horizonte: UFMG; Associação Mineira de Imprensa; Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, 1997, p.107 a 127.

MAGALHÃES, Beatriz de A.; ANDRADE, Rodrigo F. *Belo Horizonte: um espaço para a República*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1989.

MAGALHÃES, Leonardo José. *Introdução ao estudo da atividade musical em Belo Horizonte*. Varia História, n.18, Belo Horizonte, Nov/1997, pp. 327 a 346.

MAROCCO, Beatriz. *Prostitutas, jogadores, pobres e vagabundos no discurso jornalístico – Porto Alegre, século XIX*. São Leopoldo, RS: Ed. UNISINOS, 2004.

MELO, José Marques de. *A opinião no jornalismo brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 1985.

MENEZES, Lená Medeiros de. *Os indesejáveis: desclassificados da modernidade – Protesto, crime e expulsão na Capital Federal (1890-1930)*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1996.

MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840)*, São Paulo: Hucitec, 2005.

MOUILLAUD, Maurice. A crítica do acontecimento ou o fato em questão. In: MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio D. (Org.). *O jornal: da forma ao sentido*. Brasília: Paralelo 15, 1997, pp. 49 a 83.

MOURÃO, Paulo Krüger C. *História de Belo Horizonte de 1897 a 1930*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1970.

NAGLE, Jorge. *Educação e sociedade na Primeira República*. São Paulo: E.P.U, 1974.

NASCIMENTO, Milton Meira do. *Opinião pública e revolução: aspectos do discurso político na França revolucionária*. São Paulo: Nova Stella. EDUSP, 1989.

NÓVOA, Antônio. A imprensa de educação e ensino. In: CATANI, Denise B. & BASTOS, Maria Helena C. (Orgs.). *Educação em revista – A imprensa periódica e a história da Educação*. São Paulo: Escrituras, 1997.

PAULA, João Antônio de. *Memória e esquecimento, Belo Horizonte e Canudos: encontros e estranhamento*. *Varia História*, n.18, Belo Horizonte, Nov/1997, pp. 43 a 60.

PENNA, Alícia D. *O espaço infiel: quando o giro da economia capitalista impõe-se à cidade*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1997.

PENNA, Octávio. *Notas cronológicas de Belo Horizonte 1711 a 1930*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1997.

PEREIRA FILHO, Hilário F. *Glórias, conquistas, perdas e disputas: as muitas máscaras dos carnavais de rua em Belo Horizonte (1899-1936)*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Uma outra cidade: o mundo dos excluídos no final do século XIX*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

PROST, Antoine. Social e cultural indissociavelmente. In: RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François (Direção). *Para uma nova história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998.

RAMA, Angel. *A cidade das letras*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

RIBEIRO, Raphael R. *A Bola em meio e ruas alinhadas e a uma poeira infernal: os primeiros anos do futebol em Belo Horizonte (1904-1921)*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

RIOUX, Jean-Pierre. Introdução – Um domínio e um olhar. In: RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François (Direção). *Para uma nova história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998.

RODRIGUES, Carlos. *História de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: C. R. Editora, 1981.

RODRIGUES, Marilita. *Constituição e enraizamento do esporte na cidade: uma prática moderna de lazer na cultura urbana de Belo Horizonte (1894-1920)*. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

SCHELBAUER, Analete R. & ARAÚJO, José C. S. (Orgs.). *História da educação pela imprensa*. Campinas, SP: Ed. Alínea, 2007.

SENNETT, Richard. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. Trad. Lygia A. Watanabe. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SEVCENKO, Nicolau. A capital irradiante: técnicas, ritmos e ritos do Rio. In: SEVCENKO, Nicolau (Org). *História da vida privada no Brasil República: da Belle Époque à era do rádio*. 3v. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 4ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1995.

SILVA, Reginaldo G. da. *Do arraial à cidade higiênica: a questão sanitária em Belo Horizonte (1893-1930)*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001.

SIMÕES, Leandro. O jornal e a bola: para onde foi a torcida? In: CASTRO, Maria Céres Pimenta Spínola Castro *et al. Folhas do Tempo: imprensa e cotidiano em Belo Horizonte (1895-1926)*. Belo Horizonte: UFMG; Associação Mineira de Imprensa; Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, 1997, pp. 184 a 202.

SIQUEIRA, Juliana Maria de. Além das Palavras, além das Formas. In: CASTRO, Maria Céres Pimenta Spínola Castro *et al. Folhas do Tempo: imprensa e cotidiano em Belo Horizonte (1895-1926)*. Belo Horizonte: UFMG; Associação Mineira de Imprensa; Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, 1997, pp. 71 a 106.

SOSNOWSKI, Alice de Salvo. Soirées chics dos jornais. In: CASTRO, Maria Céres Pimenta Spínola Castro *et al. Folhas do Tempo: imprensa e cotidiano em Belo Horizonte 1895-1926*. Belo Horizonte: UFMG; Associação Mineira de Imprensa; Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, 1997, pp.129 a 156.

VAGO, Tarcísio Mauro. *Cultura escolar, cultivo de corpos: educação physica e gymnastica como práticas constitutivas dos corpos de crianças do ensino público primário de Belo Horizonte (1906-1920)*. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

VAZ, Paulo B. De Liberty a Marinoni: feição e feitura jornalística. In: CASTRO, Maria Céres Pimenta Spínola Castro *et al. Folhas do Tempo: imprensa e cotidiano em Belo Horizonte*

(1895-1926). Belo Horizonte: UFMG; Associação Mineira de Imprensa; Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, 1997, pp. 47 a 68.

VEIGA, Cynthia Greive. *Cidadania e educação na trama da cidade: a construção de Belo Horizonte em fins do século XIX*. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

VEIGA, Cynthia Greive. *Historiografia sem historiadores?* IV Encontro Nacional de História do Esporte, Lazer e Educação Física. Belo Horizonte, out/1996, pp. 50 a 55.

VIDAL, Diana G. & FARIA FILHO, Luciano M.. *As lentes da história: estudos de história e historiografia da educação no Brasil*. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

VILHENA, Kellen N. *Parque Municipal de Belo Horizonte: memórias e relatos de vida*. Monografia (Especialização Lazer) – Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

## RELATÓRIOS DE PREFEITO

PREFEITO Benjamin Jacob. *Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo/ 23 de Setembro de 1907*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1907.

PREFEITO Benjamin Jacob. *Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo/ 16 de Setembro de 1908*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1908.

PREFEITO Bernardo Monteiro. *Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo/ 12 de Setembro de 1999 a 31 de Agosto de 1902*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1902.

PREFEITO Olynto Deodato Meirelles. *Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo/ 16 de Setembro de 1911*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1911.

## JORNAIS CITADOS

A CAPITAL. “A incivilidade nos Cinemas - Já é tempo da policia agir”. Belo Horizonte, 29-10-1913, p. 1.

A CAPITAL. “Exposição Municipal”. Belo Horizonte, 23-07-1913, p. 1.

A CAPITAL. “Monóculo”. Belo Horizonte, 01-10-1913, p. 2.

A CAPITAL. “Monóculo”. Belo Horizonte, 24-10-1913, p. 2.

A CAPITAL. “Os chapéus no cinema...”. Belo Horizonte, 31-06-1913, p. 1.

A CAPITAL. “Pelo Monoculo”. Belo Horizonte, 14-02-1914, p. 1.

A CAPITAL. Belo Horizonte, 29-10-1913, p. 1.

A CIDADE. “Pela Cidade”. Belo Horizonte, 16-12-1909, p. 1.

A EPOCHA. “A cidade morta”. Belo Horizonte, 05-11-1905, p. 2.

A EPOCHA. “A jogatina”. Belo Horizonte, 03-10-1905, p. 2.

A EPOCHA. “Club Bello Horizonte”. Belo Horizonte, 17-06-1906, p. 2.

A EPOCHA. “Theatro Paris”. Belo Horizonte, 31-03-1909, p. 3.

A FARPA. “Diversões”. Belo Horizonte, 10-04-1918, p. 3.

A FLORESTA. “Passagem gratuita”. Belo Horizonte, 21-06-1915, s.p.

A GAZETA. “Bengalas no cinema”. Belo Horizonte, 01-04-1908, s.p.

A GAZETA. “Occurencias Policiaes”. Belo Horizonte, 09-06-1909, p. 4.

A GAZETA. “Vandalos”. Belo Horizonte, 07-05-1908, p. 2.

A JUSTIÇA. “As retretas da Praça da Liberdade”. Belo Horizonte, 16-12-1909, p. 3.

A MUTUARIA. “Cinema Popular”. Belo Horizonte, 15-04-1913, p.1.

A PROVÍNCIA. “Reclamações”. Belo Horizonte, 15-01-1907, p. 2.

A TRIBUNA. “Amores á sombra das palmeiras – A Praça da Liberdade sem iluminação”. Belo Horizonte, 22-04-1913, p. 1.

A VIDA DE MINAS. “Apáras”. Belo Horizonte, 15-02-1915, s.p.

A VIDA DE MINAS. “Cartas de uma Senhora”. Belo Horizonte, 15-02-1916, s.p.

A VIDA DE MINAS. “Chronica da Quinzena”. Belo Horizonte, 15-10-1915, s.p.

A VIDA DE MINAS. “Monóculo”. Belo Horizonte, 10-11-1915, s.p.

A VIDA DE MINAS. “Que largura!”. Belo Horizonte, 15-04-1915, s.p.

A VIDA DE MINAS. “Quinzena Elegante”. Belo Horizonte, 15-04-1915, s.p.

A VIDA DE MINAS. “Um chuva sabido”. Belo Horizonte, 01-02-1915, s.p.

A VIDA DE MINAS. Belo Horizonte, 15-01-1915, s.p.

AS ALTEROSAS. “Circo Escola Brazil”. Belo Horizonte, 25-12-1916, p. 8.

AS ALTEROSAS. Belo Horizonte, 04-11-1916, p. 4.

CORREIO DA NOITE. “O jogo do Bicho”. Belo Horizonte, 01-01-1913, p. 1.

CORREIO DA NOITE. Belo Horizonte, 14-02-1913, s.p.

DIÁRIO DA TARDE. “Circo Universo”. Belo Horizonte, 13-07-1910, p. 1.

DIÁRIO DA TARDE. Belo Horizonte, 31-03-1910, p. 1.

DIÁRIO DA TARDE. PETRONIO. “Vida elegante”. Belo Horizonte, 13-08-1910, p. 2.

DIÁRIO DA TARDE. PIERROT. “Trocós e Troças”. Belo Horizonte, 02-05-1910, p. 1.

DIÁRIO DE MINAS. “Bebeu de mais”. “Pequenas Occorrencias”. Belo Horizonte, 30-09-1919, p. 2.

DIÁRIO DE MINAS. “Chronica Social”. Belo Horizonte, 05-03-1920, p. 2.

DIÁRIO DE MINAS. “Chronica Social”. Belo Horizonte, 06-07-1917, p. 2.

DIÁRIO DE MINAS. “Chronica Social”. Belo Horizonte, 11-05-1916, p. 2.



- DIÁRIO DE MINAS. “Chronica Social”. Belo Horizonte, 15-02-1916, p. 3.
- DIÁRIO DE MINAS. “Chronica Social”. Belo Horizonte, 16-02-1916, p. 3.
- DIÁRIO DE MINAS. “Chronica Social”. Belo Horizonte, 21-07-1917, p. 2.
- DIÁRIO DE MINAS. “Chronica Social”. Belo Horizonte, 26-06-1919, p. 2.
- DIÁRIO DE MINAS. “Chronica Social”. Belo Horizonte, 28-11-1917, p. 2.
- DIÁRIO DE MINAS. “Chronica Social”. Belo Horizonte, 31-03-1917, p. 2.
- DIÁRIO DE MINAS. “Cinema Floresta”. Belo Horizonte, 15-07-1915, p. 1.
- DIÁRIO DE MINAS. “Cinema Modelo”. Belo Horizonte, 18-06-1914, p. 1.
- DIÁRIO DE MINAS. “Club das Violetas”. Belo Horizonte, 03-12-1899, p. 2.
- DIÁRIO DE MINAS. “Diário Policial”. 01-10-1914, p. 2.
- DIÁRIO DE MINAS. “Diário Policial”. Belo Horizonte, 01-04-1915, p. 2.
- DIÁRIO DE MINAS. “Diário Policial”. Belo Horizonte, 07-09-1915, p. 2.
- DIÁRIO DE MINAS. “Diário Policial”. Belo Horizonte, 27-08-1915, p. 2.
- DIÁRIO DE MINAS. “Echos – Retreta no Theatro”. Belo Horizonte, 04-07-1902. p. 1.
- DIÁRIO DE MINAS. “Echos”. Belo Horizonte, 09-06-1902, p. 1
- DIÁRIO DE MINAS. “Echos”. Belo Horizonte, 24-08-1901, p. 1.
- DIÁRIO DE MINAS. “Echos”. Belo Horizonte, 26-06-1901, p. 1.
- DIÁRIO DE MINAS. “Embriaguez”. Belo Horizonte, 20-05-1914, p. 2.
- DIÁRIO DE MINAS. “Exposição Agro-Pecuaria”. “As Diversões”. Belo Horizonte, 08-08-1909, p. 2.

DIÁRIO DE MINAS. “Festejos no Parque”. Belo Horizonte, 29-08-1915, p. 1.

DIÁRIO DE MINAS. “José Caetano phantasiou-se”. Belo Horizonte, 31-01-1914, p. 1.

DIÁRIO DE MINAS. “Nos Domínios do Momo - Na Lagoinha”. Belo Horizonte, 11-02-1915, p. 2.

DIÁRIO DE MINAS. “O Antonio Não dos Santos”. “Diário Policial”. Belo Horizonte, 07-09-1915, p. 2.

DIÁRIO DE MINAS. “O Jogo”. Belo Horizonte, 05-06-1900, p. 1.

DIÁRIO DE MINAS. “O pessoal está em férias pondo a zona em polvorosa”. “Diário Policial”. Belo Horizonte, 15-08-1915, p. 2.

DIÁRIO DE MINAS. “Os fumantes no cinema”. Belo Horizonte, 08-10-1914, p. 1.

DIÁRIO DE MINAS. “Os moleques”. Belo Horizonte, 22-10-1914, p. 2.

DIÁRIO DE MINAS. “Os tristes...”. “Diário Policial”. Belo Horizonte, 25-08-1915, p. 2.

DIÁRIO DE MINAS. “Palcos e Salões”. Belo Horizonte, 21-08-1900, p. 2.

DIÁRIO DE MINAS. “Pontos de Mira”. Belo Horizonte, 11-09-1915, p. 1.

DIÁRIO DE MINAS. “Reclamação”. Belo Horizonte, 15-03-1918, p. 1.

DIÁRIO DE MINAS. “Um gallo no golo”. Belo Horizonte, 10-02-1915, p. 2.

DIÁRIO DE MINAS. “Uma ‘canoa’ á meia noite”. Belo Horizonte, 31-12-1919, p. 2.

DIÁRIO DE MINAS. “Uma Polvorosa”. “Diário Policial”. Belo Horizonte, 01-01-1915, p. 2.

DIÁRIO DE MINAS. Belo Horizonte, 02-10-1919, p. 1.

DIÁRIO DE MINAS. Belo Horizonte, 04-07-1902. p. 1.

DIÁRIO DE MINAS. Belo Horizonte, 22-03-1900, p. 1.

- DIÁRIO DE MINAS. Belo Horizonte, 26-02-1901, p. 1.
- DIÁRIO DE MINAS. Belo Horizonte, 27-03-1919, p. 1.
- DIÁRIO DE MINAS. Belo Horizonte, 29-09-1900, p. 1.
- DIÁRIO DE MINAS. PIERROT. “Entre dois chopps”. Belo Horizonte, 08-07-1901, p. 1.
- DIÁRIO DE NOTÍCIAS. “Artes e Artistas”. Belo Horizonte, 10-02-1908, p. 2.
- DIÁRIO DE NOTÍCIAS. “Artes e Artistas”. Belo Horizonte, 22-06-1907, p. 1.
- DIÁRIO DE NOTÍCIAS. “Baile Operário”. Belo Horizonte, 21-10-1909, p. 1.
- DIÁRIO DE NOTÍCIAS. “Cinematographos”. Belo Horizonte, 29 e 30-05-1908, p. 2.
- DIÁRIO DE NOTÍCIAS. “Em favor da musica”. Belo Horizonte, 25-07-1907, p. 2.
- DIÁRIO DE NOTÍCIAS. “Winchester – Reflexos”. Belo Horizonte, 04-06-1908, p. 2.
- DIÁRIO DE NOTÍCIAS. “Winchester – Reflexos”. Belo Horizonte, 08-06-1908, p. 2.
- DIÁRIO DE NOTÍCIAS. “Winchester – Reflexos”. Belo Horizonte, 18-01-1908, p. 2.
- DIÁRIO DE NOTÍCIAS. ANTOINE, J. “Rápidas Observações – Um baile no Club Bello Horizonte”. Belo Horizonte, 14-04-1907, p. 1.
- DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Belo Horizonte, 06-03-1907, p. 2.
- DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Belo Horizonte, 06-09-10-1907, p. 1.
- DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Belo Horizonte, 23-03-1908, p. 1.
- DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Belo Horizonte, 26-01-1907, p. 1.
- DIÁRIO MINEIRO. “O novo teatro”. Belo Horizonte, 25-09-1906, p.1.
- DOMINGO. “O arrendamento do Theatro Municipal”. Belo Horizonte, 02-05-1915, p. 5.

- ESTADO DE MINAS. “A jogatina”. Belo Horizonte, 22-11-1913, p. 1.
- ESTADO DE MINAS. “Diário Policial”. Belo Horizonte, 23-11-1911, p. 2.
- ESTADO DE MINAS. “Edificante!”. Belo Horizonte, 04-12-1911, p. 2.
- ESTADO DE MINAS. “Exposição Industrial”. Belo Horizonte, 13-11-1913, p. 1.
- ESTADO DE MINAS. “Kermesse”. Belo Horizonte, 03-01-1914, p. 2.
- ESTADO DE MINAS. “Odeon Cinema”. Belo Horizonte, 28-02-1912, p. 2.
- ESTADO DE MINAS. “Que insolencia!”. Belo Horizonte, 05-11-1913, p. 1.
- ESTADO DE MINAS. “Secção Sportiva”. Belo Horizonte, 26-05-1913, p. 2.
- ESTADO DE MINAS. “Theatro Fechado”. Belo Horizonte, 30-10-1912, p. 1.
- ESTADO DE MINAS. BARRETO, Abílio. “Entre um café e algumas fumaças”. Belo Horizonte, 05-07-1912, p. 1.
- ESTADO DE MINAS. Belo Horizonte, 02-12-1911, p. 2.
- ESTADO DE MINAS. Belo Horizonte, 16-05-1912, p. 1.
- ESTADO DE MINAS. Belo Horizonte, 16-08-1916, p. 1.
- ESTADO DE MINAS. Belo Horizonte, 16-12-1914, p. 1.
- ESTADO DE MINAS. VAN DICK, Carlos. “Echos”. Belo Horizonte, 09-12-1911, p. 1.
- ESTADO DE MINAS. VAN DICK, Carlos. “Echos”. Belo Horizonte, 23-11-1911, p. 1.
- FOLHA ACADÊMICA. “A aviação na Capital”. Belo Horizonte, 07-06-1914, p. 1.
- FOLHA PEQUENA. “Pela cidade”. Belo Horizonte, 30-08-1904, p. 1.
- MINAS GERAIS. Belo Horizonte, 08-06-1906, p. 2.

NOVIDADES. “O jogo é franco no Barro Preto”. Belo Horizonte, 13-03-1919, p. 1.

NOVO HORIZONTE. “Chronica”. Nº 3, Belo Horizonte, novembro de 1910, s.p.

NOVO HORIZONTE. “Club Recreativo Operário”. Belo Horizonte, 25-10-1919, p. 2.

O ALFINETE. Belo Horizonte, 24-07-1907, p. 1.

O ASTRO. “Cinemas”. Belo Horizonte, 02-11-1910, p. 4.

O BELLO HORIZONTE. “Circo Temperani”. Belo Horizonte, 02-08-1915, p. 3.

O BELLO HORIZONTE. Belo Horizonte, 02-08-1915, p. 3.

O BINÓCULO. CAMPEÃO-MÓR. “Sport”. Belo Horizonte, 31-05-1908, p. 10.

O BOGARI. “Companhia de Cavalinhos”. Belo Horizonte, 10-07-1904, p. 3.

O COMMERCIO DE MINAS. “A policia vareja uma casa de jogo e prende os jogadores”. Belo Horizonte, 05-06-1916, p. 2.

O COMMERCIO. “Com vistas ao Sr. Chefe de Policia”. Belo Horizonte, 05-12-1922, p. 2.

O CONFEDERAL. “Á Imprensa Mineira”. Belo Horizonte, 07-08-1907, p. 1.

O CONFEDERAL. “Liga contra o jogo e o alcool”. Belo Horizonte, 07-08-1907, p. 3.

O CONFEDERAL. “O jogo e suas consequências”. Belo Horizonte, 07-08-1907, p. 3.

O DIÁRIO. LEFROY. “Pela Moral Social – Uma campanha moralisadora”. Belo Horizonte, 05-08-1915, p. 1.

O ESTADO. “Club dos Lords”. Belo Horizonte, 25-09-1911, p.1.

O ESTADO. “Queixas e Reclamações”. Belo Horizonte, 29-12-1911, p. 1.

O ESTADO. “Queixas e Reclamações”. Belo Horizonte, 29-12-1911, p. 1.

O ESTADO. "Theatro Municipal". Belo Horizonte, 29-07-1911, p. 1.

O ESTADO. Belo Horizonte, 22-10-1911, p. 1.

O OPERÁRIO. "No telephone". Belo Horizonte, 24-04-1904, p. 3.

O OPERÁRIO. Belo Horizonte, 19-08-1900, p. 3.

O OPERÁRIO. ONALOS. "No telefone". Belo Horizonte, 07-02-1904, p. 2.

O TEMPO. "Malandros". Belo Horizonte, 27-10-1912, p. 2.

QUASI! K. "Pelas Ruas". Belo Horizonte, 20-11-1910, p. 2.

QUASI!... "O Interior dos Cabaret". "Cinematroça". Belo Horizonte, 09-10-1910, p. 2.

VIDA DE MINAS. CAMARA, Sete. "O batuque". Belo Horizonte, 15-06-1915, s.p.

VITA. "Bello Horizonte tem vida social?". Belo Horizonte, 31-12-1913 e 15-01-1914, s.p.

VITA. A. B. "O Phoca". Belo Horizonte, 06-06-1914, s.p.

VITA. Belo Horizonte, 06-06-1913, s.p.

VITA. Belo Horizonte, 11-10-1913, s.p.

VITA. Belo Horizonte, 30-10-1913, s.p.

VITA. Belo Horizonte, 30-11-1913, s.p.

VITA. Belo Horizonte, 31-12-1913 e 15-01-1914, s.p.

## ANEXO

## Planta do Parque Municipal e equipamentos projetados



Figura 1: Planta Geral do Parque  
Fonte: Museu Histórico Abílio Barreto



Figura 2: Ponte Rústica do Parque  
Fonte: Museu Histórico Abílio Barreto

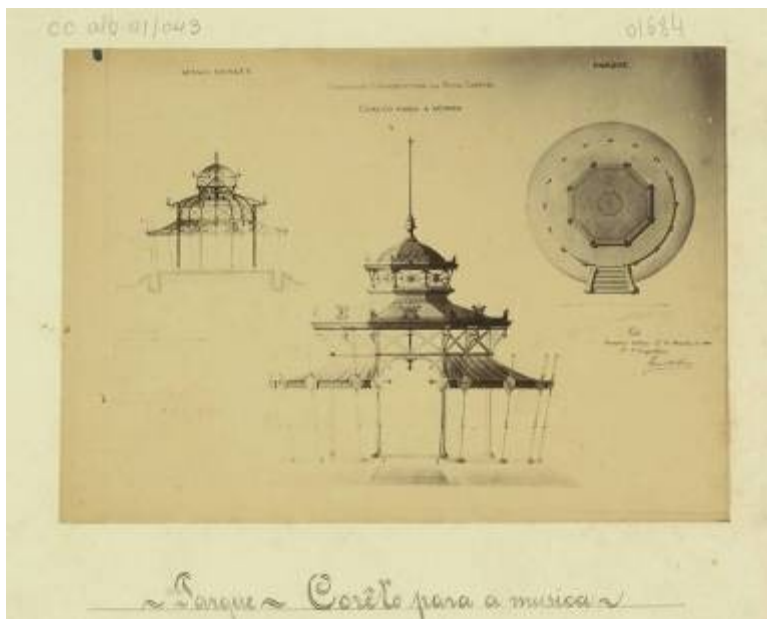


Figura 3: Coreto para música  
 Fonte: Museu Histórico Abílio Barreto

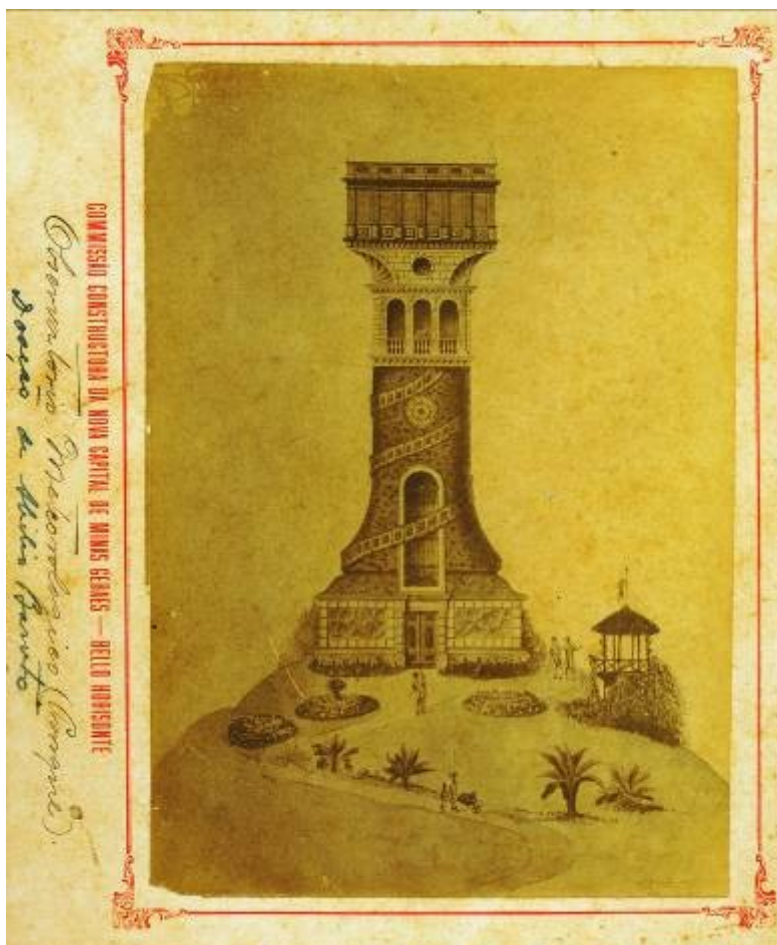


Figura 4: Observatório Meteorológico  
 Fonte: Museu Histórico Abílio Barreto





Figura 5: Cassino (fachada principal)  
 Fonte: Museu Histórico Abílio Barreto

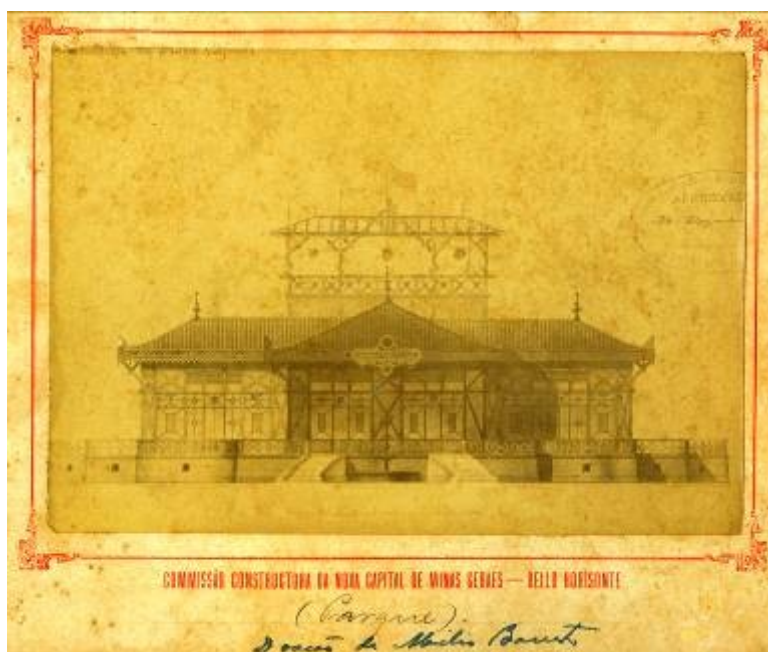


Figura 6: Restaurante  
 Fonte: Museu Histórico Abílio Barreto